

INCUBAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA:

Contextos, desafios e perspectivas



ORGANIZADORES

AUGUSTO DE OLIVEIRA TAVARES
LUCIANA BESSA SILVA
SILVIA ROBERTA DE OLIVEIRA E SILVA
VICTORIA RÉGIA ARRAIS DE PAIVA

AUGUSTO DE OLIVEIRA TAVARES
LUCIANA BESSA SILVA
SILVIA ROBERTA DE OLIVEIRA E SILVA
VICTORIA RÉGIA ARRAIS DE PAIVA

**INCUBAÇÃO EM
ECONOMIA SOLIDÁRIA:**
Contextos, desafios e perspectivas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
JUAZEIRO DO NORTE
2016

Copyright © 2016 - ITEPS
Incubadora de Empreendimentos Populares Solidários da UFCA
Todos os direitos reservados

Capa
Xilogravura
José Lourenço - AXARCA
Associação dos Xilógrafos e Artesãos do Cariri

Digitação e diagramação
Deusimar Alencar Santos - HB GRÁFICA

Impressão
HB Gráfica (88) 3512.4848

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

T231i	<p>Tavares, Augusto de Oliveira (Org.) Incubação em economia solidária: contextos, desafios e perspectivas / Augusto de Oliveira Tavares; Luciana Bessa Silva; Sílvia Roberta de Oliveira e Silva; Victoria Regia Arrais de Paiva (organizadores). - Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2016. 270 p.: il.: gráfs. tab.</p> <p>Inclui bibliografia. ISBN: 978-85-67915-25-8</p> <p>1. Economia Solidária. 2. ITEPS. 3. Cariri cearense. I. Título. II. Silva, Luciana Bessa. III. Silva, Sílvia Roberta de Oliveira e. IV. Paiva, Victoria Regia Arrais de. V. Universidade Federal do Cariri. VI. Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA.</p> <p style="text-align: right;">CDD 330</p>
-------	--

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	07
<i>Jeová Torres Silva Jr.</i>	
INTRODUÇÃO.....	11
<i>Augusto de Oliveira Tavares e Victoria Régia Arrais de Paiva</i>	
Iª PARTE: A ATUAÇÃO DA ITEPS NA REGIÃO DO CARIRI: MOBILIZAÇÕES, PARCERIAS E ARTICULAÇÕES	
<hr/>	
Capítulo I	
A comunicação como instrumento de educação para a Economia Soli- dária.....	19
<i>Rosane da Silva Nunes</i>	
<i>Francisco Mario de Sousa Silva</i>	
<i>Pablo Soares Pereira Costa</i>	
<i>Priscila Araújo</i>	
<i>Leonardo Saraiva</i>	
Capítulo II	
O processo de criação da rede de feiras agroecológicas e solidárias do Cariri: da concepção à prática.....	33
<i>Rosane da Silva Nunes</i>	
<i>Semíramis Oliveira Luz</i>	
<i>Rosângela Felesmino de Sousa</i>	
Capítulo III	
Experiências do Fórum Caririense de Economia Solidária.....	49
<i>Maria Dasdores Gonçalves Costa</i>	
<i>Augusto de Oliveira Tavares</i>	
Capítulo IV	
A Rede de Catadores(as) na Região Metropolitana do Cariri: os desafios de um processo de incubação.....	67
<i>Augusto de Oliveira Tavares</i>	

Capítulo V

Comunicação organizacional: uma análise sobre a importância da utilização de ferramentas de comunicação em iniciativas sociais a partir do Projeto Gestão Social nas Escolas (PGSE).....79

Francisco Mário de Sousa Silva

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins

Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar

Capítulo VI

Relato e reflexão sobre uma experiência de incubação e extensão universitária em Economia Criativa e Solidária no Cariri Cearense.....99

Cleonisia Alves Rodrigues do Vale

Roseany Severo da Silva

Capítulo VII

Práticas formativas e protagonismo juvenil: as experiências do Projeto Gestão Social nas Escolas em 2014.....121

Maria Alane Pereira de Brito

Lucas Freitas dos Santos

Samara Souza Maciel

Sarah Pereira Gomes

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins

Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar

2ª PARTE: ECONOMIA SOLIDÁRIA NUMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR.

Capítulo VIII

As dimensões da sustentabilidade nas práticas de Economia Solidária: o caso do Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas – CDCT em Juazeiro do Norte/CE.....135

Silvia Roberta de Oliveira e Silva

Eduardo Vivian da Cunha

Capítulo IX

O papel dos bancos comunitários no processo de institucionalização das finanças solidárias no Brasil.....159

Victoria Régia Arrais de Paiva

Capítulo X**Economia Solidária e capital social: estudo de caso na Associação Raízes Culturais de Altaneira - Arca (CE).....179***Cícero Lourenço da Silva**Francisca Laudeci Martins Souza**Isabela Kristina Ferreira de Freitas***Capítulo XI****A relevância da formação profissional desenvolvida por empreendimentos econômicos solidários para a Economia Solidária do Brasil.....199***Teresa Regina Dos Santos Mattos***Capítulo XII****Economia Solidária e gestão pública: análise sobre a participação dos gestores públicos no Fórum Caririense de Economia Solidária.....209***Cícero Joaquim Pereira Macêdo**Francisco Renê Fernandes Feitosa***Capítulo XIII****A Economia Solidária como instrumento de efetivação dos direitos humanos.....221***Ives Romero Tavares do Nascimento**João Adolfo Ribeiro Bandeira**Francilda Alcântara Mendes***Capítulo XIV****Clínica do trabalho como proposta de intervenção em empreendimentos da Economia Solidária.....237***Liliam Deisy Ghizoni**Airton Cardoso Cañado***Capítulo XV****Lira Nordestina: Economia Criativa e resgate identitário.....253***Anna Christina Farias de Carvalho***ANEXO.- Informações sobre os autores.....261**

PREFÁCIO

A incubação dos empreendimentos de Economia Solidária, no Brasil, por meio de incubadoras em instituições públicas de Ensino Superior é uma prática tão peculiar que provoca a curiosidade de pesquisadores da economia solidária de universidades e centros de pesquisas de outros países. Eu mesmo já tive a oportunidade de ter que aplacar este interesse de colegas pesquisadores espanhóis, franceses, portugueses e chilenos. Os três grandes questionamentos são sempre: (i) como estabelecer na universidade um espaço de apoio e fomento a empreendimentos de Economia Solidária enquanto majoritariamente a atenção ao tema da incubação está relacionada aos negócios empresariais, principalmente vocacionados ao empreendedorismo individual e aos avanços da tecnologia da informação? (ii) existem políticas públicas governamentais de educação, ciência, tecnologia, trabalho e renda que estimula a criação destes organismos nas universidades e provê recursos para sua manutenção? e (iii) sob qual metodologia de ação se ampara o trabalho das incubadoras?

Como se lê, são perguntas que nos são feitas por pessoas as que querem compreender o que são, como se constituem e funcionam as incubadoras universitárias de empreendimentos populares, cooperativos e solidários no Brasil. Contudo, certamente, estas mesmas questões são interpelações que - com algumas variações de teor, contexto e medida da dúvida - nós também nos fazemos e aos nossos companheiros que atuam nas incubadoras, no cotidiano das nossas atividades de campo e reuniões internas. Essas incubadoras são, efetivamente, de natureza *sui generis* na sua metodologia de incubação, assim como o é sua história de duas décadas, desde a criação - em 1995 - da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Essa história das incubadoras universitárias de empreendimentos da Economia Solidária chega ao Cariri cearense, em outubro de 2009, com a criação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS), no então Campus Juazeiro do Norte da Universidade Federal do Ceará (UFC). Assim, surgiu a ITEPS, com o propósito de desenvolver ações estratégicas e integradas que orientassem a inserção de

empreendimentos produtivos populares e solidários para construir, revitalizar e ampliar oportunidades de geração de trabalho e renda, com ênfase no estabelecimento e fortalecimento de redes locais de Economia Solidária e apoiando-se na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Para a sua constituição, naquele ano, foi fundamental a orientação do prof. Osmar Sá, coordenador da Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão (ICPA) da UFC, de Fortaleza, e os recursos financeiros de apoio a infraestrutura e aos projetos a serem incubados, oriundos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Também teve um papel crucial naquele instante inicial da ITEPS, a relação desenvolvida com a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordenada pelo Prof. Genauto França Filho que tanto nos inspirou e inspira na trilha da construção de redes de colaboração e Economia Solidária.

Passados sete anos, a ITEPS agora é parte da Universidade Federal do Cariri (UFCA), instituição fundada em 2013, a partir do Campus da UFC no Cariri. Em função de uma atuação destacada no suporte aos empreendimentos e redes de Economia Solidária da região caririense, a ITEPS/UFCA acabou se consolidando como uma referência na formação, assessoria, difusão, pesquisa e mobilização em Economia Solidária. Os gestores que se sucederam na sua coordenação (Prof. Eduardo Cunha, Prof. Augusto Tavares e Profa. Victoria Régia Arrais) fizeram e fazem um trabalho de excelência, deixando evidentes que a centralidade do saber não está na incubadora, mas na cooperação, no empoderamento e diálogo, que são as forças motrizes orientadoras da atuação da ITEPS/UFCA. Diante disso, esta obra - *Incubação em Economia Solidária: contextos, desafios e perspectivas* - para para a qual fui honrado com o convite de prefaciá-la pretende celebrar a trajetória dessa incubadora e sua ação no desenvolvimento da economia solidária na região do Cariri. Além disso, traz o intuito de prover com diferentes olhares a perspectiva multidisciplinar Economia Solidária para que possamos examinar os desafios que esta temática apresenta para os dias futuros e como a ITEPS/UFCA se comportará diante desses cenários que se formam e conformam no Brasil e no Cariri cearense para os próximos anos.

Nesse sentido, o livro possui uma estrutura dividida em duas grandes seções. A primeira pretende revelar a atuação da ITEPS/UFCA na região do Cariri. No grupo de capítulos que atende esta parte, tem-se a exposição do

trabalho que buscara divulgar a Economia Solidária na região do Cariri cearense, por meio da produção e veiculação de programas de rádio, rádio-documentários em emissoras educativas e comunitárias da região; a apresentação do envolvimento da ITEPS/UFCA na articulação de uma rede entre as feiras agroecológicas em funcionamento nesse território; o aprofundamento no processo de mobilização dos atores para compor a organização e construir as diretrizes de ação do Fórum Caririense de Economia Solidária (FOCAES); e, finalmente, o relato dos desafios do processo de incubação da Rede de Catadores da Região Metropolitana do Cariri. Ainda nesta seção, seguem-se alguns capítulos que explicitam as conexões da ITEPS/UFCA com outros projetos e temas correlatos a Economia Solidária, como a Gestão Social e a Economia Criativa. Em dois textos são explicitados conteúdos acerca do Projeto Gestão Social nas Escolas (PGSE) desenvolvido pelo Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS) da UFCA. Um desses capítulos desnuda a relevância da utilização de técnicas jornalísticas em iniciativas sociais, como estímulo à participação coletiva, tendo em vista fortalecer o sentimento de pertencimento para atuação nos processos de decisões estudantis, comunitários e políticos. No outro, são demonstradas as estratégias pedagógicas visando transformar a escola em um espaço de fomento do protagonismo juvenil, a partir de ações que foquem no desenvolvimento de habilidades sociais voltadas para o bem comum. Por fim, dois artigos evidenciam as reflexões da experiência de incubação relacionada ao Programa de Fomento à Economia Criativa do Cariri, apresentando informações da sua origem, dificuldades, desafios e resultados do processo de desenvolvimento das suas ações, como a participação da população e dos empreendedores criativos da região, à luz das abordagens conceituais das economias criativa e solidária.

Já a segunda seção presente nessa obra, nos presenteia um composto de textos os quais apontam suas afirmações para mostrar a Economia Solidária e suas articulações e vinculações com outras práticas, temáticas e saberes. Os sete capítulos dessa seção apresentam tais ligações orientadas em alguns macro-temas, revelando sua perspectiva multidisciplinar. Os dois primeiros textos desvelam elementos relacionados às finanças solidárias, um deles aportando um viés de análise da sustentabilidade dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento a partir dos parâmetros da Economia Solidária, em contestação a visão tradicional amparada em uma dimensão instrumental da

economia tradicional. O outro artigo, por sua vez, examina o processo de institucionalização das finanças solidárias, notadamente os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Os demais cinco capítulos dessa segunda seção desta inspiradora obra, expressam temáticas e reflexões que devem ser consideradas e ponderadas nas ações de incubação de empreendimentos da Economia Solidária, como o texto final do livro que apresenta uma experiência de intervenção em clínica do trabalho em um empreendimento da Economia Solidária e discute suas possibilidades como metodologia de incubação.

Há também o inquietante artigo que discute as estratégias de formação, autoformação e compartilhamento de saberes e tecnologias nas cooperativas populares e empreendimentos da Economia Solidária. A formação de Capital Social, do mesmo modo, é um tema que perpassa a Economia Solidária e está referenciado no capítulo que expõe o caso da preciosa experiência da Associação Raízes Culturais de Altaneira (ARCA), no município de Altaneira/CE. Ademais, em complemento a participação da comunidade no desenvolvimento dos empreendimentos de Economia Solidária, tem-se o texto que busca destacar em uma análise crítica a participação dos gestores públicos nas políticas públicas de Economia Solidária na região do Cariri. Finalmente, o artigo que discorre sobre a Economia Solidária como instrumento de efetivação dos direitos humanos parece sintetizar o que esse livro busca em sua essência que é explorar uma série de argumentos que sobrelevem como a incubação dos empreendimentos solidários podem contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, a harmonização da vida humana e a consolidação de modelos de regulação econômica plurais, mistos ou híbridos.

Enfim, a leitura dessa obra - *Incubação em Economia Solidária: contextos, desafios e perspectivas* - proporciona captar um repertório de saberes práticos e teóricos, originários tanto da academia quanto dos empreendimentos, que se amalgamam um todo orgânico para explicitar em quais contextos se manifestam, sob quais perspectivas se amparam e quais os desafios que se proclamam para a incubação de empreendimentos da Economia Solidária. Deste modo, convido todos e todas a tomarem parte nessa obrigatória leitura e tornarem-se difusores das discussões que este livro anuncia.

INTRODUÇÃO

Reflexões sobre a trajetória da ITEPS/UFCA: Aprendizados e Desafios

*Augusto de Oliveira Tavares
Victoria Régia Arrais de Paiva*

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários - ITEPS, funciona como programa de extensão da UFCA desde 2009, fomenta e apoia o desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária na região do Cariri Cearense, priorizando grupos populares produtivos que atuam em diversos segmentos, a exemplo das finanças solidárias, da agricultura de base agroecológica, feiras criativas, incentivando o associativismo e cooperativismo entre catadores, agricultores familiares, artesãos, além de apoio aos fóruns e redes que agregam empreendimentos econômicos solidários e suas entidades de apoio e fomento.

A metodologia da incubação é exercida como uma ação dialógica mediante adoção de práticas de educação popular, em que os empreendimentos são desenvolvidos a partir das suas próprias capacidades combinadas com os conhecimentos desenvolvidos no âmbito da universidade. As ações da ITEPS buscam viabilizar a geração de trabalho e renda alternativa ao modelo hegemônico do mercado econômico, através do fomento e fortalecimento de empreendimentos solidários ou redes locais de empreendimentos, com foco na autogestão e no desenvolvimento sustentável.

Filiada à Rede de ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, a ITEPS mantém-se articulada aos principais debates nacionais sobre a conjuntura política e institucional, estabelecendo parcerias com outras incubadoras do Nordeste e atuando na diretoria da Rede. Ao logo desses anos, a Incubadora vem realizando ações específicas de incubação em empreendimento locais, além de realizar parcerias com diferentes atores sociais, dentro e fora da universidade realizando ações de extensão que, para além de resultados econômicos, alcançam as dimensões política, social e cultural.

Nos últimos quatro anos, a sua principal fonte de financiamento tem sido o PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas, com recursos mobilizados pela SENAES – Secretaria Nacional de Economia

Solidária. Enquanto programa de extensão da UFCA, contamos com dedicação e comprometimento dos bolsistas remunerados selecionados a partir de edital da PROEX/UFCA. Além dos programas citados, a incubadora já mobilizou recursos do PROEXT, do BNB e de outros editais específicos, que ajudaram a viabilizar as suas ações. Ao longo dos seus oito anos de existência, a ITEPS atuou junto aos seguintes empreendimentos:

- Associação de Catadores de Recicláveis de Barbalha. [encerrado]
- Cooperativa de Crédito do Crato (Copercrato) [encerrado]
- Banco Comunitário e Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas (CDCT) [em fase de realinhamento dos termos de parceria]
- Fórum Caririense de Economia Solidária. [em andamento]
- Fomento à Economia Solidária na Região do Cariri [encerrado]
- Rede de Empreendedores Criativos do Cariri [parceria em andamento]
- Rede de Catadores da Região do Cariri [em andamento]
- Fomento à Agricultura Familiar de Base Agroecológica [em andamento]
- Núcleo de Assessoria de Comunicação em Economia Solidária [encerrado]

A ITEPS, desde a sua origem, manteve uma equipe multidisciplinar. Atualmente, conta com um professor coordenador, professores colaboradores, bolsistas e estudantes voluntários de diferentes cursos da UFCA. A quantidade de membros envolvidos costuma variar de um ano para o outro, pois há uma rotatividade entre os bolsistas devido aos prazos dos editais. Essa é uma característica que se apresenta ora como uma dificuldade, ora como uma condição com a qual aprendemos a lidar no dia a dia, respeitando a dinâmica dos processos institucionais.

Tanto do ponto de vista administrativo interno (atividades meios) quanto nas ações de incubação (atividades fins), a metodologia da ITEPS segue os princípios da interdisciplinaridade, dialogicidade e autogestão, referências obrigatórias da incubação em Economia Solidária. Normalmente, os bolsistas e professores se envolvem tanto com ações operacionais quanto com o processo de incubação nos empreendimentos.

A incubação é planejada para durar, em média, dois a três anos. Trata-se de um processo que envolve tanto competências técnicas e gerenciais quanto valores e comportamentais. Adotamos uma metodologia em que todos os

integrantes são sujeitos e não meros receptores. Independente do nível de escolaridade, cada um tem habilidades e competências próprias construídas ao longo de suas experiências que são fundamentais no processo de incubação. Consideramos que os sujeitos devem ser inseridos no próprio processo de construção e divulgação dos conhecimentos gerados, aproximando e horizontalizando a relação entre saberes acadêmicos e populares.

A metodologia de incubação utilizada pela ITEPS está dividida em três fases: pré-incubação; incubação e desincubação, sendo guiada por quatro eixos de ações: Diagnóstico; Formação; Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos resultados.

A **pré-incubação** compreende os primeiros contatos entre a equipe da ITEPS e o empreendimento ou grupo a ser incubado. Nesse momento, são delineadas ações de aproximação e reconhecimento do território através de visitas, diagnóstico participativo, dinâmicas de integração etc. O objetivo é reconhecer o grupo e também ser reconhecido por ele; identificar suas particularidades e avaliar coletivamente se o empreendimento possibilita o trabalho de incubação em Economia Solidária.

A **incubação** propriamente dita se inicia com o planejamento participativo. A definição do conteúdo específico das formações, o seu formato e duração dependem das demandas identificadas, das características de cada empreendimento e dos objetivos que se pretende alcançar. Paralelo e posterior às formações mantêm-se o acompanhamento sistemático e o assessoramento. A avaliação é contínua e participativa, permitindo correção dos rumos ao longo do processo.

Por fim a fase da **desincubação** depende sempre do grau de empoderamento do grupo e se dá de forma processual. O acompanhamento passa a ser feito de forma mais espaçada e menos direta, com o intuito de que os membros dos empreendimentos adquiram autonomia, incorporando as inovações oportunizadas pela incubação, porém, independente dela. Trata-se, portanto, da culminância da ação, quando podem ser construídas outras formas de parceria entre empreendimento e a Incubadora.

Conforme explicitado anteriormente, a metodologia tem sua execução guiada por quatro eixos de condução das ações: Diagnóstico, Planejamento, Formação e Acompanhamento.

O **diagnóstico** prevê o levantamento de informações com o propósito de conhecer o território e traçar o perfil dos participantes. Permite ainda,

conhecer as potencialidades locais e oferecer subsídios para a elaboração do plano de incubação.

O **planejamento** pode ser compreendido enquanto ação inicial e pontual aplicada na metodologia de incubação e/ou enquanto ferramenta de gestão de caráter transversal, abrangendo as três fases da incubação já citadas. Na fase inicial, realiza-se o planejamento participativo para o delineamento das ações. Ao longo do processo, o planejamento é atualizado a partir de ferramentas de avaliação para que os rumos sejam corrigidos de acordo com as necessidades de cada empreendimento. Atendidas essas necessidades, o planejamento volta-se para o aperfeiçoamento e a inovação.

A **formação** constitui-se em uma necessidade permanente. Abrange aspectos mais gerais, como formação política ou em Economias Solidária, abrangendo temas como associativismo e cooperativismo ou uma formação mais técnica, específica para cada empreendimento, que normalmente envolve capacitação profissional relativa à atividade desenvolvida pelo empreendimento. Em todos os casos, as formações são decididas coletivamente a partir da avaliação das demandas do empreendimento.

O **acompanhamento** corresponde às assessorias técnicas, gerenciais, pedagógicas e relacionais, necessárias ao desenvolvimento das competências e habilidades dos sujeitos envolvidos e do funcionamento dos grupos ou empreendimentos incubados. É realizado de forma contínua e simultânea à formação.

No que se refere a sua estrutura de funcionamento, a ITEPS está organizada em seis eixos transversais e complementares: Coordenação; Articulação institucional; Comunicação; Pesquisa e Formação; Produção e Finanças Solidárias. Cada um desses eixos é coordenado por um professor ou bolsista técnico e agrega bolsistas de graduação de acordo com os perfis requeridos para atuar nos empreendimentos específicos e na incubadora de forma geral. Dependendo do tipo de atividade dos empreendimentos incubados, eles podem se articular com os eixos de comunicação, produção ou finanças solidárias. Os eixos de coordenação, articulação institucional, pesquisa e formação são transversais e dão suporte ao funcionamento da incubadora como um todo.

Embora exista a função de coordenador, a prática da gestão é sempre colegiada em busca da autogestão. Compõe o colegiado da incubadora todos os professores e bolsistas técnicos envolvidos.

Essa estrutura visa favorecer uma gestão integrada dos processos administrativos que auxiliam na incubação dos empreendimentos e, ao mesmo tempo, dar conta da diversidade de empreendimentos que são e/ou podem vir a ser incubados pela ITEPS, facilitando também as parcerias.

Os resultados das ações são avaliados periodicamente mediante desenvolvimento de diversas metodologias, dentre elas, os grupos focais, a aplicação de questionários e dos próprios DRPs - Diagnósticos Rápidos Participativos, monitorando os resultados alcançados a cada etapa.

O trabalho de incubação em Economia Solidária, embora muito vinculado à prática da extensão universitária, também não se desprende da pesquisa nem do ensino. Como forma de fomentar a pesquisa a partir da extensão, a ITEPS tem funcionado também como grupo de pesquisa certificado pelo CNPq desde 2014, mantendo duas linhas de específicas:

- 1 - Comunicação Alternativa e Educação Popular no Contexto da Economia Solidária.** Voltada para pesquisa, a avaliação e o desenvolvimento de práticas educacionais e comunicacionais de caráter popular e emancipatório direcionadas para o fortalecimento de empreendimentos de Economia Solidária. Abrange ainda a investigação de questões práticas, teóricas e conceituais, além dos aspectos contextuais, políticos, econômicos, socioculturais e socioambientais que envolvem as práticas formativas do trabalho de incubação.
- 2 - Desenvolvimento de metodologias de incubação em Economia Solidária.** Tem como objetivo desenvolver, experimentar, avaliar e difundir metodologias de incubação em Economia Solidária, abrangendo seus aspectos teóricos, práticos e conceituais. Inclui ainda reflexões sobre suas bases epistemológicas; diagnóstico e avaliação de seus impactos nos empreendimentos incubados, a fim de compreender os efeitos de sua aplicação em função da sua efetividade, tendo em vista o aprimoramento das metodologias e processos de incubação.

As ações desenvolvidas pela Incubadora ou a ela articuladas normalmente são sistematizadas em artigos acadêmicos, relatos de experiências ou capítulos de livros. Algumas já renderam trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado.

No que se refere à curricularização da extensão, os professores vinculados à Incubadora ofertam anualmente a disciplina **Gestão e Incubação em Empreendimentos Econômicos Solidários** incluída na matriz curricular do Curso de Administração Pública como optativa, além de receber estudantes para estágio e vários outros, de diferentes cursos de dentro e de fora da UFCA, interessados em entender melhor sobre Economia Solidária, educação popular e inovação social, normalmente motivados pelos estudos acadêmicos.

Vale ressaltar que em agosto de 2016 foi lançada a Especialização em Inovação Social em Economia Solidária, que envolveu professores e pesquisadores ligados à ITEPS, ao LIEGS - Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social; ao PIE (Programa Institucional de Extensão) Trabalho, Renda e Economia Solidária; ao NPPCA - Núcleo de Pesquisa e Práticas Contábeis Administrativas, ao Curso de Administração Pública e de Administração da UFCA. E externamente vem contando com a parceria da Universidade Federal da Bahia - UFBA, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN e o Conservatoire National des Arts et Métiers - CNAN¹.

Com um quadro de professores colaboradores de projeção nacional e internacional e imbuída de uma metodologia inovadora, essa pós-graduação *lato sensu* representa a união de esforços no sentido de promover a educação continuada em Economia Solidária, estabelecida como um importante vetor de desenvolvimento territorial e agente de mudança social.

Assim, podemos concluir que a ITEPS tem cumprindo um importante papel na região do Cariri Cearense, tanto como entidade de apoio e fomento à Economia Solidária quanto como programa universitário que ultrapassa as fronteiras da incubação propriamente dita, desempenhando ações articuladas com Ensino, Pesquisa e Extensão, estimulando e fortalecendo vínculos com diversas instituições, com a firme certeza de que uma outra economia, fundada no bem viver, já acontece, basta olhar ao redor para ver, sentir e deixar-se envolver por essa ciranda, pois ela é de todos nós.

¹ Para maiores informações consultar: www.cnam.fr

I Parte:

A ATUAÇÃO DA ITEPS NA REGIÃO DO CARIRI: MOBILIZAÇÕES, PARCERIAS E ARTICULAÇÕES



1. A COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Rosane da Silva Nunes
Francisco Mario de Sousa Silva
Pablo Soares Pereira Costa
Priscila Araújo
Leonardo Saraiva

Introdução

Empreendimentos da Economia Solidária (EES) contribuem para o desenvolvimento local, o qual, por sua vez, requer a existência de um núcleo endógeno de lideranças comunitárias envolvidas em um modelo de autogestão, modelo este que necessita de participação ativa e de poder compartilhado. Nesse contexto, além do tripé capital social – desenvolvimento produtivo – governança democrática compartilhada, surge a comunicação como ferramenta transversal que irá contribuir como um instrumento de informação e de educação no processo de desenvolvimento local do qual fazem parte os Empreendimentos de Economia Solidária. Sendo assim, formar agentes de comunicação para geração de conteúdos e criação de canais de divulgação dos valores que norteiam os EES é um passo importante para a implementação de estratégia para o processo de mudança a que se propõe a Economia Solidária (ES).

Nesse sentido, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares Solidários (ITEPS) criou em março de 2014 o eixo de comunicação, no âmbito do programa de extensão “Desenvolvimento e Implantação de Metodologias de Incubação a partir da ITEPS-UFCA”, contemplado na chamada pública 89/2013 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O objetivo da criação desse núcleo foi apoiar a divulgação dos empreendimentos acompanhados pela incubadora e também desenvolver trabalho de formação em comunicação a jovens, no período de vigência do projeto, de março de 2014 a março de 2016.

Nesse sentido, o eixo de comunicação veio a desempenhar um trabalho de extensão voltado para formação com um viés técnico, educativo e político,

com o intuito de fortalecimento na atuação da juventude na sociedade e compreendendo a extensão como um processo de construção do conhecimento em uma perspectiva dialógica como cita Freire:

O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. (FREIRE, 2006, p. 36).

De acordo com essa perspectiva de extensão universitária, o eixo assume o papel de fomentar e tornar conhecido os Empreendimentos de Economia Solidária - EES que são acompanhados pela ITEPS através de formações voltadas para as ferramentas comunicacionais, principalmente o radiojornalismo, dada o seu viés popular e de grande abrangência na região do Cariri Cearense. Além das atividades de formações política e técnicas, buscou-se a divulgação da Economia Solidária no Cariri através das plataformas rádio e web os empreendimentos apoiados pela incubadora, por meio da produção e veiculação de programas de rádio, rádiodocumentários em emissoras educativas e comunitárias da região, além de atuar como potencial fomentador da Economia Solidária com a criação e manutenção de um site que tem o intuito divulgar os empreendimentos. Tais ações foram planejadas e implementadas por uma equipe composta por estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA), os quais contaram com orientação de uma docente do curso, então coordenadora do eixo e pesquisadora da ITEPS.

O núcleo ainda atuou de forma direta com o eixo de Fomento a Agricultura Familiar de Base Agroecológica, que também faz parte das ações da incubadora e tem como objetivos formar uma rede de agricultores familiares de base agroecológica, além da implantação de hortas comunitárias urbanas. Devido ao vínculo com esse eixo, o projeto pretendia atuar com a juventude rural, mas foi necessário modificar o público para jovens de uma escola no município do Crato, por motivos que explanaremos mais adiante. Esse trabalho pretende socializar a experiência da comunicação no projeto supracitado, de forma a contribuir para um necessário debate sobre a necessidade de que os movimentos da ES se voltem também para a educação a fim de incentivar uma geração disposta a construir um novo modelo de sociedade.

1 - Identificação do público e preparo dos jovens comunicadores

O trabalho de formação em comunicação e Economia Solidária foi desenvolvido de acordo com a identificação entre os propósitos do eixo e jovens estudantes da EEFM Teodorico Teles de Quental, localizado na cidade do Crato-CE, com idades que variam de 13 a 18 anos e atuantes em agremiações de formação de protagonismo juvenil na escola, como líderes de sala e grêmio estudantil. A identificação do grupo foi um dos fatores que possibilitou momentos de reflexão sobre o papel e desempenho de uma ação extensionista. Entendemos que para o projeto ser realizado é necessário existir o interesse do público externo à universidade a ser envolvido nas atividades propostas. Seguindo esse princípio da extensão universitária, foram feitas algumas tentativas de identificação de grupos dispostos a construir com a equipe acadêmica o eixo de comunicação.

Partimos de uma proposta de parceria com a Associação Cristã de Base (ACB) para encontrar esses sujeitos e através dela iniciamos atividades importantes para a formação dos bolsistas do projeto, que foram convidados a ministrar oficina de comunicação comunitária na XIV Exposição dos Agricultores da Agricultura Familiar do Cariri (EXPROAF), em 06 de Junho de 2014.

Figura 1. Reunião com ACB e encontro de formação em comunicação na Exproaf



Fonte: Arquivo do Projeto

Foi a partir desse contato com a ACB e com a EXPROAF que a equipe conheceu os jovens do Grupo de Artes Urucongo, localizado na comunidade Chico Gomes, em Crato-CE, os quais inicialmente demonstraram interesse em

participar das atividades do projeto. No entanto, após dois encontros com o grupo, realizados no mês de junho, foi-se tornando difícil prosseguir as atividades, devido a problemas de agenda dos jovens, fato que nos levou a suspender as atividades. Deixamos o grupo à vontade para que se aproxime do projeto quando encontrar-se em condições de fazê-lo e partimos em busca de outros públicos. Esse foi um momento difícil, pois os potenciais públicos não se envolveram na proposta. Os motivos foram objetivos e subjetivos. No primeiro, não havia rádio comunitária nas comunidades e nem acesso à internet, dificultando as ações de comunicação. No segundo, os jovens rurais não demonstraram suficiente interesse quando das reuniões realizadas com o projeto. Por esse motivo, firmamos parceria com a Escola Teodorico Teles de Quental, na sede do município do Crato, que possui rádio escolar e um grupo de jovens bem interessados.

Figura 2. Encontros com os jovens do grupo Urucongo, comunidade Chico Gomes.



Fonte: Arquivo do Projeto

A dificuldade em se encontrar um público nos levou a perceber na prática um dos pressupostos da extensão universitária: que as ações devem ser construídas com o público externo antes da implementação do projeto. No entanto, o período transcorrido entre a identificação dos jovens e o início efetivo dos trabalhos de campo foi enriquecedor, posto que nesse ínterim houve reuniões internas de formação da equipe, dando a possibilidade de melhor conhecimento das temáticas que são bases da incubadora e também de pressupostos teóricos voltados para o desenvolvimento de trabalhos no âmbito da extensão.

No mês de agosto foi identificado o grupo de jovens da Escola de Ensino Fundamental e Médio Teodorico Teles de Quental. A professora da

referida escola, Viviane Vieira, entrou em contato com o eixo por ter a necessidade de desenvolvimento de ações voltadas para o veículo rádio, por se tratar de equipamentos que tinham acesso, no entanto não possuíam os conhecimentos técnicos para o manuseio adequado. Então a parceria entre a escola e as atividades do eixo partiu da potencialidade que os estudantes possuem em relação à comunicação e o veículo, posto que os mesmos dispõem de uma rádio escolar. Ademais, foi percebido aptidão para reflexões políticas, já que a maioria do grupo participava do grêmio estudantil, espaço propício à formação de lideranças. A partir do momento de identificação do grupo e da constatação de seu interesse em participar, iniciaram-se as formações que estavam sendo planejadas.

A Escola Teodorico Teles de Quental está localizada no bairro Pimenta, na Cidade do Crato-CE, um bairro tradicional da cidade, possui hospitais, escolas, restaurantes, igrejas. Alguns jovens envolvidos no projeto residem em comunidades rurais da cidade, sendo um grupo heterogêneo que muitas vezes apresentam características socioeconômicas diferenciadas. O núcleo de comunicação atuava com jovens de idades entre 13 e 18 anos, em sua maioria de classe média-baixa, e vivenciam um pensamento hegemônico no sistema escolar como um todo, que parte de uma premissa tecnicista como melhor forma para alcançar uma futura autonomia financeira. Nesse sentido, o projeto buscou incentivar a criticidade no contexto escolar utilizando a comunicação, como cita Soares:

A educação para a comunicação deve oferecer condições para que a comunidade descubra a natureza dos processos de comunicação em que está inserida, ajudando seus membros a desvendar os mecanismos pelos quais a sociedade, ao utilizar os recursos da Comunicação Social, exerce sobre o povo o poder de manipulação. Deve, ainda, favorecer o exercício de práticas comunicacionais democráticas e libertadoras (SOARES, 1988, p. 17).

As formações foram realizadas no âmbito teórico sobre Economia Solidária e autogestão, além da atuação política e social da juventude a partir dos conceitos de cultura, comunicação e cidadania, comunicação e educação. Também foram desenvolvidas atividades voltadas para o veículo rádio, principalmente características do meio e as técnicas de entrevistas e de redação. Sendo assim, o processo contemplou o desenvolvimento de habilidades que

podem contribuir para atuação técnica e política juvenil na rádio escolar e na sociedade, de forma a contribuir com os empreendimentos de Economia Solidária e também com uma postura cidadã dos jovens. A partir do segundo semestre de 2014, as formações tiveram periodicidade mensal, já no primeiro semestre de 2015 foram promovidas atividades semanais na escola, de maneira a fortalecer vínculos entre universidade e comunidade. Ao todo foram realizados 21 encontros de formação ao longo do projeto, alcançando 30 estudantes – sendo 12 em 2014 e 18 no ano de 2016. No campo político, os temas versaram sobre Economia Solidária, cooperativismo, comunicação e cidadania. Já na seara técnica, as formações se concentraram em técnicas de redação, gêneros e formatos jornalísticos e edição de áudio.

Além dos encontros formativos na escola, o projeto promoveu oficina de locução no laboratório de rádio da UFCA e também visita a emissoras de rádio e a EES acompanhados pela ITEPS, onde realizaram entrevistas para elaboração de programas na rádio escolar – os estudantes foram à Feira Agroecológica do Crato, conhecida como feirinha da ACB, em 24 de abril de 2015 e a Associação de Catadores Engenho do Lixo, dia 25 de junho de 2015.

As visitas de campo aos empreendimentos de Economia Solidária, com o intuito de conhecer como funcionam esses empreendimentos, o processo de organização e desempenho das atividades que os compõe, foram apontados pelos jovens, nas reuniões de avaliação do projeto, como importantes vivências de aprendizado que os mesmos compartilharam com os colegas na escola através dos programas de rádio veiculados na rádio escolar e com seus familiares.

Figura 3. Formação em rádio na escola e visita à Feira Agroecológica do Crato



Fonte: Arquivo do projeto

2 - Bases metodológicas

Os trabalhos realizados são alternativas para o desenvolvimento de ações que trazem reflexões sobre o modelo econômico, social e educacional vigente, que muitas vezes não atendem as necessidades básicas da juventude, privando-os de participarem de ações que visem à melhoria do processo ensino-aprendizagem e da relação com outros setores da sociedade. Esse aprendizado se dá a partir dos conceitos vinculados a Economia Solidária:

É uma ação política porque questiona as relações desiguais e patriarcais que se produzem e reproduzem seja na própria produção/ comercialização, seja nas relações sociais culturais entre as pessoas e as organizações, entre outras. Sua força está diretamente relacionada a quanto maior for sua capacidade de organização em rede e de associação com outros atores e movimentos sociais. (DUBEUX *ET AL*, 2012, p.18).

As atividades do eixo ao longo dos anos de 2014 e 2015 buscaram seguir uma metodologia dialógica, onde os atores participam do processo de decisão e condução das atividades, conforme os princípios da Economia Solidária, autogestão e compartilhamento de saber no processo participativo. O eixo de comunicação em Economia Solidária desenvolveu atividades semanais que agregaram reuniões para planejamento das formações, leitura e discussões sobre textos pertinentes a proposta da ITEPS, além de participação em eventos relacionados à iniciativa. A dinâmica dos encontros foi flexível e segue um cronograma preestabelecido, de acordo com os estudos das temáticas, no entanto, são conduzidos em maior parte pelas questões mencionadas no grupo, que segundo Moscovici:

Pode-se considerar equipe um grupo que compreende seus objetivos e está engajado em alcançá-los, de forma compartilhada. A comunicação entre os membros é verdadeira, opiniões divergentes são estimuladas. A confiança é grande, assumem-se riscos. As habilidades complementares dos membros possibilitam alcançar resultados, os objetivos compartilhados determinam seu propósito e direção. Respeito, mente aberta e cooperação são elevados. O grupo investe constantemente em seu próprio crescimento. (MOSCOVICI, 1999, p. 05).

A metodologia de incubação desenvolvida pela ITEPS se dá em três fases: pré incubação, incubação e desincubação que são respectivamente: identificação, desenvolvimento de ações técnicas e políticas no sentido de emancipação do grupo e a última fase se dá pela autonomia do grupo no desenvolvimento das ações, mesmo que não aconteça mais a participação efetiva da incubadora, visando a autogestão do empreendimento. Com o fim do projeto, o grupo de jovens comunicadores formados se encontra na fase de desincubação, pois entendemos que embora não tenha sido criado um empreendimento econômico, os jovens acolheram e vivenciaram princípios da Economia Solidária que os tornam potenciais multiplicadores desse modelo, tanto na escola como em outros espaços. Portanto, esse não foi um trabalho de fomento a EES, mas desencadeou um processo de educação para valores que fundamentam os mesmos.

Vale destacar que as ações do eixo em 2015 refletiram debates e leituras feitos no grupo de estudo em comunicação e educação do curso de Jornalismo da UFCA, espaço que trouxe elementos importantes para a reflexão sobre o papel da extensão na sociedade. As formações foram preparadas através de leituras que se baseiam nos conteúdos teóricos e técnicos, no entanto, os diálogos surgem através das ligações que os estudantes fazem com fatos do cotidiano, como Economia Solidária e cultura, e diversas outras perspectivas. Isso porque quando se fala em extensão, logo se pode associar a conhecimentos e técnicas que serão compartilhados, e isso pode ser confundido com uma imposição de conteúdos. Dessa forma, a equipe acadêmica procurou entender a realidade do lugar onde atua, criando um processo de comunicação no qual estejam contemplados interação e diálogo, constituindo-se numa troca de saberes (KUMMER, 2007).

3 - Resultados e discussão

Além do trabalho na Escola Teodorico Teles de Quental, foi promovida uma aproximação da turma da disciplina Radiojornalismo II, que produziram 20 radiodocumentários sobre os mais diversos temas na Economia Solidária, entre empreendimentos, seus sujeitos e a participação das incubadoras universitárias. Os programas, com duração de 30 minutos, foram veiculados na Rádio Educativa Padre Cícero FM, fato que impulsionou a temática junto à sociedade em geral. Entre os temas apurados nessas

produções destacamos os seguintes: o conceito de ES; o papel da universidade no fomento aos EES; o cotidiano dos(as) catadores(as) de material reciclável; o associativismo dos(as) catadores(as); as feiras agroecológicas; história de vida de camponesas das feiras; as mezinheiras e artesãos do Cariri¹. A produção dos programas foi orientada pela então coordenadora do eixo de comunicação da ITEPS e atendeu ao princípio de indissociabilidade entre ensino e extensão indicada pela Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2013), envolvendo alunos do curso de Jornalismo da UFCA na produção das peças radiofônicas.

As ações desenvolvidas pelo eixo de comunicação também resultaram na criação de um site para divulgação dos EES no Cariri. O processo de construção dessa plataforma foi socializado com o Fórum Caririense de Economia Solidária, pois o intuito da ITEPS é de que esse ambiente seja colaborativo, que todos os empreendimentos possam produzir conteúdo para o mesmo, que seja um portal de todos que fazem esse movimento na região. Por esse motivo, entendemos que o mais adequado é que o gerenciamento do mesmo seja feito pelo fórum, um espaço que congrega diversos atores da ES. Assim, o portal não seria propriedade de nenhuma entidade especificamente. Essa foi a proposta levada pela ITEPS ao fórum. Até o momento, ainda é a incubadora a responsável pelo gerenciamento do site, por contar com bolsista do curso de Jornalismo em sua equipe, mas o propósito é que esse estudante promova capacitações aos representantes do fórum e de EES interessados em participar desse espaço.

O portal traz informações sobre as feiras agroecológicas, as associações de catadores de materiais recicláveis e o projeto Cariri Criativo, que promove feiras de artesanato na região. Também conta com uma agenda para divulgar os eventos de Economia Solidária no Cariri, além de uma página de notícias e repositórios de vídeos, podcast, documentos e artigos.

¹Podcast no Portal da Economia Solidária do Cariri. Disponível e <http://ecosolcariri.wix.com/portalecosolcariri#ipodcast/taki3>. <Acesso em 30 abril 2016>

Figura 4. Página inicial do Portal da Economia Solidária do Cariri



Fonte: http://media.wix.com/ugd/20ba2d_b0e21b9e82e8408e93a9115d3b849d55.pdf²

O Portal da Economia Solidária foi lançado dia 28 de janeiro de 2016, durante o Seminário de Comunicação Comunitária, promovido pelos projetos de extensão A Voz da Juventude, Nas Ondas da Terra e ITEPS. Na ocasião, todos os presentes foram convidados a conhecer os EES por meio dessa plataforma e também de visita presencial aos mesmos. Notamos pelas intervenções do público que a Economia Solidária ainda é pouco conhecida no ambiente acadêmico. O evento ocorreu no auditório do Geopark Araripe, município do Crato, contou com cerca de cinquenta participantes, entre estudantes universitários, professores e jornalistas.

Figura 5. Lançamento do Portal da Economia Solidária no Cariri



Fonte: Arquivo do projeto

²Portal da Economia Solidária do Cariri. Disponível em http://media.wix.com/ugd/20ba2d_b0e21b9e82e8408e93a9115d3b849d55.pdf. <Acesso em 30 abr 2016>

A realização do trabalho na Escola Teodorico Teles possibilitou a identificação de um grupo de jovens que sentem o desejo de atuar de forma participativa e conjunta nas atividades da escola, fato que consideramos indicar uma meta alcançada pelo projeto já que a iniciativa tem como proposta central desenvolver as atividades de acordo com a atuação e desejo de construção a partir da própria juventude.

O impacto das atividades desenvolvidas foi percebido nas declarações de alunos sobre os conceitos abordados durante as formações. Foi aplicado um questionário aberto junto aos estudantes ao final do primeiro ano do projeto, com o intuito de saber da percepção dos jovens sobre o andamento das atividades. Os questionários foram estruturados em quatro perspectivas: 1) Compreensão sobre Economia Solidária, 2) utilização da comunicação para difusão da Economia Solidária, 3) Os papéis que o jovem pode desempenhar para ser um agente de transformação social utilizando a comunicação como ferramenta e 4) Sugestões para o melhor desenvolvimento do projeto.

No âmbito da Economia Solidária o estudante Marcos Mateus do 9º ano do ensino fundamental (12 anos) afirmou que a Economia Solidária “um meio sustentável para a melhoria da nossa vida”. Outro estudante, Lincoln Lima, do 9º ano do ensino médio (14 anos) ressaltou que “é um tipo de economia que visa a solidariedade e não o lucro”. No tocante à comunicação no processo de apoio ao fomento dos EES, os estudantes relataram sua importância. A estudante Vitória da Silva do 9º ano do ensino fundamental (14 anos) identificou que “através da comunicação podemos conscientizar toda sociedade”. Outra estudante, Barbara Nataly, do 9º ano do ensino fundamental (15 anos) disse que “serve para contribuir para que mais pessoas tenham contato com a Economia Solidária”. Já na abordagem sobre o papel da juventude no processo de transformação social utilizando a comunicação, os jovens expressaram diversas perspectivas. Uma estudante, Bibiana Belisário, do 9º ano do ensino fundamental (15 anos) identificou que “aprofundar mais e mais a comunicação com relação a Economia Solidária”, a jovem Andreza Gislene (15 anos) verificou que o jovem deve “comunicar e ajudar a divulgar coisas de interesse local”.

Além da opinião dos estudantes sobre a contribuição do projeto em suas vidas, o trabalho repercutiu positivamente na escola, quando programas de rádio produzidos a partir das formações promovidas pelo projeto foi considerada a melhor experiência da região na área de Linguagens, durante a

VIII Feira Regional de Ciências e Culturam que teve como temática “Sustentabilidade Ambiental, Desenvolvimento e Responsabilidade Social”, realizada pela Secretaria de Educação do Estado e a 18ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – Crede 18. A professora Viviane Vieira considera o feito resultado da parceria entre a escola e a universidade:

Acredito, verdadeiramente, que nenhum projeto na área de Linguagens, na qual concorremos, abordou tão bem a temática proposta. Concorremos com escolas de 10 municípios e fomos os primeiros colocados na nossa área, chegando até a Feira Estadual. Infelizmente, não ficamos entre os colocados nessa etapa final, mas para nós, professores, alunos, escola como um todo, foi de fato uma conquista inesquecível e que devemos e compartilhamos com a Universidade Federal do Cariri, em especial com o curso de Jornalismo. (Viviane Vieira, professora, entrevista realizada em janeiro de 2016).

Figura 6. Entrega de certificados aos jovens (ao centro, professora com troféu conquistado pela parceria escola – universidade no projeto)



Fonte: arquivo do projeto

O projeto possibilitou ainda apresentar as propostas basilares da ITEPS que são pouco utilizadas nos ambientes escolares e na mídia tradicional, a qual não prioriza o conhecimento pela sociedade em relação a esses empreendimentos que vêm somar de forma justa o desenvolvimento das comunidades e instituições.

4 - Considerações Finais

As atividades vivenciadas surgiram como possibilidade de fomento à atuação dos jovens no âmbito educativo e social através dos conceitos teóricos e técnicos vinculados a ES e os meios de comunicação, tendo em vista a possibilidade de aplicação da metodologia em outros empreendimentos ou incubadoras.

Com base no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as práticas extensionistas viabilizaram o contato de estudantes universitários com a comunidade externa. Essas trocas de experiências e o fomento à vivência como forma de aprendizado proporcionam de maneira prática a capacidade de visualizar a Universidade como um ambiente de inovação e experimentação. Os contatos que se estabeleceram, além de ser com setores externos, passam a ser também com estudantes de outros cursos da universidade que atuavam nos demais eixos da ITEPS, de maneira a incentivar a transversalidade e a interdisciplinaridade.

As relações dialógicas que devem se firmar nos fazem refletir a respeito da importância em construir coletivamente tudo que queremos colocar em prática, claro que sempre cumprindo os propósitos assumidos nos projetos junto aos órgãos de fomento à pesquisa e extensão. Ao longo dessa ação extensionista, as concepções que culturalmente são formuladas na universidade de indivíduos capazes de transmitir conhecimento também puderam ser ressignificadas - durante os trabalhos de campo e estudos internos a equipe buscou assumir para si que conhecimento passa a ser concebido a partir da troca dos saberes e adaptações de distintas realidades. Durante o acompanhamento dos jovens após todo o processo, foi possível constatar alguns dos aspectos sócio-culturais que os envolvem e constroem suas concepções de vida. Inseridos em um cotidiano no qual são influenciados por instituições (casa, igreja, escola, mídia, etc) que tem o poder de legitimar ou não seus comportamentos e atitudes, os jovens transmitem uma necessidade de diálogo e compreensão de suas formas de viver.

Entendemos que aliando comunicação, Economia Solidária e juventude se poderá contribuir para que o jovem se torne o agente condutor de um modelo mais justo e solidário de sociedade.

REFERÊNCIAS

DUBEUX, Ana; MEDEIROS, Alzira; VILAÇA, Mônica; SANTOS, Shirley. **A Construção de conhecimentos em Economia Solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste.** Recife- FeA Gráfica e Editora Ltda, 2012.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Recife: Editora Universitária UFPE/PE, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação.** 13ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

KRUMMER, Lydía. **Metodologias Participativas no Meio Rural.** Salvador: GTZ, 2007.

MOSCOVICI, F. **Equipes dão certo.** 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1999.

PEREIRA, J. Considerações metodológicas sobre o processo de incubação de cooperativas populares. In: CANÇADO, A; PEREIRA, J; SILVA, J. **Economia Solidária cooperativismo popular e autogestão: as experiências de Palmas/TO.** Palmas: NESol/UFT, 2007.

SOARES, Ismar Oliveira. **Para uma leitura crítica da publicidade.** São Paulo: Paulinas, 1988.

2. O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS E SOLIDÁRIAS DO CARIRI: DA CONCEPÇÃO À PRÁTICA

Rosane da Silva Nunes
Semíramis Oliveira Luz
Rosângela Felesmino de Sousa

Introdução

De acordo com o Mapeamento de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) do Ceará (CUNHA, 2014), a maior parte dos empreendimentos nesse estado – 79,2% - situam-se na zona rural. Além disso, da totalidade de EES, a maioria dos associados – 74% - são ou já foram agricultores familiares. Destaque-se ainda o fato de que, segundo a referida pesquisa, entre as principais atividades desses empreendimentos estão o uso coletivo de infraestrutura e comercialização, que juntas foram apontadas por 80,8% dos entrevistados como as principais atribuições. Foi observando esse cenário que a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos e Solidários (ITEPS) criou o eixo de Fomento à Agricultura Familiar de Base Agroecológica. O surgimento dessa vertente específica no âmbito da incubadora se deu no contexto da aprovação do projeto Desenvolvimento e Implantação de Metodologias de Incubação a partir da Iteps/UFCA, contemplado na chamada pública 89/2013 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O objetivo geral do projeto, desenvolvido no período de março de 2014 a março de 2016, foi articular ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento de metodologias de incubação, com foco na criação e/ou fortalecimento de redes de Economia Solidária, através de ações que promovam a formação e integração dos sujeitos envolvidos nos empreendimentos. No tocante aos objetivos específicos do eixo de agroecologia, este se concentrou em duas frentes: a construção de hortas urbanas escolares – sendo essa atividade mais voltada para a educação ambiental e formação de jovens para o ideário cooperativo da Economia Solidária; e a articulação de uma rede entre as feiras agroecológicas em funcionamento na região. É sobre essa última vertente que trata o presente trabalho.

As ações foram implementadas nos municípios do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que formam a estrutura do triângulo Crajubar (sigla construída, popularmente, a partir das iniciais de cada cidade) e são considerados os mais importantes da Região Metropolitana do Cariri (RMC), localizada ao sul do estado do Ceará. Esses três municípios totalizam 426.771 habitantes, constituindo o segundo maior polo urbano estadual, depois da capital, Fortaleza, que tem 2.452.185 residentes (BRASIL, 2010).

O foco nas feiras agroecológicas se justifica por serem tais espaços bastante relacionados ao ideário da ES por articular justiça social ao trabalho coletivo na perspectiva da sustentabilidade socioambiental. O Marco Referencial em Agroecologia (Embrapa, 2006) destaca essa prática como um novo paradigma científico para a agricultura, para desenvolvimento rural e para a própria organização da sociedade, com o propósito de apresentar alternativas aos pressupostos produtivos evidenciados no século XX, como a maximização de rendimentos dos cultivos sem uma preocupação com os recursos naturais e das questões sociais da atividade agropecuária. O documento enfatiza que não se deve focar apenas a questão econômica, mas que, acima de tudo, faz-se necessário uma abordagem global da agricultura e do desenvolvimento rural e da inter-relação entre seres humanos e a terra. Riechmann (2002) defende um novo modelo agropecuário que consiga conciliar bons rendimentos com estabilidade dos ecossistemas, segurança alimentar e inclusão social. O caminho para alcançar esse objetivo seria focar na produção melhor e não na maior produção, qualidade em primeiro lugar - nesse caso, qualidade não só do produto como de tudo o que está envolvido no processo produtivo: homens e mulheres do campo, o solo e os animais. Percebe-se, portanto, que agricultura de base agroecológica extrapola o uso da terra, mas toca em questões relativas à qualidade e vida do produtor e do consumidor, de maneira que se alcance a segurança alimentar e nutricional e, em consequência, a soberania alimentar.

Com base nessa concepção de agroecologia que atuou a ITEPS junto às feiras, de maneira a incentivar o trabalho em rede que promova comercialização justa e solidária na região do Cariri Cearense por meio da articulação, integração e ação entre todos os atores envolvidos nesse sistema: agricultores(as), entidades dos movimentos sociais e Poder Público. A ideia da junção de empreendimentos propõe uma nova dinâmica de circulação de capital que supere a disputa entre iguais imposta pelo modelo capitalista.

Os empreendimentos solidários, que hoje se encontram dispersos territorial e setorialmente, cada um competindo sozinho nos mercados onde vende e nos que compra, teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente. (SINGER, 2002, p. 116).

O desafio do eixo de fomento à agricultura familiar foi agregar grupos com origens diversas, localizados em uma mesma região mas fincados em municípios com culturas diferenciadas, bem como aspirações, ideários e modos de organização diferentes. Por esse motivo, o processo teria que vir da aproximação gradual da equipe acadêmica com os grupos, de maneira a aprofundar conhecimentos mútuos e gerar relações de confiança e reciprocidade tanto entre extensionistas e feirantes como entre os agricultores de cada feira, de forma que se evidenciassem as interfaces entre os empreendimentos.

1. O cenário de feiras agroecológicas e solidárias no Cariri

Antes de apresentar a caracterização das feiras de base agroecológica do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha é necessário situar esse tipo de circuito de comercialização de produtos. As feiras sempre estiveram relacionadas a um espírito de urbanidade e constituem fortes pontos de ligação entre zona rural e urbana. O campo da Geografia se dedica bastante a esses espaços, pois eles figuram como índices no estudo das ditas localidades centrais, cuja importância é classificada segundo sua dinâmica de distribuição de produtos e serviços. Milton Santos (2004) dedicou-se a entender redes urbanas de países subdesenvolvidos e classificou localidades segundo os níveis de produção, distribuição e consumo como circuito inferior e circuito superior. Esse último seriam as atividades desempenhadas prioritariamente em grandes centros urbanos, que giram altos volumes de capital, tais como bancos, comércio atacadista, indústrias e empresas de exportação. Já o circuito inferior abarca as atividades que giram pouco capital e demandam baixa tecnologia, tais como o artesanato e pequenos comércios varejistas. As principais características diferenciadoras dos dois circuitos giram em torno do nível de tecnologia empregado nas atividades e do grau de flexibilidade na organização dos grupos que as desempenham, por esse motivo, as áreas do dito circuito superior são

mais desenvolvidas e as do circuito inferior subdesenvolvidas, na ótica de Santos (2004). Outro diferencial é o apoio governamental, tendo o superior acesso à crédito e infraestrutura, o que não ocorre com os empreendimentos pertencentes ao circuito inferior – basta observar que os poderes municipais e estaduais criam cenários favoráveis à implantação de mercados globalizados tais como shopping centers, para cujo acesso são alargadas avenidas, construídos túneis e implantadas sinalizações de tráfego, o que não ocorre com os pequenos estabelecimentos locais. Apesar desse investimento governamental, há pouco vínculo desse tipo de empreendimento com o espaço local, pois o gerenciamento dos mesmos geralmente é feito em outros estados ou países e seu principal foco é o acúmulo de capital. Também não há fortes relações sociais entre os empreendimentos e as pessoas que neles trabalham. Já os empreendimentos do circuito inferior possuem mão-de-obra geralmente familiar e o principal objetivo é a sobrevivência pessoal e manutenção do negócio, não o acúmulo de capital. Nesse modelo se encontram as feiras livres de modo geral, incluindo as de base agroecológica.

Apesar de guardarem semelhanças no que tange ao sistema e objetivos da produção e comercialização, esses circuitos de compra e venda possuem características peculiares relacionadas ao contexto geoespacial e histórico em que foram construídos. É o caso das feiras acompanhadas pela ITEPS, cujas origens e organização dão-lhes vida e identidade próprias. Para o camponês, participar da feira é muito mais que vender um produto, significa produzir seu alimento e produzir bastante ao ponto de retirar o excedente do seu consumo. Estar na feira traduz sua convivência diária com a terra, com respeito ao tempo da natureza. Para ele, a feira não começa às 3:30 da manhã quando a barraca é armada, a feira é a expressão da sua vida, para muitos a feira já começa ao nascer. É o caso de muitos camponeses familiares do Cariri.

A Feira Agroecológica do Crato foi fomentada em meados de 2003, lá não se encontram apenas vários produtos, mas também diversas realidades de camponeses com heterogeneidade quanto à luta pela terra, à preservação de sementes crioulas, de suas diversas práticas agroecológicas e das tecnologias sociais de convivência com semiárido. Também conhecida como “Feirinha da ACB” devido ao fato de ser apoiada pela Associação Cristã de Base (ACB), esse espaço é constituído por agricultores(as) com formação e vivência políticas dentro da questão agrária. A maioria tem mais de 60 anos e vive ou viveu em assentamentos rurais. Com 13 anos de funcionamento, tornou-se referência na

cidade. Vale salientar que das três feiras trabalhadas, essa foi a única que resultou de um planejamento. Em 2002, foi elaborada a pesquisa de mercado intitulada “O mercado agroecológico na região do Cariri Cearense”, envolvendo os municípios do Crato, Jardim e Nova Olinda – municípios pertencentes à área de atuação da ACB. A pesquisa foi realizada com o apoio do DGOS – Ministério de Cooperação Belga e da Broederlijk Delen – Serviço de Cooperação da Alemanha e tinha o objetivo de sondar opinião de consumidores e comerciantes de hortaliças e frutas sobre a compra e venda de produtos sem agrotóxicos. A metodologia utilizada seguiu os procedimentos adotados em pesquisa semelhante realizada pela ONG Diaconia-PE. No tocante ao Crato, foram realizadas 411 entrevistas, sendo 309 consumidores, 55 proprietários de estabelecimentos e 47 feirantes e quitandeiros. Essa pesquisa lançou as bases para a implantação da Feira Agroecológica do Crato, em julho de 2003. Desde então, funciona no mesmo lugar de origem, em frente à sede da ACB, na Rua dos Cariris, próximo ao canal do Rio Granjeiro. A estrutura da feira foi custeada pela associação, que nos primeiros meses também se responsabilizou pela montagem das mesmas nas madrugadas das sextas-feiras e com os gastos com locomoção dos feirantes. Atualmente os próprios agricultores são responsáveis pela montagem e também pelo livro caixa da feira.

A Feira Agroecológica “A Mãe Natureza”, em Juazeiro do Norte, foi criada em 2008, tem participantes e uma história de vida diferenciada da feirinha do Crato. Os participantes são mais jovens, a maioria na faixa etária de 40 a 50 anos, e não vivenciaram a luta política pela terra. Também não tiveram apoio de entidades dos movimentos sociais para criar a feira, mas sim de órgãos governamentais – EMATERCE e Prefeitura de Juazeiro do Norte. Trata-se de um espaço que apesar de não fomentar a competição e não utilizar agrotóxicos – princípios da ES, visa mais a renda que o aspecto formativo/cidadão da agroecologia.

A Feira da Economia Solidária de Barbalha surgiu em 2011, foi fomentada pelo Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Barbalha e em seu início contou bastante com o apoio do escritório local da EMATERCE. Trata-se de uma feira itinerante e com regularidade mensal, tendo como principal objetivo fomentar a prática da ES, promover a integração entre os feirantes e a população local, com vistas a incentivá-la a consumir produtos sem agrotóxicos e o comércio justo. O espaço geralmente

traz atrações musicais e ao final da feira os participantes trocam produtos entre si, numa forma simbólica de promover a cultura da ES. Trabalhar com a feira de Barbalha não estava nos planos iniciais do projeto, mas a equipe considerou relevante incluí-la devido ao formato e propósito da feira, que notoriamente é das três a que mais promove o ideário da Economia Solidária de uma maneira educativa – embora as demais o façam através de sua organização interna e de seu lidar com a terra.

2 - Caminhos para a criação da Rede

O trabalho de fomento à criação da rede de feiras foi estruturado em duas fases. No primeiro ano, o momento foi de acompanhamento dos feirantes com vistas a promover formações nas áreas que os mesmos apontassem como relevantes, bem como para estabelecer vínculos entre a equipe acadêmica e os agricultores(as) a fim de promover “a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2013, p. 42). O segundo ano foi dedicado a promover encontros de integração entre os participantes das três feiras, visitas de intercâmbio e reuniões de planejamento para a formação da Rede a realização de sua primeira feira.

A equipe, composta por dois bolsistas de graduação, uma bolsista técnica e uma professora coordenadora, baseou-se na metodologia participativa, que de acordo com Krummer (2007) possui cinco fases: sensibilização e mobilização; diagnóstico participativo; planejamento participativo; execução de atividades e por fim, monitoramento e avaliação. De março a abril de 2015, foram feitos os contatos iniciais com as três feiras para apresentar a proposta do projeto aos agricultores, dirimir dúvidas e consultá-los sobre seu interesse em participar do projeto. Concluído esse momento de sensibilização, adentramos na segunda fase, a de buscar traçar com os agricultores um diagnóstico das feiras do Crato e de Juazeiro do Norte – em Barbalha, devido ao propósito diferenciado da mesma, optou-se por reuniões de planejamento da mesma.

Nesse trabalho de diagnose participativa, os feirantes do Crato apontaram que a feira precisava melhorar principalmente nos seguintes aspectos práticos: higiene, infraestrutura (barracas), divulgação, garantia de origem ao cliente (certificação) e acompanhamento técnico. Do ponto de vista

político, indicaram que o grupo ainda precisa avançar em organização e discutir/valorizar o papel da mulher na feira, posto que a maioria é feminina. Já o grupo de Juazeiro do Norte identificou que os principais gargalos eram a falta de composição formal do grupo (associação), a logística e assistência técnica.

Figura 1. Da esquerda para direita, fase de diagnose das feiras do Crato e Juazeiro do Norte



Fonte: arquivo do projeto

Diante disso, a equipe promoveu, ao longo do ano, formações diferenciadas em cada município, de acordo com as demandas surgidas nas reuniões de diagnóstico. No Crato, os temas foram manejo de alimentos, gestão social e solidária. Em Juazeiro, os feirantes ainda não tinham associação, por isso, foram promovidas formações em associativismo, gestão e cooperativismo. Ao todo, foram realizadas seis formações, sendo três na feira do Crato, duas com os agricultores(as) da feira de Juazeiro do Norte e uma em Barbalha.

Além desses momentos formativos, havia acompanhamento semanal às feiras do Crato e Juazeiro do Norte e mensal à feira de Barbalha – nesta, a equipe do projeto tinha um espaço para incentivar o debate sobre princípios da Economia Solidária.

Figura 2. Equipe acadêmica em debate na Feira da Economia Solidária de Barbalha.



Fonte: arquivo do projeto

Com o intuito de aproximar a universidade das feiras agroecológicas, a equipe promoveu um trabalho de compra certa durante a Mostra UFCA¹, dia 31 de outubro de 2015, quando agricultores da feira A Mãe Natureza - de Juazeiro do Norte, levaram cestas encomendadas pela comunidade universitária e também comercializaram produtos durante o evento. Para incentivar a encomenda das cestas foi montado um ponto de vendas na entrada do campus de Juazeiro do Norte e para divulgar a feira foi criado um evento no facebook e confeccionado cartazes. As barracas foram cedidas pela ITEPS e montadas pela equipe acadêmica, bem como a entrega das cestas e recebimento do pagamento, que depois foi repassado aos feirantes – estes ficavam atendendo compradores transeuntes na Mostra. A experiência mostrou que existe interesse da comunidade universitária em produtos das feiras agroecológicas, pois foram encomendadas 35 cestas em um período de três dias, além da venda no balcão, no dia da feira. As cestas continham cerca de 10 a 15 alimentos e custavam entre 15 e 20 reais. No entanto, após avaliação com o grupo constatou-se que a baixa participação dos feirantes na organização da mesma e as dificuldades de transporte mostraram que ainda

¹ O evento ocorre desde 2014 e é organizado pelas Pró-Reitorias de Cultura, Ensino, Extensão e Pesquisa da Universidade Federal do Cariri, constitui-se uma expressiva oportunidade de divulgação e promoção dos trabalhos desenvolvidos por alunos de graduação e pós-graduação, docentes e servidores técnico-administrativos da universidade. Fonte: site da UFCA. Disponível em www.ufca.edu.br. <Acesso em 02 maio 2016.>

não havia condições organizacionais e logísticas de manter o movimento de compra certa naquele momento.

Figura 3. Servidores da UFCA encomendando cestas agroecológicas



Fonte: arquivo do projeto

A feira na Mostra UFCA trouxe vivência para iniciar o terceiro passo da metodologia participativa: a do planejamento de criação da Rede, momento que foi efetivamente vivenciado durante o ano de 2015, período em que se desenrolou a segunda fase do projeto, a de integração entre as feiras. Em 28 de abril de 2015, a equipe promoveu o primeiro encontro entre os agricultores(as). Na ocasião, cada grupo apresentou graficamente e oralmente como funciona a sua feira. Foi um momento rico de troca de informações, que despertou nos participantes desejo de aproximação para trabalhar por melhorias.

Figura 4: Da esquerda para a direita, agricultores(as) de Barbalha, Juazeiro do Norte e Crato exibem representação gráfica de suas respectivas feiras



Fonte: arquivo do projeto

O segundo encontro de integração foi realizado em 28 de julho de 2015 e além de integrador também objetivou planejar a Rede. Nesse momento, o grupo elaborou coletivamente dez ações prioritárias da futura rede de feiras, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 1. Propostas de trabalho da Rede de Feiras

Promover visitas de intercâmbio às propriedades dos(as) agricultores(as)
Promover troca de sementes entre as feiras
Buscar assistência técnica para capacitações em conjunto
Buscar junto à órgãos públicos apoio a transporte de mercadorias para as feiras
Divulgar as feiras em carro de som, banners, rádios e Internet
Pensar em outros dias e horários da Feira de Barbalha que não sejam mensais
Realizar trabalho de campo que garanta a origem do produto e buscar certificação
Buscar garantir produção e qualidade para atender à demanda do consumidor
Fazer cota para criar fundo de custeio da rede

Fonte: Elaborado pelas autoras

Com base na proposta dos(as) agricultores(as), o projeto promoveu, em outubro de 2016, o terceiro encontro de integração em formato de intercâmbio, em visita à propriedade do casal Marli e Beto, em Juazeiro do Norte, precisamente no distrito rural do sítio Leite. Nesse encontro participaram, além dos feirantes de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, agricultores(as) dos municípios de Nova Olinda e Milagres, que participam de projeto desenvolvido pela Associação Cristã de Base (ACB), entidade que participou de todos os encontros de integração, bem como o CVTec de Barbalha. Foi um momento de troca de experiências sobre plantio e também de fortalecimento de laços entre os feirantes.

No dia 24 de novembro o grupo realizou o quarto encontro de integração. Desta vez na Casa de Sementes Senhor dos Exércitos, no bairro Batateira, Crato. O lugar é mantido pelo agricultor Juvenal Januário, um dos camponeses mais antigos da Feira Agroecológica do Crato. Durante o encontro, foi debatida a efetivação das propostas de criação da rede através de

grupos de trabalhos entre os 20 participantes, o encaminhamento das propostas de trabalho dos três grupos de trabalho formados para pensar a feira nos aspectos de produção, infraestrutura e parcerias. Para o grupo responsável por fomento a parcerias, o indicativo foi divulgar a Rede nas entidades públicas e privadas, com interesse no trabalho e nos princípios da rede que são norteados por Agroecologia e Economia Solidária.

O grupo responsável por pensar a produção elaborou as seguintes propostas: 1) Criar momentos de troca de experiência de sementes; 2) (catalogar as áreas envolvidas com a produção agroecológica a fim de que os produtores procurem soluções internamente para os problemas com relacionados à produção - pragas, doenças e etc., ou que busquem com os demais atores da rede solução para os problemas. Promover intercâmbio entre os produtores que fazem parte da rede; 3) Criar um selo (logomarca) e construir parcerias com as instituições e ONGs. Coletar informações e criar critérios que habilite os produtores a receber o selo; 4) Trabalhar com sistemas agroecológicos de maneira a migrar do orgânico para o sistema agroecológico.

O grupo incumbido de pensar a infraestrutura pensou as seguintes ações: 1) No tocante a transporte enviar ofícios para as instituições (Prefeituras e Sindicatos) a fim de que se faça valer a Lei de Economia Solidária em vigor nos municípios de Barbalha e Crato; 2) Com relação à divulgação das feiras, contratar carro de som com o apoio de prefeituras, elaborar banners das feiras e camisetas com o apoio da ITEPS, utilizar rádios e as redes sociais; 3) Articular-se para fazer as barracas/slogan com apoio das lojas que vendem produtos agrícolas – porém, no momento não seria prioridade esse ponto tendo em vista a feira ser itinerante; 4) Buscar meios de garantir o lanche nas feiras da Rede, a exemplo da feira de Barbalha.

Figura 5. Da esquerda para direita, intercâmbios no Sítio Leite e na Casa de Sem



Fonte: Arquivo do projeto

O quinto encontro de integração ocorreu dia 8 de dezembro de 2015, durante mais uma edição da Feira da Economia Solidária e Turismo Rural de Barbalha, no sítio Estrela, em Barbalha. Na ocasião, foi realizada uma roda de conversa onde todos os participantes opinaram sobre o envolvimento efetivo na rede, bem como sobre a logística da mesma. Durante o debate, o grupo demonstrou o interesse em realizar a feira coletiva somente com os participantes da rede, não descartando a possibilidade de agregar outros agricultores futuramente. Vale destacar que nesse momento a integração entre os feirantes já ocorria de forma natural, a participação de agricultores das feiras de Juazeiro e Barbalha era espontânea e os mesmos já estavam expondo, comercializando e trocando seus alimentos durante o evento.

Também foi nesse encontro que a marca da Rede foi aprovada, após ter sido avaliada pelo grupo em reuniões anteriores e também por meio de grupo interno em rede social. A marca foi elaborada pela equipe de designers gráficos da Pró-Reitoria de Extensão da UFCA e se baseou no conceito de cultura regional, preservação do meio ambiente e integração. Esses elementos identitários foram sendo construídos em processo coletivo desde o primeiro encontro de planejamento da Rede, bem como o nome da mesma.

Figura 6. Marca da Rede elaborada a partir de ideias dos(as) agricultores(as)



Em 19 de janeiro de 2015 foi realizado o último encontro de integração com o objetivos de planejamento da primeira feira rede. O evento ocorreu no Casarão da Cultura de Barbalha, do qual participaram além da ITEPS, algumas entidades de Barbalha, entre elas o CVTec, a União das Associações de Barbalha e o Sindicato de Produtores Rurais, daquele município, todos integrantes do Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural - espaço

responsável pela organização da feira itinerante da Barbalha, ACB e Fórum Caririense de Economia Solidária. Nesse momento o grupo decidiu que a primeira feira seria no município do Crato.

3 - A primeira feira da Rede: concretização de um plano coletivo

A feira ocorreu dia 02 de março de 2016, no centro do município do Crato. A escolha do local se deu de forma coletiva, o objetivo além das vendas e trocas foi dar visibilidade à Rede e, em consequência, aos feirantes. Através do apoio do eixo de comunicação da ITEPS, fizeram cobertura jornalística da feira duas emissoras de televisão – Verdes Mares² e Verdes Vales, duas rádios – Educativa AM, no Crato e Padre Cícero FM, sediada em Juazeiro do Norte e um webjornal³.

O evento contou com 33 agricultores e agricultoras dos municípios do Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Nova Olinda, Santana do Cariri e Jardim. Foram expostos alimentos orgânicos, entre eles mamão, banana, batata doce, fruta pão, amendoim, couve, rúcula, alface, coentro entre outros vegetais folhosos, além de bolos e biscoitos. Também contou venda de folhetos de cordel, artesanato de côco de babaçu, artefatos em tecido, geléias, mudas de plantas frutíferas, entres outros produtos artesanais. Um cantor local apresentava o cancionário do campo, intercalando músicas com falas de agricultores e representantes de entidades parceiras e de fomento à agricultura familiar que participaram da abertura do evento. As práticas e ritos solidários se destacaram em dois momentos: no café da manhã compartilhado - onde cada agricultor(a) ofertava um alimento produzido e nas trocas que ocorreram após o período de venda dos produtos.

Em reunião de avaliação, ocorrida após encerrado o evento, os(as) agricultores(as) afirmaram-se satisfeitos com a troca de experiências acontecida no evento, bem como com a divulgação da mesma. O desejo da realização de uma próxima feira foi unânime no grupo, que destacou como principais impactos positivos a boa manhã de vendas, o contato com novos consumidores - já que a feira ocorreu em local diferente de suas feiras de origem e o fato de terem contado com transporte e almoço.

² Matéria na TV Verdes Mares disponível em <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/t/edicoes/v/produtores-que-trabalham-com-agroecologia-mostram-trabalho-na-zona-rural/4860072/>. <Acesso em 02 maio 2016>.

³ Matéria no Diário do Cariri disponível em <http://www.diariodocariri.com/noticias/cariri/125698/i-feira-agroecologica-do-cariri-no-crato-teve-grande-aceitacao-popular.html>. <Acesso em 02 maio 2016>.

Figura 7. Consumidores na primeira feira da Rede de Feiras Agroecológicas do Cariri



Fonte: arquivo do projeto

Considerações Finais

A Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias foi sendo entrelaçada ao longo de dois anos por meio de uma aproximação horizontalizada entre feirantes, universidade, entidades não governamentais e públicas. Percebe-se, pela fala dos partícipes desse processo durante os encontros de planejamento e avaliação, que o exercício do trabalho em rede já é um aprendizado para todos e todas as agricultores(as), mas sabemos que a ainda tem-se um longo caminho para trilhar.

O primeiro dele é consolidação dos encaminhamentos das propostas em um estatuto interno da rede, pois a mesma ainda não criou qualquer estrutura organizacional, até o momento tão somente escolheu uma comissão organizadora para esse feito. A elaboração de estatuto propicia as bases normativas para uma melhor organização no sentido de captação de recursos, além de melhores condições políticas e metodológicas para participação dos agricultores(as).

A perspectiva da realização de futuras feiras da Rede certamente fortalecerá o envolvimento do grupo que ainda tem muito a avançar, pois a ausência de muitos(as) agricultores(as) aos encontros de integração e planejamento retardou o encaminhamento de ações importantes do projeto. Entre os obstáculos descritos por eles para a não participação nas ações do

projeto destacam-se a falta de transporte para participar dos encontros e para escoar seus alimentos, além de desânimo ocorrido por problemas de plantio nas hortas devido à falta de chuvas e a incidências de pragas. Esses fatores corroboram ações propostas pelo grupo para a Rede, ou seja, alguns feirantes ainda não percebem nesse espaço de fomento ao capital social, uma oportunidade para contornar problemas de maneira coletiva buscando o cumprimento de programas de apoio à agricultura familiar.

Do ponto de vista metodológico, consideramos que o projeto deixa indícios de que o acompanhamento do cotidiano dos sujeitos através da constante presença dos extensionistas no campo, aliado à práticas de diagnóstico coletivo e a premissa de identificar com a comunidade as demandas com as quais a universidade pode contribuir para resultados efetivos.

Ademais, a construção de redes é uma perspectiva de fortalecimento dos EES, uma vez que dificilmente esses empreendimentos têm capacidade de enfrentar isoladamente corporações empresariais. Consideramos, portanto, que a criação da Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri abre um novo caminho para a Economia Solidária na região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010:** população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766>. Acesso em: 28 abr. 2016.

CUNHA, Eduardo Vivian (org). **Mapeamento de Empreendimentos Econômicos e Solidários** - Ceará: 2010-2013. Juazeiro do Norte: UFCA, 2014.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>>. Acesso em: 12 dezembro 2014.

KRUMMER, Lydia. **Metodologias Participativas no Meio Rural**. Salvador: GTZ, 2007.

RIECHMANN, J. Agricultura, ganadería y seguridad alimentaria: lanecesidad de un giro hacia sistemas alimentariossustentables. In: **Fórum per a La sostenibilitat de lés illesbalears** – Quarta Jornada: Seguretat humana, alimenària y ecológica, 1.,2001. Sistema de Informações Territoriais. Disponível em: < <http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 13out2013.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Recife: Editora Universitária UFPE/PE, 2013.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2 ed. São Paulo, Editora da USP, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

3. EXPERIÊNCIAS DO FÓRUM CARIRIENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Maria Dasdores Gonçalo Costa
Augusto de Oliveira Tavares

1. FOCAES: Os primeiros passos

O Fórum Cariense de Economia Solidária - FOCAES tem um contexto peculiar, tanto pelo seu pioneirismo no Ceará quanto pela capacidade de se manter perene apesar dos obstáculos. Uma de seus méritos tem sido conseguir congregar de maneira representativa atores dos EES - Empreendimentos Econômicos Solidários, EAF - Entidade de Apoio e Fomento e o Poder Público, tornando-se referência nas questões que envolvem a organização dos empreendimentos, mobilização, formação e articulação política em torno da Economia Solidária na Região do Cariri Cearense.

Ainda são poucas as publicações sobre o FOCAES e, até o momento, não foram produzidas análises mais sistemáticas do seu impacto nas políticas públicas locais. O registro do seu processo de formação e as primeiras ações podem ser encontradas em LEITE (*et al* 2011) que destaca a sua fase inicial com o apoio da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares Solidários (ITEPS) nesse processo. De acordo com os autores:

O Fórum Cariense de Economia Solidária surge como um dos encaminhamentos do Seminário de Integração Teoria e Prática em Desenvolvimento Local/Territorial e Economia Solidária, realizado no dia 13/03/2010 no SESC de Juazeiro do Norte-CE, promovido pela Universidade Federal do Ceará com apoio do Banco do Nordeste. (LEITE (*et al*, 2011, p.2)

O FOCAES foi fruto de um trabalho articulado de diferentes atores, inicialmente mobilizados pela ITEPS, mas que foram ganhando autonomia durante o processo, fundamental para o desenvolvimento das características que se espera de um fórum, qual seja a organização horizontal, a adesão voluntária, a autogestão, a democratização interna de todos os processos e a

independência em relação a qualquer uma das organizações que o integram.

Durante o ano de 2010, o esforço da ITEPS, através de seus bolsistas e coordenador geral, foi de articular e viabilizar a criação de um Comitê Pró-Fórum de Economia Solidária, que seria responsável por identificar e convidar os atores para compor a organização e construir as diretrizes iniciais do seu estatuto e operação.

O trabalho inicial foi o de organizar o **I Seminário de Integração Teoria e Prática em Desenvolvimento Local/Territorial e Economia Solidária**, que aconteceu no dia 13 de março de 2010, no SESC de Juazeiro do Norte. Como um dos encaminhamentos, iniciou-se o processo prospecção dos interessados em construir e integrar o Fórum como ação de fomento assumido pela Incubadora.

No dia 26 de junho de 2010 realizou-se na Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri (atual UFCA) o primeiro encontro do Comitê Pró-Fórum Caririense de Economia Solidária no qual se reafirmou a importância do Fórum para o desenvolvimento territorial e fortalecimento das ações de Economia Solidária. Esse foi o marco inicial da criação do Fórum, construindo-se um consenso entre os atores presentes quanto a sua importância para o fortalecimento da Economia Solidária na Região.

O nascimento do FOCAES, no entanto, fica registrado com a realização da EXPOFAM - Exposição de Produtos da Economia Solidária de Base Familiar, realizada em 17 de Dezembro 2010 no Parque de Exposição do Crato.¹

No começo, a participação e compromisso dos atores com a constituição do Fórum foram marcadas por muitas dificuldades, sobretudo de mobilização. Naquele momento, o processo de incubação realizado pela ITEPS foi fundamental para a consolidação do Fórum, até que se fosse definida uma coordenação autônoma e o grupo se constituísse de forma autogestionária.

A ITEPS se insere dentro na Economia Solidária como entidade de apoio e fomento (EAF), como o próprio movimento costuma nomear. A incubação em Economia Solidária, como destaca Cunha (2014), preserva princípios característicos desse tipo ação, quais sejam:

¹ Cf. LEITE (*et al*, 2011)

a) se volta para um público de baixa renda e que se organiza segundo a lógica desta outra economia; b) não são cobradas taxas sobre os grupos incubados; c) as instalações físicas da incubadora geralmente não abrigam os empreendimentos; d) realiza o processo segundo uma orientação política específica, ou seja, conforme o projeto da Economia Solidária, o que significa incitar processos de autogestão internamente ao grupo, indo além do apoio técnico-operacional (CUNHA, 2014, p.95).

Atualmente, a ITEPS acompanha as ações do Fórum como entidade de apoio, apoiando e assessorando o processo de organização interna, mobilizações e articulações políticas, mas não faz parte da coordenação. O caráter autogestionário tem sido uma das principais conquistas do grupo e os desafios do processo são encarados como oportunidade de aprendizado através do exercício do diálogo e da construção coletiva.

As ações empreendidas pelo FOCAES surgem de demandas apresentadas pelos próprio atores envolvidos. Os desafios, propostas e possibilidades de atuação vão se definindo no espaço coletivo de discussão e são deliberadas depois de amplo debate. O espírito dos debates tem em vista a relevância das demandas para comunidade, território e atores envolvidos. O processo decisório privilegia mais a construção de consensos do que a simples vontade de maioria, evitando produzir “minorias” insatisfeitas.

Nesse sentido, o Fórum tem demonstrado um forte potencial como espaço de participação efetiva de seus membros. As fragilidades participativas ainda presentes decorrem mais das condições concretas da participação (deslocamento, tempo, informações disponíveis e empoderamento) do que da metodologia e forma de gestão interna. Este, no entanto, é um aspecto a ser analisado em trabalhos futuros, uma vez que ultrapassa os objetivos deste relato.

Nas sessões seguintes, descrevemos as principais ações desenvolvidas e debates articulados pelo FOCAES nos últimos anos, seguindo de uma breve análise.

2. Do Comitê Pró-Fórum à Coordenação Provisória (2011 e 2012)

Os esforços para consolidar a participação dos atores no FOCAES se deram ainda em 2011 quando o Comitê Pró-Fórum foi dissolvido e formou-se uma coordenação provisória que com a função de organizar o pleito para a

eleição da coordenação oficial. Durante esse período, iniciou-se o processo de criação do estatuto e conduziu, de forma colegiada, as ações do Fórum.

No início de 2012 as discussões foram direcionadas à realização da VI EXPOFAM - Exposição de Produtos da Economia Solidária de Base Familiar da Região do Cariri². Em 30 de julho deste mesmo ano, o FOCAES realizou a **II Plenária Local de Economia Solidária**, no SESC -Crato, com a temática **Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**. Nesse encontro definiram-se estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário e elegeu-se os representantes para defender as propostas na Plenária Estadual.

Outra ação importante deste período foi a atuação decisiva do FOCAES no processo de criação da Lei de fomento à Economia Solidária no município do Crato³, a primeira da Região Cariri. O projeto de Lei foi apresentado em audiência pública realizada no plenário da Câmara Municipal de Crato e aprovado no dia seguinte, sendo sancionado pelo poder executivo local no dia 05 de dezembro de 2012⁴.

O FOCAES realizou, ainda, uma formação em Economia Solidária. Um das ações realizadas nesse sentido foi o 2º Curso Estadual de Formação em Economia Solidária, com temática “Comercialização Urbana e Rural e as Finanças Solidárias: Fundos de Solidariedade e Bancos Comunitários Solidários” realizado no período de 26 a 31 de agosto de 2012 na Residência Santa Terezinha, no Crato, com carga horária de 48 horas. Foram ofertadas 40 vagas distribuídas de forma proporcional entre as entidades que compõem o Fórum, sendo que os participantes se comprometeram com a multiplicação das ações de formação nos seus campos de atuação. O objetivo foi formar educadores/as na perspectiva da educação popular em consonância com o saber local, visando fortalecer as práticas de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários, no processo continuado de reflexão em torno dos princípios da Economia Solidária.

²A EXPOFAM é um projeto que traça as diretrizes para a realização da **Feira Caririense de Economia Solidária**, com objetivo de disseminar e apoiar a Economia Solidária na região do Cariri, fortalecendo a sua organização, ampliando a visibilidade e reafirmando-a como um modelo efetivo de desenvolvimento territorial sustentável. As quatro primeiras feiras ocorreram nos anos 2007, 2008, 2009 e 2010 em Crato e, a partir de 2010, com a criação do FOCAES, a exposição recebeu impulso, ganhou uma nova gestão que contribuiu para o seu fortalecimento, passando a acontecer também em outros municípios. A VI EXPOFAM aconteceu no município de Juazeiro do Norte, entre os dias 30 de novembro e 02 de dezembro.

³Lei Municipal Nº 2.813 de 05 de Dezembro de 2012 define a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, no município de Crato-CE.

⁴A Lei, ainda depende de regulamentação para a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e do fundo orçamentário previsto na mesma, processo que vem sendo articulado no período em que escrevemos este relato.

Portanto, neste período, além da promoção das Feiras, da atuação na criação do marco regulatório e da realização do curso em Economia Solidária, a diretoria provisória iniciou os debates sobre o Estatuto e organizou a eleição na nova diretoria, assunto que será abordado no próximo item. Essa intensa movimentação do FOCAES em torno da mobilização, organização interna, articulação política e formação em Economia Solidária foram cruciais para fortalecer a identidade e consolidar o Fórum na Região.

A dissolução da coordenação provisória veio a acontecer no dia 20 de março de 2013, na sede do Geopark Araripe em Crato-Ce, ao mesmo tempo em que se deu a eleição da nova diretoria. Foi também um momento de comemoração, reconhecido pelos seus participantes como um marco importante na história do Fórum que ganhava ares de maior institucionalidade e legitimidade.

3. Aprovação do Estatuto, Planejamento e início do processo de sistematização (2013)

O processo de elaboração do estatuto do FOCAES foi iniciado ainda pela diretoria provisória. Assumiu-se uma metodologia participativa que contribuiu para fortalecer a horizontalidade na forma de tomar decisões no grupo. Depois de definidas as linhas gerais da proposta, o grupo debateu cada item. Os membros puderam apresentar destaques que passavam a ser discutidos abertamente e as deliberações foram construídas pelo diálogo.

Assumimos que a participação tem um valor em si e não apenas pragmático ou quantificável e esse parece ser um pensamento corrente entre os membros do Fórum, sempre que requerem a mais ampla e efetiva participação dos seus membros.

Inspirados no pensamento Santos (2002) entendemos que a participação democrática pode contribuir para superar práticas políticas clientelistas e hierárquicas de tomada de decisão, aumentar o acesso às informações, favorecer uma melhor compreensão dos problemas, além de desempenhar um papel de conscientização e educação para a cidadania, criando o que o autor chama de uma “nova gramática social”.

Outra importante ação da coordenação provisória foi formar a comissão eleitoral para conduzir o processo de eleição da coordenação e da secretaria executiva para o biênio 2013/2014. A comissão publicou o edital e

cuidou de todos os trâmites necessários. A eleição ocorreu no dia 20 de março de 2013 na sede do Geopark Araripe em Crato. Houve apenas uma chapa inscrita, composta com representantes das entidades que fazem parte do Fórum, seguindo uma estrutura colegiada: **Coordenação Geral** - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Orgânicos e Ecológicos do Cariri (SINTTROEC), Casa de Sementes Senhor dos Exércitos, Serviço Social do Comércio (SESC - Crato), e Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH). **Secretaria Executiva** - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Orgânicos e Ecológicos do Cariri (SINTTROEC), União das Associações de Barbalha (UNAB), Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS) e Secretaria de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos do Crato.

Por se tratar de chapa única, o coletivo deliberou que a eleição fosse feita por aclamação e assim a chapa foi eleita por unanimidade. A participação direta de todos os representantes nas decisões do FOCAES é uma ideia-força que vem se afirmando desde os seus primeiros passos.

O planejamento participativo passou a ser uma ferramenta fundamental para o a construção da identidade e do sentimento de pertença dos membros do Fórum. O planejamento, para o FOCAES, não se resume a um instrumento de gestão estratégica e sim, tem a função de definir de forma articulada aspectos que integram as ações cotidianas e os princípios norteadores da Economia Solidária com base na compreensão do território.

Tanto o planejamento quanto a avaliação tem sido uma prática regular dentro do Fórum que acontece, no mínimo, a cada seis meses. São desses encontros que saem os principais encaminhamentos e posições políticas, assim como são momentos de confraternização entre os membros.

Os seminários de planejamento costumam acontecer em municípios diferentes e alternados, normalmente entre Crato, Juazeiro e Barbalha, mas também tem acontecido em municípios do entorno, a depender da disponibilidade e possibilidade dos atores dessas cidades em receber o Fórum.

A rotatividade entre municípios tem sido uma prática usual também nas reuniões ordinárias. A importância dessa rotatividade é democratizar o acesso, ampliar o raio de atuação e colaborar para estender o debate sobre o movimento da Economia Solidária na região, além de possibilitar identificar as principais políticas públicas e ações locais de Economia Solidária, trocar experiências entre os atores sociais locais, promover uma aproximação com o

poder público e/ou entidades de fomento, estabelecendo novas parcerias ou fortalecendo antigas e dialogar diretamente com os empreendimentos locais.

A realização dos seminários em diferentes municípios, fortaleceu a articulação entre os três segmentos que compõem o FOCAES (EES-empresendimentos Econômicos Solidários; EAF-Entidade de Apoio e Fomento e PP - Poder Público) e podemos afirmar que contribuiu para fortalecer o movimento da Economia Solidária na Região do Cariri, ampliando a representatividade dos municípios que os recebem.

As pautas das reuniões são definidas com antecedência e encaminhadas por e-mail para a lista de membros. Alguns assuntos são recorrentes: funcionamento das feiras (Cariri Frutas, Feira das Culturas e EXPOFAM); acesso dos agricultores às políticas públicas (Programação de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE); Plano Territorial de Cadeia Produtiva - PCTP entre outros, além das pautas específicas, do contexto, da conjuntura ou de demandas de organização do próprio Fórum.

Um dos desafios constantes do FOCAES tem sido produzir conhecimento a partir dos dados gerados pelas ações realizadas, como uma forma de refletir sobre os processos e retroalimentar a prática. O registro das atividades tem sido feito de forma organizada, mas ainda é necessário avançar no processo de sistematização, para o que esse relato está representando um avanço.

No próximo item, elencamos as principais ações para efeito de registro e incluímos uma breve síntese sobre o período.

4. Sistematização das ações

As ações no âmbito da Economia Solidária são marcadas por muitos desafios. Entre eles, o da sistematização é um dos mais constantes. O FOCAES tem como meta permanente conhecer as políticas públicas que dialogam com a Economia Solidária como uma forma de mensurar o que vem sendo feito pelo Poder Público e o seu impacto nos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES locais. Para tal é necessário mapear os EES da Região do Cariri e manter os registros atualizados.

A sistematização com foco nas políticas públicas e nos empreendimentos não avançou suficientemente, no entanto, foram compilados em números, ações e discussões que demonstram a movimentação

do Fórum nos últimos anos. A principal fonte foram as atas das reuniões, os relatórios dos processos avaliativos e de planejamento, a memória de quem atuou diretamente e outros documentos produzidos ao longo desse tempo.

4.1 – Ano de 2013

QUADRO 1 - Distribuição dos participantes por segmento (2013)

MES	DATA **	EES*	EAF*	PP*	Total	Local
JAN.	30/01/2013	8	6	4	18	Crato
FEV.	20/02/2013	1	10	4	15	Juazeiro do Norte
MAR.	20/03/2013	4	5	3	12	Crato
ABR.	17/04/2013	14	6	4	24	Barbalha
MAI.	15/05/2013	34 ⁵	18	4	56	Crato
JUN.	26/06/2013	4	7	1	12	Juazeiro do Norte
JUL.	31/07/2013	21	5	6	32	Barbalha
SET.	18/09/2013	20	9	10	39	Juazeiro do Norte
OUT.	23/10/2013	46	8	15	69	Várzea Alegre
NOV.	19/11/2013	45 ⁶	7	26	78	Lavras da Mangabeira
DEZ.	18/12/2013	50	13	10	73	Barbalha

QUADRO 02 - Frequência por setor de participação e município

MESES	DATA **	EES*	EAF*	PP*	Total	Local
JAN.	30/01/2013	8	6	4	18	Crato
FEV.	20/02/2013	1	10	4	15	Juazeiro do Norte
MAR.	20/03/2013	4	5	3	12	Crato
ABR.	17/04/2013	14	6	4	24	Barbalha
MAI.	15/05/2013	34	18	4	56	Crato
JUN.	26/06/2013	4	7	1	12	Juazeiro do Norte
JUL.	31/07/2013	21	5	6	32	Barbalha
AGO.	21/08/2013	17	13	10	40	Crato
SET.	18/09/2013	20	9	10	39	Juazeiro do Norte
OUT.	23/10/2013	46	8	15	69	Várzea Alegre
NOV.	19/11/2013	45	7	26	78	Lavras da Mangabeira
DEZ.	18/12/2013	50	13	10	73	Barbalha
Total: 12 reuniões		264	107	97	468 participantes	

* EES - Empreendimento de Economia Solidária; EAF - Entidade de Apoio; PP.

** As datas correspondem aos dias das reuniões dos FOCAES

Observa-se que houve uma regularidade dos encontros do Fórum e que há uma maior número de participantes dos empreendimentos (EES), seguido das Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e do Poder Público (PP), respeitando a representatividade definida no seu Estatuto.

⁵ Municípios com representantes no evento: Crato, Fortaleza, Crateús, Itapipoca, Aracati, Barbalha, Missão Velha, Araripe, Jardim, Caririaçu, Potengi e Juazeiro do Norte.

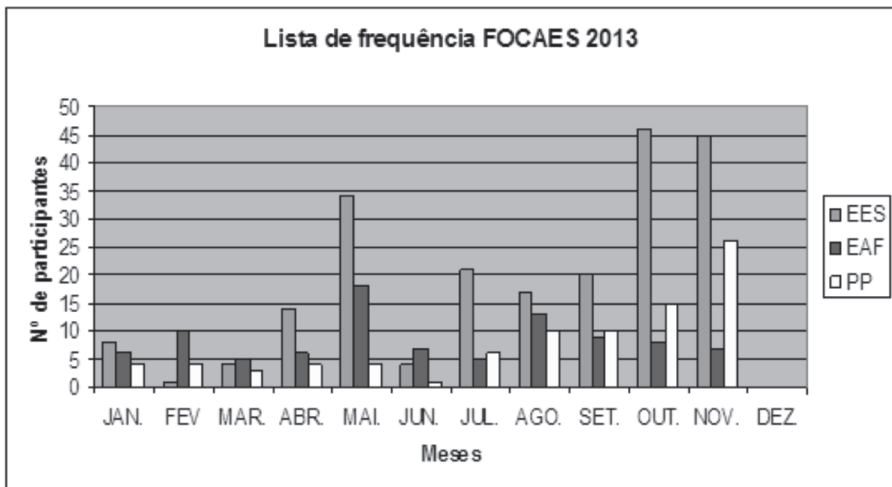
⁶ Estão incluídos os alunos e os profissionais do CAPS

A diferença entre o número total de participantes ao longo dos meses não nos coube analisar neste relato, mas importa registrar que crescimento contínuo demonstra a efetividade do FOCAES no território.

O município de Juazeiro do Norte destaca-se por apresentar a maior quantidade de entidades de apoio e fomento, fato que pode ser atribuído às características do próprio município, o maior da região em termos populacionais e em desenvolvimento econômico.

Não há limites à participação dos segmentos que compõem o FOCAES, no entanto, para efeito de deliberação em plenária, de acordo com o Artigo 7º, §8 do Estatuto, deve ser observado a proporção de 50% para EES, 25% para EAF e 25% para PP

QUADRO 03 -Número de participantes de Janeiro à Novembro de 2013



EES – Empreendimentos de Economia Solidária;

EAF – Entidade de Apoio e Fomento;

PP – Poder Público

Vale ressaltar que, em relação aos EES, além das áreas já tradicionais, há uma crescente diversidade de setores de atividade, como: artesanato; sistema agroflorestal; práticas agroecológicas; apicultura, entre outros.

Passamos agora a registrar as principais ações do FOCAES desenvolvidas neste período:

QUADRO 04 – Principais ações do FOCAES no ano de 2013

MÊS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Janeiro 2013	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão e aprovação do estatuto; - Formação da Comissão Eleitoral.
Fevereiro 2013	<ul style="list-style-type: none"> - Indicação de nomes para compor a equipe organizadora e definição do formato da feira “O Cariri Frutas que Queremos”; - Entrega das Cartas de Adesão para as eleições.
Março 2013	<ul style="list-style-type: none"> - Eleição para Coordenação e Secretaria Executiva do FOCAES; - Posse dos membros da nova coordenação.
Abril 2013	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento Estratégico do FOCAES, listando as ações que visa melhorar o desempenho do fórum; os objetivos (Por que fazer) e sustentabilidade (Como fazer); Posse dos membros da nova coordenação; - Encaminhamento: Formar comissões para trabalhar a organização da Feira das Culturas (29 e 30 de junho) e EXPOFAM (11 a 13 de outubro).
Maió 2013	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do Planejamento do FOCAES; - Socialização do Marco Legal da EcoSol em Crato; - Intercâmbio das experiências de EcoSol no Ceará (Aracati, Cariri, Crateús, Fortaleza e Sobral); - Escolha da comissão de planejamento (Expedido e Juvenal); - Importância da extensão rural no fortalecimento das feiras, especificamente no município de Barbalha com a realização da feira de troca itinerante e turismo rural.
Junho 2013	<ul style="list-style-type: none"> - Debate interno sobre a proteção da terra e suas políticas públicas, destacando a importância da criação de uma Carta Aberta sobre a utilização da terra; - Ponderações sobre as formas de comunicação interna: Além do e-mail utilizar contato telefônico para os que não acessam o mundo digital; - Reflexão referente à economia familiar urbana, recomendando a promoção de rodas de conversa, palestras e encontros no CRAS, Centro de Referência da Mulher, projeto PRÓ-CAMPO e CREAS.
Julho 2013	<ul style="list-style-type: none"> - Contextualização das políticas de fixação e acesso do homem à terra; - Discussão sobre o acesso dos agricultores as políticas públicas existentes (PAA, PNAE), as Políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; - Identificação dos programas e projetos da CODAF – Coordenadoria do Desenvolvimento da Agricultura Familiar, do FEDAF – Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar; do Projeto São José III (desenvolvimento sustentável – intervenção em toda cadeia produtiva) - Provocação sobre a necessidade de a continuidade do Diagnóstico dos municípios que fazem parte do FOCAES (proposta de realização dos Seminários Municipais).
Agosto 2013	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do Diagnóstico dos Empreendimentos Produtivos da Economia Solidária; - Apresentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município do Crato, com o propósito de que 100% da merenda escolar das escolas seja de origem da agricultura familiar. - A Secretaria Municipal de Agricultura de Crato expôs as ações e políticas públicas voltadas para os agricultores, suas famílias e comunidades rurais; - O Instituto Agropolos, apresentou o Plano Territorial de Cadeia Produtiva – PTCP, destacando que no território foi priorizada a cadeia

Fonte: Elaboração própria.

4.2 – A prática do planejamento e da avaliação

Os quadros abaixo apresentam, de forma sintética, uma das metodologias mais utilizadas nas avaliações do FOCAES, a chamada MATRIZ FOFA voltada para a realização de diagnósticos participativos para subsidiar avaliações e planejamentos. Trata-se de uma estratégia coletiva para identificar as Forças; Oportunidades; Fraquezas e Ameaças a partir de um tema específico. Os quadros abaixo referem-se às avaliações das Feiras dos Seminários Municipais.

QUADRO 05 – Matriz FOFA das feiras

FEIRAS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> - Aparato técnico para a realização das feiras; - Poder de instrumentalização do diálogo e da articulação da economia solidária na região do Cariri; - Expor o papel de cada membro dentro do movimento da economia solidária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de atores para compor os grupos de trabalhos; - Atraso na elaboração dos projetos; - Falta de estrutura física; - Fragilidade no sentimento de pertença por parte de alguns empreendimentos.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Muito parceiros envolvidos, possibilitando novos projetos; - Possibilidade de integração dos atores da economia solidária; - Possibilidade de diálogo com a sociedade sobre os valores da economia solidária 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouco engajamento pelo poder público na economia solidária - Pouca penetração da economia solidária na sociedade de forma geral; - Falta de divulgação/visibilidade das feiras de economia solidária.

QUADRO 06 – Matriz FOFA dos Seminários Municipais

SEMINÁRIOS MUNICIPAIS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> - Boa intermediação do diálogo entre o poder público, as entidades de apoio e fomento e os empreendimentos econômicos solidários sobre as políticas públicas que estão sendo implementadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não conseguir montar, de fato, o diagnóstico completo sobre os EES – Empreendimentos Econômicos Solidários e as Políticas Públicas nos municípios.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Visualização das políticas públicas pelos empreendimentos; - Corrigir possíveis falhas no planejamento e execução de políticas públicas para o setor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de conhecimento quanto o funcionamento e a qualidade das políticas públicas ligadas à Economia Solidária e de quem está usufruindo de fato.

A prática de avaliar a atuação do FOCAES é um princípio norteador que assegura a construção coletiva com vista à melhoria na funcionalidade desta organização. Em suma, as forças decorreram do crescimento do grupo e diálogo entre as instituições; a realização das Feiras e na realização dos encontros itinerantes, saindo do triângulo Crajubar para outros municípios do Cariri. As principais fraquezas dizem respeito à falta de projetos para angariar recursos; os EES não se reconhecerem enquanto organizadores das feiras e uma preocupação demasiada com a comercialização em detrimento do fortalecimento dos laços. Os desafios apontam para a necessidade de apoio dos Poder Público no que concerne ao deslocamento dos empreendimentos para as reuniões mensais e as feiras, elaboração de projetos mais amplos voltados para o Território da Cidadania, ousando sair dos pequenos espaços, além da criação dos marcos regulatórios para a Economia Solidária e regulamentação dos que já existem.

4.3 – Ano de 2014

QUADRO 07 - Distribuição dos participantes por segmento (2014)

MÊS	DATA	EES	EAF	PP	Total	Local
FEV.	19/02/2014	14	9	12	35	Crato
MAR.	18/03/2014	7	5	5	17	Juazeiro do Norte
ABR.	25/04/2014	16	2	6	24	Crato
MAI.	12/05/2014	48	34	18	100	Crato
JUN.	18/06/2014	14	15	7	36	Barbalha
JUL.	23/07/2014	9	8	1	18	Crato
AGO.	20/08/2014	16	8	4	28	Crato
SET.	17/09/2014	5	5	3	13	Caririáçu
OUT.	10 a 12/10/2014	40	32	11	83+17 ⁷	Crato
NOV.	26 a 29/11/2014	4	3	3	10	Brasília
DEZ.	10/12/2014	9	10	7	26	Várzea Alegre

QUADRO 08 - Distribuição dos participantes por segmento (2014)

MÊS	DATA	EES	EAF	PP	Total	Local
FEV.	19/02/2014	14	9	12	35	Crato
MAR.	18/03/2014	7	5	5	17	Juazeiro do Norte
ABR.	25/04/2014	16	2	6	24	Crato
MAI.	12/05/2014	48	34	18	100	Crato
JUN.	18/06/2014	14	15	7	36	Barbalha
JUL.	23/07/2014	9	8	1	18	Crato
AGO.	20/08/2014	15	10	3	28	Crato
SET.	17/09/2014	5	5	3	13	Caririáçu
OUT.	10 a 12/10/2014	40	32	11	83+17 ⁸	Crato
NOV.	26 a 29/11/2014	4	3	3	10	Brasília
DEZ.	10/12/2014	9	10	7	26	Várzea Alegre
Total: 11 reuniões		181	133	76	407 participantes	

⁷Expositores

⁸Expositores

Q UADRO 09 – Principais ações do ano de 2014

MÊS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Fevereiro 2014	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento das ações para 2014; - Discussão sobre a 3ª Conferência Nacional da Economia Solidária e dos prazos para a conferência municipal ou territorial; - Formação Comissão para a III CONAES: Instituto Agropolos, ASIDESS, Associação Cristã de Base, CEARTE, Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira e a Coordenação do FOCAES.
Março 2014	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão sobre Microempreendedor Individual pelo Sebrae; - Apresentação da proposta da III Conferência Territorial de Economia Solidária do Cariri.
Abril 2014	<ul style="list-style-type: none"> - Realização do XI Cariri Frutas: destaque para a presença de agricultores familiares, poderes públicos municipais e estadual e organizações da sociedade civil. - A feira, além de apresentar produtos da agricultura familiar e do artesanato local, teve o intuito de refletir sobre o futuro do evento, as dificuldades encontradas e as alternativas de organização para as próximas edições, bem como os caminhos para a agricultura familiar.
Maió 2014	<ul style="list-style-type: none"> - Realização da III Conferência Territorial de Economia Solidária da Região do Cariri. Com o tema: “Construindo um Plano Territorial da Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável” e o Lema: “Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”. - Na Conferência foi realizado um balanço dos avanços e desafios da Economia Solidária, além do debate sobre a integração das ações governamentais de apoio à prática e sobre a elaboração de planos municipais. - Houve representação de 15 municípios da Região do Cariri, totalizando 105 participantes, dos quais foram eleitos 34 delegando, dos três segmentos: 7 Poder Público, 8 Entidades de Apoio e Fomento, e 19 de Empreendimentos Econômicos Solidários.
Junho 2014	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do 11º Cariri Frutas; - Articulação da Feira das Culturas; - Realização da Feira dos Produtos da Agricultura Familiar em parceria com a UNAB, o STTR de Barbalha, a Ematerce e a Prefeitura Municipal de Barbalha, com o objetivo de expandir a economia solidária e fortalecer a agricultura familiar.
Julho 2014	<ul style="list-style-type: none"> - Participação na III Conferência Estadual de Economia Solidária realizada nos dias 09 e 10 de junho, na Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Estado do Ceará em Fortaleza, - Planejamento da VIII EXPOFAM – Exposição de Produtos da Economia Solidária de Base Familiar da Região do Cariri.
Agosto 2014	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do Observatório de Políticas Públicas para Territórios (OPPTE), que busca articular universidades e centros de pesquisas do norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul do Brasil, para formar rede de instituições convergentes na análise, monitoramento e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento territorial; - Exposição da Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária, fundada em 2004 na cidade de Mossoró, e dentre as ações do projeto ressalta a mobilização de empreendimentos para a adesão do Cadastro dos Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL;

4.4 – Análise dos dados de 2014

Em especial destacamos a continuidade das ações por meio dos encontros realizados em onze meses do corrente ano, atingindo um público aproximado ao do ano anterior. De acordo com a tabela da lista de presença, foram 407 Participantes, com maior projeção no mês de maio em função da realização da III Conferência Territorial de Economia Solidária da Região do Cariri e o mês de outubro com a realização da reunião ampliada do FOCAES, simultânea à VIII EXPOFAM, que reuniu 83 participantes.

No que pese aos bons resultados obtidos pelo FOCAES nesse período, podemos destacar dois aspectos: Um de **expansão** contínua, conquistada pela consonância de pensamentos, vivências e práticas que favoreceu a regularidade das atividades do Fórum, como: planejamento e avaliação, realização da EXPOFAM e promoção da Conferência Territorial. Por outro lado, no entanto, identificamos um processo de **estagnação** no âmbito específico da Feira do Cariri Frutas, não tendo havido uma renovação dos participantes e à recorrência de antigas demandas e problemas, sobretudo quanto à falta de uma articulação da cadeia produtiva dos produtores locais, os quais permanecem numa atuação isolada e com dificuldades de acesso às políticas públicas.

Outro aspecto negativo foi a descontinuidade no diagnóstico dos municípios, fato atribuído à organização da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária e o planejamento da EXPOFAM, que acabou demandando tempo e energia dos envolvidos que não tiveram como se dedicar às outras atividades planejadas.

4.4 - Ano 2015

QUADRO 10 - Distribuição dos participantes por segmento (2015)

MÊS	DATA	EES	EAF	PP	Total	Local
ABR.	15/04/2015	17	12	9	38	Crato
JUN.	08/06/2015	7	5	5	17	Crato
JUL.	15/07/2015	11	6	2	19	Crato
AGO.	19/08/2015	7	12	3	22	Juazeiro
SET.	16/09/2015	5	15	3	23	Crato
OUT.	21/10/2015	5	7	6	18+25 ⁹	Barbalha
NOV.	18/11/2015	4	3	3	10	Crato
DEZ.	09/12/2015	4	3	3	11	Crato

⁹Expositores

QUADRO 11 - Lista de Presença (síntese - 2015)

MÊS	DATA	EES	EAF	PP	Total	Local
ABR.	15/04/2015	17	12	9	38	Crato
JUN.	08/06/2015	7	5	5	17	Crato
JUL.	15/07/2015	11	6	2	19	Crato
AGO.	19/08/2015	7	12	3	22	Juazeiro
SET.	16/09/2015	5	15	3	23	Crato
OUT.	21/10/2015	5	7	6	18+25 ¹⁰	Barbalha
NOV.	18/11/2015	4	3	3	10	Crato
DEZ.	09/12/2015	4	3	3	11	Crato
Total: 08 reuniões						183 participantes

QUADRO 12 - Principais ações do ano de 2015

MÊS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Abril 2015	- Planejamento das ações para 2015 através de uma abordagem participativa, identificando demandas e dando prosseguimento as atividades num espaço coletivo; - Escolha da Comissão Eleitoral para organizar o pleito 2015/2016.
Junho 2015	- Assembleia Extraordinária de Eleição para o biênio 2015/2016; - Composição da chapa: Coordenação Geral (Associação de Integração e Desenvolvimento Social e Sustentável ASIDESS; Associação das Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar – ATRAF; Serviço Social do Comércio – SESC; Prefeitura Municipal de Crato. Secretaria Executiva : Casa de Sementes Senhor dos Exércitos, Associação Cristã de Base – ACB. - Ficou vago o segmento PP (Poder Público) e EES (Empreendimento Econômico Solidário). As vagas ficaram de ser preenchidas na próxima plenária.
Julho 2015	- Escolha do SINTTROEC para preenchimento de vaga do empreendimento na secretaria executiva do FOCAES para biênio 2015/2016; - Apresentação do CAR – Cadastro Ambiental pela SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Ceará.
Agosto 2015	- Apresentação da proposta do Portal da Economia Solidária, elaborado pela ITEPS; - Debate sobre agroecologia, inovação social e Economia Solidária.
Setembro 2015	- Escolha da Ematerce (titular) e URCA (suplente) como membros do poder público para preenchimento de vaga na secretaria executiva do FOCAES para biênio 2015/2016; - Debate em torno da promoção do marco regulatório da Ecosol nos municípios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte e Várzea Alegre; - Apresentação do Portal da Economia Solidária pela ITEPS/UFCA; - Definição da logística da IX EXPOFAM.
Outubro 2015	- Apresentação sobre a situação atual da Regulamentação da Lei de Economia Solidária (Ecosol) em Crato e Barbalha; - Apresentação da proposta do Encontro de Produtores do Nordeste – EPO.
	- Discussão sobre a existência de um recurso para Economia Solidária junto a Secretaria de Desenvolvimento e turismo, aprovado no orçamento municipal de 2016, município de Crato; - Debate com relação ao processo de Regulamentação da Lei de Economia Solidária (Ecosol) em Crato e Barbalha; - Exposição da Associação Cristã de Base ACB a respeito de como estruturou as feiras orgânica nos municípios do Crato, Nova Olinda,

¹⁰ Expositores

Novembro 2015	Santana do Cariri e Milagres; - Apresentação da UFCA sobre como se deu o processo da construção da lei estadual de Economia Solidária e as audiências públicas que ocorreram sobre o tema. - A RCES - Rede Cearense de Economia Solidária fez uma revisão da lei e encaminhou para o gabinete do Governador e foi criado um grupo de trabalho – GT para viabilizar o processo. - Planejamento do 16º EPO – Encontro de Produtores Orgânicos; - Escolha dos empreendimentos para o 14º Feirão da Rede Cearense de SocioEconomia Solidária e 1º Festival Lixo e Cidadania em Fortaleza, nos dias 15 a 17 de Dezembro.
Dezembro 2015	Avaliação das ações realizadas no ano 2015.

4.5 - Análise dos dados de 2015

Em síntese, ao resumir as principais ações deste ano, pode-se identificar a predominância de aspectos positivos, embora haja o reconhecimento das fragilidades e erros cometidos, vistos como oportunidades de aprendizado.

Como elementos positivos, compilados dos relatos pessoais e atas das reuniões, podemos elencar seis pontos principais:

- A regulamentação da Lei que cria o fundo municipal de Economia Solidária e o Conselho municipal de Economia Solidária em Crato;
- Abertura do processo de negociação com o poder público municipal de Crato sobre qual secretaria abrigará o Conselho e o fundo;
- Criação de uma agenda com a Câmara Municipal de Barbalha para regulamentar a Lei de Economia Solidária;
- Regularidade das reuniões do FOCAES acontecendo em diferentes municípios, agregando atividades simultâneas e ampliando o número de expositores e participantes.
- Participação ativa em encontros diversos ligados à Economia Solidária, com destaque para o I Encontro Regional de Economia Solidária do Cariri, organizados pelos PIE¹¹ – Trabalho, renda e Economia Solidária e ITEPS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares Solidários, no URCA (Campus CRAJUBAR)
- Criação do Portal da Economia Solidária do Cariri fruto das ações de extensão da ITEPS/UFCA.

Como base nas informações compartilhadas em processos participativos de avaliação, a percepção geral demonstrada pelos membros do FÓRUN é de que a Economia Solidária tem crescido no Cariri e o FOCAES

¹¹ PIE – Programa Institucional de Extensão da UFCA

ocupa um lugar importante nesse processo, sobretudo no que se refere à mobilização e articulação dos atores sociais diretamente ligados à geração de renda através do associativismo e cooperativismo de diferentes setores, com destaque para a agricultura familiar e o artesanato, bem como pela ampliação da relação com a sociedade civil e o poder público, de forma geral.

Uma convicção sempre presente nas falas dos participantes é de que o processo de fortalecimento de uma outra economia depende da participação ativa de cada um.

5. Considerações finais

O esforço de sistematização presente neste relato contribui para preservar a memória do FOCAES e serve de referência para reflexões sobre as práticas cotidianas, no sentido de melhorá-las.

Descrever um rol de ações nunca será suficiente para alcançar a complexidade dos acontecimentos. Ao longo desse texto, várias ações e seus desdobramentos acabaram ficando de fora, assim como não conseguimos registrar as emoções, expressas nos rostos, nas falas e nos abraços fraternais a cada encontro. O prazer subjetivo de cada membro imbuído na luta por uma causa coletiva também foge ao alcance deste relato, mas podemos atestar que esteve presente em cada conquista e até mesmo nos momentos de dificuldades.

No entanto, quantificar e qualificar as informações auxilia a percepção do potencial do FOCAES no contexto local, além de ser uma ferramenta de suporte para avaliação em busca de melhorias. Esta é uma primeira tentativa de fazê-lo de forma sintética. No entanto, os arquivos do FOCAES estão sob a guarda da Coordenação e poderão gerar muitas outras análises futuras.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Eduardo Vivian da. Incubação. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 95-97

FEITOSA, Danilo Ivo. (et al). **O Fórum Caririense de Economia Solidária como Espaço de Articulação de Uma Outra Economia**. IV Encontro Universitário da UFC no Cariri Juazeiro do Norte-CE, 17 a 19 de Dezembro de 2012.

LEITE, Maria Lais dos Santos (*et al*). **O Fórum Cariense de Economia Solidária como Possibilidade de Integração entre Empreendimentos de Economia Solidária, Entidades de Apoio e Fomento e Poder Público Local no Cariri Cearense**. ENAPEGS, Florianópolis - SC, 2011

SANTOS, B. S; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: Santos, B. S. (org). **Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002. p.39-82.

4. A REDE DE CATADORES(AS) NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI: OS DESAFIOS DE UM PROCESSO DE INCUBAÇÃO

Augusto de Oliveira Tavares

Introdução

A extinção dos lixões, com gerenciamento integrado e compartilhado de resíduos sólidos e inclusão sócio produtiva dos catadores, faz parte na Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída pela Lei 12.305/10. Os municípios que compõem a Região Metropolitana do Cariri cearense (RMC)¹, no entanto, não implementaram políticas públicas efetivas no sentido do cumprimento desta Lei. A proposta de um aterro sanitário Regional consorciado entre os nove municípios da Região, com financiamento do Banco Mundial/BIRD, tem sido motivo de disputas político-territoriais e nada se avançou nessa direção. Diante da imobilidade do comitê criado para gerir o consórcio, alguns municípios passaram a buscar soluções individualizadas, no geral, assumindo um viés privatista.

A expectativa é de que a esperada extinção dos lixões nos municípios afete diretamente o mercado da reciclagem e o trabalho dos catadores. Daí a importância da mobilização e organização para que não fiquem alijados desse processo.

Paralelo a isso, empresas que trabalham com reciclagem na Região do Cariri têm se multiplicado, se modernizado e ampliado a sua capacidade de comercialização. Os catadores avulsos e as associações têm sido os seus principais fornecedores, recebendo pelo material coletado o valor determinado pelos compradores ou ainda pelos atravessadores. Ao passo que crescem os empreendimentos particulares no setor da reciclagem, ampliam-se os desafios imediatos para as associações de catadores, quais sejam os de agregar valor e volume aos produtos coletados e negociar com maior autonomia, melhorando a renda e as condições de trabalho.

¹ A Região Metropolitana do Cariri (RMC) composta pelos municípios: Juazeiro do Norte, **Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririáçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri**, foi (cf. [Diário Oficial do Estado do Ceará](http://diariooficialdoestado.ce.gov.br/2009/07/03/0307200901.pdf) n° 121, ano I, série 3 (03 de julho de 2009)). (<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20090703/do20090703p01.pdf>) Acesso em: 23/07/2014

Para tanto, a organização dos catadores em Rede pode vir a ser uma alternativa para definir estratégias de comercialização colaborativa, fortalecer a luta dos catadores, influenciar políticas públicas para o setor e articular os diferentes atores sociais que atuam nesse campo.

1 - A atuação da ITEPS junto aos catadores

A ITEPS/UFCA - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários, inserida na Região do Cariri cearense, fomenta e apoia o desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária priorizando grupos populares produtivos que assumem uma diversidade de ações. O trabalho com as associações de catadores é uma delas. Desde a sua criação, em 2009, tem acompanhado o processo de mobilização e organização dos catadores de materiais recicláveis da Região do Cariri cearense, sobretudo nas cidades de Crato, Juazeiro e Barbalha.

A primeira experiência foi a atuação no Projeto “Educação Ambiental e Reestruturação da Associação dos Catadores de Recicláveis de Barbalha – ACARB” em parceria com a Prefeitura de Barbalha, cujo desfecho foi a criação da Associação com a saída dos catadores do lixão, que passaram a trabalhar em um galpão alugado pela Prefeitura e a receber auxílio financeiro, a chamada “bolsa catador”. No entanto, novos catadores passaram a ocupar o lixão, causando alguns conflitos com os catadores da Associação.

Esse desfecho levou a uma reflexão interna sobre as implicações da parceria de uma incubadora universitária com o poder público local e sobre as próprias metodologias de incubação utilizadas. Os principais problemas identificados foram a dependência dos recursos do Projeto, geridos exclusivamente pela Prefeitura, e a pouca adesão dos catadores a um trabalho efetivamente associativo².

² Relatos e avaliação dessa experiência podem ser encontrados em:

- CUNHA, Eduardo Vivian; LEITE, Maria Laís dos Santos ;SILVA, Silva Roberta Oliveira; FEITOSA, Danilo Ivo. Todos juntos podem mais? Associação de Catadores do Município de Barbalha/CE. In: RIGO, Ariadne Scalfoni; CANÇADO, Aírton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres. (Org.). **Casos de Ensino: Cooperativismo e Associativismo**. Petrolina-PE: Gráfica Franciscana, 2011, v. , p. 165-175.

- LEITE, Maria Laís dos Santos ; ALVES, Valéria Giannella . Ação-Reflexão-Ação: Ressignificando a atuação da ITEPS/UFCA-Cariri no Projeto de Educação Ambiental e Reestruturação dos Catadores de Barbalha. In: CUNHA, Eduardo; MEDEIROS, Amanda; TAVARES, Augusto. (Org.). **Incubação em Economia Solidária: reflexões sobre suas práticas e metodologias**. 1ed. Fortaleza: Impreco, 2013, v. , p. 145-158.

- SILVA, Silva Roberta Oliveira; LEITE, Maria Laís dos Santos ; SILVA NETO, Raimundo Gomes da ; FEITOSA, Danilo Ivo. **Descentralizando a Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: A experiência de Incubação do Projeto Educação Ambiental e Reestruturação da Associação de Catadores de**

A segunda experiência de incubação foi a partir de 2011, com a “Associação Engenho do Lixo”, no município de Juazeiro do Norte, que visava oferecer capacitação e assessoria técnica para a transformação da Associação em Cooperativa³.

Portanto, desde 2009 a ITEPS acompanha a organização do trabalho dos catadores na região do Cariri. Além da Incubadora, outras entidades de apoio e fomento também atuam com os catadores na região. A partir de 2010, a Cáritas Diocesana de Crato, executando o Projeto CATAFORTE, passou a desenvolver ações com os catadores locais, em parceria com o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) através da Rede Cearense de Catadores de Materiais Recicláveis e da Secretaria de Meio Ambiente e Assistência Social de Crato. Outros atores entraram em cena a partir de 2011/2012 como a Secretaria das Cidades, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e a Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão da Universidade Federal do Ceará.

Apesar de lidarem o mesmo público, o trabalho desenvolvido por essas entidades de apoio não foram resultado de um planejamento coletivo e nem estavam coordenadas. Cada uma executava projetos específicos, porém, todos voltados para a capacitação e assessoria aos catadores. A CÁRITAS desenvolve ações de mobilização e capacitação para comercialização em rede, abrangente tanto os catadores das associações, quanto os de rua e os que trabalham nos lixões; a STDS esteve focada na inclusão produtiva, através da capacitação e criação da infraestrutura necessária para coleta e beneficiamento do óleo de gordura residual (OGR); a Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão do Ceará/UFCA empreendeu esforços para a formalização de uma cooperativa regional para a Região.

Barbalha/CE. In: PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariadne Scalfoni. (Org.). **Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações**. Lavras-MG: Editora UFLA, 2011, v. , p. 287-297.

³ A descrição e análise das etapas deste trabalho até 2013, com os seus avanços, retrocessos, conquistas e desafios, culminando com uma tentativa de criação de uma cooperativa regional, podem ser encontradas em:

- TAVARES, A. O. **O Trabalho dos Catadores da Associação Engenho do Lixo: Entre a necessidade econômica e o discurso da consciência ambiental**. Cadernos Gestão Social, v. 4, p. 117-133, 2013.

- TAVARES, A. O. O Trabalho dos Catadores da Associação Engenho do Lixo. **NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social**, v. 3, p. 21-23, 2012.

- TAVARES, A. O. ; BRASIL, K.N.L. A Experiência de Pré-Incubação com a Associação de Catadores Engenho do Lixo: Os desafios de um grupo em fase inicial. In: CUNHA, Eduardo; MEDEIROS, Amanda;

TAVARES, Augusto O. (Org.). **Incubação em Economia Solidária: reflexões sobre suas práticas e metodologias**. 1ed. Fortaleza: Imprime, 2013, v. , p. 51-68.

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares Solidários – ITEPS/UFCA⁴, por sua vez, vem acompanhando as ações realizadas por essas organizações e entidades, contribuindo, sobretudo, com o processo de mobilização, articulação dos catadores e capacitação para a autogestão, utilizando metodologias da educação popular e procurando fomentar uma perspectiva da economia solitária através do associativismo e cooperativismo. Atua, principalmente, com os catadores já organizados em associações, a fim de favorecer o seu aperfeiçoamento.

As ações da ITEPS podem ser entendidas a partir de quatro momentos, não excludentes. O primeiro foi o apoio para o fortalecimento das associações tendo como foco a mobilização e a autogestão. O segundo foram iniciativas de capacitação e assessoria aos catadores para o trabalho cooperativo. O terceiro foi a tentativa de criação de uma cooperativa única para Região, congregando as principais associações locais. A partir dessa última etapa, foi se construindo a ideia da criação de uma Rede de Catadores para a Região, fundamentada nas reflexões sobre a importância das articulações em rede para o desenvolvimento territorial sustentável.

Em cada um desses momentos, desenvolvemos ações próprias, utilizando as metodologias de incubação, assim como procuramos nos articular com os outros atores sociais em cena que, nem sempre, compartilhavam da mesma visão teórico-metodológica da incubação em Economia Solidária. No entanto, apesar das divergências, foi possível somar esforços em torno de alguns objetivos comuns.

2 - A perspectiva de atuação em rede

O trabalho de mobilização dos catadores da Região teve a intenção de atingir todos os nove municípios que compõem a Região Metropolitana do Cariri (RMC). No entanto, de início, mantivemos contato com as seguintes associações:

Associação de catadores	CNPJ	Sócios	Município
ACCJ – Associação de catadores e catadoras de Juazeiro do Norte	14.323.824/0001-07	10	Juazeiro do Norte
Associação Engenho do Lixo	11.263.979/0001 07	38	Juazeiro do Norte
AARC - Associação dos Agentes Recicladores de Crato	07.956.607/0001-99	15	Crato
ACARB - Associação dos Catadores de Recicláveis de Barbalha	09.576.459/0001-02	18	Barbalha
AARNO – Associação dos Agentes Recicladores de Nova Olinda	06.304.652/0001-04	27	Nova Olinda

⁴ Importante não confundir a ITEPS com a Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão do Ceará/UFC. Ambas são incubadoras universitárias. No entanto, a primeira está situada na Região do Cariri e vincula-se à UFCA, a segunda está situada em Fortaleza, vincula-se à UFC.

Estas associações não foram fruto de uma escolha planejada e nem implica na exclusão de outras. São as que, inicialmente, aderiram à proposta, fruto de um trabalho de mobilização. O número de associados indicado na tabela foi declarado pela liderança de cada associação. Na prática, a quantidade varia, havendo uma rotatividade nas reuniões e encontros.

Em avaliação de diagnóstico realizada pela ITEPS, pudemos constatar algumas características comuns do grupo: baixa aderência ao espírito cooperativo; liderança personalística; ausência de reuniões e assembleias sistemáticas; ausência total ou parcial da prática de rateio; falta de transparência. Ou seja, se for levado em conta os princípios do trabalho associativo e as normas de seus próprios estatutos, nenhuma das associações funcionam efetivamente como tal, atuando, no geral, como um depósito de compra e venda de material reciclável, salvo algumas ações pontuais de educação ambiental e apoio assistencial aos catadores.

O trabalho de incubação realizado pela ITEPS prima pelo reconhecimento do grupo enquanto sujeitos do seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, é sempre importante identificarmos as suas reais demandas. Tendo passado por algumas capacitações, os catadores, de forma geral, declaram-se favoráveis e desejosos de uma cooperativa e parecem reconhecer que assim poderão aumentar sua renda e melhorar suas condições de trabalho.

No início, a ITEPS encampou a proposta de criação de uma cooperativa regional, iniciando o trabalho de mobilização, capacitação e elaboração participativa do seu estatuto. Após seis meses de trabalho, realizado o diagnóstico participativo junto com os catadores, o grupo concluiu que seria necessário aprimorar a capacitação antes que a cooperativa fosse formalizada. Avaliou-se que ainda não havia maturidade suficiente para conduzir a gestão da futura cooperativa. A avaliação apontava as dificuldades de elaborar o plano de viabilidade econômica, adotar a prática de deliberações participativas e autônomas, manter uma regularidade de reuniões e assembleias e fazer valer a função de cada membro da diretoria. Havia, também, muita insegurança dos catadores em relação definição da forma de rateio das sobras, uma vez que pairava certa desconfiança motivada pela ausência de prestação de contas. A falta de experiência também foi um agravante. Entre um grupo de aproximadamente 25 catadores, apenas dois declararam já ter atuado em uma

cooperativa. Para os demais, trata-se de algo novo que, conseqüentemente, produz dúvidas e expectativas.

Essas questões foram levantadas em algumas reuniões, recebendo o indicativo de que o grupo ainda necessitava aperfeiçoar as suas práticas de gestão e conhecer mais sobre cooperativismo em Economia Solidária, antes de formalizar a Cooperativa Regional. Porém, essa decisão não agradou a todos. Alguns passaram a considerar tudo o que foi feito até então, como “tempo perdido”, o que produziu certa desmotivação no grupo.

O trabalho de apoio da ITEPS continuou apostando na capacidade de auto-organização dos catadores e colocando-se à disposição para apoiá-los nas suas demandas. Como fruto do que já vinha sendo trabalhado pela CÁRITAS, foi se construído, entre as lideranças dos catadores, a ideia não mais de uma única cooperativa regional e sim do fomento à comercialização em rede, mantendo-se as associações ou as transformando em cooperativas.

Segundo Mance (1999)⁵, a palavra rede vem do latim *retis*, que significa teia, tratando-se de um entrelaçamento de fios que formam uma espécie de tecido de malha aberto e horizontal. O termo vem ganhando novos significados, entre eles a relação de pessoas e organizações que mantêm contato entre si com um objetivo comum. É nesse sentido geral que percebemos a possibilidade da organização dos catadores em uma Rede local, voltada para comercialização de materiais recicláveis.

Nosso objetivo passou a ser o apoio à constituição de uma rede socioeconômica que articule processos colaborativos de financiamento, produção, comercialização e desenvolvimento de práticas de autogestão, potencializando os princípios da Economia Solidária em contraposição à lógica estrutural de concentração de riqueza e de exclusão social.

A proposta de atuação em rede visa mobilizar as associações de catadores para a construção de um trabalho mais coletivo, com objetivo de ocupar o seu espaço no ramo da reciclagem, trabalhando de forma cooperada e consorciada com as associações, cooperativas e outros grupos organizados existentes na região na perspectiva da Economia Solidária e da autogestão. O objetivo é que a Rede se constitua de forma horizontal e aberta, evitando tornar-se uma rede corporativa com fins apenas monetários.

⁵ MANCE, Euclides André. **A revolução das Redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual - Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Tomamos como pressuposto que

não há uma fórmula pronta e acabada para a estruturação organizacional das redes. Cabe a cada rede operativa determinar, segundo suas especificidades, o processo de tomada de decisão que mais lhe convém, suas estratégias de operação e seu modo de funcionar, construindo, assim, organogramas próprios à sua experiência particular. (WWF-Brasil, 2003, p.64)

O que não significa que uma rede possa ser qualquer coisa ou funcionar de qualquer maneira. O conceito de rede a que nos referimos

é aquela que se apresenta como um projeto deliberado de organização da ação humana (...), porém não como uma “entidade” ou “instituição”, como o termo “organização” pode vir a conotar, e sim como um padrão organizativo (e seu modo de operação correspondente). Esse padrão ajuda os atores sociais a empreenderem, obterem resultados e promoverem a transformação da realidade – padrão e modo de operação que, (...), já trazem embutidos em seus princípios e procedimentos o exercício dessa transformação. (WWF-Brasil, 2003, p.13)

A ideia geral de rede que evocamos e o método a que ela se propõe, definirão a sua estrutura e dinâmica, o que implica em mudanças substantivas nas práticas e relações entre os que dela fazem parte. Em relação aos catadores, isso sugere mudanças radicais na sua forma de trabalhar e até de se perceberem como sujeitos para que a rede em questão se constitua com um caráter autônomo,

fundamentado em práticas e princípios democráticos, emancipatórios e empoderadores do ponto de vista político, inclusivos do ponto de vista social, sustentáveis do ponto de vista ambiental, abertos e polifônicos do ponto de vista cultural. (WWF-Brasil, 2003, p.13)

A Rede de Catadores da Região do Cariri, portanto, é um projeto em construção. Ainda que “induzida” pela intervenção das entidades de apoio e fomento, o que se espera é que ela ganhe uma feição e dinâmicas próprias de acordo com os arranjos que forem se construindo entre os seus atores, no contexto do território.

Sobre as peculiaridades de redes de “geração espontânea” e “induzidas”, vale registrar a citação de WWF-Brasil, 2003:

No âmbito da sociedade civil, o nascimento de redes ocorre por geração espontânea. Surge naturalmente como opção de organização de ações coletivas, nitidamente num processo de auto-organização. Redes que surgem assim possuem visivelmente uma qualidade diferente daquelas nascidas a partir de processos de indução. Elas "pegam" mais facilmente e têm mais organicidade do que as redes induzidas. O motivo talvez seja a existência, no caso das redes de geração espontânea, de uma base prévia de ação em rede não explícita e uma "dinâmica de comunidade" latente no âmbito do grupo, que necessitou ser apenas atualizada e trazida à superfície. O senso de pertencimento ao projeto coletivo é algo já dado em processos desse tipo. Ao contrário, no caso de redes induzidas, a construção da rede exige que se faça ainda a elaboração de laços de pertencimento ao grupo; em outras palavras, exige que se execute um movimento de "grupalização". Como isso é resultado da maturação das relações sociais no âmbito da rede, redes nascidas a partir de processos de indução necessitam normalmente de mais tempo para se tornarem orgânicas e coesas. (WWF-Brasil, 2003, p.55)

É nesse sentido que temos insistido nos encontros e reuniões com os catadores em atividades voltadas para o fortalecimento da identidade do grupo e dos vínculos comunitários, assim como procuramos construir cada passo *com* os catadores e não *para* eles, envolvendo-os ao longo de todo o processo, valorizando os seus próprios saberes.

3 - Considerações finais

Vale lembrar que, no geral, os catadores, mesmo os organizados nas associações, têm baixo índice de escolaridade e vivem em uma situação socioeconômica vulnerável, com poucos recursos financeiros e materiais, o que inviabiliza a frequência regular aos encontros de capacitação e reuniões. Normalmente, não utilizam computadores nem a internet. O contato mais imediato precisa ser feito por telefone ou presencialmente, o que tem dificultado a agilidade do fluxo das informações.

Embora para a construção de uma Rede de associações importe mais a capacidade de articulação entre as lideranças, no caso específico dos catadores,

as dificuldades na gestão interna de cada grupo influencia a dinâmica de uma rede que se pretende fundada nos princípios da Economia Solidária. Nesse sentido, permanece o desafio de aprimorar o funcionamento do trabalho associativo ou cooperativo nas bases.

Nos primeiros encontros de mobilização e sensibilização para a articulação da Rede, foram indicadas as seguintes demandas: a) formação técnica para gestão da comercialização em Rede; b) assessoria para estabelecimento de parcerias com o setor público e privado; c) aquisição de instalações físicas e equipamentos para a Rede; d) estratégias para formação de novas lideranças e adesão de novos membros; e) aprimoramento da autogestão; f) fortalecimento das associações em cooperativas; g) pesquisa contínua de mercado de material reciclável, local e nacional; h) influenciar o poder público para implantação de políticas pública de coleta seletiva.

Com o fomento à criação da Rede foram realizadas reuniões de discussão política, articulação, organização e mobilização dos catadores dos municípios da região, havendo uma maior adesão entre os catadores de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Como resultado desses encontros foram se projetando novas lideranças entre os associados que passaram a demonstrar maior interesse pelo trabalho colaborativo.

A nossa perspectiva é de que a Rede de catadores seja aberta e horizontal, evitando os vícios das redes corporativas. Nesse sentido, a participação dos representantes dos catadores num ciclo de ação-reflexão-ação, juntamente com a equipe do Projeto tem sido uma constante. Independente do nível de escolaridade, cada sujeito tem habilidades e competências próprias, construída ao longo de suas experiências, que tem sido fundamental para a troca de saberes.

São realizados, em média, dois encontros mensais. Inicialmente, provocados somente pela equipe de assessores. Com o avanço do processo de capacitação e a renovação das diretorias, as lideranças dos catadores passaram a planejar os encontros por conta própria. Uma iniciativa que, apesar de simples, foi um avanço significativo em relação à situação em que se encontravam antes.

Foram realizados ainda oficinas com conteúdo formativo de caráter técnico, político e cultural, além de seminários temáticos, marchas e audiências públicas sobre a questão da gestão dos resíduos nos municípios e a necessidade de reconhecimento e valorização do trabalho das associações de catadores para a coleta seletiva e geração de trabalho e renda na região. Vale ressaltar que

embora essas ações tenham sido empreendidas pelas entidades de apoio, os catadores tiveram presença ativa no seu processo de planejamento e durante a sua realização.

Em relação às oficinas, os próprios catadores contribuíram com a sequência e distribuição dos conteúdos incluindo e/ou excluindo temas a partir da identificação coletiva das prioridades formativas do grupo. As ações de caráter político e social também foram marcadas por um processo participativo de planejamento, nas quais os catadores foram os atores principais. Ao longo do processo, a metodologia de incubação levou em consideração as diferentes formas de linguagens que articulam o tecido social do qual os catadores fazem parte, o que proporcionou a realização de ações coletivas aprendendo, inclusive, a lidar com os conflitos que foram surgindo no percurso.

Outro aspecto que tem nos ocupado é o estudo da viabilidade econômica da Rede que depende fundamentalmente de três aspectos: 1) conhecimento do mercado da reciclagem; 2) efetividade da logística e gestão interna e 3) infraestrutura adequada para o seu funcionamento, apontados, pelos catadores, como desafios para o funcionamento da Rede.

A infraestrutura física, no entanto, tem sido um obstáculo mais lembrado. As associações funcionam em prédios inadequados e mal equipados. O objetivo é que, a Cooperativa, que dará sustentação à Rede, funcione em um galpão de transbordo equipado como prensa, esteira, caminhão, EPI's, etc, além de escritório, mobiliários, linha telefônica, acesso à internet, computador, etc.

Há uma percepção entre os catadores, declarada em algumas reuniões, de que a consecução desses objetivos dependerá do poder público ou das entidades de apoio e fomento, mas podemos perceber o fortalecimento da conscientização de que eles são o elo mais forte do processo de mobilização e de que, juntos, podem reivindicar direitos e estabelecer parcerias para atingir seus objetivos.

Têm sido realizadas algumas tentativas de comercialização em Rede e houve avanços no processo de criação coletiva do estatuto da cooperativa que se chamará: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS SOCIOAMBIENTAIS DE CATADORES E CATADORAS – REDE COOKARIRI.

A elaboração do estatuto foi fruto de dezenas de encontros entre os

representantes das associações com a assessoria direta da ITEPS e da CARITAS. A assembleia de fundação está prevista para acontecer em 06 de outubro de 2016.

Observamos que o próprio processo de articulação para elaboração do estatuto e preparação da assembleia de fundação e eleição da diretoria, contribuiu para o auto-reconhecimento dos catadores como sujeitos capazes de mudar a sua vida e influenciar na sociedade, aumentando o sentimento de pertença ao coletivo e reforçando a sua identidade.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Eduardo Vivian; LEITE, Maria Laís dos Santos; SILVA Silvia Roberta Oliveira; FEITOSA Danilo Ivo. Todos juntos podem mais? Associação de Catadores do Município de Barbalha/CE. In: RIGO, Ariadne Scalfoni; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres. (Org.). **Casos de Ensino: Cooperativismo e Associativismo**. 1ed. Petrolina-PE: Gráfica Fransciscana, 2011, v. , p. 165-175.

[Diário Oficial do Estado do Ceará nº 121, ano I, série 3](http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20090703/do20090703p01.pdf) (03 de julho de 2009).
(<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20090703/do20090703p01.pdf>)
Acesso em: 23/07/2014

LEITE, Maria Laís dos Santos; ALVES, Valéria Giannella. Ação-Reflexão-Ação: Ressignificando a atuação da ITEPS/UFC-Cariri no Projeto de Educação Ambiental e Reestruturação dos Catadores de Barbalha. In: CUNHA, Eduardo; MEDEIROS, Amanda; TAVARES, Augusto. (Org.). **Incubação em Economia Solidária: reflexões sobre suas práticas e metodologias**. Fortaleza: Imprece, 2013, v. , p. 145-158.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA Silvia Roberta Oliveira; LEITE, Maria Laís dos Santos; SILVA NETO, Raimundo Gomes da; FEITOSA Danilo Ivo. Descentralizando a Incubação

de Empreendimentos de Economia Solidária: A experiência de Incubação do Projeto Educação Ambiental e Reestruturação da Associação de Catadores de Barbalha/CE. In: PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariadne Scalfoni. (Org.). **Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações**. 1ed.Lavras-MG: Editora UFLA, 2011, v. , p.287-297.

TAVARES, A. O. O Trabalho dos Catadores da Associação Engenho do Lixo. **NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social**, v. 3, p. 21-23, 2012.

_____. O Trabalho dos Catadores da Associação Engenho do Lixo: Entre a necessidade econômica e o discurso da consciência ambiental. **Cadernos Gestão Social**, v. 4, p. 117-133, 2013.

_____.; BRASIL, K.N.L . A Experiência de Pré-Incubação com a Associação de Catadores Engenho do Lixo: Os desafios de um grupo em fase inicial. In: CUNHA, Eduardo; MEDEIROS, Amanda; TAVARES, Augusto. (Org.). **Incubação em Economia Solidária: reflexões sobre suas práticas e metodologias**. Fortaleza: Impreco, 2013, v. , p. 51-68.

WWF-BRASIL. **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade**. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.esacam.edu.br/jornal/cabecalho_artigo.cfm?target=artigo/mensuracao.htm. Acesso em: 22 jul. 2014.

5. COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO EM INICIATIVAS SOCIAIS A PARTIR DO PROJETO GESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS (PGSE)

Francisco Mário de Sousa Silva
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins
Waléria Maria Meneses de Morais Alencar

Introdução

As iniciativas sociais no Brasil ganharam papel de relevância, sendo importante ressaltar que estas realizam significativos feitos, sejam no âmbito educativo, social e ambiental. Algumas instituições, grupos e organizações abrangem faixas etárias diferenciadas através de ações concretas realizadas em espaços distintos.

Apesar do avanço nas discussões referentes às práticas com viés social no país, inúmeras instituições ainda se veem fragilizadas pela falta de visibilidade em suas ações, comprometendo diretamente o crescimento do grupo, o desenvolvimento das atividades e aquisição de recursos.

Algumas estratégias são utilizadas com intuito de reverter esse quadro. No entanto, muitas delas acabam se tornando acúmulo de informações burocráticas, eventos sem grandes participações, custos extras com serviços de terceiros, entre outros fatores que pode vir a enfraquecer a sustentabilidade do grupo por utilizarem métodos não dialógicos.

Seguindo essa perspectiva, Mendonça (2006, p. 78) reforça que:

a constituição dos movimentos sociais é formada também por um processo dialógico, ao qual deve levar em consideração os atores internos e externos, na busca por interação social, diante de suas demandas. Sendo assim, se faz necessário observar as características peculiares de todos os públicos envolvidos com determinadas iniciativas.

O presente trabalho versa sobre a possibilidade de compreender a

relevância da utilização de técnicas jornalísticas em iniciativas sociais, tendo como suporte as atividades no âmbito de comunicação desenvolvidas pelo Projeto Gestão Social nas Escolas no corrente ano.

1 - Projeto Gestão Social nas Escolas: histórico e atuação

O Projeto Gestão Social nas Escolas (PGSE) desenvolve desde 2011 atividades voltadas para o âmbito educativo e social. O PGSE faz parte dos projetos integrantes do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS) e tem como objetivo avivar o protagonismo juvenil em estudantes de escolas públicas estaduais da região. Para tanto, desenvolve métodos de estímulo a participação coletiva, visando o sentimento de pertencimento para atuação nos processos de decisões estudantis, comunitários e políticos.

O projeto é desenvolvido na Região do Cariri cearense e possui parcerias entre a Universidade Federal do Cariri onde está localizada a sede administrativa, a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) além do vínculo com a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - CREDE 19. Os trabalhos são desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar que realizam atividades distintas ao mesmo tempo integradas, possibilitando a sustentabilidade da iniciativa.

Em 2015 a proposta integrou aos seus objetivos antecipar a vivência universitária para estudantes do ensino médio das escolas públicas estaduais, com o fim de aguçar o entusiasmo pelo ambiente acadêmico. Dessa forma, passou a incluir públicos diferenciados através da parceria com estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal do Cariri (UFCA), além do público direto: estudantes, professores, gestores e familiares.

Fonte: (LIEGS/2014)

1.1 - Terceiro setor e sustentabilidade

O terceiro setor faz parte da conjuntura nacional brasileira, segundo o relato setorial nº 3 da AS/GESET (2001). Já no término do século XIX, as entidades sem fins lucrativos desenvolviam atuação no âmbito social brasileiro. No entanto, só nas décadas 60 e 70 do século passado, as organizações não governamentais (ONGs) passaram por um processo de estruturação, diante dos dilemas sociais vivenciados pela política da época. Atualmente considera -

se que essas organizações fazem parte de um processo concreto de influência popular. Entende-se por terceiro setor:

O terceiro setor constitui-se na esfera de atuação pública não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Nesta definição, agregam-se, estatística e conceitualmente, um conjunto altamente diversificado de instituições, no qual incluem-se organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos. (AS/GESET, 2001, p. 4)

É evidente que se torna necessário o desenvolvimento de estratégias de sustentação para que as instituições que fazem parte do terceiro setor continuem desempenhando papel ativo na sociedade. Fernandes (1994, p. 24) reforça que “para a sustentação do terceiro setor as atividades voluntárias ganham papel de extrema relevância, tendo em vista a noção de cidadania integrada a esse setor”.

Em relação a sustentabilidade das organizações, Santos (2005) salienta que se trata de um dimensionamento muito mais amplo que questões econômicas, transitando por diversas áreas, desde os processos humanos de coletividade e relações, até as questões políticas. Cruz e Estraviz (2000, p. 24) marcam ainda que:

É importante que as organizações busquem sua sustentabilidade envolvendo vários financiadores, governos, empresas, fundações, sócios, além de geração de recursos próprios. Se este sistema é bem planejado, tem-se sempre a garantia de continuar existindo, mesmo que uma das fontes de financiamento deixe de contribuir.

Sendo assim, as organizações que fazem parte do terceiro setor vivenciam realidades diversas. Santos (2005, p. 103) observa “de forma mais específica a perspectiva criativa e coletiva ao qual é extremamente necessário levar em consideração a atuação humana presente na organização”.

1.2 - Comunicação organizacional

Para assimilar como se dá o processo de comunicação organizacional é necessário entender a amplitude que a comunicação desenvolve não só nas organizações, mas na compreensão de mundo. Cavalcante e Lima (2008, p.26) reforçam que “ao tentar adentrar no entendimento sobre a comunicação, os caminhos são múltiplos e sempre possibilitam novos aprendizados, porque a comunicação faz parte do processo de compreensão do mundo e do que o integra”.

O processo comunicativo ganhou notoriedade no decurso da história, fazendo parte integrante do progresso humano. Perles (2007, p. 1) salienta que:

O transcurso da comunicação se tornou ao longo da história humana um dos pontos mais significativos, ao qual sofreu alterações no decorrer dos anos. No entanto, esse processo se uniu a diversos outros fatores como as questões culturais, linguísticas e tecnológicas.

Entretanto, conceitualmente a comunicação não está restrita somente a espécie humana, Baitello Júnior (1998, p. 11) identifica que a aptidão comunicativa faz parte integrante da vida animal de diferentes espécies. Teles (1973, p. 19) ainda menciona que “Uma rocha se comunica, à medida que suas partículas nucleares se atraem ou se repelem na intimidade de sua estrutura atômica. Como se vê, comunicação implica movimento”.

Seguindo essa perspectiva, o processo comunicativo é amplo e ao mesmo tempo aberto as mudanças sociais, temporais, formas e movimentos. Com a possibilidade de se adequar, a comunicação ganhou novos dimensionamentos e amplitudes, fato nitidamente observado com a mecanização e reprodução de livros. Sobre isso Gontijo (2004, p. 167) observa que “quando foi possível mecanizar esse processo através da prensa e reproduzir em série, o livro tornou-se portátil e o saber extrapolou os limites dos mosteiros, feudos e nações.”

Dado a evolução do sistema de comunicação que permeia a atualidade, observa-se o exemplo:

Sentado em uma poltrona, acompanhado ou não por outras pessoas, no silêncio de um cômodo tomado pela penumbra ou num ambiente de extrema iluminação e sacudido pela algazarra de vozes e sons, o homem aponta o controle remoto para a televisão e, utilizando-se de suas múltiplas funções, “navega” por diferentes canais, aumenta e diminui o volume do som, controla as cores e a intensidade de luz da imagem etc. Tudo isso, envolvido na simplicidade das coisas e gozando do conforto das condições que a vida moderna pode oferecer, dependendo, evidentemente, do poder aquisitivo de cada um. Perles (2007, p. 11).

O panorama apresentado reflete um amplo processo comunicativo dotado de elementos tecnológicos ou não, ao qual se torna indispensável compreender quando se trata de comunicação organizacional, sejam elas nas organizações públicas ou privadas, para atender as demandas da sociedade no que se refere à comunicação; lembrando sempre que as organizações possuem diferentes públicos.

Além disso, as organizações estabelecem estreitas relações com outras instâncias e a comunicação é fator essencial quando se trata de relacionamento na esfera interna e externa. Kunsch (1986, p. 30) reforça que: “A interdependência das organizações em si as leva ao relacionamento e à integração com as demais e de cada uma em si com seu mundo interno e externo. E isto só dará, como já dissemos, por meio da comunicação e na comunicação”.

Diante dos processos que regem a comunicação organizacional é evidente que para se ter bom proveito nos recursos utilizados, torna-se necessário o planejamento de ações que possibilitem melhores trâmites nas informações e utilização de ferramentas e técnicas através de gerenciamento compatível com a demanda. Nesse sentido, Rego (1986, p.105) salienta que “para comunicação organizacional se faz necessário o gerenciamento de ferramentas e técnicas através de uma coordenação, a fim de gerar um entendimento concreto e de identificação organizacional”.

Diante dessa perspectiva, as atividades no âmbito organizacional em uma instituição perpassam o campo fragmentado e ganha notoriedade as atividades que são desenvolvidas de forma integrada. Kunsch (1997, p. 116) reflete que “as atividades de comunicação em uma organização devem ser integradas para garantir o fortalecimento da imagem da instituição perante a

sociedade, o que não seria possível com uma comunicação desvinculada”.

Torna-se evidente que diante dos fluxos de uma instituição são inúmeras as demandas comunicativas, sejam para reforçar a sua atuação na sociedade, seja para suprir demandas internas e externas. Diante desse contorno, Cardoso (2006, p. 1132) destaca:

A comunicação é um fato nas organizações, ou seja, não existe nenhuma organização sem uma prática comunicativa, ainda que os processos comunicativos não sejam institucionalizados. Eles são essenciais para a operação da entidade e estão intimamente vinculados às formas de significar, valorar e expressar uma organização, isto é, ao processo comunicacional e constitutivo da cultura da organização, e de sua identidade, configurando imagens reconhecidas por seus diversos públicos internos e externos. A comunicação pode ser entendida, então, como um alicerce que dá forma à organização, fazendo-a ser aquilo que ela é. Porém, isso não significa que a comunicação seja algo autônomo, porque ela será sempre correspondente à forma de ser daquilo que a engendra, neste caso, a empresa ou instituição.

Por fim, é importante salientar que as instituições já visualizam novos rumos no que se refere à comunicação e relação com os colaboradores das instituições, isso é evidenciado no âmbito interno e externo. Segundo Cardoso (2006, p. 1132) em relação à esfera interna:

é necessário a adaptação a novas metodologias de gestão, na tentativa de melhor participação dos integrantes e sentimento de pertencimento, possibilitando assim, um processo de autonomia. Em relação ao campo externo, as atividades devem visualizar as demandas que envolvem o ambiente ao qual está inserido, sejam elas de viés social, cultural, etc.

1.3 Assessoria de Imprensa

Ao longo dos anos, as atividades jornalísticas ganharam novas dimensões, fator evidenciado pela tentativa de adequação a diferentes espaços e períodos. Costa e Andrade (2011) reforçam que essas modificações foram necessárias no processo de apropriação de características de épocas diferenciadas.

Com base no Manual de Assessoria de Comunicação- Imprensa da Federação Nacional dos Jornalistas (2007), as assessorias surgiram no início do

século XIX, com ações desenvolvidas pelo jornalista Ivy Lee na tentativa de modificar a imagem negativa do empresário John Rockefeller, que conseguiu êxito através das técnicas desenvolvidas, entre elas a utilização da imprensa já consolidada na época. No Brasil, essas atividades ganharam destaque como consequência de um período de redemocratização posterior ao declínio do regime militar e atualmente trata-se de um viés estabilizado no mercado de comunicação.

Sendo assim, as assessorias de comunicação surgem a partir de um vínculo direto com os veículos de comunicação já firmados, desta forma incorpora características desses veículos e fundamenta suas estruturas de acordo com modelos pré-estabelecidos. Por esse motivo, as assessorias adequaram-se a direcionamentos dos veículos aos quais desenvolvem parcerias.

É preciso lembrar que as ações da uma assessoria de imprensa estão diretamente vinculadas ao cotidiano da redação dos veículos de comunicação. As sugestões de pauta e demais materiais produzidos pela assessoria são enviadas para editorias específicas, contendo informação útil e construídas com seriedade na apuração. As fontes indicadas devem ser precisas, específicas de acordo com o assunto abordado. A mediação entre jornalistas e fontes da organização deve ser facilitada e o fornecimento de informações solicitadas pelos profissionais da imprensa deve ser atendida com o máximo de prontidão. (COSTA; ANDRADE, 2011, p. 9)

Segundo a FENAJ (2007) a assessoria de imprensa está caracterizada pelo desenvolvimento de atividades com viés jornalístico, que possibilita relações entre empresas públicas e privadas e os veículos de comunicação em busca de geração de mídia espontânea. O serviço ofertado para tais instituições reflete diretamente na visibilidade perante a sociedade e na credibilidade em relação à mídia. Nesse contexto, os profissionais que atuam nesse segmento são principalmente jornalistas. Já as Assessorias de Comunicação refletem que:

A ampliação das atividades das Assessorias de Imprensa nos últimos anos levou o profissional jornalista a atuar em áreas estratégicas das empresas, tornando-se um gestor de comunicação. E isso privilegiou a integração de outros profissionais – relações públicas, propaganda e publicidade –

numa equipe multifuncional e eficiente. Ao jornalista têm-se aberto oportunidades de atuar como estrategista na elaboração de planos de comunicação mais abrangentes. Esses planos devem privilegiar uma comunicação eficiente não apenas junto à imprensa, mas posicionando as organizações de forma a estabelecer uma interlocução com ética e responsabilidade social, comprometida com os valores da sociedade junto aos seus mais diversos públicos. Nesse sentido as organizações podem contar com equipes de assessorias de comunicação internas ou terceirizadas. (FENAJ, 2007, p. 10)

Sendo assim, as assessorias de comunicação/ imprensa utilizam ferramentas da comunicação para o bom desempenho de estratégias variadas que visam não só melhorar a imagem da instituição, mas criar vínculos diferenciados com o público que a compõe, desde indivíduos diretamente ligados a instituição, até os públicos mais distantes. Nessa perspectiva, desenvolver trabalhos de assessoria de comunicação/ imprensa nas empresas, grupos e entidades tornou-se parte de uma demanda integrante dos serviços prestados.

1.4 Comunicação Integrada

Em uma organização seja ela pública ou privada, os processos comunicativos são formados por todos os seus públicos. Sendo assim, apesar do desempenho de atividades específicas para garantir um posicionamento que solidifique a imagem de uma instituição é preciso que a comunicação seja uniforme e integrada.

Kunsh (1986, p. 107) visualiza que para a construção de uma comunicação que seja integrada, deve-se haver abertura no que se refere aos profissionais de comunicação, no intuito de fortalecer a equipe, levando em consideração a importância de cada profissional, seja membro do setor institucional como os integrantes do setor mercadológico.

Nessa acepção, um relacionamento mais próximo entre os profissionais que atuam na área de comunicação em uma organização, se adequa as demandas comunicativas, com vista em processos mais precisos e de fortalecimento de imagem. Curvello (2003, p. 122) reforça que “os profissionais de comunicação devem estar aptos a consolidar métodos para melhores processos comunicativos diante das constantes mudanças mercadológicas”. Kunsh (2003, p. 180) salienta que:

A importância da comunicação organizacional integrada reside principalmente no fato de ela permitir que se estabeleça uma política global, em função de uma coerência maior entre os diversos programas comunicacionais, de uma linguagem comum de todos os setores e de um comportamento organizacional homogêneo, além de se evitarem sobreposições de tarefas. Com um sistema integrado, os vários setores comunicacionais de uma organização trabalham de forma conjunta, tendo ante os olhos os objetivos gerais e ao mesmo tempo respeitando os objetivos específicos de cada setor. Trata-se de uma gestão coordenada e sinérgica dos esforços humanos e organizacionais com vistas na eficácia.

Considerando-se essa perspectiva, a comunicação integrada é um processo que possibilita melhor desempenho das atividades de comunicação em uma instituição, melhorando a eficiência dos processos comunicativos e integrando os profissionais de diferentes áreas.

2 - Procedimentos metodológicos utilizados

Para a realização do presente trabalho, se fez necessário um levantamento criterioso de estudos e sistematização destes, através da revisão de literatura. A coleta de dados relativa ao desempenho das atividades e processos comunicativos utilizados pelo Projeto deu-se através do estudo de caso, que segundo Moresi (2003, p. 11)

Estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo. Os tipos de pesquisa não são mutuamente exclusivos. Por exemplo: uma pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso.

A análise foi desenvolvida entre junho e julho de 2015. Os dados obtidos com o estudo realizado foram organizados e justificados com viés quantitativo e qualitativo tendo referência em documentos, artigos, e acompanhamento das mídias utilizadas pelo projeto, assim como os recursos internos de comunicação.

3 - Diagnóstico e discussão

Para a realização de trabalhos no âmbito comunicativo do projeto, em 2015 o PGSE foi contemplado com uma bolsa do PROEXT/ MEC, destinado as atividades de comunicação. Após o lançamento do edital e concretização do processo seletivo, um estudante de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA) assumiu as atividades voltadas para organização comunicativa no âmbito interno e externo.

Desde então, os mecanismos utilizados para o desenvolvimento do trabalho surgiram a partir de análises sobre os processos comunicativos presentes no Projeto. A abordagem se deu através de técnicas utilizadas por assessorias de comunicação/impressão incluindo, a elaboração de um plano de comunicação.

Segundo a FENAJ (2007) os profissionais que atuam no âmbito da assessoria de comunicação desenvolvem funções específicas, entre elas a formulação do plano de comunicação para as organizações, que deve aprimorar o relacionamento entre seus diferentes públicos inclusive a imprensa.

Para tanto se fez necessário levantamento criterioso sobre a visibilidade das ações do projeto, através de postagens nas redes sociais e em outros veículos de comunicação. Após a busca, elaborou-se a classificação em conteúdos, positivos, negativos e neutros.

Seguindo essa perspectiva, durante a formulação do plano de comunicação, foi elaborado: organograma da instituição, levantamento, histórico das atividades desempenhadas, diagnóstico dos processos comunicativos utilizados pelo projeto, definição de público- alvo, escolha dos meios aos quais será suportes para os trabalhos, orientação criativa para melhor utilização e a criação de um mailing- list que contém contatos de jornalistas, empresas de comunicação e demais setores de interesse do projeto.

Através do diagnóstico realizado, ficou evidenciado que desde sua fundação o PGSE possui uma equipe multidisciplinar formada por estudantes e profissionais que desenvolvem trabalhos com ética e seriedade. Os membros são desde professores, bolsistas e voluntários que se dedicam as atividades do projeto. Apesar de se tratar de uma proposta sólida, no ano de 2015 houve intensa ruptura no que se refere aos componentes da equipe, sendo que esta passou por um processo de renovação através da seleção para bolsistas que tinha como meta o desempenho das atividades no ano supracitado.

Parte da equipe passou a ser formada por novos integrantes e membros do quadro pessoal anterior foram destinados ao desenvolvimento de funções diferenciadas, mantendo a coordenação da iniciativa. O PGSE entende que os seus componentes devem desenvolver trabalhos de forma compartilhada e integrada em busca de alcançar os objetivos propostos como salienta Moscovici (1999, p.5):

Pode-se considerar equipe um grupo que compreende seus objetivos e está engajado em alcançá-los, de forma compartilhada. A comunicação entre os membros é verdadeira, opiniões divergentes são estimuladas. A confiança é grande, assumem-se riscos. As habilidades complementares dos membros possibilitam alcançar resultados, os objetivos compartilhados determinam seu propósito e direção. Respeito, mente aberta e cooperação são elevados. O grupo investe constantemente em seu próprio crescimento.

Entre os anos de 2011 a 2014, a iniciativa desempenhava diversas ações no âmbito de comunicação que não apresentavam a visibilidade necessária para informar a comunidade ao qual está inserida sobre os serviços prestados. Sendo que, apresentava carência em relação aos serviços de comunicação no âmbito interno e externo, o que dificultava a geração de visibilidade midiática para o projeto.

O PGSE contava com diferentes ferramentas de comunicação, entre elas, algumas desativadas e que não apresentavam adequação as particularidades de cada veículo. Nas redes sociais o projeto tinha domínio em: página no Facebook (fanpage), email, conta de compartilhamento no Dropbox, conta no Blogspot e um grupo no WhatsApp. A imagem do projeto também era visualizada em banners no decorrer de alguns eventos, e na apresentação de trabalhos em encontros científicos. Ficou constatado que nesse período somente um canal de TV local veiculou a imagem da iniciativa em uma matéria.

Tendo em vista o panorama apresentado, no decorrer do ano de 2015 as ações de comunicação foram reformuladas na tentativa de gerar visibilidade midiática e autonomia dos membros nos processos comunicativos. Após a produção do plano de comunicação, no qual foram definidos missão, visão e valores do projeto e das ações de comunicação diversas atividades foram desempenhadas, entre elas a reativação das mídias sociais utilizadas pelo projeto.

Nesse sentido, no primeiro mês de desempenho das atividades de comunicação no ano de 2015 ficou constatado uma realidade diferenciada no que se refere às mídias sociais, sendo identificado um aumento de mais de 4000% de curtidas na página, só na primeira semana.

Com vista no desempenho autônomo de atividades no âmbito de comunicação entre os integrantes do Projeto, no mês de março de 2015 foi fornecida a primeira oficina em comunicação e redes sociais. O treinamento possibilitou embasamento técnico através de instruções referentes às particularidades de cada meio e o seu desempenho em benefício das atividades do projeto, este foi ministrado por uma técnica na área de multimídia e uma concludente do curso de jornalismo que desenvolve trabalhos com assessoria de comunicação e imprensa.

O conteúdo ofertado na oficina serviu como embasamento para as diversas atividades relacionadas às mídias sociais durante o primeiro semestre de 2015, aos quais contou com a produção de conteúdos adaptados aos veículos, além da criação de materiais midiáticos como artes gráficas, produção de conteúdos interativos e postagem de materiais referentes ao desempenho de outras iniciativas que compartilham de princípios de desenvolvimento social e educativo.



Produção de arte de divulgação para oficina- Por Adelina Lima. Fonte: Arquivos do Projeto

Nessa perspectiva, ficou evidenciado durante a análise que as atividades ganharam suporte nos registros da iniciativa através de documentações fotográficas em todas as tarefas desenvolvidas no âmbito do PGSE, além dos registros em áudios e audiovisuais.



Primeira formação em Comunicação e Mídias Sociais. Fonte: arquivos do

As atividades desenvolvidas no ano de 2015 através do plano de comunicação têm por objetivo fortalecer os processos comunicativos através do incremento de técnicas do jornalismo e da assessoria de comunicação, visando despertar o interesse dos componentes para prática comunicativa integrada, onde todos possam colaborar com os processos comunicativos e ao mesmo tempo, fortalecer a imagem da instituição perante os veículos de comunicação, através de práticas como, envio de releases que é uma das ferramentas utilizadas pelas assessorias de comunicação/ imprensa no âmbito de iniciativas públicas e privadas.

Sendo assim, foi de importante interesse despertar o fortalecimento entre o projeto e suas parcerias, inclusive institucionais. Durante o diagnóstico relativo aos anos anteriores do PGSE, ficou constatado que as atividades desempenhadas pelo projeto não repercutiam no portal da Universidade Federal do Cariri. Sendo assim, os primeiros releases foram enviados para coordenadoria de comunicação institucional, salientando sentimento de pertencimento ao ambiente da UFCA. Atualmente a coordenadoria é um significativo parceiro na divulgação das ações.

Release divulgado no portal da UFCA. **Disponível em:** www.ufca.edu.com.br

Levando em consideração essa perspectiva, foi observado que o PGSE se adequou a oportunidades que surgiram de acordo com o fortalecimento dos vínculos com instituições, inclusive com projetos ligados ao Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS) no qual faz parte e a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS). Sendo assim, em 2015 foram desempenhadas atividades relativas à organização de eventos aos quais demandaram recursos de comunicação.



Organização de eventos. Fonte: Arquivos do projeto.



Realização de Eventos. Fonte: Arquivos do Projeto

Diante do novo panorama de atividades em comunicação, o projeto passou por um processo de adequação as demandas comunicativas existentes, inclusive o fornecimento de entrevistas para a mídia local a partir da escolha de um porta voz, que pudesse ser preciso em suas colocações e garantir melhor desempenho nas entrevistas, já que o espaço midiático muitas vezes não é suficiente para adentrar nas particularidades das ações.



Definição de porta voz e entrevista. Fonte: Arquivos do Projeto

Na tentativa de melhorar a composição dos eventos organizados no âmbito do PGSE, além de favorecer melhor desempenho e dinamicidade ao cronograma estabelecido, os eventos organizados pelo projeto já conta com técnicas de estímulo ao desenvolvimento de habilidades dentro da própria equipe, para desempenho de funções técnicas como cerimonial e organização de coofee break.



Cerimonial de abertura do II Seminário de Integração entre UFCA e Ensino Médio. Fonte: Arquivos do Projeto.

Observou-se também que as formações realizadas, serviram como embasamento para as ações desenvolvidas. Sendo assim, identificaram-se números significativos de participantes nos eventos realizados, além da formação de novas parcerias para fins de construir eventos diferenciados e mais interativos.



Parcerias em atividades culturais. Fonte: Arquivos do Projeto.

De acordo com a análise realizada, ficou constatado que o incremento de ferramentas teóricas e técnicas nos processos comunicativos adotados pelo PGSE no ano de 2015 possibilitaram o desenvolvimento de habilidades, melhores fluxos de comunicação e fortalecimento dos vínculos com parcerias, sejam elas no ambiente interno ou externo.

Sendo assim, observa-se que a utilização de recursos e ferramentas de comunicação é de suma importância para melhoria nos processos que integram iniciativas sociais, com vista em possibilitar maior visibilidade através de vínculos midiáticos, melhores relacionamentos com as parcerias e inovação em eventos organizados.

Observou-se que a implementação de algumas iniciativas com vista a melhorar os fluxos comunicativos em iniciativas sociais são de baixo custo, podendo ser realizada por membros que tem habilidades específicas, através de formação ofertada por um profissional da área de comunicação.

Seguindo constatou-se, que existe maior facilidade na aceitação de releases e divulgação de eventos de iniciativas sociais por estarem vinculadas a serviços prestados a sociedade e ser enquadrada no que se define como utilidade pública. Sendo que algumas instituições privadas desenvolvem interesse em apoiar tais iniciativas em busca de agregar valor a suas marcas.

4 - Considerações finais

Por fim, evidenciou-se que a utilização de ferramentas e mecanismo de comunicação é de essencial importância para o desempenho de atividades relativas aos projetos sociais. Tendo em vista que, é necessário estabelecer relações integradas entre o quadro pessoal que compõe a instituição e seus diferentes públicos, para realização de atividades mais precisas e que possibilitem melhor visibilidade e confiabilidade. Nesse sentido, é importante que as instituições possibilitem ao seu público interno desenvolver sentimento de pertencimento, autonomia, participação e compromisso através de relações horizontais e dialógicas. Ficou constatado ainda que através das atividades comunicativas desempenhadas pelo PGSE no ano de 2015, que o incremento de técnicas, ferramentas e formação teórico e técnico no âmbito interno, podem gerar melhor interação e integração entre as atividades internas e externas. Sendo assim, é importante ressaltar que para a efetivação de iniciativas sociais é necessário a utilização técnicas e recursos comunicativos para gerar visibilidade as atividades e melhoria no desempenho de setores internos e externos da instituição.

REFERÊNCIAS

BAITELLO JÚNIOR, Norval. **Comunicação, mídia e cultura**. Revista da Fundação Saede. V.12/no. 4. Out/Dez 1998. São Paulo. P. 11-16.

CARDOSO, Onésio de Oliveira. **Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos**. RAP Rio de Janeiro 40(6): 1123-44 Nov./Dez. 2006.

CAVALCANTE, Shirley Maria; LIMA, José de Arimatéia Augusto de. **Gestão da Comunicação Organizacional** Conhecendo as ferramentas e suas aplicabilidades. João Pessoa, Unp, 2008. 66f.

COSTA, Cláudia Soares; VISCONTI, Gabriel Rangel; AVELLAR, Ana Lúcia de; SILVA, Izaura Maria de Sousa. **Terceiro setor e desenvolvimento social**. AS/GESET RELATO SETORIAL N° 3 Julho/2001.

COSTA, Juliana dos Santos Ferreira. SANTANA, Adriana Maria Andrade

(Orientadora). **Comunicação pública, assessoria de imprensa e compromisso com a cidadania: o caso IFPE.** 51f. Monografia (Pós-graduação em Gestão da Comunicação Empresarial) - Faculdade Frassinetti do Recife, Recife, 2011.

CRUZ, Célia; ESTRAVIZ, Marcelo. **Captação de diferentes recursos para organizações da sociedade civil.** São Paulo: Global, 2000. (Coleção Gestão e Sustentabilidade).

CURVELLO, João José Azevedo. Legitimação das Assessorias de Comunicação nas organizações. *In.* DUARTE, Jorge (org). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003

FENAJ. **Manual de Assessoria de Comunicação/ Imprensa.** 4ª Edição revista e Ampliada, 2007.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

GONTIJO, Silvana. **O livro de ouro da comunicação.** São Paulo: Ediouro, 2004. 463 p.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Obtendo resultados com relações públicas.** São Paulo: Pioneira, 1997.

_____. **Planejamento de relações públicas na Comunicação Integrada.** 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.

_____. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** Ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Summus, 2003.

MENDOÇA, Ricardo Fabrino. **Movimentos sociais e interação comunicativa: a formação da comunicação sem sujeito.** Contemporanea, Vol.4 nº1 p.73-98, Junho 2006.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa.** Programa de pós-graduação

Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. Universidade Católica de Brasília – UCB. Pró-reitoria de pós-graduação – PRPG Brasília DF, 2003.

MOSCOVICI, F. **Equipes dão certo**, Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1999.5°. Ed

PERLES, João Batista. **Comunicação: conceitos, fundamentos e história**. BOCC, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. *Pensamento Comunicacional Latino-Americano – PCLA*. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO de Comunicação da UMESP/ALAIC, vl. 4, n. 1, out./nov./dez. 2002.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Comunicação empresarial / comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas**. São Paulo: Summus, 1986.

Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social: **Relatórios LIEGS**. Disponível em:

<https://www.dropbox.com/home/LIEGS/Hist%C3%B3rico>. Acesso em: 19/06/2015.

SANTOS, Tacila da Costa e Sá Siqueira. **As diferentes dimensões da sustentabilidade em uma organização da sociedade civil brasileira: o caso do GAPA – Bahia**. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal da Bahia- Escola de Administração, 2005.

TELES, Expedito. Fundamentos biológicos da comunicação. *In: SÁ, Aclísia (Coord.) Fundamentos científicos da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 17-71.

6. RELATO E REFLEXÃO SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ECONOMIA CRIATIVA E SOLIDÁRIA NO CARIRI CEARENSE

Cleonisia Alves Rodrigues do Vale
Roseany Severo da Silva

Introdução

Com atenção direcionada à discussão sobre desenvolvimento, em busca de alternativas viáveis e que atendam de fato as comunidades e regiões, os territórios têm redefinido as suas estratégias. Leitão *et al* (2011, p. 540) relata que “as políticas governamentais para o desenvolvimento no Brasil nem sempre foram formuladas com a necessária ênfase no protagonismo dos indivíduos-alvo dessas políticas”.

Partindo dessa premissa, é necessário conhecer a região a qual se destinam tais políticas e para isso é importante (re)conhecer a cultura, pois compreendem características e tradições de um povo, compondo a identidade cultural da região. Diante disso, evidencia-se a relevância da economia criativa e Economia Solidária que alicerçam-se nos princípios: diversidade cultural, inovação, inclusão social, sustentabilidade, autogestão, cooperação. A interseção dessas economias torna-se uma estratégia de grande potencial por ter como insumo principal o capital intelectual, a criatividade humana e o empoderamento dos pequenos produtores de bens e serviços com novas alternativas para promoção do desenvolvimento.

Em vista a potencializar as estratégias de desenvolvimento socioeconômico envolvendo além de artesãos, outros empreendedores criativos da região do Cariri cearense, através da identificação e articulação em rede destes atores com o propósito de fortalecer os setores criativos e fomentar a economia criativa da região foi criado o Programa de Fomento à Economia Criativa do Cariri¹ por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) na

¹ Para evitar a menção do nome completo do projeto, o termo Programa “Do Cariri” será utilizado ao longo do trabalho para referir-se ao programa de extensão.

Universidade Federal do Cariri (UFCA), com a finalidade de apoiar e incentivar os empreendedores criativos da região do Cariri² e fortalecer a cultura local.

Destaca-se que o objeto de estudo é o Programa de Fomento à Economia Criativa “DO CARIRI” no qual serão analisadas suas ações, assim como seus respectivos resultados e o envolvimento/participação da população e dos empreendedores criativos da região sob o ponto de vista das teorias das economias criativa e solidária. O trabalho visa responder a seguinte problemática: *Em que medida o Programa de Fomento à Economia Criativa “DO CARIRI” está contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores criativos e solidários da Região do Cariri cearense?*

Refletindo o contexto histórico acerca dessa região, observa-se a importância das tradições, crenças, fé e saber popular para a movimentação da economia local. Isso decorre da herança da miscigenação de vários povos ainda presente no artesanato, música, gastronomia, manifestações da cultura e devoção à figura do Padre Cícero (LIMA, 2010). A partir desse contexto e considerando os princípios norteadores da Economia Criativa e Solidária, identifica-se a oportunidade para o desenvolvimento sustentável pautados na criatividade de um povo com grande diversidade cultural. Com isso, verifica-se a necessidade de analisar a atuação e as contribuições do Programa “Do Cariri” para o incentivo e fortalecimento de atividades baseadas na cultura e criatividade na região.

Portanto, apresenta-se como objetivo geral analisar a contribuição das ações de extensão e cultura do Programa “Do Cariri” para o fortalecimento dos setores criativos e solidários da região do Cariri cearense, enquanto território criativo. E, compõem-se como objetivos específicos as seguintes assertivas: a) Compreender sobre a econômica criativa e solidária, e suas aproximações através de levantamento bibliográfico; b) Levantar o histórico das ações do Programa “Do Cariri”; c) Levantar dados sobre as ações através de observação participante e análise de documentos; d) Analisar os dados pesquisados à luz das respectivas teorias.

Em sequência, o trabalho apresenta no referencial teórico reflexões sobre as economias criativa e solidária, versando suas definições e elementos norteadores, abordagem das indústrias e setores criativos.

²A região do Cariri à que se refere no texto, diz respeito ao raio de atuação do Programa “Do Cariri”, as cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.

1 - Economia Criativa e Solidária

A economia criativa surge como uma nova possibilidade de desenvolvimento econômico e social, no qual a fonte primária para criação de produtos e surgimento de novos mercados é o capital intelectual. De acordo com Costa e Santos (2011, p. 152) relaciona-se a economia criativa “ao desenvolvimento da economia e das sociedades modernas atuais”, visto que “o capital intelectual se torna cada vez mais relevante para o desenvolvimento de novos produtos e mercados”.

No âmbito do Ministério da Cultura (MinC) foi criada em 2011 a Secretaria da Economia Criativa (SEC) junto com o Plano de Gestão para o período de 2011 a 2014, com a finalidade de formular políticas públicas para um novo desenvolvimento. A partir do Plano da Secretaria da Economia Criativa, o MinC assume o desafio de formular, implementar e monitorar ações pautadas na inclusão social, inovação, sustentabilidade e diversidade cultural brasileira, assim como redefinir o papel da cultura no país (BRASIL, 2011). Nesse Plano, discute-se o conceito de economia criativa, mas na perspectiva de adequá-lo às especificidades e características brasileiras. Desse modo, foi posto que

A economia criativa compreende as dinâmicas de trocas culturais, sociais e econômicas construídas a partir da realização do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica (BRASIL, 2011, p.23).

Deheinzelin (s.d., p. 01) aponta que a economia criativa é um conceito ainda em construção para “designar um setor que inclui, porém extrapola, a Cultura e as Indústrias Criativas”. Promover o desenvolvimento sustentável e humano e não simplesmente o crescimento econômico é o diferencial que a economia criativa proporciona (DEHEINZELIN, s.d.).

De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development* – UNCTAD), a economia criativa:

surgiu como um meio de focar a atenção no papel da criatividade enquanto uma força na vida econômica contemporânea, materializando a proposta de que o desenvolvimento econômico e cultural não caracteriza um fenômeno separado ou não relacionado, mas faz parte de um processo maior de

desenvolvimento sustentável no qual tanto o crescimento econômico quanto o cultural podem ocorrer simultaneamente (UNCTAD, 2010, p.10).

A criatividade traduz-se na capacidade de criar o novo e, mais do que isso, de reinventar, dissolver paradigmas tradicionais, unir pontos aparentemente desconexos contribuindo para soluções de problemas. É uma matéria renovável no qual seu estoque aumenta com o uso. A “concorrência” entre agentes criativos gera e estimula a atuação de novos produtores, ao contrário de saturar o mercado (REIS, 2008).

No escopo dos setores criativos elaborado pelo MinC, estão inseridos setores de natureza cultural ampliando também para setores de base cultural com viés de aplicabilidade funcional. O escopo compreende: Campo do Patrimônio: material, imaterial, arquivos e museus; Campo das Expressões Culturais: artesanato, culturas populares, culturas indígenas, culturas afro-brasileiras, artes visuais; Campo das Artes de Espetáculo: dança; música; circo e teatro; Campo do Audiovisual e do Livro, da Leitura e da Literatura: cinema e vídeo, publicações e mídias impressas e; Campo das Criações Funcionais: moda, design, arquitetura e arte digital (BRASIL, 2011). A economia criativa é, portanto, a economia do intangível, do simbólico, que abrange também as indústrias criativas. Sustenta-se através dos talentos criativos, que por sua vez organizam-se de forma individual ou coletiva para produzir bens e serviços criativos (BRASIL, 2011).

O termo indústrias criativas, a partir do projeto *Creative Nation*³, da Austrália, de 1994 deu origem ao conceito de economia criativa, defendendo a relevância do trabalho criativo e o papel das tecnologias como aliadas da política cultural, oportunizando a inclusão de setores tecnológicos na lista das indústrias criativas (REIS, 2008)

As indústrias criativas alicerçam-se na capacidade humana para a criação e através da propriedade intelectual incentivar a geração de empregos. Dessa forma, essas indústrias podem ser definidas como:

(...) ciclo de criação, produção e distribuição de produtos ou serviços comercializáveis, que usam a criatividade como insumo principal. Em outras palavras, um conjunto de atividades econômicas com base no conhecimento e que fazem uso

³ O projeto Creative Nation lançado pelo governo da Austrália em 1994, com a finalidade da busca da identidade cultural do país, passou a aplicar verbas através de um fundo de investimento, nas indústrias cinematográfica e artística em geral. Foi uma das primeiras nações, juntamente com Inglaterra, a articular-se dentro da economia criativa, criando políticas públicas para o incentivo das indústrias criativas.

intensivo da criatividade e do conhecimento. Elas são capazes de gerar renda por meio do comércio e dos direitos de propriedade intelectual (DUISENBERG, 2008, p. 62).

De acordo com a UNCTAD (2010), as indústrias criativas integram quatro grandes grupos - patrimônio, artes, mídia e criações funcionais – os quais dividem-se conforme suas diferentes características.

Nesse sentido, percebe-se a abrangência da economia criativa que inclui as atividades criativas do artesanato até as formas mais sofisticadas que envolvem novas tecnologias, viabilizando a inovação e inclusão social e a valorização das atividades criativas de forma que contribuam para a economia local e geração de emprego e renda. Deheinzelin (s.d.) discorre que o caráter incluyente que a economia criativa apresenta é o que a distingue, tornando-a exemplar, fortalecedora, construtiva e conveniente do ponto de vista social e econômico.

A economia Criativa Brasileira se constitui e é reforçada pela intersecção dos princípios: diversidade cultural, inclusão social, inovação e sustentabilidade. Foi estabelecido que a Economia Criativa Brasileira seria desenvolvida de forma consistente e adequada à realidade nacional integrando ao seu conceito o entendimento da relevância da diversidade cultural, a sustentabilidade como fator de desenvolvimento local e regional, a inovação como intermediário de desenvolvimento da cultura e, a inclusão produtiva como essência de uma economia cooperativa e solidária (BRASIL, 2011).

Vale *et al* (2012) expressa a convergência entre as economias criativa e solidária. Deheinzelin (2006a, p. 5-6) ressalta que “a economia criativa propõe formas inovadoras de financiamento e produção, de caráter alternativo e solidário, opondo-se aos modelos de mercado do século XX”. Assim, destaca-se a fala de Vale *et al* (2012, p. 648) na qual aponta que “Economia Solidária poderia definir o formato socioeconômico de determinados empreendimentos criativos”, sendo mais aderentes ao seu modelo.

Na 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) em 2014, foi elaborado o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) baseado em diretrizes e prioridades definidas nas etapas municipais, territoriais e estaduais, criando o ambiente para um grande pacto nacional em torno do fortalecimento da Economia Solidária no Brasil. Desta forma, a CONAES (2015) apresenta a seguinte definição de Economia Solidária:

(...) expressa formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo –

baseadas no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade (CONAES, 2015, p. 06).

França Filho (2014) cita que a Economia Solidária busca a reflexão sobre a realidade de outra economia, onde a gestão em diferentes contextos apoia-se nas iniciativas de essência cooperativista e associativista provenientes da sociedade civil e dos meios populares. Segundo a CONAES (2015, p. 06), incentivam-se as “iniciativas econômicas solidárias como estratégias de dinamização socioeconômica em processos de desenvolvimento local e territorial sustentável”. O propósito é promover a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente (CONAES, 2015).

Exemplos práticos da convergência entre as economias criativa e solidária são mencionadas no Relatório da UNCTAD. As opções não tradicionais de financiamento que estimulam negócios criativos podem ser consideradas como ferramentas para promover o desenvolvimento local. Formas de financiamento colaborativo através de redes e moedas alternativas através da Economia Solidária. São estes os exemplos de “novos modelos de negócios que funcionam por meio de redes, utilizados principalmente pela nova geração de empreendedores criativos” (UNCTAD, 2010, p. 216). Assim, observa-se a ligação entre essas economias.

O caráter abrangente de práticas da economia criativa, com a junção dos princípios da Economia Solidária configuraria um subcampo que poderia ser denominado de “economia criativa e solidária”, no qual complementam-se (VALE *et al*, 2012, p. 647).

A seção a seguir aborda o histórico do Programa “Do Cariri” desde seu surgimento como Programa de Fomento à Economia Solidária do Cariri e, as principais ações desenvolvidas ao longo de 03 anos de atuação. Nesta descrição, mostra a relação entre economia criativa e solidária como elementos orientadores de suas ações.

2 - Histórico do Programa de Fomento à Economia Criativa do Cariri

O Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS⁴) vinculado a UFCA - Campus Cariri⁵ originou-se em 2011 o Programa de

⁴ LIEGS: Núcleo de Pesquisa e Extensão criado na Universidade Federal do Ceará e agora faz parte da Universidade Federal do Cariri, atua na prospecção, sistematização e difusão de conhecimento em gestão social. Um de seus focos é a gestão do desenvolvimento socioeconômico-territorial da região do Cariri cearense.

⁵ Em julho de 2013 o Campus da Universidade Federal do Ceará no Cariri tornou-se uma nova universidade independente, passando a chamar-se Universidade Federal do Cariri.

Fomento à Economia Solidária na Região do Cariri. Baseado nos valores e princípios da Economia Solidária (ECOSOL), as ações realizadas pelo programa tinham como objetivo a promoção do desenvolvimento do artesanato. Ressalta-se que os princípios da autogestão, cooperativismo, solidariedade, onde indivíduos reúnem-se com os mesmos objetivos, a construção conjunta e melhoria de determinadas comunidades/regiões.

Fomentava-se a comercialização do artesanato, o seu reconhecimento bem como dos próprios artesãos, o valor da cultura local diante dos empreendimentos artesanais. A partir do olhar observador frisando ainda os desafios para superar a realidade contrária aos artesãos, evidenciando os fatores culturais, econômicos, singulares e subjetivos de cada membro participante, no intuito de serem efetivos e acessíveis todos os benefícios proporcionados pelo projeto.

Em 2013, após quase 03 (três) anos de atuação, o projeto foi reformulado e intitulado de Programa de Fomento à Economia Criativa do Cariri vinculado a Pró-Reitoria de Extensão, já na Universidade Federal do Cariri (UFCA). Identificou-se a riqueza de empreendimentos criativos na região do Cariri, contribuindo para o reconhecimento da necessidade de investir também no desenvolvimento de outros empreendimentos culturais que estão inseridos na cultura regional, para além do artesanato e nessa perspectiva passou-se a atender novas demandas e público-alvo.

O foco e o público foram ampliados e propôs-se a potencializar as estratégias de desenvolvimento socioeconômico de empreendedores criativos da região do Cariri, por meio da identificação e articulação em rede destes atores e do fortalecimento dos setores criativos existentes no território, fomentando a economia criativa da região baseado nos princípios da Economia Solidária, sustentabilidade, diversidade cultural, inclusão social e inovação.

Com a finalidade de atender os objetivos do programa, suas as ações do foram estruturadas a partir de três eixos: 1) Cartografia criativa do Cariri; 2) Fortalecimento dos setores mapeados, por meio de formação, incubação e infraestrutura; 3) Fomento. Desta forma, correspondem as metas de cada eixo: 1) Conhecer os empreendedores populares e criativos da Região do Cariri através de tecnologias de Cartografia Criativa; criação e manutenção de banco de dados dos setores criativos identificados e; realização da Cartografia

⁶ A ITEPS é uma ação de extensão da UFCA baseada nos princípios da Economia Solidária que desenvolve ações de incubação em grupos, comunidades e empreendimentos produtivos locais, priorizando as iniciativas coletivas

Criativa da Região do Cariri. 2) Articulação de uma rede de empreendedores criativos; incubação da Rede de Empreendedores Criativos pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS⁶/UFCA); e desenvolvimento de ações de capacitação para a gestão de empreendimentos criativos. 3) Estimular a economia criativa para o desenvolvimento da região do Cariri cearense; destacar a importância da cultura local como elemento propulsor da economia.

O eixo cartografia criativa do Cariri foi iniciado, mas devido à necessidade de uma equipe capacitada e numerosa, além de ter acesso e domínio em programas específicos para o cadastramento dos diversos segmentos criativos da região, estas atividades foram adiadas para um próximo momento. Já os eixos 2 e 3 estão sendo desenvolvidos e têm alcançado as metas citadas. Em seguida, apresenta-se os principais acontecimentos do programa entre 2014 e 2016.

- Durante os meses de maio e junho/14 foi formado pelos bolsistas do Programa de Extensão “Do Cariri” o Grupo de Estudos em Economia Criativa – GEEC para ampliar os conhecimentos sobre o tema e contribuir para orientação das ações do programa.
- De 19 a 21 de setembro/14 ocorreu o I Encontro de Empreendedores Criativos do Cariri – I Cariri Criativo. O evento visou reunir os empreendedores criativos, grupos e coletivos de cultura e arte e organizações ligadas ao tema da Economia Criativa no Cariri. A proposta foi iniciar a identificação das diversas iniciativas de economia criativa na região, conhecer os empreendedores e buscar caminhos para o fortalecimento dos setores criativos por meio da articulação em rede dos diversos atores identificados. A abertura foi no dia 19 no Largo da RFFSA – Crato e nos dias 20 e 21 a programação ocorreu no SESC Crato, dispendo de mesas redondas, lançamento de livro, apresentação de casos de sucesso de empreendedores criativos, grupos de trabalho por setor criativo, apresentação culturais de grupos regionais.
- Nos dias 08 e 09 de novembro/14, integrando a agenda de atividades da 16^a Mostra SESC Cariri de Culturas⁷, ocorreu o “CriAção”. Composto de três oficinas/vivências que combinavam duas linguagens criativas, tendo como desafio instigar setores diferentes (design e gastronomia,

⁷ A Mostra SESC Cariri de Culturas é um movimento de difusão da cultura cearense e de promoção de intercâmbio de conhecimentos nas mais diversas dimensões, quer seja cultural, social e econômica. Ocorre anualmente em novembro. Tem como um de seus princípios a promoção do acesso à cultura de forma gratuita para toda população.

literatura e arte urbana, fotografia e audiovisual), trabalharemos de forma colaborativa e integrada desde o planejamento até o produto final. Entre os dias 08 e 11 deste mesmo mês aconteceu a 1ª edição da Feira Cariri Criativo, que passa a ser realizada mensalmente. Firma-se aí uma parceria com o SESC⁸ Cariri.

- Em abril/15, há a inclusão de uma programação cultural na Feira Cariri Criativo através das parcerias com o SESC e o Centro Cultural Banco do Nordeste do Brasil (CCBNB)⁹ - Cariri. Neste mesmo mês foi iniciada a parceria com a Secretaria de Cultura do Crato (SECULT), firmando apoio através da concessão do espaço físico do Largo da RFFSA localizado na cidade de Crato. Também firmou-se parceria com o Curso de Música / Licenciatura da UFCA com apoio de natureza acadêmica extensionista, efetivando-se nas ações de fomento com a realização de apresentações musicais dos grupos de discentes e/ou docentes do Curso de Música nas edições mensais da Feira Cariri Criativo. Outra parceria foi firmada, sendo esta com o Projeto Cine Arte Clube¹⁰, para a realização de exibições de filmes de realizadores caririenses, seguidas de debates com o público integrando a programação cultural da Feira. Já em setembro, mais uma ação foi iniciada na cidade do Crato, o 1º Funaré no Beco (descrição detalhada mais adiante).
- O ano de 2016 foi marcado pela parceria com o Geopark Araripe e Fundação da Associação dos Empreendedores Criativos do Cariri, ambos no mês de fevereiro. Em abril a experiência da Feira Cariri Criativo foi apresentada no “Fórum de Ideias, Iniciativas e Registros Criativos” no Rio de Janeiro. E em maio mais uma parceria foi efetivada em que as ações do Programa “Do Cariri” receberam o apoio do SEST Serviço Nacional do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), com o empréstimos de equipamentos e eventuais contribuições com materiais para realização das oficinas.

A seguir, apresenta-se a descrição de cada ação desenvolvida pelo Programa “Do Cariri” a partir de novembro/14, até o mês de setembro/16.

⁸ O Serviço Social de Comércio (SESC) é uma entidade privada, localizado em todos os estados brasileiros. O SESC incentiva e valoriza a diversidade cultural local, promovendo atividades e eventos em prol da população de acordo com a realidade local de cada um.

⁹ O CCBNB trabalha na promoção do desenvolvimento sustentável através da cultura. A parceria se mantém em andamento.

¹⁰ Projeto de cunho artístico, o Cine Arte Clube pretende, através da promoção de ações culturais e educativas, fomentar a promoção da produção cinematográfica na região do Cariri cearense.

• Feira Cariri Criativo

É realizada em conjunto com a Rede de Empreendedores Criativos do Cariri (AEEC), composta pelos expositores da Feira, organizações, instituições e grupos ligados ao tema da economia criativa no Cariri, contando com a parceria de algumas instituições da região e projetos da UFCA.

Realizando as edições no segundo final de semana de cada mês durante 3 (três) dias (quinta-feira, sexta-feira e sábado), das 18h às 22h no Largo da RFFSA – Crato, a Feira busca reunir empreendedores criativos, grupos e coletivos de cultura e arte e organizações atreladas a economia criativa no Cariri.

Além da oferta de produtos criativos, também há uma programação cultural durante os três dias, com apresentações e intervenções artísticas. A Feira tem caráter itinerante tendo ocorrido apenas na cidade do Crato devido a fatores logísticos e estruturais. Dessa forma, ocorrem feiras extras na Praça Siqueira Campos, no bairro do Seminário, Crato Tênis Clube e mediante convite, em eventos.

Novos expositores foram aos poucos se agregando à Feira, porém poucos de fixavam, e a variedade de produtos foi diminuindo também. Isso fez com que a Rede de Empreendedores Criativos juntamente com a equipe acadêmica (bolsistas e coordenadores) do Programa “Do Cariri” elaborasse e implementasse em maio/15 um edital de seleção para novos expositores, lançando também um regimento interno que determinava os termos e condições de participação e permanência.

Atualmente, contamos com a participação ativa de 28 empreendedores expondo mensalmente na Feira Cariri Criativo. E mensalmente ocorre reunião dos expositores com a equipe do Programa “Do Cariri”.

• Funaré no Beco

Da parceria entre Casa do Becco¹¹ - entidade privada, Feira Cariri Criativo e Projeto Ciclos¹², resultou na articulação e realização do Funaré no Beco. Esta ação teve início no dia 22 de setembro/15, marcado pelo Dia

¹¹ A Casa do Becco é um restaurante e café localizado na cidade de Crato que dispõe de um espaço voltado para gastronomia, exposições, intervenções, artes visuais.

¹² O Projeto Ciclos é um conjunto de ações que desenvolvem atividades que dialogam com o ciclismo, a arte, a cultura e a cidade. O projeto promove o ciclismo como meio e ação fomentadora do esporte/saúde, das artes, da cidadania e do lazer, realizando ações educativas e de conscientização ambiental entre a UFCA e a comunidade e encontros de ciclistas.

mundial sem carro com a finalidade de mobilizar a população caririense a utilizarem veículos coletivos ou de tração humana no sentido de empoderá-las a ocuparem o espaço público de diversas formas. Ocorre mensalmente na segunda terça-feira, das 18h às 22h, interditando a Travessa Araripe - conhecida como Beco de Padre Lauro – no centro do Crato, a fim de reunir os diversos atores dos mais variados setores criativos, convidando-os a ocupar a via pública para a comercialização de produtos e fruição cultural. Até o mês de setembro/16 chegamos a um total de doze edições.

- **Belchior Brechó**

Criado em agosto/15, como um negócio criativo e solidário para oportunizar o apoio financeiro para a realização mensal da Feira Cariri Criativo e suas ações, contribuindo para manutenção das ações. Através de campanhas o brechó recebe doações dos mais variados objetos e comercializa a preços acessíveis. Todo valor arrecadado é repassado para o caixa da Feira e destinado as eventuais necessidades. O brechó se faz presente na Feira no Funaré no Beco, mensalmente.

- **Cariri Criativo Convida**

É uma ação onde um criativo é convidado a cada mês para desenvolver uma estampa exclusiva que dá vida a camisetas que ficam expostas à venda no Belchior Brechó na Feira Cariri Criativo, Funaré no Beco e Casa do Becco, Crato - CE. Ação foi iniciada na 1ª Edição do Funaré no Beco e conta atualmente com 14 estampas.

- **Oficinas Criativas**

Na reunião mensal da Rede de Empreendedores Criativos com a equipe “Do Cariri” em março/15, identificou-se a necessidade de buscar alternativas para aquisição e disseminação de conhecimentos para melhorias pessoais, profissionais e nos empreendimentos, de acordo com a lógica de incubação. Inicialmente as oficinas eram destinadas apenas aos expositores da feira, mas devido a pouca frequência dos mesmos, ampliou-se o público deixando as oficinas em aberto a quem tivesse interesse em participar. A

primeira oficina, realizada nos dias 17 e 18 de abril/15, foi de Formação de Preço com o intuito de apresentar aos empreendedores criativos como elaborar o preço de seus produtos levando em consideração as variáveis de custos com matéria-prima, a mão-de-obra e o lucro estimado. As oficinas seguidas foram elaboradas de acordo com a necessidade dos expositores. Entre abril/15 e setembro/16 foram realizadas 23 oficinas.

- **Abraço**

O Abraço é um *happy hour* realizado com a finalidade de promover, apoiar e divulgar os empreendimentos do setor gastronômico dos expositores para além da Feira. Assim, o sentido da ação é um abraço ao empreendimento, ao empreendedor. Teve início em maio/16, sendo realizado no primeiro sábado de cada mês no Restaurante Sabor Indiano em Crato. A ideia é que venha a ocorrer de forma alternada entre os empreendimentos dos criativos da Feira.

- **Bebadalíngua**

É uma atividade realizada com o objetivo de promover uma conversação descontraída e criativa em idioma estrangeiro. Iniciado em maio/16, a atividade conta com quatro edições, adotando os idiomas inglês, alemão e francês. Gratuita e aberta a ao público que tem interesse em praticar ou aprender algo do idioma estrangeiro selecionado. Para conduzir a conversação, convida-se uma pessoa que tenha fluência e desenvoltura para instigar o bate-papo e efetivar o diálogo/participação do público envolvido.

Discorrido o histórico do Programa “Do Cariri”, na próxima seção apresenta-se o percurso metodológico e em sequência os resultados e discussões acerca de todos os dados coletados.

3 - Discussão dos resultados

Assim, os resultados da pesquisa serão apresentados a seguir, apontando cada ação desenvolvida pelo Programa “Do Cariri” e suas repercussões ao longo de 03 anos de atuação.

Iniciada em novembro/14, a Feira Cariri Criativo já realizou um total

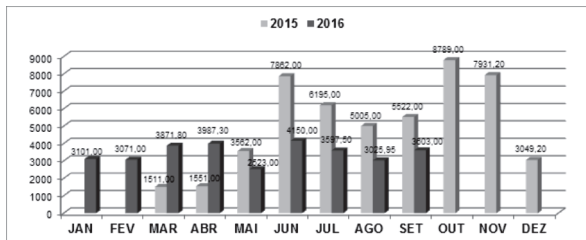
de 23 edições mensais até setembro/16. Com as parcerias do CCBNB e SESC Cariri que contribuiram com o custeio de apresentações musicais e parceria com o curso de Música contando com apresentações dos grupos de discentes e docentes foi possível incluir a realização da Feira uma programação cultural e firmada a parceria com o Cine Arte Clube, incluiu-se também a exibição de curtas e médias metragens.

Durante as 23 edições já realizadas, a produção cultural teve um total de: 45 apresentações musicais; 15 DJ's/Discotecagens; 12 Vinil; 06 Poemas na Feira; 16 Filmes; 04 Espetáculos Teatrais; 01 Contação de História; 01 Intervenção Artística; 01 Apresentação de Dança. A partir desses dados, salienta-se que além do fomento aos expositores da Feira Cariri Criativo, passou-se a apoiar os empreendedores criativos da música, do cinema, entre outros artistas, oportunizando mais uma frente de trabalho e visibilidade. Também abrindo um novo espaço para a prática da audição, troca e comercialização do disco de vinil.

A Feira ganhou visibilidade e reconhecimento da comunidade, consolidando-se na agenda cultural da região. Criativos locais mostraram interesse em participar e para a efetivação foram lançados 06 editais públicos entre maio/15 e agosto/16 com critérios de seleção pontuados pelos empreendedores veteranos junto a equipe acadêmica do Programa “Do Cariri”, sendo um deles a não concorrência entre os empreendimentos, proporcionando a comunidade uma diversidade de produtos que variam entre os setores de artes, artesanato, moda, *design*, gastronomia.

Os atrativos culturais, a ampliação dos expositores e o estímulo à criação de novos produtos, contribuiu significativamente para a ampliação da Feira, tanto em relação ao público quanto ao faturamento. No gráfico abaixo demonstram-se os valores das vendas mensais com o registro das vendas de março/15 a setembro/16.

Gráfico 1 - Vendas Mensais da Feira Cariri Criativo 2015 e 2016



Fonte: Programa “Do Cariri” (2015/2016).

Para a construção da tabela de vendas, consideram-se as vendas de cada dia de Feira e ainda as encomendas registradas. Os maiores valores de vendas nos meses de outubro e novembro/15 são decorrentes, respectivamente, da participação da Feira na programação cultural do III Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura (sediado pela UFCA) e da XVII Mostra SESC Cariri de Culturas, no qual houve a presença de um público numeroso e conseqüentemente impactando no índice de vendas. Em 2015, atingiu-se R\$ 50.977,40 em vendas nas edições mensais da Feira Cariri Criativo.

Em relação ao ano de 2016, o mês de junho atingiu seu maior índice de vendas até o momento, contando com 21 expositores, dentre eles 03 novos empreendimentos e marcado pelo Festejo Junino. Contabiliza-se que entre as vendas de janeiro à setembro de 2016, obteve-se o montante de R\$ 30.930,55.

A Feira realiza edições itinerantes sendo consideradas edições extras em outros locais e eventos. As Feiras Extras ocorreram: no V e VI Artefatos da Cultura Negra (setembro/14/15), Aniversário do CCBNB (maio/15), Estação Cultura (junho/15), Funaré no Beco (desde set/15). Em novembro/15, à convite da 1ª Edição da Feira da Música Cariri. Nos meses de junho e dezembro/15 e janeiro, abril a setembro/16 na Praça Siqueira Campos e Praça da Sé – Crato, em comemoração ao festejo do Dia de Reis, Edição Dia das Mães; em junho/16 no último “Música ao Pôr-do-Sol” e em agosto/16 no Armazém do Som (ambos, realizações do SESC) na Encosta do Seminário na cidade do Crato. Foram realizadas 33 edições extras e apurou-se R\$ 21.312,00 em vendas.

Estima-se que no período entre março/15 e setembro/16, a Feira Cariri Criativo (edições mensais + extras) contabilizou um total de R\$ 103.219,95 em vendas. Desta forma, verifica-se que a ação vem contribuindo na geração de renda, oportunizando o (re)conhecimento dos empreendedores locais, fruição cultural, além de atuar na revitalização do espaço público (Largo da RFFSA) possibilitando sua utilização como espaço de lazer e cultura, onde toda a comunidade é convidada a colaborar com esse novo propósito.

Um acontecimento importante para o Programa “Do Cariri” e conseqüentemente para a Feira Cariri Criativo foi a fundação da Associação dos Empreendedores Criativos do Cariri em 22 de fevereiro/16. Após a oficina de Associativismo e Cooperativismo em janeiro/16, em que foram esclarecidas algumas dúvidas, os empreendedores começaram a analisar a

possibilidade de sua formalização enquanto coletivo. Então, em Reunião Extraordinária na mencionada data foi oficializada a constituição da Associação.

Foto 1 -Associação Empreendedores Criativos do Cariri



Fonte: Programa “Do Cariri” (2015/2016).

A partir dessa decisão coletiva, os Empreendedores Criativos do Cariri fortaleceram-se enquanto grupo. A incubação pelo ITEPS a partir do Programa “Do Cariri” proporciona a busca da autogestão, aperfeiçoamentos profissionais, organização do grupo para efetivação de planejamentos e execução de estratégias. Isso se reflete também no fortalecimento da Economia Criativa e Solidária na região, incentivando e apoiando os setores criativos presentes no território, mostrando que em cooperação todos podem alcançar o objetivo comum. Outro ponto a ser destacado é que com a criação da Associação, aumenta a visibilidade dos empreendedores que a compõem. Estimula-se a população da região a conhecer e valorizar os produtos/serviços criativos e promover sua comercialização. Ressalta-se que alguns empreendedores da Feira ainda não fazem parte da associação.

Baseando-se nos registros do Programa, no total foram apoiados 52 empreendimentos e atualmente permanecem na Feira 28 negócios criativos. Cada negócio criativo é formado por apenas um empreendedor ou por grupos e coletivos.

Nas reuniões mensais foram traçadas estratégias que visassem o melhoramento da Feira e, a partir disso, algumas propostas foram colocadas em prática. Adiante descreve-se essas ações (brechó e cariri criativo convida).

A criação do brechó na edição ordinária de ago/15, composto através de doações de produtos e objetos usados ou seminovos dos expositores e visitantes. Em outubro/15 foi nomeado de Belchior Brechó e apresentada sua identidade visual. De agosto/15 a setembro/16, o brechó arrecadou R\$ 7.264,00 em vendas. Com o valor em caixa, materiais para manutenção e ampliação da Feira foram comprados, como: materiais de escritório, extensão, lâmpadas, material elétrico, cabides, materiais de algumas oficinas, camisas do Cariri Convida, refletores.

O Cariri Criativo Convida, mais uma ação para o fomento e apoio a artistas e criativos locais e também como forma de contribuir juntamente com o brechó para a manutenção da Feira, teve início em setembro/15. Com a criação de estampas exclusivas em camisetas que são comercializadas no Belchior Brechó, em 13 edições já foram convidados 14 criativos (*designers* e artistas visuais), sendo que no mês de novembro/15 foram desenvolvidas duas estampas. Desta forma, o Programa “Do Cariri” propõe que estes artistas promovam seus trabalhos e que de forma criativa sejam divulgados, possibilitando a disseminação do programa, das ações e dos próprios criativos que desenvolveram as estampas para além da Região do Cariri.

Destacando-se o Funaré no Beco, a ação já realizou 12 edições até setembro/16. Interditando o Beco de Padre Lauro - Crato, o Funaré no Beco busca promover a fruição cultural, valorizando as características regionais, bem como impulsionar a Economia Criativa fortalecendo os setores e o território criativo. Com a parceria do Projeto Ciclos, reúnem-se ciclistas e realiza-se um percurso de bicicleta, curto trajeto que é finalizado no Beco de Padre Lauro e seguido de sorteio de brindes.

Todos os empreendedores que tem interesse em expor seus produtos e trabalhos podem fazê-lo nesta ação, pois essa é uma das finalidades em vista a incentivar os atores a divulgar e dispor de mais um espaço para troca de informações, contatos, saberes e conhecimentos. Há participação facultativa dos empreendedores da Feira Cariri Criativo que comparecem de acordo com sua disponibilidade. Para registro e arquivamento para o Programa “Do Cariri”, recolhem-se os dados de vendas apenas dos expositores da Feira e de acordo com os registros somou-se um total de R\$ 6.040,00 em vendas.

Esta é mais uma ação que tem contribuído para o alcance das metas do Programa “Do Cariri” com as parcerias firmadas. O envolvimento do público é perceptível a cada edição. A realização desse movimento vem tornando-se

mais um componente da agenda cultural da nossa região. Uma ação de organização popular que oportuniza a atuação efetiva da população Caririense em busca de ideias criativas e inovadoras que valorizem a cultura e características regionais.

As oficinas abrangem um público além dos Empreendedores Criativos, na perspectiva de propor oportunidades para a comunidade adquirir e trocar conhecimentos. Foram realizadas 20 oficinas, com um total de 25 ministrantes e, de acordo com os registros de frequência, cerca de 200 pessoas participaram das atividades. Os temas das oficinas são determinados nas reuniões mensais entre os empreendedores e a equipe acadêmica. Oficinas realizadas: Formação de preço; Embalagem; Fotografia de produto; Mobiliário urbano com pallets; Produto: Poema; Contação de história e oficina bonecas Abayomi; Associativismo e Cooperativismo; Máscaras; Eco-Design???; Decoupage; Quilling; Elaboração de Projetos Culturais; Maquiagem; A inspiração vem de onde?; Amarração com Lenços; Percussão; Jogos Criativos; Isogravura; Estamparia criativa com estêncil; Macramê.

Além do aperfeiçoamento profissional, busca-se com as oficinas a formação pessoal e cidadã, enquanto seres que almejam transformar sua realidade a fim de melhorar sua região, ampliar seus conhecimentos e habilidades. Vale frisar também que são realizadas no Museu Histórico do Crato, trazendo uma nova forma de utilização para esse espaço.

O Abraço, ação voltada ao fomento de empreendimentos nos setores que envolvem gastronomia, tem sido realizado no Restaurante Sabor Indiano em Crato, pertencente ao casal indiano Jignasha Patel e Hemang Patel que ofertam seus produtos e serviços na Feira Cariri Criativo. Como forma de divulgar o espaço de trabalho dos empreendedores criativos como restaurantes e bares, a ideia foi colocada em prática a partir de maio/16 e foram realizadas até a finalização desta pesquisa 05 edições. A ação ocorre no primeiro sábado de cada mês, das 18h às 22h e tem ganhado visibilidade, promovendo assim a divulgação do restaurante indiano. O propósito é que o Abraço ocorra em outros empreendimentos dos criativos que trabalham com alimentação (petiscos, comidas regionais) no intuito de promoverem seus negócios para além da Feira.

O Bebadálgua teve 04 edições realizadas no primeiro sábado dos meses de maio, julho, agosto e setembro/16 das 15h às 17h, no Museu Histórico do Crato, reunindo aproximadamente 30 pessoas. A atividade,

ofertada gratuitamente, onde os participantes são convidados a um bate-papo descontraído em língua estrangeira tem possibilitado a prática dos idiomas abordados independente do grau de conhecimento. Dessa forma, comparecem a atividade desde pessoas que tem fluência até as que estão começando ou que tem interesse em aprender.

As edições abordaram os idiomas: inglês (repetido, mas com ministrantes diferentes), alemão e francês. De modo geral, a atividade vem ganhando espaço e tem despertado o interesse do público. É uma atividade interessante e de suma importância, pois muitos não têm com quem praticar a conversação e esse momento de diálogo possibilita a aplicação dos conhecimentos ao passo que criam-se novas redes de amizade.

Para a disseminação das ações do programa, utiliza-se como meios de divulgação: Facebook - *fanpages* do Programa “Do Cariri” e Cariri Criativo e Grupo Feira Cariri Criativo; Instagram Cariri Criativo; Site “Do Cariri UFCA” (histórico e informações sobre o programa); Canal no Youtube Do Cariri Programa de Extensão (divulgam-se as *Playlists* de discotecagens e vinil tocado na Feira Cariri Criativo). Outros meios utilizados são rádios e emissoras de Tv local; *fanpages* e grupos no Facebook de divulgação cultural da região.

Através das estratégias de divulgação, percebe-se a importância desses meios para disseminação e maior alcance de pessoas para que possam participar conjuntamente com as atividades desenvolvidas. Desta maneira, as ações foram adquirindo visibilidade e ganhando público a cada realização devido a sua propagação.

3 - Considerações finais

Este trabalho permitiu o relato e reflexão sobre a atuação do Programa de Fomento à Economia Criativa do Cariri enquanto instrumentos de fomento e fortalecimento dos setores criativos do Cariri cearense.

Os tópicos abordados no referencial teórico foram elencados de acordo com os elementos que norteiam as ações “Do Cariri”. Assim, fundamentado em referências acerca das economias criativa e solidária, pode-se ter uma noção de seus conceitos e da essência de cada um para a promoção do desenvolvimento regional, baseado nas características da comunidade e de seu contexto sociocultural e econômico.

Com base nos resultados apresentados, pode-se afirmar que o

Programa vem obtendo um bom desempenho e atingindo suas metas. Tem apoiado os criadores promovendo a visibilidade e comercialização dos seus produtos criativos, dos mais variados setores, tais como música, teatro, dança, poesia, cinema, artes visuais e design. Além de criar uma dinâmica cultural própria, que beneficia a população, seja nas oficinas possibilitando troca/aquisição/disseminação de conhecimentos; nos eventos em parceria (Casa do Beco e Projeto Ciclos) trazendo ideias criativas e inovadoras para ocupação e revitalização de espaços públicos; promovendo empreendimentos; valorizando e fruindo a cultura, tradições e vocações regionais.

Com a participação desses atores e com o envolvimento da população nas ações, que tem ganhado uma notória visibilidade. Todos esses elementos citados têm contribuído para o amadurecimento e fortalecimento da AEC na sua autogestão e cooperação, bem como dos setores criativos.

A oportunidade de relatar essa experiência proporcionou a convicção de que suas ações são de grande relevância tanto acadêmica quanto para a comunidade e região em que atua. A realização deste trabalho ampliou os horizontes enquanto pesquisadoras, verificando o potencial criativo aqui presente e a diversidade cultural que torna o Cariri um lugar singular. Desta forma, esta pesquisa colabora para o (re)conhecimento dos empreendedores criativos do Cariri, bem como dos setores criativos, das ações do Programa “Do Cariri”, trazendo abordagens da economia criativa e Economia Solidária. Sua relevância social e cultural para a notoriedade de atividades que estão em expansão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa:** políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011. 148 p.

COSTA, Armando Dalla; SANTOS, Elson Rodrigo de Souza. **Economia criativa no Brasil:** quadro atual, desafios e perspectivas. Economia & Tecnologia - Ano 07, Vol. 27 - Outubro/Dezembro de 2011. P. 151-159.

CONAES. **1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019:** para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília, 2015. Disponível em:<

<<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf>>. Acesso em: 18 de setembro de 2016.

DEHEINZELIN, Lala. **Economia criativa e empreendedorismo cultural**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2., 2006, Salvador. Trabalhos apresentados... Salvador: UFBA, 2006a.

_____. **Políticas Culturais, Economia Criativa e Desenvolvimento**. s. d. Disponível em: <<http://laladeheinzelin.com.br/wp-content/uploads/2010/07/2006-Pol%C3%ADticas-Culturais-Economia-Criativa-e-Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2016.

DUISENBERG, Edna dos Santos. A Economia Criativa: Uma Opção de Desenvolvimento Viável? In: REIS, Ana Carla Fonseca. (Org.). **Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 267 p.

FRANÇA-FILHO, G. C. Economia Solidária. In: Boullosa, R. F. (Org.). **Dicionário para formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 54-56.

LEITÃO, Cláudia Sousa. *et al.* **Indústrias criativas: alternativa de desenvolvimento regional**. Liinc em Revista, v. 7, n. 2, setembro, 2011, Rio de Janeiro, p. 538-555.

LIMA, Flávia Fernanda de. *et al.* **Geopark Araripe: Histórias da Terra, do Meio Ambiente e da Cultura**. Governo do Estado do Ceará – Secretaria das Cidades, Projeto Cidades do Ceará Cariri Central, 2010, 85 p.

REIS, Ana Carla Fonseca. (Org.). **Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 267 p.

_____. (Org.). Transformando a criatividade brasileira em recurso econômico. In: REIS, A. C. F. (Org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008b. p. 126-143.

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa 2010: economia criativa uma opção de desenvolvimento viável**. – Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 423 p. Disponível em: <http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf>. Acesso em: 24 de agosto de 2015.

VALE, C. A. R.; CUNHA, E. V.; OLIVEIRA, M. V. **Diálogo entre a Economia Solidária e a economia criativa no Projeto Fomento à Arte e à Economia Solidária na Região do Cariri**. Bahia análise dados, Salvador, v. 22, n. 4, p. 639-651, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://flip.atarde.com.br/especiais/SEI/A&D/2011/22/4/files/assets/downloads/publication.pdf>>. Acesso em: 05 de março de 2015.

7. PRÁTICAS FORMATIVAS E PROTAGONISMO JUVENIL: AS EXPERIÊNCIAS DO PROJETO GESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS NO ANO DE 2014

Maria Alane Pereira de Brito
Lucas Freitas dos Santos
Samara Souza Maciel
Sarah Pereira Gomes
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins
Waléria Maria Menezes de Morais Alencar

1 - Caracterização do projeto

O ambiente escolar está permeado por estratégias pedagógicas cada vez mais voltadas para a cultura do individualismo e da competitividade, visto a influência do modelo capitalista, onde a figura do vencedor é valorizada e aquele que não obtém êxitos em suas atividades é posto a margem da sociedade. O medo do fracasso e do estigma inerente a este, faz com que os jovens tendam a se sentir desafiados a seguir o *ethos* da cultura dominante. Sendo assim, os vínculos interpessoais se tornam efêmeros e o surgimento de conflitos ganha cada vez mais espaço no ambiente escolar, por meio da fragilização de ideais coletivos.

Levando em consideração tal contexto, os pesquisadores do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da Universidade Federal do Cariri (LIEGS-UFCA) começaram a pensar em estratégias pedagógicas de intervenção substitutivas ao modelo neoliberalista, visando transformar a escola em um espaço de fomento do protagonismo juvenil, a partir de ações que foquem no desenvolvimento de habilidades sociais voltadas para o bem comum. Para tanto, recorre-se à concepção de Gestão Social, em uma perspectiva conceitual, porém, aplicada em campo, visando o alcance dos objetivos elencados.

Em 2011, foi criado o Projeto Gestão Social nas Escolas (PGSE), que tem como objetivo o desenvolvimento da autonomia, da participação social e do pertencimento territorial, elementos propulsores para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. Em sua primeira versão, o projeto foi realizado em

três escolas de ensino médio da rede pública, localizadas na cidade de Juazeiro do Norte, no interior do Ceará. As ações foram realizadas durante três anos e a metodologia utilizada era voltada tanto ao desenvolvimento de habilidades sociais, como no apoio ao fomento de atividades de empreendedorismo social realizadas pelos jovens no processo. Objetivando, por meio da articulação dos atores sociais presentes no ambiente escolar, estimular a criação de estratégias de superação das vulnerabilidades presentes e verificar o processo de tomada de consciência dos jovens, frente aos desafios vivenciados em sua comunidade escolar. A repercussão desta versão foi bastante expressiva, chegando a atender aproximadamente 500 estudantes da rede pública de ensino.

A partir de 2014, o LIEGS firmou uma parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE), passando a integrar suas ações ao programa Geração da Paz, que visa realizar ações voltadas à promoção da cultura de paz nas escolas públicas do estado. Nessa direção esse estudo objetiva relatar como se deu as ações realizadas no ano de 2014, expondo o arcabouço teórico norteador das ações, a metodologia do projeto e os resultados obtidos nesta experiência.

2 - Marcos teóricos conceituais: Gestão Social e Protagonismo Juvenil

A primeira vez que a Gestão Social enquanto conceito ocorre no cenário científico brasileiro é nos anos 90, impulsionado pelas publicações de Fernando Guilherme Tenório. Após este período começa uma discussão a respeito do que seja Gestão Social, um constructo, uma ciência ou prática, debate que vem sendo fomentado no mundo acadêmico, em meio a publicações em periódicos, eventos científicos que se propõem a discutir o tema, bem como por grupos de pesquisadores que se organizam em rede para conhecer, e gerar conhecimento sobre o assunto, que por diversos autores se afirma um conceito em construção.

No quadro científico brasileiro têm-se alguns autores que se destacam na discussão, e vêm fomentando-a de maneira mais incisiva. Destacando-se entre os principais conceitos surgidos no Brasil, Tenório (1998, 2008), Dowbor (1999), Carvalho (1999), França Filho (2003, 2008), Singer (1999), Maia (2005), Boullosa e Schommer (2009), Fischer (2002).

Autores que dialogam sobre as questões, concordando entre si sobre

alguns aspectos, que consideram valores inerentes à Gestão Social entre eles, elementos como “democracia, participação, justiça, equidade e bem-estar social; a dialogicidade, horizontalidade e solidariedade nas relações; a atuação interstorial e interorganizacional”. (ARAÚJO, 2014, p. 87). Para este autor Gestão social se desenvolve dentro de um ambiente eminentemente prático, voltado à transformação da realidade social, e, em sua essência não é taylorista, beneficente, filantrópica ou benemerente, mas se caracteriza por princípios e valores ético-políticos, que priorizam uma relação horizontal de poder. Sendo assim, ela é entendida por sua finalidade e objetivos, implicando em alternativas que gerem mudança social. Este constructo se consolida no seio das instituições produtoras de conhecimento, como universidades, organizações estatais e a sociedade civil. “Trata-se de uma tentativa que pode ser inovadora, talvez messiânica, necessária para o desenvolvimento societário” (ARAÚJO, 2014, p. 86).

Trazendo uma perspectiva mais funcional do conceito, para Cançado (2013), “[...] a gestão social parte do Interesse Bem Compreendido, acontece na Esfera Pública e tem como objetivo a Emancipação, em uma perspectiva dialógica negativa”. (CANÇADO, 2014, p. 81). Ele utiliza a teoria do autor americano Tocqueville (1987) em que o interesse bem compreendido, do qual partiria a gestão social, se define pelo entendimento de que o bem-estar coletivo é a prerrogativa necessária para a existência do bem-estar individual. A prática da gestão social na esfera pública acontece porque este seria o espaço de encontro e discussão dos assuntos públicos (coletivos), em que os indivíduos se reúnem como seres políticos, e tratam de assuntos do interesse social, suas necessidades e seu futuro. Como finalidade por excelência, a gestão social visa à emancipação, no sentido de fazer o indivíduo se enxergar como sujeito do processo de autonomia, em que ele se livra da tutela de outrem. Caso ocorra de forma fidedigna, este processo torna-se um ciclo virtuoso, na medida em que a emancipação irá gerar o interesse bem compreendido, que ocorrendo na esfera pública, gera novamente emancipação.

Considerando um viés mais conceitual, de acordo com Cançado (2013), a Gestão social perpassa pela análise dos pares de palavras sociedade-estado e trabalho-capital, nesta ordem, para dar ênfase à sociedade e ao trabalho. A mediação entre os pares é realizada pela cidadania deliberativa, que por sua vez, é orientada por princípios como pluralismo, igualdade, autonomia e bem comum. A esfera pública é o espaço de intermediação entre sociedade,

Estado e mercado. Neste sentido, ela surge em contrapartida às formas de gestão tradicionais, que priorizam a competitividade e o enfraquecimento dos vínculos sociais.

Este modelo é ilustrado por Tenório (2008, p.40) como “processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais)”. Uma de suas características é a estimulação da participação popular nas tomadas de decisão, ressaltando a importância do diálogo no meio social. As atividades realizadas sob esta perspectiva tem como foco o desenvolvimento social, que traz ganhos secundários a outros setores da vida social como a educação, a sustentabilidade, a cultura e o exercício da cidadania.

Segundo Alencar e Grangeiro (2012) o modelo supracitado possibilita aos sujeitos a participação igualitária no processo de tomada de decisão, partindo do princípio de que o ato de falar tem caráter emancipatório, por meio do respeito aos princípios éticos e da negociação de conflitos aparentes. Sendo assim, um dos desafios encontrado por este é a criação de estratégias que fomentem o envolvimento ativo dos indivíduos na comunidade.

Entende-se que não há maneiras de dissociar as duas dimensões do conceito, pois teoria e prática na gestão social são dimensões complementares. Essa compreensão teórica do que seja Gestão Social se faz necessária para que a realização desta como intervenção seja eficiente e eficaz. Enxerga-se na gestão social um instrumento de propulsão para gerar características como protagonismo, capacidade de fala, empoderamento, entre outras que auxiliem na formação de indivíduos capazes de atuar nas comunidades onde vivem, contribuindo para a transformação destas. Assim, o Programa Gestão Social nas Escolas (PGSE) utiliza-se destas ferramentas para chegar à comunidade escolar e contribuir para a transformação da realidade local, sendo o principal objetivo trabalhar com a juventude, fomentando o protagonismo juvenil.

Partindo do discurso de uma educação não convencional de atores que se propunham a trabalhar com jovens pobres, a expressão protagonismo juvenil começou a circundar principalmente as organizações do terceiro setor, nos anos 90. Souza (2009) percebe que em alguns momentos o termo protagonismo parece referir-se a um método, princípio ou eixo pedagógico, que desloca o jovem da posição considerada passiva, de mero beneficiário ou depositário de conhecimentos, para uma posição de participação ativa. E

outras vezes, designa certa capacidade intrínseca ao jovem de ser protagonista no desenvolvimento do país, da chamada comunidade e do seu próprio *eu*.

Essa mudança de posição na tradicional hierarquia escolar é o ponto mais importante da prática do protagonismo juvenil, a qual é demasiadamente exposta e defendida por Paulo Freire em sua obra “Pedagogia do Oprimido” (1968). Intitulada *Concepção Bancária da Educação*, o autor, mostra o quanto a mecânica da narração é negativa na formação do aluno enquanto pessoa, onde o mesmo é visto sempre como ouvinte, mero objeto paciente, e o educador como agente indiscutível, real sujeito, cuja tarefa invariável é enchê-los dos conteúdos de sua narração. É “bancária”, pelo fato da única margem de ação oferecida aos educandos é a de receberem depósitos, guardá-los e arquivá-los, se tornando apenas colecionadores das coisas que arquivam.

Outro aspecto importante dessa prática é olhar a adolescência com uma nova percepção, mudando o discurso que só vê a adolescência como um “problema” para vê-la com uma oportunidade de desenvolvimento. A escola como primeiro espaço de contato social, deve ser o estimulador do protagonismo juvenil, não bastando apenas estar aberto a sua execução, mas também precisa estar apto ao acolhimento de novos métodos educacionais voltados ao desenvolvimento da cidadania, autonomia, criticidade, os quais dão base para os jovens quebrarem o paradigma de que aluno nada mais é que um receptor de informações, os proporcionando espaço e oferecendo oportunidade para trilharem seu próprio caminho. De acordo com o relatório da situação da adolescência brasileira da UNICEF (2011), o direito de cada menina e menino à participação é a condição fundamental para a realização do direito de ser adolescente, pois através dela é possível promover o conhecimento e a ação, a mobilização e a transformação. Além de um direito, a participação é uma poderosa aliada na geração de oportunidades de desenvolvimento e de enfrentamento das vulnerabilidades.

Assim, o protagonismo juvenil se torna um relevante potencial de crescimento e mudança social, ademais, atrelado a gestão social é possível rever o quadro da educação convencional, pautada em conceitos como hierarquia, e competitividade, as quais contribuem fortemente para o atrofamento do potencial dos adolescentes. Princípios como autonomia, autogestão, cidadania e democracia, tornam a gestão social e o protagonismo juvenil intimamente ligados e fortalecidos na busca por mudanças sociais.

3. Caracterização da ação

Desde sua gênese, o Projeto Gestão Social nas Escolas possui uma metodologia que prima pelo desenvolvimento da autonomia e do empoderamento dos alunos envolvidos, executando atividades de caráter participativo e lúdico, como jogos cooperativos, dinâmicas de grupo, vídeos, rodas de conversas e momentos de feedback. Após a finalização da primeira versão do projeto, os pesquisadores tiveram contato com um consultor da UNESCO, que demonstrou interesse em integrar esta iniciativa às ações desenvolvidas pelo órgão no programa “Geração da Paz”, da Secretaria de Educação do Ceará, que possuía projetos voltados a promoção da comunicação não-violenta e da cooperação nas escolas públicas do estado. No mês de março de 2014, a equipe firmou parceira com a UNESCO, passando a integrar o jogo intitulado “O Despertar dos Dragões”, que objetiva a promoção da cultura de paz nas escolas por meio do estímulo ao protagonismo juvenil. O nome do projeto faz alusão a uma figura histórica do Ceará, o Dragão do Mar, um abolicionista símbolo da resistência do povo cearense.

A coordenadora e os bolsistas envolvidos nesta ação de extensão participaram de um processo formativo no mês de abril na cidade de Fortaleza, promovido pelos consultores da UNESCO. Nesta ocasião, foram elucidadas questões acerca da metodologia do jogo e apresentado o cronograma das atividades propostas. No mês seguinte, as ações começaram a ser executadas no Centro de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente Dom Antônio Campelo de Aragão (CAIC), escola elencada para concretização do projeto. Os recursos metodológicos escolhidos para serem utilizados nos encontros foram dinâmicas de grupo, jogos cooperativos, rodas de conversas e a construção de um plano de ação voltado para as demandas emergentes na realidade escolar, detectada por eles durante o percurso do projeto.

As ações propostas no jogo estão distribuídas em oito fases, compreendendo uma fase introdutória, seis missões e uma fase de finalização/celebração. Para cada missão são criados desafios pautados no que se apresenta no cotidiano da sala de aula, que devem ser solucionados de forma autônoma pelos alunos. Para auxiliar a comunicação entre estes, foi criada também uma plataforma de comunicação acessível a todos os envolvidos nas ações, por meio da utilização de ferramentas disponíveis nas redes sociais, como grupos de discussão, blog e fan page do projeto.

Tabela 1: Fases do “Despertar do Dragão”

Fase trabalhada	Objetivo central
O Chamado (introdução)	Estimular o jovem para ação, para entrar no jogo.
O Despertar do Dragão (missão nº1)	Incentivar a participação, inspirar os alunos a refletirem sobre sua realidade.
O Encontro dos Dragões (missão nº2)	Promover a integração os participantes, observar as potencialidades presentes no grupo.
A Sociedade dos Dragões (missão nº3)	Criar um objetivo real, relacionado as demandas levantadas pelos alunos, que será concretizado pelos mesmos.
O Mapa dos Tesouros e Poderes (missão nº4)	Sistematizar, organizar e socializar as ações que serão realizadas para se chegar ao objetivo, a partir da construção do plano de ação.
O Levante (missão nº5)	Sair a campo, captar recursos na comunidade escolar e convidar os talentos descobertos para
A Batalha (missão nº6)	Concretização das ações previstas no plano elaborado anteriormente. Trata-se de um momento de construção coletiva (alunos, professores, grupo gestor e comunidade).
A Conquista (finalização/celebração)	Celebrar as ações realizadas, as conquistas alcançadas e realizar a avaliação do processo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Durante todo o percurso, os alunos foram auxiliados por uma equipe formada pelo professor da disciplina de formação cidadã, pelos bolsistas do PGSE e pelos consultores da UNESCO, contando também com o suporte da coordenadora da área de humanas da escola, que se dispôs a auxiliar em várias ações. As fases do jogo ocorriam semanalmente, nas terças ou sextas feiras, no período da manhã e tinham como público-alvo os alunos do segundo ano do ensino médio.

4 - Análise crítica e perspectivas para o futuro

O início das ações ocorreu no dia 16 de maio de 2014, após a realização da pactuação entre a escola escolhida e a CREDE 19, e o acordo entre o PGSE e a escola sobre os horários da realização das ações, que teriam lugar durante o turno letivo, nas aulas de Formação Cidadã. Na fase introdutória (O Chamado), estiveram presentes os consultores da UNESCO, a equipe do Projeto Gestão Social nas Escolas e os ex-alunos do CAIC que participaram da

versão anterior do projeto. A abertura foi composta por uma breve apresentação da equipe do PGSE, seguida da exibição de dois vídeos, o primeiro consistindo em uma retrospectiva do Projeto e o segundo, produzido pela própria equipe, apresentava jovens/adolescentes pensando e executando soluções para situações problema. Ainda durante esse momento, os ex-alunos que participaram do processo anterior (Lucas, Emerson e Jessica) discursaram sobre os impactos positivos do projeto em suas vidas. Dado o início das dinâmicas de apresentação e aproximação, foram descritos os objetivos e as fases do jogo e feito o convite à ação. O objetivo dessa primeira fase foi considerado alcançado, uma vez que houve a participação sem resistência da maioria dos jovens.

Na semana seguinte, iniciou-se a fase “O Despertar dos Dragões”, onde foi explicado o funcionamento do jogo utilizando exemplos relacionados a jogos populares entre os jovens como “Super Mario”. Em seguida, foram realizados jogos cooperativos, como o “Nó Humano”, que tinham como objetivo sensibilizar os jovens a realizarem práticas pautadas na cooperação e respeito mútuo. Logo após, os jovens foram divididos em equipes por meio da dinâmica da “Laranja da China”, e receberam sua primeira missão, que consistia na busca de informações sobre a comunidade em que estavam inseridos e sobre a construção da escola, a partir de entrevistas com os seus familiares, com outros moradores da comunidade e com os professores e gestores da escola. Por fim, para inspirar os alunos, foi lida a história do Dragão do Mar. Nessa fase foi possível observar que os alunos responderam positivamente a questão do trabalho em equipe.

Na terceira etapa, “O Encontro dos Dragões”, os alunos apresentaram à equipe de facilitadores os resultados obtidos na pesquisa, por meio de exposição dialogada e de fotos do espaço escolar. Logo após, foi realizada a dinâmica “Que bom, que pena e que tal”, que tinha como objetivo mapear os aspectos positivos e negativos, assim como estimular os jovens a pensarem em estratégias de intervenção para transformar a realidade em que vivem. Em seguida, os alunos se dividiram em pequenos grupos e preencheram três cartolinas com as potencialidades (que bom), fragilidades (que pena) e soluções para reparar as dificuldades observadas no ambiente escolar (que tal). Durante o processo, a mediação das decisões tinha como base o diálogo e a resolução de conflitos, onde os jovens apresentavam suas ideias, escutavam as das outras equipes e eram estimulados a problematizar os conteúdos de forma

não violenta. Nessa fase os jovens demonstraram capacidade de comunicação e pensamento crítico sobre o ambiente escolar.

Na próxima fase intitulada “A Sociedade dos Dragões”, houve a retomada dos assuntos ocorridos no encontro anterior que contou com a participação de três consultores da UNESCO, com o intuito de refletir o que já foi vivenciado e assim, prossegui com as atividades, expondo a turma o que eles tinham representado nos três quadros e trazendo as soluções proposta no “que tal” para serem discutidas na grande roda. Após isto, foi pedido aos subgrupos que transformassem tais informações em metas, escrevendo em tarjetas distribuídas pelos bolsistas de que forma eles transformariam os problemas apresentados. Na semana seguinte, foi realizada a atividade “a árvore dos sonhos”, onde os subgrupos em um processo de colaboração elencaram cinco das várias ações propostas no encontro anterior e colaram em árvores desenhadas por eles, seguindo uma ordem que ia da raiz até os frutos. Por fim, cada grupo apresentou sua árvore e foi feita uma roda de conversa, onde os alunos decidiram quais dos sonhos expostos comporiam a árvore da turma. Foram escolhidas as seguintes ações:

- Raiz: Limpeza da Escola
- Caule: Pintura da Quadra
- Folhas: A promoção de um evento cultural
- Frutos: Campanha contra o bullying através da arte e retomar a Horta e Farmácia Viva

Posteriormente, o projeto entrou em hiato por conta do início das férias escolares e como estratégia foi-se importante a inserção de um acordo coletivo para que a turma continuasse estruturada, retomando as ações na metade do mês de julho, quando se iniciou o período letivo. A etapa trabalhada no retorno, “O Mapa dos Tesouros e Poderes”, preconizava estimular os jovens a captar os talentos existentes em seu grupo que possam auxiliá-los na concretização dos sonhos ilustrados na árvore da turma. Para isto, os facilitadores utilizaram dinâmicas de integração e rodas de conversas e estimularam a utilização de outros espaços para discussão, como as redes sociais. Nos encontros seguintes, deu-se início ao “Levante”, onde os estudantes começaram a captação de recursos materiais e humanos para a concretização de suas metas. Essa atividade durou 15 dias corridos e foi acompanhada pelo professor e pelos

bolsistas do projeto. Em um dos encontros o professor responsável passou um vídeo chamado “Águia ou Galinha”, derivado de um conto. Logo em seguida, falou sobre ter o espírito da águia, para fazer as coisas acontecerem, sair da zona de conforto e ver o lado positivo das coisas, que auxiliou os alunos a estarem mais dispostos as próximas atividades para a realização dos sonhos. As mobilizações não se restringiram ao ambiente escolar, pois os alunos também as conduziram pela internet e na comunidade.

Em uma manhã do dia 23 de agosto foi realizada a última missão, denominada “A Batalha”, onde os participantes do projeto, professores, alunos de outras turmas e membros do grupo gestor se mobilizaram para a concretização dos sonhos almejados. As ações foram monitoradas pela equipe do PGSE e pelos consultores da UNESCO.

Tabela 2: Divisão das tarefas no dia da Batalha

Grupo	Tarefa realizada
1	Pintura da quadra da escola
2	Revitalização da horta e da farmácia viva da escola
3	Apresentação cultural- Grupo de Capoeira do CAIC
4	Confecção de lixeiras decoradas
5	Confecção de cartazes sobre violência escolar/Bullying e composição do Mural Anti-Bullying

Fonte: Elaborada pelos autores.

Enquanto realizavam as ações, a estação de rádio da escola embalava os presentes com músicas populares e os alunos de outras turmas auxiliavam seus colegas ao concretizar seus sonhos. Os professores também participaram ativamente do processo, principalmente nas atividades de cunho artístico como a confecção das lixeiras decoradas. Após a conclusão das tarefas, todos assistiram a apresentação do recém-formado grupo de capoeira do CAIC e fizeram uma visita guiada pelos espaços que foram transformados pelas equipes de intervenção: a quadra recém-reformada, os espaços onde as lixeiras decoradas foram alocadas, o mural Anti-Bullying, a horta e a farmácia viva. Logo após, ocorreu a apresentação de uma esquete sobre práticas de reciclagem e de preservação do meio ambiente. E por fim foi feito um momento de avaliação das atividades realizadas durante todo o processo,

ressaltando as habilidades desenvolvidas pelos alunos e a superação das dificuldades encontradas. A fase de finalização do projeto, “A Conquista”, foi realizada no mesmo dia, com uma comemoração promovida na escola.

Tudo que foi aqui ilustrado faz parte de um projeto piloto, onde a metodologia proposta foi experimentada e foi possível perceber os pontos que devem ser melhorados para que haja a reaplicação do projeto em outras escolas. Esta iniciativa está prevista para integrar parte das políticas públicas educacionais com ênfase na juventude. Partindo do processo avaliativo realizado na Batalha e dos depoimentos coletados durante as ações, foi visto que a proposta do jogo demonstrou resultados relevantes acerca do desenvolvimento do protagonismo juvenil e da promoção da cultura de paz. A maioria dos alunos demonstrou satisfação com o que foi feito e relataram que um dos aspectos que lhes chamaram mais atenção foi a possibilidade de transformar sua realidade a partir de suas próprias ideias e de participar de forma ativa em cada etapa vivenciada, sem sofrerem vetos dos adultos. Alguns disseram não ter se engajado como queriam devido à dificuldade de conciliação entre estudo e trabalho e parte dos alunos não demonstraram interesse em se envolver nas ações propostas.

Na avaliação com os docentes, o professor facilitador apontou os seguintes fatores:

- Resultados positivos e turma de jovens satisfeita com que foi conquistado;
- Desenvolvimento de característica nos jovens referentes ao protagonismo juvenil, apontando as diferenças desse processo em cada aluno;
- Envolvimento da comunidade escolar, apontando que poderia ter sido mais eficaz se fosse criado um método de divulgação das ações desde o princípio;
- Dificuldade em conciliar outros projetos da escola com esse, sugerindo que seria melhor que o docente responsável por aplicar o jogo não esteja envolvido em nenhum outro programa;

O acompanhamento e sistematização de todas estas informações foram possíveis através da cuidadosa coleta de dados realizada pelos bolsistas do PGSE em todos os encontros, utilizando três instrumentos básicos: a ficha de planejamento, o diário de campo e a ficha de avaliação. Os depoimentos coletados no dia da batalha foram obtidos e utilizados no processo avaliativo, a

partir do consentimento dos entrevistados.

As experiências obtidas no CAIC, juntamente das vivenciadas nas outras quatro escolas que compuseram o projeto “O Despertar dos Dragões”, foram primordiais para a realização de uma formação promovida pela UNESCO e pela SEDUC, que ocorreu no mês de outubro na Universidade Federal do Cariri, em Juazeiro do Norte. Neste curso estavam presentes professores vinculados as CREDEs 18, 19 e 20, que assistiram apresentações sobre o projeto piloto e aprenderam na prática os fundamentos da facilitação criativa. No final da formação, foi lançada a proposta para as escolas, e as que aderiram a esta receberam suporte técnico dos consultores envolvidos no projeto Geração da Paz. Até o momento oito escolas estaduais estão reaplicando a metodologia.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, W. M.; GRANGEIRO, R. R. Os Desafios da Cidadania Deliberativa: um estudo de caso sobre a participação dos jovens do projeto Gestão Social nas Escolas. São Paulo: **Revista Pensamento e Realidade (USP)**, 2012.

BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.) **Dicionário para a Formação em Gestão Social**. 1ª Ed. Salvador, Bahia. EDITORA CIAGS, 2014

CANÇADO, A.C.; PEREIRA, J.R.; TENÓRIO, F. J. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: CRV, 2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra, 50. ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo Juvenil: O discurso da Juventude Sem Voz. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 1 (1), p. 1-28, 2009.

TENÓRIO, F. G. (Re) visitando o Conceito de Gestão Social. In: SILVA JR, J. T. (Org.). **Gestão Social: Práticas em debate em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

UNICEF. **Situação da Adolescência Brasileira 2011. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades**. Brasília, 2011.

II PARTE:

ECONOMIA SOLIDÁRIA NUMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR



8. AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE NAS PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DAS TIMBAÚBAS – CDCT EM JUAZEIRO DO NORTE/CE

Silvia Roberta de Oliveira e Silva
Eduardo Vivian da Cunha

Introdução

Muitos são hoje os problemas de ordem econômica, social, cultural, política e ecológica, presentes em comunidades onde o desenvolvimento não é capaz de permitir que pessoas usufruam de situações desejáveis de vivência. Em meio a esta situação, surgem propostas que intentam possibilitar uma vida mais digna, buscando estabelecer uma nova lógica de funcionamento da economia. Uma destas propostas responde pela designação de Economia Solidária, marco segundo o qual a experiência estudada neste trabalho procura se apresentar.

Por outro lado, existe atualmente um debate sobre o papel do que se identifica sob o termo de sustentabilidade, e como ele se expressaria em situações concretas de desenvolvimento local.

Assim, este trabalho procurou identificar as dimensões da sustentabilidade a partir dos parâmetros da Economia Solidária, configurando um tipo de análise que procurou trazer, de certa forma, uma visão alternativa para esta ideia, frequentemente apropriada por discursos instrumentais.

Para fazer isto, o trabalho se concentrou no estudo da associação Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas (CDCT) localizada em Juazeiro do Norte/CE. Ele teve como intuito saber em que medida esta associação, enquanto empreendimento econômico e solidário, que atua na área de finanças solidárias, tinha desenvolvido as dimensões da sustentabilidade.

Do ponto de vista conceitual, esta aproximação entre Economia Solidária e sustentabilidade foi realizada com o auxílio de um quadro analítico

de referência (conforme proposto por Cunha, 2012), adaptado para a leitura do caso em função das suas especificidades.

A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa exploratória e foi realizada com base no método de estudo de caso, que se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objetivo é a análise profunda de uma unidade (MOREIRA, 2002). A pesquisa se fez através de duas etapas, a saber: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. No primeiro caso, os dados de material elaborado abrangem artigos, periódicos, dissertações, teses, livros e reportagens publicadas sobre os temas de sustentabilidade, Economia Solidária, empreendimentos econômicos solidários, finanças solidárias e bancos comunitários. Neste momento, foram utilizados autores como Ignacy Sachs, Enrique Leff, Suely Chacon, Jean-Louis Laville, Eduardo Cunha, França Filho, Silva Junior, Paul Singer, Coraggio, Arruda.

A pesquisa de campo fora realizada no local da associação em questão, no período de janeiro de 2010 a abril de 2013. Ela teve início antes mesmo da definição deste trabalho, a partir de uma vivência inicial por meio da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários – ITEPS/UFCA. Assim, pode-se dizer que a fase de observação (Godoy, 1995) iniciou-se já em 2010. Neste caso, ela assumiu um caráter participante e não participante em etapas diferentes, sendo no início mais participante, e posteriormente (durante os anos de 2011 e 2013) não participante, com um olhar mais objetivo nas entrevistas focadas (MARCONI; LAKATOS, 2006), estudo de documentos e outras atividades mais direcionadas no final do período.

1 - Contextualizando Economia Solidária e a Sustentabilidade

A Economia Solidária no Brasil se desenha, de acordo com informações obtidas na SENAES, através das instâncias governamentais, dos fóruns de economias solidária, das ligas ou uniões, das entidades de apoio e fomento, além de outros tipos de empreendimentos econômicos e solidários (SENAES, 2012).

Entre autores que trabalham na perspectiva de construção desta temática, destacam-se: Singer (2002), Arruda (2004), Coraggio (2009), França Filho e Laville (2004), Silva Junior (2006).

Singer (2002) entende Economia Solidária como uma alternativa

superior ao capitalismo por trazer às pessoas que a integram como produtoras, poupadoras, consumidoras, uma vida melhor. Melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menos dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter às ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um, saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado (SINGER, 2002).

Arruda (2004) afirma que um fator ontológico para o surgimento da Economia Solidária é "o profundo desejo de felicidade, que não pode existir sem autorespeito, respeito mútuo e laços de amor entre as pessoas" (ARRUDA 2004, p.1). A Economia Solidária seria então, uma ferramenta para a construção de um projeto maior, de uma solidariedade consciente, construída como parte de um projeto teleológico. Portanto, que envolve fins que nós lançamos em nossa ação. Um projeto para iluminar a nossa ação. Essa é a concepção de amor como lei natural de convergência, como uma tendência natural da humanidade (ARRUDA, 2000).

Coraggio (2009) adjetiva-a como economia "social", que significa que todos os eixos econômicos são eixos sociais em que se entrelaçam com a multidimensionalidade da sociedade humana: o econômico não pode existir sem a natureza, sem o material, muito menos fora do simbólico, da cultura e da política. Pretender o contrário, é propor como o neoliberalismo, que libera mecanismos os quais se mostram destrutivos para a vida.

França Filho e Laville (2004) a vêm através de um olhar antropológico, marcados por uma forte articulação política, onde surgem práticas a partir da mobilização comunitária, imbuídas do desejo de criar organizações com finalidade primordial de atender aos interesses coletivos e alicerçados no controle democrático. Sendo estas, diferenciadas das que compõem o movimento associativista tradicional por envolver um número maior de questões diretamente ligadas a um território, possibilitando a solução de problemas políticos, econômicos e sociais de uma determinada comunidade.

Os empreendimentos econômicos solidários representam a célula primeira de um processo pautado pela Economia Solidária. Estes são representados no Brasil através do cooperativismo popular, das redes de empreendimentos, das organizações de finanças solidárias, das associações,

clube de trocas entre outros grupos.

França Filho e Laille (2004) destacam cinco características principais para os empreendimentos econômicos solidários, que são a pluralidade de princípios econômicos, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitária pública e finalidade multidimensional.

Acerca do conceito de empreendimento econômico e solidário, destacam-se ainda as características relacionadas pela SENAES, que os define como grupos coletivos com prática de autogestão, prevalência de existência real da organização, atividades econômicas centrais na empresa e que ainda podem ser singulares ou complexos.

Coraggio (2009) os conceitua como empreendimentos que realizam uma interlocução entre o solidarismo e o empreendedorismo, que se baseiam na cooperação em busca de uma nova racionalidade econômica, contrariando o economicismo e o unilateralismo. Compreende as dimensões econômica, social e política da vida coletiva. Além de serem regidos por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Vale destacar que a experiência em questão neste trabalho está associada ao projeto de um banco comunitário. Silva Junior (2006) destaca que um banco comunitário une simultaneamente a produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade local, se constituindo no produto articulador de ações que organizam, mobilizam e capacitam comunidades proporcionando o seu desenvolvimento sócio, econômico, cultural e ambiental. França Filho (2007) destaca ainda que os bancos comunitários convivem numa hibridação de princípios reguladores econômicos e em uma interação contínua de oferta e demanda. Ele pode ter ainda um papel na articulação de economias locais:

BCD assume um papel central em uma rede de Economia Solidária, pois através da disseminação do microcrédito popular e solidário pode contribuir tanto no financiamento direto da própria produção ou prestação de serviços na comunidade, quanto no financiamento direto e indireto do consumo local. (MEDEIROS; *ed al*, 2011, p.3).

A partir destas concepções da Economia Solidária, podemos entender a sustentabilidade como uma alternativa, baseada nos princípios de uma outra economia, conforme defende Cunha (2012). Segundo esta mesma discussão, esta definição passa também pela consideração do fundamento ético das práticas relacionadas com a questão da sustentabilidade, especialmente levando-se em conta o fundamento da ideia da sustentabilidade, que está ligada à garantia do direito das futuras gerações, em condição de igualdade com os da geração atual.

Neste sentido, Sachs (1994) traz a visão de que o desenvolvimento sustentável tem seu início na compreensão da vida humana e suas relações com a natureza. Em suas colocações sobre o desenvolvimento, o papel do homem merece destaque, hora como protagonista, hora como vítima. Ele traz à tona a questão ética relacionada ao desenvolvimento e ressalta a importância do controle individual das decisões de consumo, acima do controle social.

Sachs destaca também, a importância do planejamento. Um planejamento que permita um estudo aprimorado, e não superficial das condições envolvidas em um determinado projeto direcionado a desenvolver um dado local, num certo tempo e que seja possível ressaltar as dificuldades, possibilitando dessa forma ajustes, sempre que necessários, antes dos acontecimentos. A participação, o envolvimento direto dos beneficiados, o fortalecimento do local devem estar diretamente relacionados a elaboração de um projeto que visa o desenvolvimento de um local. Sachs (1994) ressalta a importância de se considerar no planejamento do desenvolvimento a solidariedade entre gerações respeitando as restrições ecológicas.

Para Leff (2001), autor humanista, a preocupação com a degradação ambiental (componente ecológico) é tão importante quanto a preocupação com a pobreza e a exclusão (componentes sociais) para que se estabeleça um desenvolvimento sustentável. Para Leff (2001), a sustentabilidade surge como princípio, em meio a globalização, que sinaliza um limite e redireciona o processo de civilização humana. A sustentabilidade ecológica seria uma norma que reorientaria a ordem econômica, se estabelecendo e reconhecendo a função de suporte da natureza como alicerce de um desenvolvimento que assegure a sobrevivência humana e a produção mundial.

1.1 Para compreender a sustentabilidade no caso em estudo

Uma forma possível de se perceber como as situações concretas estão situadas com relação ao debate sobre a sustentabilidade aqui indicado, pode-se lançar mão de construtos previamente definidos. A Tabela 1 apresenta, assim, uma proposta de quadro analítico para avaliar em que medida o CDCT, enquanto empreendimento econômico e solidário tem desenvolvido as dimensões de sustentabilidade.

O ponto de partida é o quadro analítico de sustentabilidade proposto por Cunha (2012), que o utiliza numa análise similar para as experiências de ecovilas. Partindo-se da consideração de que o CDCT, assim como as experiências analisadas pelo autor, pode ser considerado empreendimentos econômicos e solidários, é perfeitamente aceitável tal adequação.

Para compreender este quadro, devem-se tomar como ponto de partida as discussões de Sachs (1994) sobre as dimensões da sustentabilidade. A partir destas dimensões, são definidos parâmetros para a compreensão de cada uma delas, lançando-se mãos de conceitos e princípios ligados às discussões sobre a Economia Solidária. Estes parâmetros são traduzidos em variáveis que permitem a redefinição na forma como a economia, por exemplo, é percebida (considerando-se a questão da hibridação de princípios econômicos, por exemplo), assim como as considerações nas dimensões social e política (que levam em conta as questões da participação política e da autogestão, dentre outras, conforme pode-se perceber logo abaixo).

Tabela 1- Quadro de Análise da Sustentabilidade

Dimensão	Componentes	Variáveis
Econômica	Impacto gera distribuição de renda do local	Postos de trabalho criados -Rendimentos proporcionados -Utilização de insumos locais
	Articulação entre diferentes lógicas econômicas(mercantis, não mercantis e não-monetárias)	-Utilizações alternativas de recursos, além dos mercantis: auto produção, trocas, utilizações coletivas(finanças solidárias), fontes governamentais, etc.
	Formato dos empreendimentos	-Tipo de empreendimentos (individuais ou coletivos) -Forma de distribuição dos excedentes
	Produção local	-Nível de atendimentos das demandas internas pela produção local -Tipo de produção e prestação de serviços existentes no local

Social/Comunitária	Coesão social entre os associados	-Tipo de sociabilidade existente -Existência de confiança entre as pessoas -Natureza dos vínculos estabelecidos -Nível de reconhecimento entre os associados
	Saúde	-Acessibilidade aos tratamentos de saúde -Existência de integração entre tratamentos ortodoxos e complementares
	Educação	-Existência de práticas de educação especialmente ligadas à questão ecológica
	Identidade social	-Tipo de preocupação com a pobreza e a exclusão
Cultural/Espiritual	Identidade das pessoas com a experiência	-Grau de enraizamento dos moradores com as atividades realizadas (identidade cultural)
	Atividades culturais	-Tipos de atividades artísticas/culturais existentes
	Expressões culturais materiais	-Reflexões da cultura na arquitetura e desenho do CDCT
	Manifestações espirituais	-Existência e forma de realização das práticas (abertura para diferentes tipos, realização comunitária, etc)
Política	Participação dos associados	-Nível e tipo de participação dos associados (tomada de decisão democrática) -Estilo de liderança existente
	Tipo de ação pública no território	-Processos de discussão ampliada (fora da ecovila) -Convivência com comunidades do entorno
	Articulações externas	-Articulação com redes do movimento de economia solidária ou outras pertinentes (meio ambiente, assistência social, etc...) -Tipo de integração com o poder político e com políticas públicas
Técnica/Ecológica	Uso de tecnologia social	-Tipo de tecnologia empregada (originalidade e se é socialmente referenciada ou adaptada de outro local ou convencional) -origem dos recursos
	Uso de tecnologia ambiental	-Existência de produção orgânica -Cuidados com relação ao meio ambiente nas atividades de produção ou prestação de serviço
	Identidade ecológica	-Tipo de convivência com o sistema ecológico do entorno (preocupação com a degradação ambiental)
	Esquema de reciclagem	-Tipo de sistema de reciclagem (e reutilização) existentes
	Utilização da água	-Como a água é captada e descartada (efluentes) -Nível de tratamento e reciclo
	Utilização da energia	-Fonte de energia utilizada -Nível de utilização de tecnologia renovável
	Tipo de técnicas construtivas adotadas	-Tipos de técnicas construtivas utilizadas -participação de materiais locais na construção -Nível de utilização de materiais tóxicos
	Restauração ecológica	-Adoção de técnicas de recuperação ecológica ou de permacultura ou outros similares

Fonte: Cunha (2012), adaptado pelos autores.

2 - Caracterizando o Centro Comunitário de Desenvolvimento das Timbaúbas (CDCT)

O Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas situa-se na cidade de Juazeiro do Norte, no bairro Timbaúbas. Esta cidade está localizada no Cariri Cearense ao sul do estado do Ceará e a aproximadamente 600km de algumas das principais capitais do nordeste brasileiro. Conforme dados fornecidos pela SERPLAN (SEPLAN - ESTADO DO CEARÁ, 2012), há no bairro aproximadamente 12.446 moradores, 3.459 domicílios e 200 empreendimentos. Possui uma infraestrutura que normalmente não atende as demandas do bairro, pois o número de escolas, áreas de lazer e postos de saúde, por exemplo, é insuficiente para o atendimento da população local. Em seu entorno, encontram-se cinco bairros com densidade demográfica similar: São Geraldo, Limoeiro, Aeroporto, Pedrinhas, Pio XII, conforme mostram os mapas abaixo.

Figura 1 - Localização do Cariri.



Figura2 - Localização do Bairro Timbaúbas



O CDCT, durante o período desta pesquisa, era caracterizado como uma associação composta por onze associados, alguns deles oriundos da Associação dos Microempresários do Bairro Salesianos (ASSMIPESAL). A proposta inicial, que data dos anos 90, era alojar onze microempreendedores do bairro Salesianos em Juazeiro do Norte em um local onde pudessem desenvolver suas atividades de produção e comercialização de forma individual e cooperada (costureiras, metalúrgicos, gesseiro, mecânico, cozinheiras). Com o tempo, e por razões diversas (que não vamos explorar neste trabalho) muitos dos associados desistiram da empreitada, que foi retomada alguns anos depois, sob outro formato.

Assim, em 2005 a Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte doou um terreno para a associação, que começou a ser recomposta até atingir o formato atual. A sede atual do CDCT, ainda inacabada mas já em uso, foi construída em regime de mutirão. Tal fato gera uma peculiaridade em seu funcionamento, já que, além da sede da associação, há mais onze boxes individuais no terreno, onde os associados realizam suas próprias atividades profissionais. Cinco destes boxes estavam em funcionamento, sendo oferecidos serviços de mecânico, cabeleireiro, gesseiro e lanchonetes.

O CDCT tinha como objetivo, segundo sua ata de constituição, promover o desenvolvimento do Bairro das Timbaúbas nas suas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais.

Para isto, realizou diversos tipos de ações como, por exemplo, as comemorações em datas especiais, como o dia das mães, onde normalmente oconteceram bingos e comercialização de produtos fabricados pelos integrantes da associação, como "As Tapiocas de Zeneide". Ou ainda como as festas juninas, em que normalmente era feito o arraial do CDCT, com direito a fogueiras, vendas de comidas típicas e atrações peculiares da época. Nos dias das crianças, realizaram gincanas e brincadeiras diversas para entretenimento das crianças do bairro. Além de atividades nestas datas, foram realizados em diferentes épocas do ano rifas, bingos, bazares e oficinas de produções diversas. Compõem a lista, ainda, as ações de cidadania que foram realizadas em parcerias com entidades públicas e privadas, como disponibilização do espaço da associação para realização de serviços básicos de saúde, serviços de higiene e cuidados pessoais, orientações dadas pela Defensoria Pública e pela Polícia Ronda do Quarteirão, além da realização, também na sua sede, da Mostra SESC de Cultura.

Além destas ações, cabe destacar o Banco Comunitário das Timbaúbas

(BCDT). Este projeto que dispunha de um agente de crédito contratado para o BCDT através de parceria com a incubadora de Economia Solidária da UFBA.

Com isto, a associação recebia apoio de alguns parceiros para o seu desenvolvimento. É o caso das incubadoras das Universidades Federais do Ceará (ITEPS/UFC) e da Bahia (ITES/UFBA). Neste caso, um processo de formação, treinamento e intercâmbios foram realizados numa base mais ou menos regular.

2.1 - Analisando o caso a partir das dimensões da sustentabilidade

a) Dimensão econômica

Acerca do impacto gerado na distribuição de renda do local, as atividades realizadas pelo CDCT puderam ser sentidas através da criação de postos de trabalho interna e externamente ao empreendimento. Internamente, eles aconteceram através dos serviços colocados à disposição da comunidade nos boxes da sede do CDCT, de pedreiro, mecânico, gesseiro e cabeleireiro, além da criação do posto de agente de crédito, ocupado por um dos associados. Externamente não foi possível mensurar o impacto com este estudo, mas uma vez que existe uma política de crédito que prioriza o comércio há, por consequência, uma contribuição na manutenção dos postos de trabalho gerados na comunidade.

Os rendimentos proporcionados por estas atividades puderam gerar um incremento na renda dos envolvidos, entretanto sem ter sido definido ainda como a atividade principal das famílias dos associados, uma vez que necessitavam realizar trabalhos fora do CDCT para assegurarem a subsistência familiar.

Foi observada também, a utilização de insumos disponíveis na própria comunidade, visto que muitos dos materiais utilizados na construção foram adquiridos no bairro. Da mesma forma são os serviços extras que se fizeram necessários quando os associados não são qualificados para determinada atividade e que são contratados localmente.

Quanto a articulação entre as diferentes lógicas econômicas, descrita por França Filho (2006), o CDCT fez uso das três: mercantis, não-mercantis e não-monetárias. As trocas mercantis acontecem por meio dos serviços prestados à comunidade pelos associados e pelo banco por meio da compra e venda de produtos e serviços a partir de um preço definido. As não-mercantis aconteciam por meio dos benefícios advindos de projetos apoiados pelo

governo municipal, pela ajuda das entidades de apoio e por empresas privadas que apoiavam diversas das ações desenvolvidas, todas associadas ou a projetos de fundo não-reembolsável ou apoio não-financeiro. Estas perfaziam, de fato, umas das principais fontes de recursos financeiros para a associação. As formas não-monetárias aconteciam na realização das contribuições feitas em regime de mutirão pelos associados e membros do bairro nas ações coletivas que envolvem o CDCT e o Banco Comunitário.

Observou-se através dessa dimensão, que o envolvimento voluntário das pessoas criou condições para um ambiente propício no que se refere ao desprendimento dos associados para realizações de outros trabalhos que não o seu usual.

Teve destaque também a forma não-monetária, principalmente através da utilização da moeda social em circulação no bairro, que ganhou adeptos e a simpatia da comunidade, gerando possibilidades de fomentar uma produção capaz de abastecer as necessidades iniciais da população local, através do estímulo ao desenvolvimento de uma rede de empreendimentos que tende a se sobressair quanto à captação e circulação de recursos na comunidade. Pode-se perceber a evolução e relevância que apresentava a circulação da moeda social no bairro pelos dados coletados na pesquisa. Até janeiro de 2013, o banco havia liberado um total de créditos correspondentes à R\$5.454,40 com inadimplência de 0%. Isto demonstrou por parte da população atendida uma co-responsabilidade e um sentimento de pertença, onde o comum, o social passa a ser tratado como seu.

Quanto ao formato dos empreendimentos, o CDCT constituiu-se em uma associação formada por onze empreendedores individuais que se uniram, inicialmente, em torno de um empreendimento comunitário com propósitos e finalidades isoladas, onde a necessidade principal era acomodar cada empreendimento e fazer prosperar a associação, que garantiria seu local de funcionamento.

b) Dimensão social/comunitária

Era notório o elevado nível de coesão entre os associados, observando-se uma sociabilidade primária e um relativo grau de confiança entre os envolvidos. Alguns associados estavam presentes desde a constituição da associação, existindo entre alguns deles vínculos anteriores a este momento. Neste caso, estes relacionamentos são originários na constituição da primeira associação, que ocorreu há cerca de 17 anos.

Ao buscar compreender a realidade e os níveis de envolvimento por parte dos associados nas ações e projetos do empreendimento estudado, foi estruturada uma tabela onde destacou-se dados, colocações e as percepções da pesquisadora e dos envolvidos na pesquisa, relacionando-os em seguida a fim de elaborar um perfil destes associados e das suas relações entre si e com a associação. Utilizou-se os indicadores de ótimo, bom e regular para categorizar os níveis de envolvimento dos mesmos na dinâmica associativa. Foi definido que um nível ótimo implicaria em uma participação ativa e extremamente comprometida nas ações, projetos e proposta da associação. Um nível bom demonstraria, que embora o associado participe de muitas atividades, não há um comprometimento, que segundo o dicionário Aurélio Buarque, significa a ação ou fato de comprometer-se, com a proposta da associação. E o nível regular demonstraria pouca ou até nenhuma participação e comprometimento com as ações, projetos e proposta do CDCT.

Tabela 2: Perfil dos Associados

ASSOCIADO	ESCOLARIDADE	SEXO	TEMPO	GP	NEP	NPTBr	NPTB	PTF E	CCSP
A	2º GRAU	F	2	PAI	ÓTIMO	BOM	BOM	NAO	ÓTIMO
B	1º GRAU	M	3	=	BOM	REGULAR	ÓTIMO	SIM	ÓTIMO
C	1º GRAU	M	2	FILHA	BOM	BOM	ÓTIMO	SIM	ÓTIMO
D	2º GRAU	F	16	MARID D	ÓTIMO	ÓTIMO	ÓTIMO	SIM	ÓTIMO
E	1º GRAU	F	2	=	REGULAR	REGULAR	REGULAR	SIM	REGULA R
F	1º GRAU	M	1	=	REGULAR	REGULAR	REGULAR	NAO	REGULA R
G	1º GRAU	M	2	=	BOM	BOM	BOM	NAO	ÓTIMO
H	1º GRAU	M	3	=	BOM	BOM	BOM	SIM	ÓTIMO
I	1º GRAU	M	16	ESPOS A	ÓTIMO	ÓTIMO	ÓTIMO	NAO	ÓTIMO
J	NAO ALFABETIZADO	M	1	=	REGULAR	REGULAR	REGULAR	NAO	ÓTIMO
L	1º GRAU	F	8	=	ÓTIMO	ÓTIMO	REGULAR	SIM	REGULA R

LEGENDA:

GP: Grau de parentesco entre os demais associados

NEP: Nível de entendimento da proposta do CDCT

NPTBr: Nível de participação no trabalho burocrático

NPTB: Nível de participação no trabalho braçal (mutirões de construção, pintura, armação de barracas, limpeza do local para realização de eventos, entre outras)

PTFE: Possui trabalho fixo extra CDCT

CCSP: Como classifica sua participação nas ações da associação

Entre alguns fatores que se destacam na tabela estão o fato de que a maioria dos associados possuía apenas o primeiro grau completo e são do sexo masculino; além disto, cerca de um terço deles são parentes.

Quanto ao envolvimento na associação, observou-se que cerca da metade dos associados possuía relação com o empreendimento a mais de dois anos, porém cerca de dois terços têm um entendimento ótimo ou bom do seu funcionamento. Ao serem questionados sobre como eles mesmos avaliam o seu nível de participação, a maior parte dos associados (72%) o definiu como ótimo.

Entretanto, o perfil desta participação se caracteriza um pouco melhor quando se verificou que apenas um terço se dedicavam mais ativamente ao trabalho burocrático (no nível “ótimo”). Já no trabalho manual, o envolvimento regular foi o menor deles, e no discurso dos associados era perceptível a preferência por este em relação ao anterior (burocrático).

Desta tabela, outras constatações podem emergir a partir do cruzamento de algumas variáveis. Assim, observou-se que:

- Os associados que exerciam trabalho fixo e remunerado fora do CDCT tendiam a se envolver mais nos trabalhos burocráticos (mais índices de ótimo e bom); com relação ao trabalho manual, a mesma tendência foi observada, de forma um pouco mais acentuada.
- Os associados com maior escolaridade tendiam a se envolver mais nos dois tipos de atividades referidas.
- Os associados que se encontram a mais tempo na associação tinham um melhor nível de entendimento da proposta, embora havia os que tinham menos tempo de associação e tinham um nível “bom” ou “ótimo”.

Através das visitas e das diversas observações de campo realizadas, pôde-se perceber que o nível de entendimento estava também relacionado ao nível de capacitação (que não necessariamente implica em nível de escolaridade formal) e conhecimento da proposta por parte dos integrantes. Alguns dos associados, com menor tempo na associação, ainda não teriam tido a oportunidade de participar de momentos que os tivessem envolvidos diretamente com a ideia proposta pelo empreendimento. Somava-se a isto o fato de alguns destes associados foram integrados por situações circunstanciais envolvendo o uso dos boxes e não por adesão à proposta de trabalho comunitário da associação.

Com relação à questão da saúde, percebeu-se um acesso regular dos

associados aos tratamentos, quando requeridos na rede pública. Não foi observada a utilização, por parte de nenhum membro, de planos de saúde. Não se observou também a preocupação dos associados com a utilização de tratamentos complementares, com a utilização de ervas medicinais e de terapias alternativas, mesmo que, em alguns momentos, alguns associados apresentaram a ideia da construção de uma horta medicinal nos arredores do banco.

Por fim, observou-se uma preocupação por parte dos associados com a pobreza em seu entorno e com a exclusão provocada por esta. Esta pôde ser evidenciada, por exemplo, com o direcionamento das ações do CDCT em prol da comunidade da Timbaúbas.

c) Dimensão cultural/espiritual

Não se observou no CDCT uma proposta filosófica de vivência particular. Não evidenciou-se uma proposta filosófica inicial aglutinadora, mas sim, se observou que muitos associados iniciaram suas relações a partir da necessidade de soluções materiais (ou seja, um local apropriado para desenvolver suas atividades profissionais), fato que estaria ligado à própria associação inicialmente constituída no Bairro Salesianos.

Entretanto, as atividades artístico-culturais eram valorizadas pela associação. No seu espaço próprio foram realizados eventos onde as gerações do bairro se encontram através de atividades de dança, teatro, música e outras, como gincanas (concurso Jovens Talentos) e comemorações de datas especiais como dia das mães, páscoa, festas juninas, natal.

Em relação às manifestações espirituais, por sua vez, elas não foram evidenciadas de forma contínua ou sistemática. Estas aconteceram apenas em alguns momentos de reflexão ou ações através da realização de orações propostas para serem realizadas no início de todos os trabalhos.

d) Dimensão Política

No que se refere à participação dos associados, percebeu-se uma democratização em relação à fala e ao voto nas decisões tomadas pelo grupo. Havia uma participação assídua nas decisões do empreendimento, o que podia ser evidenciado pelas presenças e participações nas reuniões gerais e assembleias. Estas decisões eram desde a realização de eventos até submissões de projetos, adesão de novos membros e quaisquer assuntos relevantes que surgissem no âmbito da associação.

Outro exemplo de participação que pode ser citado foi a atuação dos

associados no Comitê de Análise de Crédito do Banco Comunitário, que tomavam as decisões sobre concessões de crédito do banco. Uma ampliação desta democracia é que também era realizada consulta a moradores do bairro para liberação do crédito.

Vale ressaltar, entretanto, que ocorreu durante muito tempo no empreendimento um estilo de liderança centralizada, em que as decisões só eram analisadas ou deferidas quando determinados membros se encontravam presentes.

Quanto à atuação pública no território, o CDCT realizou ações com o intuito de trabalhar com a comunidade os assuntos de interesse coletivo. Desta forma, houve envolvimento direto dos membros do empreendimento em diversos tipos de ações na comunidade, como na interação em reuniões e minicursos promovidos em parceria com as universidades e representantes do poder público local que objetivam a discussão dos problemas da comunidade das suas possíveis soluções. Existia ainda a participação de alguns membros em uma organização não governamental ligada aos direitos dos idosos e mais recentemente no Fórum Careirense de Economia Solidária.

Quanto às articulações externas, percebeu-se uma nítida evolução entre os membros na busca e consolidação de parcerias que agregam valor às ações do CDCT. Também neste ponto teve-se superada a centralização em poucos membros. Assim, os mais tímidos participavam atualmente de ações de captações de recursos externos, como patrocínios entre empresas privadas e divulgação de ações nos meios de comunicação da região. Muitos participavam, ainda, em momentos de troca de experiências e intercâmbios com outros empreendimentos que desenvolvem ações semelhantes, ou ainda com estudantes universitários provenientes de diversos lugares.

Além disto, o banco comunitário integrava a Rede Brasileira, Nordestina e Cearense de Bancos Comunitários, tendo então participado de vários encontros, em escala nacional e regional.

Em função de suas ações, o Banco Comunitário recebeu destaque midiático local (e em alguns casos, mesmo nacional). Esta articulação externa reverberou na própria comunidade, o que pôde ser sentido, por exemplo, no momento em que foram entregues os convites para o seminário de inauguração da nova sede do banco, que aconteceu em abril de 2013. As pessoas buscavam saber mais, queriam conhecer de perto o que a televisão, as revistas, as redes sociais e o rádio anunciavam como diferencial de um

desenvolvimento includente que está tão perto delas e acessível a quem se dispuser participar.

e) Dimensão Técnica/Ecológica

Em relação à questão tecnológica, dentro do projeto do BCDT destacou-se a moeda social, considerada uma importante tecnologia social com caráter educativo. Ela se encontrou lastreada em real com possibilidades de impactar a realidade local, onde estava sendo aceita em muitos dos estabelecimentos comerciais do bairro. Além de fomentar o sentimento de identidade dos moradores com o território, havia um interesse latente dos envolvidos na busca de alternativas para os problemas cotidianos.

O nome desta moeda é o Timba, com valor equivale ao real. As notas simbolizavam as peculiaridades do bairro: o caju na nota de cinquenta centavos de Timba, por haver muitas desta árvore espalhadas pelo bairro; um Timba, representado pelo coqueiro por também ser uma árvore característica do bairro e está presente em muitos quintais dos moradores; dois Timbas representados pelo carroceiro, que é figura emblemática do local, sendo uma das mais difundidas profissões dos homens da comunidade, uma vez que fazem o trabalho de pequenas transportadoras no bairro (mudanças, entregas diversas); na cédula de cinco Timbas vem gravado a imagem do pássaro Galo de Campina e na de dez Timbas o camaleão, uma homenagem por já ter sido o bairro, habitat natural desses animais.

Figura 3: *Imagens do Timba. Fonte: Arquivo do CDC*



O procedimento para avaliação e liberação do crédito, contava, em especial, com um processo de aval solidário e comunitário, que corresponde

segundo Silva Junior (2004) a consultas a algumas pessoas da comunidade indicadas pelo beneficiário a fim de saber se este tem boa índole e se concordam com o empréstimo, caso as respostas da maioria sejam positivas, o crédito é encaminhado ao conselho gestor para aprovação final. O crédito, que poderia ser acessado por qualquer residente do bairro, deveria ser utilizado para o consumo e a produção. O crédito liberado para o consumo deveria atender às necessidades mais básicas e urgentes do solicitante e poderia chegar ao valor máximo é T\$50,00 (Timbas). O de produção era destinado ao investimento ou abertura de um pequeno negócio, podendo chegar ao máximo de T\$300,00 (Timbas) ou R\$300,00 (reais), conforme a origem da matéria-prima. Nos empréstimos destinados ao consumo, não haveria cobrança de juros, apenas multa por atraso, depois de decorridos cinco dias após o vencimento, havendo um pequeno juro para empréstimo para a produção.

No primeiro semestre de 2013, foi aprovada a instalação de um correspondente bancário¹ na sede do banco comunitário, que possibilitaria uma diversificação dos produtos financeiros oferecidos pelo banco comunitário, além de dar suporte à sua sustentabilidade econômica.

A identidade ecológica, por sua vez, encontrava-se em desenvolvimento. Ela era pouco sentida entre os integrantes do CDCT. Não foram observadas ações estruturadas que assegurassem uma prática consciente de preservação ambiental. Foram ouvidos em reuniões sussurros de preocupação com esta temática.

Não havia esquema de reciclar nem reutilização dos resíduos orgânicos. A água utilizada era de origem da companhia que abastecia a cidade. A energia também é fornecida pela companhia cearense de energia, a COELCE. Não havia indícios de técnicas construtivas ecológicas e nem tão pouco de restauração ecológica.

3.2. Considerações sobre o caso

O CDCT pôde ser classificado como empreendimento econômico e solidário, por se enquadrar, até a conclusão da pesquisa, numa classificação que segundo a SENAES (2012) define este tipo de empreendimento como sendo um grupo coletivo, urbano e que possui suas atividades baseadas nos princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação,

¹ A função de corresponde bancário foi criada sob o argumento de oferecer à população acesso mais simples ao Sistema Financeiro Nacional, “como forma de propiciar a melhoria das condições de obtenção de crédito, de realização de poupança e de aquisição de produtos financeiros, além da maior comodidade para pagamento de contas por parte das pessoas de menor renda”, justifica a Resolução 3.156 do Banco Central.

auto sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Além do que, trata-se de um empreendimento permanente e centrado em suas atividades. Estas estão relacionadas à produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, de comercialização e consumo solidário, sugerindo uma prática complexa e procurando estimular a criação de redes de empreendimentos.

O empreendimento integra através de suas atividades, a solidariedade e o empreendedorismo com suas múltiplas ações baseadas na cooperação entre os membros, estabelecendo vínculos na comunidade do bairro das Timbaúbas, promovendo a participação desta através de atividades múltiplas desenvolvidas em sua sede e também fora dela.

As atividades desenvolvidas pelo CDCT foram realizadas através da articulação entre as mais variadas fontes de recursos: as mercantis, oriundas da venda de mercadorias e serviços realizados pelos associados; as não mercantis, através de recursos ou concessões originadas do poder público ou de outras instituições públicas, privadas e filantrópicas; e as não monetárias, originadas da participação voluntária dos membros da associação através de doações materiais ou humana (tempo direcionado para atividades desenvolvidas pela associação).

A associação possuía uma gestão autônoma ligada aos interesses coletivos da associação e não relacionados à interesses externos. Procurou-se manter em nível de prioridade, os interesses da associação preservados em todos as ações que vinha desempenhando. Não foi observada a participação, ou pelo menos defesa de interesses de grupos políticos ou até mesmo de representações políticas. Isto foi tratado com cautela por parte dos integrantes do empreendimento, não que sejam impossibilitadas ações de interesses políticos, mas não havia espaço para "politicagem" nas dependências do empreendimento. Além disto, há participação de todos os associados nos processos decisórios.

As práticas profissionais no empreendimento se entrelaçavam com os padrões comunitário de trabalho. Elas tinham finalidade multidimensional com objetivos que não eram unicamente relacionados ao econômico, mas aos benefícios e interesses sociais, culturais, ecológicos e políticos, embora com mais ou menos força para cada uma destas dimensões.

O Banco Comunitário assumiu posição de destaque entre os projetos desenvolvidos pelo CDCT. Enquanto empreendimento de finanças solidárias

inserido em uma localidade como as Timbaúbas, além de promover uma maior circulação econômica, com o desenvolvimento e a introdução de uma moeda social de uso exclusivo na comunidade e com paridade na moeda nacional, tendia a trazer mudanças educacionais significativas que possivelmente impactariam na realidade local, favorecendo a retenção de recursos no bairro, estimulando a produção e o consumo local e desenvolvendo a identidade das pessoas com o mesmo, o que possibilitaria uma melhora nas relações sociais, políticas e culturais.

Através da criação desta moeda social, o banco estimulava o comércio local, incentivando os moradores a apropriarem-se deste, evitando a saída monetária para outros centros, os quais não davam retorno à sua comunidade. Além disso, a associação, colocou como meta do processo de incubação, juntamente com as universidades parceiras, o desenvolvimento de uma rede de empreendimentos econômicos e solidários no bairro. O propósito era que fossem estimulados e priorizados ainda mais a produção local, incentivando a melhoria de produtos e serviços que já existiam na própria comunidade. Junto com esta articulação política, os serviços financeiros solidários oferecidos pelo banco comunitário tendiam a constituir um elemento de manutenção destes empreendimentos no bairro.

3 - Considerações Finais

O trabalho buscou realizar uma leitura do CDCT através do quadro analítico da sustentabilidade proposto por Cunha (2012), adaptado e justificado nesta pesquisa. Esta nos revelou algumas considerações importantes, dentre elas a de que existiam várias lógicas em interação observadas na perspectiva de sustentabilidade no CDCT, que não se resumiram às mercantis e que se revelaram como reflexos da participação política e social.

A pesquisa apresentou resultados surpreendentes para o tempo de existência em que se encontrara o empreendimento estudado. Pode-se perceber, através do referencial teórico e da leitura realizada a partir do marco de análise, que o CDCT enquadrava-se dentro dos requisitos que caracterizam os empreendimentos econômicos e solidários. Apesar de se encontrar em fase embrionária em relação a algumas dimensões utilizadas como parâmetro neste trabalho, percebeu-se contribuições transformadoras através das ações e projetos que desenvolviam na comunidade.

Desta forma, as dimensões que foram percebidas como as mais desenvolvidas são a dimensão econômica e a social e que puderam ser sentidas na atuação do CDCT através principalmente da articulação entre as diferentes lógicas econômicas (mercantis, não-mercantis e não-monetárias) e a preocupação com a pobreza e a exclusão, observada através das ações da associação.

A dimensão tecnológica pode ser observada a partir do uso da moeda social, que vinha se mostrando importante ferramenta de transformação. Já o desenvolvimento da dimensão política foi percebida nas manifestações do CDCT junto à comunidade e na participação de decisões pela maior parte dos integrantes da associação de forma assídua e regular. A dimensão cultural encontrou-se em um estado de desenvolvimento representado por ações culturais pontuais realizadas. As dimensões menos desenvolvidas foram as ambientais e espirituais, justificada talvez pela própria formação educacional e religiosa dos integrantes. Foi percebida uma ausência de uma proposta filosófica de vivência e ainda não houve, até então o despertar para estes temas tão pertinentes.

O projeto de maior destaque da associação foi o Banco Comunitário de Desenvolvimento das Timbaúbas, que também pôde ser caracterizado como empreendimento econômico solidário, assumindo até um destaque maior do que o próprio CDCT, em diversas ocasiões. Por se apresentar como âncora de um iniciante e crescente sistema de crédito, tende a desencadear uma rede de empreendimentos econômicos e solidários no bairro, favorecendo o desenvolvimento local, estimulando a produção e a comercialização interna e evitando assim, a fuga de capitais do bairro.

Considerado o processo de desenvolvimento em que se encontrou e o contexto que se inseriu o empreendimento, onde mostrou não haver investimentos públicos e privados suficientes, e onde a população estava exposta a riscos e excluída de possibilidade social, econômica, cultural, O CDCT emergiu como possibilidade real de proporcionar através de suas ações, avanços significativos dos indicadores econômicos, sociais, políticos, culturais e ecológicos da comunidade das Timbaúbas.

O presente trabalho leva, ainda, a reflexão sobre a importância de mudanças na forma de desenvolver políticas públicas, que podem ser realizadas segundo outros parâmetros. Estes incluiriam uma visão alternativa de desenvolvimento e sustentabilidade, que pudessem inserir elementos da

Economia Solidária, passíveis de criar uma maior participação da população desde a sua elaboração, bem como uma inclusão efetiva de um grande número de setores do bairro.

Os empreendimentos de Economia Solidária se mostram, neste contexto, como um aporte ao desenvolvimento de ações que fortalecem os laços sociais, já que eles pressupõem uma lógica de ação que supera o reducionismo mercantil, através da articulação de diversas lógicas econômicas, e o autoritarismo político, através do estímulo à autogestão.

O tema aqui proposto abre um leque de possibilidades de pesquisas no meio acadêmico. Pesquisas podem ser desenvolvidas para medir o impacto dos EES ou mais precisamente dos bancos comunitários no desenvolvimento sustentável de regiões; ou ainda ampliar o debate sobre a sustentabilidade no âmbito das práticas de Economia Solidária através do estudo de um número maior de casos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. *In*: KRAYCHETE, Gabriel. **A economia dos setores populares: entre a realidade e a Utopia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000. Por uma economia do povo: realidades e estratégias do local ao global. *In*: PAINEL DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Mumbai, Índia, 2004. Disponível em <http://base.socioeco.org/docs/doc-7390pt.pdf>. Acesso em dez. 2012.

BURSZTYN, M. Estado e meio ambiente no Brasil. **Para pensar o Desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CORAGGIO, J.L. Economia do trabalho. **Economia Solidária: desafios para um novo tempo**. Salvador: Cadernos FLEM, 5. Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2003.

CADERNOS DA FUNDAÇÃO LUIZ EDUARDO MAGALHÃES. Economia do trabalho. Economia Solidária. Salvador: FLEM, 2003.

CUNHA, Eduardo V. **A sustentabilidade em ecovilas: práticas e definições segundo o marco da Economia Solidária.** 2012. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/Tese%20Final%20-%20EDUARDQ%20VrVIAN.pdf>. Acesso em: 13/02/2013.

_____. A Sustentabilidade em Ecovilas: Desafios, Propostas e o Caso da Ecoovila. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, V.4, n.1, Jan. p. 113-126, Abr. 2010. Disponível em:

<http://www.revistargsa.org/rgsa/article/view/216/91>. Acesso em: 1502/2013

_____. **Incubação de Redes de Economia Solidária: Limites e possibilidades de uma Metodologia de Intervenção para o desenvolvimento Local - o Caso Eco-luzia.** 2008. Dissertação (mestrado em administração) - Pós-graduação da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

_____; SANTANA, Clarissa Almeida. **O Desenvolvimento Local e a Concepção dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.** In: IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL (ENAPEGS), 2010. Lavras, Anais... Lavras, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE Economia Solidária. **A Trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária.** Secretaria Executiva. Disponível em:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=25&Itemid=18&mode=view Acesso em 17 jan. 2013.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, FSM. **O que é o FSM.** Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_lingua=1 Acesso em 12 janeiro 2013.

FRANÇA FILHO, G. C. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J-P. **Ação pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional.** Porto alegre: Editora UFRGS, 2006.

GAIGER, Luís Inácio. Sentido e possibilidades da Economia Solidária hoje. *In*: KRAYCHETE, Gabriel (Org.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Salvador: Vozes, 2000. p. 191-198.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1994.

KRAYCHETE, Gabriel. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. *In*: _____ (Org.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Salvador: Vozes, 2000. p. 133-141.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEDEIROS, Amanda *et al.* **A Incubação como Fomento ao Desenvolvimento Local: A experiência junto ao CDCT - Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas**. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 5., 2011, Florianópolis, Anais... Florianópolis, 2011.

MEDEIROS, Amanda. **Economia Solidária e desenvolvimento local: A Prática dos Empreendimentos Econômicos e Solidários na Região do Cariri Cearense**. 2011. 112 p. Monografia (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri, Juazeiro do Norte, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra (Org) **J. Bairros pobres - ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto**. Fortaleza: Lamparina, 2003. Disponível em: <http://www.bancopalmas.org.br> Acesso em: abr. 2013.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. *In*: BURSZTYN, M.(Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Experiências internacionais de um cientista inquieto: entrevista com Ignacy Sachs. *Estud. av.*, São Paulo, v.18, n.52, dez.2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103 - 40142004000300023](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300023) Acessado em fev/2013.

SILVA JUNIOR, Jeová Torres. **Gestão, Fato associativo e Economia Solidária: A Experiência da Asmoconp/Banco Palmas.** 2004

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

9. O PAPEL DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO BRASIL

Victoria Régia Arrais de Paiva

Introdução

Este artigo apresenta reflexões sobre as características do processo de institucionalização das finanças solidárias com ênfase no papel desempenhado pelos bancos comunitários, notadamente no contexto recente, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego¹, em 2003. Tais reflexões são fruto da minha tese de doutoramento, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). A questão central do estudo analisou o processo de constituição e organização político-institucional dessas experiências, averiguando como elas originaram uma complexa rede de relações sociais envolvendo o Estado, o mercado e as organizações da sociedade civil, com rebatimento nas políticas públicas.

Fundamentados num modelo difundido pelo Banco Palmas, desde 1998 e, posteriormente, pelo Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e SocioEconomia Solidária², os bancos comunitários, juntamente com as cooperativas de crédito solidário e os fundos rotativos solidários configuram um conjunto de práticas e representações sociais designado pelo termo finanças solidárias, cujos princípios orientadores baseiam-se na Economia Solidária.

A pesquisa ocorreu entre 2010 e 2014, tendo sido o trabalho de campo

¹ Em 2015, após reforma ministerial no Governo Dilma Rousseff (PT), com ênfase no corte de gastos. Assim, houve uma fusão entre os Ministérios do Trabalho e Emprego e Previdência Social, criando o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), tendo, contudo, sido estruturada em outubro de 2016, no governo interino de Michel Temer (PMDB). Até o momento, a Senaes permanece ligada ao referido ministério.

² De acordo com informações contidas na página do instituto na internet o Instituto Palmas é: “[...] uma OSCIP de Microcrédito, fundada em 2003 pela ASMOCONP (Associação de Moradores do Conjunto Palmeira). A principal função do Instituto Palmas é fazer a difusão tecnológica do Banco Palmas, ajudando a criar outros Bancos Comunitários no Brasil (e em outros países), integrando-os em rede. O Instituto Palmas serve como um guarda-chuva para os novos Bancos oferecendo crédito, correspondente bancário e microsseguro. O Banco Palmas se relaciona com o Instituto Palmas do mesmo jeito que os outros Bancos Comunitários: utilizando as linhas de crédito, correspondente bancário e microsseguro do Instituto Palmas”. Disponível *on line* pelo endereço: <http://www.inovacaoparainclusao.com/> (acesso em 13/11/2014).

realizado em três bancos comunitários localizados em territórios de baixo IDH, geridos por entidades vinculadas a associações comunitárias e sindicatos, envolvendo grupos de mulheres, jovens e agricultores familiares. Foram eles: o Banco DendêSol (Fortaleza), o Banco Paju (Maracanaú) e o Banco Quinamuiú (Tauá). A imersão em campo contou ainda com a minha presença em diversos momentos na sede do Banco e Instituto Palmas (Fortaleza) para a realização de entrevistas, além da participação em eventos e leitura de bibliografia especializada.

A abordagem teórico-metodológica priorizou um diálogo com a sociologia política, notadamente com autores brasileiros que fazem a releitura do pensamento habermassiano, a exemplo de Dagnino (2002), Avritzer e Costa (2004), Abers e Von Bülow (2011), entre outros. Para compreensão do fenômeno dos bancos comunitários no Brasil foram considerados os estudos de França Filho (2007) França Filho e Silva Jr. (2009), Dias Coelho (2003) e Muñoz (2009), em suas respectivas colaborações no Dicionário Internacional da Outra Economia. Em relação à construção do campo da economia e das finanças solidárias as pesquisas de Alcântara (2005), Schiochet (2009) e Cunha (2012) foram fundamentais.

Pelos limites deste artigo, estruturado em três partes, priorizei apresentar inicialmente o contexto em que emergem as experiências em finanças solidárias no Brasil, pontuando, na sequência, a trajetória destas iniciativas, com ênfase nos bancos comunitários, considerando as instituições, os atores sociais e eventos formuladores da sistematização do conhecimento e da organização política das experiências no âmbito das políticas de apoio e fomento. Por fim, apresento as perspectivas e os desafios, pois este é um processo em andamento, já que ainda não se dispõe de um marco regulatório nem para a Economia Solidária e nem para as finanças solidárias.

1 - Situando o contexto de emergência das finanças solidárias com foco em bancos comunitários

Do mesmo modo como ocorre com outros fatos importantes da história, é difícil demarcar com exatidão quando ocorreu o início das experiências em finanças solidárias. Por isso, recorro ao termo “emergência”, que, segundo Sousa Santos (2002a), foi elaborado como crítica ao processo de invisibilização de um conjunto de experiências gestadas pela sociedade em

busca de novos paradigmas para o desenvolvimento, incluindo diferentes iniciativas que ensejam novos caminhos para a emancipação social³. Esse fato estaria, segundo o autor, na base de uma sociologia das ausências e das emergências.

Assim, diante da necessidade de compor a história social da emergência do fenômeno, enfatizo as condições que possibilitaram o (res)urgimento das finanças solidárias no Brasil nos anos 1990, período marcado pela incorporação do Brasil à mundialização financeira (CHESNAIS, 1995) e ao projeto neoliberal, dando relevo ao surgimento das experiências, com ênfase no Banco Palmas e bancos comunitários a ele vinculados, principalmente após a criação da Senaes, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em junho de 2003.

Como uma das expressões das práticas em finanças solidárias, os Bancos Comunitários se constituem num fenômeno recente no Brasil, e o estado do Ceará tem despontado devido à projeção assumida pelo Banco Palmas, por esta ser considerada a primeira e mais bem sucedida iniciativa criada no Brasil⁴. Contudo, para além do pioneirismo, importa notar o desenvolvimento de um modelo organizativo próprio, customizado a partir do acúmulo de experiências vivenciadas na própria comunidade⁵ por intermédio das lutas sociais e dos projetos apoiados por instituições de diferentes matizes. Esse modelo vem sendo replicado no Brasil e no mundo, tendo recebido incentivos de ordem objetiva e simbólica, como prêmios de diferentes organizações públicas e privadas, a exemplo da Fundação Banco do Brasil (FBB), da Financiadora de Projetos (FINEP) e da Caixa Econômica Federal (Objetivos do Milênio/ODM).

Assim, o surgimento do termo finanças solidárias está associado ao contexto em que as experiências emergem no Brasil, destacando o papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil (associações, sindicatos e

³ O autor coordenou uma ampla pesquisa envolvendo 69 pesquisadores em seis países – África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal, cujo tema foi a globalização alternativa, visando analisar iniciativas e movimentos de resistência e de formulação de alternativas por parte das classes populares e dos grupos sociais subalternos em vários domínios sociais. Os resultados da investigação foram apresentados em sete livros, que deram origem à série: *Reinventar a emancipação social: para novos manifestos*, publicada no Brasil pela editora Civilização Brasileira.

⁴ Embora seja este um marcador importante para compor a trajetória desse tipo de organização, é relevante registrar que, nesse mesmo período, foram criadas outras iniciativas assemelhadas ao Banco Palmas, baseadas na experiência dos Clubes de Troca com Moeda Social em outros estados do país, como no Rio de Janeiro (moeda social tupi adotada no Fórum de Cooperativismo Popular).

⁵ A noção de comunidade adotada aqui toma como base a categoria êmica utilizada pelos interlocutores.

ONGs) gerando conhecimento a partir das práticas existentes. A partir das iniciativas entram em cena as instituições governamentais (a exemplo da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes), com a nomeação e reconhecimento pelo Estado (mediante fomento pela via dos editais de chamadas públicas); as instituições do Mercado (com as ações de incentivo, como o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e a criação de espaços de discussão como o Fórum Banco Central de Microfinanças e Inclusão Financeira) e também as instituições públicas de ensino superior, com o apoio das Incubadoras e Núcleos de pesquisa e extensão que apoiam os empreendimentos econômicos solidários.

Portanto, o processo de formulação e legitimação das práticas de finanças solidárias toma como base as experiências organizadas por diferentes grupos sociais tradicionalmente excluídos do sistema financeiro convencional, no sentido de criar possibilidades de acesso ao crédito nos meios rurais e urbanos, tendo como princípios norteadores a solidariedade, a confiança, a autogestão e o desenvolvimento sustentável de base local e territorial.

Em síntese, o processo de organização do segmento⁶ das finanças solidárias no Brasil foi constituído a partir de um intenso debate pautado por uma diversidade de atores sociais (trabalhadores, gestores de políticas públicas e entidades de apoio e fomento) em vários espaços de articulação política (fóruns, conferências e plenárias⁷), momentos privilegiados de interação em que foram gerados subsídios acerca do perfil, demandas das diferentes experiências em andamento e uma agenda de debates, aproximando em torno de objetivos comuns aquelas que tinham como meta a constituição de formas alternativas de acesso ao crédito, fazendo uma crítica aos impactos negativos do neoliberalismo e às limitações concernentes à política de microcrédito nos moldes convencionais (com elevadas taxas de juros, exigência de garantias reais etc.), conforme será tratado a seguir, mediante reconstituição da trajetória⁸ das finanças solidárias no Brasil.

⁶ Termo utilizado nos documentos oficiais, a exemplo dos editais de chamada pública e anais das conferências e plenárias na área.

⁷ A maioria dos eventos aconteceu em Fortaleza e tive a oportunidade de participar, fato que favoreceu uma ampla coleta de dados durante a pesquisa de campo.

⁸ O emprego da noção de trajetória toma como base estudos de Gussi (2008), sobre a trajetória institucional do Crediamigo, implementado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

1 - As nuances da trajetória brasileira das finanças solidárias

1.1 - Surgimento e usos do termo

Conforme mencionado anteriormente, o termo finanças solidárias começa a ser introduzido nas políticas de apoio e fomento desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes) no âmbito dos editais de chamadas públicas e seus respectivos termos de referência lançados a partir de 2005⁹, passando a constar de documentos específicos do segmento, a exemplo da convocatória para a I Conferência Temática de Finanças Solidárias, realizada em 2010, a portaria que institui o Comitê Temático de Crédito e Finanças Solidárias, dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), entre outros.

A conceitualização das finanças solidárias nas políticas de apoio e fomento do Governo Federal contou com o apoio dos diversos atores sociais integrantes do campo, sendo esta referenciada no acesso ao crédito por parte das populações excluídas do sistema de crédito convencional. Portanto, dialoga a um só tempo com o que se convencionou chamar de inclusão financeira (pela via da bancarização¹⁰) e com a democracia econômica, entendida como a ampliação da democracia para o campo da economia, conforme preconiza Dowbor (2007). Tal simbiose pode ser verificada a seguir, no trecho do Termo de Referência publicado em 2010:

As Finanças Solidárias referem-se a um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o acesso a recursos financeiros, fazendo com que as finanças operem a serviço das necessidades coletivas [...] De modo geral, essas iniciativas são constituídas para atender demandas de segmentos populacionais e organizações que estão excluídas do acesso ao crédito nos moldes convencionais, seja para financiar o consumo ou para outros tipos de investimentos na produção ou realização de serviços (SENAES/MTE, p.12 - item 5.3.1, 2010 – grifos não contidos no original).

Configuram-se, portanto, em iniciativas que têm perfil assemelhado (objetivos, públicos prioritários, parceria com os Governos e necessidades comuns), todavia, com estratégias de atuação, modelos de gestão e marcos

⁹ O ano de 2005 foi denominado de Ano Internacional do Microcrédito, tendo sido implementadas várias ações por parte do Governo Federal no sentido de estímulo ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Ou seja, havia um contexto favorável à expansão das práticas.

¹⁰ O termo bancarização está associado à inclusão financeira entendida pela via do acesso aos serviços bancários (abertura de contas correntes, uso de cartões de crédito etc.).

regulatórios distintos. Nesse sentido, cumpre retratar minimamente algumas características de cada uma das modalidades integrantes do aludido segmento:

Quadro 1 – Iniciativas integrantes do Segmento das Finanças Solidárias no Brasil (2014)

INICIATIVAS/ PERFIL	COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIO	FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS	BANCOS COMUNITÁRIOS
ÁREA DE ATUAÇÃO E PERFIL	Atuação voltada ao meio rural, embora existam cooperativas de crédito urbanas, como a do Sindicato dos Bancários de São Paulo (Bancredi); Possui vários sistemas em funcionamento. Entre eles, o Cresol (Região Sul); Ascoob (BA), Credit ag (criado com apoio da Contag), entre outros.	Atuação principalmente voltada ao meio rural (80% são agricultores/as familiares), embora existam alguns grupos no meio urbano. O mapeamento nacional realizado pela Fundação Grupo Esquel Brasil, afirma que existem mais de 500 FRS no país (2012).	Atuação voltada aos meios rural e urbano, embora o número de bancos em comunidades urbanas seja maior. Dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e Instituto Palmas afirmam que mais de 100 Bancos foram criados no país, embora não existam dados disponíveis sobre quantos destes estão funcionando.
SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA E DIÁLOGOS COM PARCEIROS GOVERNAMENTAIS E DA SOCIEDADE CIVIL	Ocorre por meio das quotas-partes dos sócios e também por intermédio de vários projetos em andamento principalmente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no período recente, com apoio da Senaes/MTE.	Ocorre por meio de projetos em andamento principalmente com a Senaes e BNB, sendo a execução dos Projetos realizada até então pela Cáritas Brasileira (instituição vinculada à igreja Católica) e Fundação Grupo Esquel Brasil.	Ocorre por meio de projetos em andamento principalmente com a Senaes/Ministério do Trabalho e Emprego, BNDES, BNB, Governos municipais e estaduais e internacionalmente, contam com apoio do Comitê Católico contra a Fome para o Desenvolvimento do Mundo (CCFD) e outros parceiros da cooperação internacional.
MARCO LEGAL E INICIATIVAS DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	Seu marco legal está baseado na Lei 5764/71. O fortalecimento institucional se deu com a criação da Ancosol (Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária) e da Confesol (Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com interação Solidária). Foi também criado o INFOCOS (Instituto de Formação do Cooperativismo de Crédito), em agosto de 2005 pela Cooperativa Central de Crédito Rural - Central Cresol Baser e suas Bases Regionais, para oferecer a públicos distintos, formação em cooperativismo, orientado ao desenvolvimento sustentável e solidário. Dados disponíveis <i>on line</i> afirmam que essas organizações estão em 15	Fortalecimento institucional se deu a partir da criação do Conselho Gestor Nacional do Projeto de apoio aos Projetos Produtivos Solidários (PAPPS); Não possui marco legal instituído, atuando, do mesmo modo que os bancos comunitários, junto a Associações comunitárias, Sindicatos, Igrejas etc., porém com maior grau de flexibilidade, pois seu relacionamento com o sistema financeiro é opcional e definido por cada grupo. Pesquisa de mapeamento divulgada pela Fundação Grupo Esquel Brasil (2012) afirma que a maioria dos grupos não possui conta em banco.	Fortalecimento institucional se deu a partir da criação do Instituto Palmas; Não possui marco legal, mas há um projeto de Lei que pretende criar o Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias no país (PLC N°93/2007). A partir de 2009, O Banco Central do Brasil criou um grupo interno de discussão sobre o tema, tendo realizado vários fóruns sobre o assunto. Encontra-se em elaboração de um marco regulatório para o segmento. Há uma orientação da RBBC sobre o alcance territorial, cujo teto para abertura é de até 30 mil pessoas, sendo obrigatória a abertura de uma conta corrente para recebimento dos recursos. As iniciativas são geridas por Associações, Sindicatos e ONGs e OSCIPS.

Fonte: Elaboração própria.

O terreno concreto das experiências sinaliza distintos perfis e posicionamentos diferentes em relação à atuação das experiências em finanças solidárias no tocante a alguns eixos específicos, como a relação mantida com o Estado e as estratégias em busca de um marco legal adequado. Sobre este último item, a ideia de institucionalização para o setor do cooperativismo de crédito está associada a ajustes na regulação já existente e há avanços nessa direção, conforme afirmações de Wanderley Ziger¹¹ (então presidente da ANCOSOL), pois, até 2007 filiação de cooperativas de crédito era obrigatória ao sistema da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) – instituição vertical, criada durante o Regime Militar – e atualmente, existem outros sistemas operando. Em relação aos fundos solidários, mesmo já funcionando há bastante tempo, estes ainda não possuem um marco legal definido e o diálogo com os órgãos de controle (a exemplo dos Tribunais de Contas) tem dificultado a operacionalização de muitas experiências. É o que argumentou Waldir Silva¹² (representante do Comitê Gestor dos FRS), pois os fundos seriam considerados “ilegais”, principalmente aqueles que iniciaram a partir de projetos, sendo os mais recorrentes aqueles voltados à convivência com o semiárido, principalmente, a construção de cisternas de placa e a criação de pequenos animais (caprinos, aves etc.). Os bancos comunitários, por sua vez, têm sua ação regulada pelo Banco Central, pois suas respectivas entidades gestoras são caracterizadas juridicamente como OSCIP de microcrédito. Assim, entre outros impedimentos, não podem captar poupança dos seus associados.

Desde 2003, é possível observar as várias ações desenvolvidas pelos poderes públicos nas três esferas para apoiar as iniciativas no segmento das finanças solidárias, envolvendo também os bancos públicos e entidades de apoio e fomento, a exemplo das universidades e organizações não governamentais (ONGs) com forte atuação na Economia Solidária, bem como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), como o Instituto Palmas.

Nessa direção, inscreve-se o próximo tópico, onde será possível notar as principais iniciativas que contribuirão para a configuração do cenário atual e para a formação das redes de relações tecidas a partir das experiências

¹¹ Em palestra proferida durante a I Conferência Temática de Finanças Solidárias, em 2010, no BNB Passaré, em Fortaleza.

¹² Segundo Waldir Silva, em palestra proferida no evento acima citado, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Advocacia Geral da União (AGU) emitiram parecer pela ilegalidade de tais práticas, fato que está sendo mediado pela Senaes, ainda sem avanços concretos.

existentes nos seus diferentes campos de atuação, com destaque para algumas ações de cunho governamental, principalmente programas e projetos, além de eventos (Conferências, Plenárias, atividades de formação, lançamento de publicações) etc.

1.2 - Os eventos constitutivos das finanças solidárias no Brasil

Pela ênfase conferida ao processo de legitimação das finanças solidárias em geral e dos bancos comunitários em particular, a trajetória brasileira no âmbito das políticas públicas de caráter social será demarcada a partir dos anos 2000¹³, com o surgimento de uma política coordenada nacionalmente, embora reconhecendo que nos anos 1980, fase denominada por Schiochet (2009) como “experimentalismo”, tenha sido o momento de efervescência de algumas ações governamentais, a exemplo dos governos das cidades de Porto Alegre e São Paulo, nas administrações dos petistas Olívio Dutra e Luiza Erundina. Na década seguinte, com o acumulado de experiências dos fundos rotativos solidários e das cooperativas de crédito, respectivamente, nas Regiões Nordeste e Sul do país, foi criado o Banco Palmas e com ele inaugura-se a terceira modalidade integrante do segmento.

Somente com a criação da Senaes, tendo à frente o economista e professor da Universidade de São Paulo (USP), Paul Singer, é que uma política nacional mais articulada começa a surgir. Nesta direção, observe-se o quadro a seguir, onde estão listados os principais eventos ocorridos na década de 2003 a 2013.

Quadro 2 – Eventos estruturantes do segmento dos Bancos Comunitários no Brasil (2003-13)

ANO	EVENTO/ANO	ORGANIZADORES
2003	Criação da Senaes e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)	Senaes/MTE – Governo Federal
	Criação do Instituto Banco Palmas e de outros bancos comunitários com apoio de prefeituras e outras instituições públicas	Banco Palmas e Associação de Moradores do Conjunto Palmeira
2004	II Plenária Nacional de Economia Solidária e criação do GT de Crédito e Finanças Solidárias	Movimento de economia solidária e entidades parceiras
	I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária, em Brasília/DF.	Senaes/MTE – Governo Federal e movimento de economia solidária

¹³ É importante sublinhar que há registros de diferentes experiências em finanças solidárias com apoio do fomento público de alguns governos estaduais ou prefeituras bem antes de 2003. Contudo, o processo de legitimação a que me referi destaca o papel do governo federal no reconhecimento e fomento ao setor, fato que é uma particularidade do caso brasileiro na última década.

2005	Criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	Governo Federal
	Parceria com o BNDES para composição da carteira de crédito	BNDES
	I Encontro dos Bancos Comunitários, em Caucaia/Ceará, quando foi encaminhado o Projeto Bancos Comunitários no Ceará, mediante acesso ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop) para criação de 10 bancos comunitários.	Instituto Palmas e entidades parceiras
	Convênio entre a Senaes e o BNB que deu origem ao Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), voltado aos fundos rotativos solidários e bancos comunitários.	Senaes/MTE e BNB
	Parceria entre o Instituto Palmas e o Banco Popular do Brasil, para estruturação dos serviços de correspondência bancária nos mais de 80 bancos criados até então.	Instituto Palmas e o Banco Popular do Brasil
2006	I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, reunindo cerca de 1.300 participantes.	Convocada pela Senaes/MT e – Governo Federal
2007	II Encontro Nacional dos Bancos Comunitários, em Fortaleza	Instituto Palmas e parceiras
	Publicação do Mapeamento da Economia Solidária no Brasil	Senaes/MTE
2008	III Plenária Nacional da Economia Solidária	Movimento de economia solidária e entidades parceiras
	Lançamento do Projeto Bancos Comunitários no Ceará (criou dez bancos comunitários no estado com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – Fecop)	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Ceará (STDS/Ce)
	Lançamento da pesquisa de avaliação de impacto e imagem do banco, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Cariri (UFCA), após dez anos da inauguração do Banco Palmas (1998-2008).	Instituto Palmas e Universidade Federal do Cariri (UFCA)
2009	Lançamento da 2ª edição do Dicionário Internacional da Outra Economia durante o Fórum Social Mundial em Belém/Pará. Nesta publicação constam os verbetes “finanças solidárias” e “bancos comunitários de desenvolvimento”.	Centro de Estudos Sociais de Coimbra. Participaram várias entidades da sociedade civil, juntamente com os movimentos sociais mundiais.
	Iniciada parceria com a Caixa Econômica Federal para prestação de serviços de correspondência bancária nos bancos comunitários.	Instituto Palmas e Rede Brasileira de Bancos Comunitários
2010	II Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília/DF	Convocada pela Senaes/MTE
	I Conferência Temática específica das finanças solidárias, realizada no BNB Passaré, em Fortaleza, momento em que foram reunidas as três modalidades de experiências e também foi lançado edital de chamada pública pela Senaes, voltado para fundos solidários e bancos comunitários.	Convocada pela Senaes/MTE, com parcerias do BNB, entidades de apoio e movimento de Ecosol.
2012	II Plenária Temática das Finanças Solidárias, evento que reuniu mais uma vez as experiências de fundos solidários e bancos comunitários, em Fortaleza/Ce.	Entidades executoras dos projetos voltados às finanças solidárias, (Cáritas, Fundação Esquel Brasil e Instituto Palmas).
	V Plenária: Economia Solidária, com o tema: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável, na cidade de Luziânia/Goias.	Movimento de economia solidária e entidades parceiras.
2013	Lançamento do livro Banco Palmas 15 anos: Resistindo e Inovando, com os resultados da pesquisa de avaliação e	Nesol/USP com apoio da Finep

Fonte: Elaboração própria

No quadro é possível observar as principais entidades e atores sociais atuantes no segmento dos bancos comunitários, configurando um campo que conjuga múltiplas lógicas de ação norteadas por interesses diversos. Observe-se que há entidades que atuam junto aos bancos comunitários desde a sua criação e outras estão presentes na sua expansão, tendo realizado encontros específicos, entre os quais foram citados os Encontros Nacionais da Rede de Bancos Comunitários, articulados pelo Instituto Palmas, em parceria com um conjunto de entidades de apoio (Incubadora Tecnológica de Economia

Solidária da Universidade Federal da Bahia, ONG Ateliê de Ideias/Espírito Santo, dentre outras). Em relação aos entes governamentais, além da própria Senaes, destacam-se o BNB, por meio do Escritório Técnico de Estudos do Nordeste (ETTENE); o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros bancos públicos (inicialmente o Banco Popular do Brasil e depois a Caixa Econômica Federal), com a operacionalização dos serviços de correspondência bancária, consubstanciando relações mais imediatas com o mercado financeiro. Os momentos privilegiados de encontro das várias instituições envolvidas com o segmento são as Conferências e Plenárias, sendo que os eventos, em nível estadual (e mesmo alguns nacionais), aconteceram em Fortaleza. Portanto, o estado do Ceará tornou-se um *locus* estratégico para a compreensão do processo de organização política do segmento. Tal fato está diretamente relacionado à influência exercida pelo Banco/Instituto Palmas.

Ressalte-se, porém, que no contexto recente, várias mudanças foram observadas, dentre elas, a descentralização dos eventos relativos ao setor. Veja-se que a II Conferência Temática de Finanças Solidárias¹⁴, em abril de 2014, foi sediada na Universidade de São Paulo (USP) e não mais no Ceará. Além da descentralização, uma das explicações se atém a outros fatores, como o recuo das instituições governamentais de apoio, verificado tanto no caso do BNB como no Governo do Ceará, que não mais estabeleceram diálogo com o segmento após a finalização dos projetos em andamento, em meados de 2012 e 2014, respectivamente, mesmo após várias tentativas relatadas pelos interlocutores durante a pesquisa de campo. Assim, o fomento à organização das modalidades integrantes das finanças solidárias tem ocorrido principalmente pela via do governo federal, cujos convênios passaram a ser firmados junto a entidades com atuação regional, integrantes da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (no Nordeste, a ITES/UFBA; no Norte, o Instituto Capital Social da Amazônia, entre outras), sendo a entidade de suporte e integração nacional o Núcleo de Economia Solidária (Nesol) da USP (e não mais o Instituto Palmas). Este núcleo de pesquisa foi responsável pela pesquisa de avaliação e elaboração de indicadores de desempenho do Banco Palmas, publicada em 2013, no momento de celebração dos 15 anos de

¹⁴ O evento discutiu o tema: *Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária*. Esta conferência foi uma das etapas preparatórias à III Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), evento que se realizou de 26 a 30 de novembro de 2014, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, e que definiu as prioridades do segmento para o Plano Nacional de Economia Solidária.

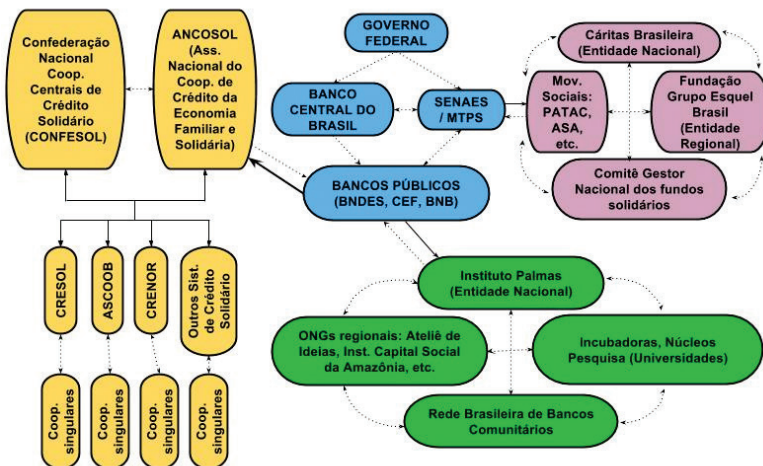
existência do referido banco comunitário, além de atuar junto à Câmara Temática de Finanças Solidárias no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária, buscando uma maior integração entre as três modalidades de iniciativas.

3.4 - Os caminhos da institucionalização: espaços públicos e democracia econômica à luz da teoria habermasiana

Os elementos apresentados mediante reconstrução da trajetória das finanças solidárias no Brasil juntamente com a análise do contexto citada anteriormente, revelaram alguns traços das principais políticas de incentivo aos bancos comunitários na última década. Além dos temas e conceitos discutidos, é possível perceber quem são os atores e instituições que atuam no segmento das finanças solidárias e o modo como essas interações configuraram um campo de relações sociais estruturado em redes.

A figura 1, abaixo, ilustra as redes de relações intra-segmentos, destacando o papel central exercido pelo governo federal e bancos públicos no fomento às redes consubstanciadas pelas iniciativas de cooperativas de crédito, fundos solidários e bancos comunitários, com suas respectivas estruturas (entidades de apoio, espaços decisórios etc.).

Figura 1 – Configurações das redes que compõem o segmento das finanças solidárias no Brasil



Fonte: Elaboração própria (com a colaboração técnica de Isaac de Moraes)

Conforme é possível verificar, a estrutura de relacionamento das cooperativas de crédito assume um caráter mais verticalizado, devido a forte influência da legislação vigente, que vincula as cooperativas singulares aos sistemas, os quais ofertam um conjunto de serviços necessários ao adequado funcionamento. Os sistemas, por sua vez, vinculam-se à Associação Nacional das Cooperativas de Crédito (Ancosol) e esta, juntamente com suas respectivas cooperativas vinculadas, filiam-se à Confederação Nacional do Cooperativismo de Crédito Solidário (Confesol). Esse segmento é o que apresenta um maior grau de institucionalização, sob o qual pesa mais fortemente a regulação do Banco Central. Os outros segmentos atuam dentro da perspectiva de organização em rede, apresentando menor grau de institucionalização, sendo os fundos solidários ainda menos institucionalizados que os bancos comunitários, pois estes últimos organizam-se sob a forma de OSCIPs, sendo enquadrados pela legislação vigente, que também limita sua atuação, em alguns casos, impedindo-os, por exemplo, de captar poupança dos seus associados.

Observe-se que a existência de empreendimentos de natureza divergente do sistema hegemônico, que anunciam princípios de uma democracia ampliada para a esfera econômica (DOWBOR, 2007), encontram muitas resistências para a sua efetivação, mesmo quando as relações entre instituições do governo e da sociedade civil coadunam, minimamente, com um mesmo projeto político. Em se tratando das finanças solidárias, é possível inferir que diversos fatores conjunturais no período posterior a 2005 criaram condições favoráveis à expansão do segmento. Dentre eles, a criação da Senaes, o alinhamento desta com as ações do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), impulsionando a política de microcrédito, além do trabalho desenvolvido pelas entidades de apoio, e o interesse acadêmico pelo tema dentro das universidades. Nesse sentido, a capacidade de diálogo com as distintas institucionalidades é, sem dúvida, uma característica central das finanças solidárias, sendo esta capacidade, a meu ver, um fator decisivo para a sustentação das experiências ao longo do tempo. Porém, conforme esclarece Dagnino (2002, p. 287), a ideia de compartilhamento de um projeto político participativo e democratizante pressupõe a existência de indivíduos em posições-chave, no interior do aparelho estatal que se comprometam com projetos denominados de “participatórios”. Tal fato, até 2015, tem se verificado no interior do campo das finanças solidárias em alguns momentos,

facilitando o acesso a recursos públicos e noutros, protagonizando conflitos e divergências entre atores integrantes do campo.

No caso dos bancos comunitários, observa-se o papel central (ou hegemônico, no dizer gramsciano) desempenhado pelo Banco e Instituto Palmas, na busca de parcerias públicas e privadas para fortalecer as iniciativas. No âmbito governamental, alguns gestores públicos vinculados a Senaes e outros órgão públicos também estiveram à frente de ações de fomento estruturantes para o segmento. Portanto, o antagonismo entre Estado e Sociedade Civil parece não ser adequado a uma análise mais aprofundada do processo de institucionalização das finanças solidárias brasileiras. Conforme formulações de Dagnino (2002), em estudo desenvolvido sobre as possibilidades e limites da construção democrática no Brasil¹⁵, seria necessário problematizar as novas relações entre sociedade civil e Estado posteriores ao período da ditadura militar, pois estas novas relações seriam caracterizadas por uma postura mais negociadora e propositiva, ou, em suas palavras: "[...] na possibilidade de uma atuação conjunta, de 'encontros' entre o Estado e a sociedade civil" (DAGNINO, 2002, p.13). Conforme esclarece, tais relações podem se manifestar de duas maneiras:

a) relações formalizadas, inclusive por meio de legislação, com objetivos, funções e procedimentos razoavelmente definidos, além de um caráter permanente e estável ou estável. Os exemplos mais típicos seriam o caso dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas [...] b) relações menos formalizadas, pontuais, cuja iniciativa (do Estado ou da sociedade civil) pode variar: são os casos do FNUR [Fórum Nacional de Reforma Urbana], do MST e de alguns dos formatos entre Estado-ONGs. Esses formatos mais fluidos abrigam objetivos, funções e procedimentos variáveis, definidos conjunturalmente e mais permeáveis talvez às correlações de forças vigentes em cada caso. (DAGNINO, 2002, p. 14).

O contexto desses “encontros” em que a participação da sociedade civil teria se ampliado foi iniciado nos anos 1990, em resposta à implantação do projeto político neoliberal. Esse processo, no entanto, é fragmentado e contraditório, com avanços e recuos, já que, conforme avalia: “[...] nem o

¹⁵ Focalizo, principalmente, o livro *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, organizado pela autora, no qual constam vários artigos sobre o tema, incluindo um de sua autoria, intitulado: *Sociedade Civil, Espaços Públicos e a construção democrática no Brasil: Limites e Possibilidades*, publicado em 2002.

Estado e nem a sociedade civil seriam o demiurgo do aprofundamento democrático” (DAGNINO, 2002, p. 279). No tocante ao Estado, as mudanças encontram ainda mais resistência devido às raízes autoritárias que o tornaram mais resistente ao que se denominou de “impulsos participativos”.

Nesse sentido, a revisão do conceito de esfera pública desenvolvida por autores brasileiros é importante para analisar os atuais espaços de participação e de deliberação no Brasil como novos formatos possíveis para o modelo original habermasiano. É o caso de Losekann (2009), que fez uma revisão teórica acerca do conceito de esfera pública desde a abordagem clássica do próprio Habermas, incluindo seus críticos, e as novas possibilidades para o uso do conceito nas democracias contemporâneas, notadamente, no contexto brasileiro. Nessa direção, destacam-se a análise das primeiras Conferências Nacionais (de Políticas para Mulheres, de Meio Ambiente, Cidades e Promoção da Igualdade Racial) realizadas no período de 2002-2006, empreendida por Pinto (2006). A autora, adotando a mesma perspectiva de Dagnino (2002), analisa os avanços gerados a partir da construção destes espaços públicos, pontuando duas dimensões: uma referente à resolução de problemáticas específicas dos atores sociais envolvidos e outra para fomentar a auto-organização da sociedade civil. Embora destacando que, a rigor, as Conferências não poderiam ser consideradas como esferas públicas no sentido clássico atribuído por Habermas, uma vez que são convocadas pela esfera governamental, sendo, portanto, espaços institucionalizados; por outro lado, ela ressalta o fluxo comunicativo gerado pelas diferentes etapas das conferências, notadamente no caso das Conferências das Mulheres e da Igualdade racial.

Outros autores que também caminharam na direção da (re)elaboração do conceito de esfera pública em relação ao caso brasileiro e latino-americano foram Avritzer e Costa (2004). Para eles, a esfera pública:

[...] diz respeito mais propriamente a um contexto de relações difuso no qual se concretizam e se condensam intercâmbios comunicativos gerados em diferentes campos da vida social. Tal contexto comunicativo constitui uma arena privilegiada para a observação da maneira como as transformações sociais as processam, o poder político se reconfigura, e os novos atores sociais conquistam relevância na política contemporânea. (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 722).

Portanto, a noção de esfera pública definida pelos autores inclui novos atores sociais tradicionalmente excluídos dos espaços de participação, constituindo-se num fator relevante para o processo democrático contemporâneo. Por isso, colabora na apreensão do processo de institucionalização das finanças solidárias, especialmente no que se refere ao compartilhamento de poder político e na dinâmica de interação entre a diversidade de atores e instituições envolvidas.

3 - Desafios e perspectivas à sustentabilidade dos bancos comunitários

Decorridos mais de quinze anos da criação do Banco Palmas e mais de uma década de criação da Senaes/MTPS, os debates seguem em meio a novos ciclos de chamadas públicas e na busca por maior aporte de recursos, envolvendo os segmentos dos bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito, em meio a um cenário conjuntural de mudanças intensificadas desde o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), principalmente devido ao perfil gerencialista adotado, centrado no discurso do combate aos escândalos de corrupção envolvendo setores do governo e algumas ONGs. Assim, ainda em 2011, os ministros do Turismo, do Trabalho e Emprego e do Esporte deixaram os cargos em razão de irregularidades na execução de convênios. Essa onda de mudanças atingiu a Senaes, mas, a infraestrutura básica de funcionamento foi mantida. Porém, desde então, houve maior fortalecimento do pacto federativo em detrimento do diálogo com as organizações da sociedade civil, fato que pode ser considerado como um componente político determinante do desenho das políticas de fomento desenvolvidas por parte daquele órgão no último período (correspondente ao PPA 2012-2015).

Considerando os dados da pesquisa de campo, uma primeira assertiva é que o processo de institucionalização das finanças solidárias não se dá apenas no sentido de um ordenamento legal e jurídico¹⁶ no âmbito das instituições

¹⁶ Veja-se, nessa direção, que os projetos de Lei 93/2007 e 4685/2012, respectivamente voltados às finanças solidárias e à Economia Solidária encontram-se em tramitação. Em relação ao PL que institui o Sistema Nacional das Finanças Populares e Solidárias as últimas ações legislativas foram as seguintes: em 13/03/2013: a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou por unanimidade o parecer. E, em 10/12/2014, a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) devolveu parecer ao relator, o Deputado Guilherme Campos (PSD-SP). Fonte: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=361065>. (Acesso em 03 de janeiro de 2015). Sobre o PL da Economia Solidária, no momento encontram-se em fase de elaboração outras pesquisas sobre o processo de institucionalização. Para maiores informações consultar artigo de Silva Forte (2014), que trata do processo de regulação da Economia Solidária no Brasil (SILVA FORTE, 2014).

estatais, especialmente quando são focalizados os bancos comunitários, muito embora esta dimensão seja de extrema relevância, conforme destaca Alcântara (2005). Para a autora, que tratou da institucionalização da Economia Solidária no Rio Grande do Sul, o termo está associado a “processos de regulamentação e rotinização como ação do Estado”, envolvendo, principalmente, os poderes Executivo e Legislativo, por meio de leis, decretos, editais de apoio e fomento, entre outros.

Assim, interpreto o sentido do processo de institucionalização como o alcance do reconhecimento público por meio da expansão das iniciativas criadas pela sociedade até então marginais ao Estado, sistematizando conhecimento e também dialogando com as esferas de normatização estatal. Não se trata, portanto, de abordar o processo de formalização dos movimentos sociais interpretado por vários autores como um meio de cooptação¹⁷ desses movimentos ou aparelhamento do Estado, principalmente quando lideranças atuantes nesses espaços passam a assumir cargos nas esferas de governo. Tomo como base, portanto, as atualizações teóricas acerca dos novos movimentos sociais e a criação de espaços públicos em que ocorrem interações entre Estado e sociedade civil, segundo formulação habermasiana. Deste modo, tomo como referência teórica o deslocamento conceitual de um determinado modelo de movimento social tradicionalmente organizado “contra o Estado” para um modelo assentado numa maior permeabilidade, mediante luta permanente pela democratização do Estado brasileiro, conforme salientam Abers e Von Bülow (2011).

Por fim, argumento que existem distintas vias de institucionalização dos bancos comunitários que emergem em determinados sentidos, mediadas pela participação de atores e instituições sociais, sendo o Banco/Instituto Palmas um agente articulador central. Estas vias de institucionalização foram construídas sob as bases da organização em rede dos bancos comunitários em interação com suas entidades de apoio, com os governos e os parceiros públicos e privados, incorporando, eventualmente, agentes estrangeiros da cooperação internacional.

Devido à multiplicidade de visões e interesses das instituições

¹⁷ Conforme Bobbio *et al.* (2009), na linguagem democrática, o termo cooptação tem geralmente significado pejorativo, por associar estratégias adotadas por dirigentes para neutralização de conflitos entre grupos sociais opositores. Um exemplo pode ser encontrado na análise de Galvão (2006) sobre o movimento sindical cutista. Para a autora, desde a eleição do Presidente Lula, a CUT teria abandonado uma postura de maior enfrentamento, optando por “soluções paliativas e compatíveis com a lógica do capital” (GALVÃO, 2006, p. 144). O assunto suscita amplos debates e opiniões, mas pelo enfoque da tese não me deterei neles.

envolvidas nas ações de apoio e fomento as vias de institucionalização indicam diferentes perspectivas de atuação, acarretando dilemas, principalmente no que se refere ao fortalecimento dos princípios norteadores das finanças solidárias, a saber: a cooperação, a autogestão, a reciprocidade etc.

No caso das experiências analisadas, foi possível perceber a pluralidade de lógicas de ação perpassadas por diferentes racionalidades: a econômica *strictu sensu*, movida pela via da inclusão financeira e bancária, que ocorre em todos os bancos pesquisados em maior ou menor grau; e aquelas associadas a uma economia da dádiva, fundada na solidariedade, reciprocidade, pela via da redistribuição do Estado e também na ação cotidiana dos bancos.

Em síntese, os achados da pesquisa indicam que ocorre uma combinação de lógicas e princípios diversos, alguns até mesmo opostos e nisso reside a dimensão propriamente singular dessas experiências, que visam construir formas alternativas de acesso ao crédito, ainda que estejam submetidas às regras do mercado e/ou à regulação estatal, que tanto atuam para respaldar e reconhecer como para excluir e normatizar tais práticas. Neste último caso, os excessos de regulação estatal ou dos mecanismos de mercado podem interferir negativamente, esvaziando, por assim dizer, as energias emancipatórias dos bancos comunitários e demais práticas em finanças solidárias. Aliás, este é um dos maiores dilemas a que as experiências em finanças solidárias estão submetidas.

As questões aqui levantadas possuem relevância teórica e também política, pois remetem à discussão de fundo sobre as possibilidades de criação de espaços públicos em que outras relações entre a sociedade civil e o Estado possam dar um tom efetivamente democrático à economia. Somente assim, conforme análise de Cunha (2012), da qual eu compartilho, seria possível construir “outras políticas para outras economias”, pois processos como o que fora aqui analisado requerem a própria reinvenção da democracia, considerando a existência da tensão dialética entre o pilar da regulação e o da emancipação, entre interesses públicos e privados, vontade individual e vontade coletiva, processos de inclusão e exclusão (SOUSA SANTOS, 2002b). Assim, surgiriam outras formas de organização política mais amplas que o Estado moderno, constituídas por um conjunto de organizações, redes e fluxos envolvendo elementos estatais e não-estatais, nos quais o Estado seria o articulador. Neste novo modelo de organização política, segundo argumentação de Sousa Santos (2002b, p. 41-42), o Estado passaria a ser um “novíssimo movimento social”, em luta por uma democracia redistributiva,

passível de ser transformado por forças democráticas. Em relação ao Brasil, coadunam com a argumentação acima, Abers e Von Bülow (2011). Para as autoras, o potencial das iniciativas de diálogo dos movimentos sociais com o Estado configura um tipo de ativismo que também passaria a acontecer dentro das estruturas estatais. Tais processos seriam os vetores das novas institucionalidades necessárias ao fortalecimento das iniciativas de finanças solidárias, principalmente nos contextos futuros onde ocorrerão as necessárias alternâncias de poder.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 28, Dec. 2011.

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. **Economia Solidária: o dilema da institucionalização**. Arte & Ciência, 2005.

AVRITZER Leonardo e COSTA Sergio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. Dados: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, nº 4, 2004

BANCO PALMAS: **O Sistema Integrado de Microcréditos**. Série Uma Prática de Socioeconomia, Vol I, Fortaleza, 2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**. São Paulo: Boitempo, 1995.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas a economia solidaria (2003-2010)**. 2012.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

DIAS COELHO, F. **A História das Finanças Solidárias**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, 2003. Anais... João Pessoa-PB. Disponível pelo: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.253.pdf>
Acesso em 15 de outubro de 2014.

_____. Finanças Solidárias. In: CATTANI, A. D (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, RS: Unitrabalho e Veraz Editores, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários**. II Encontro Nacional dos Bancos Comunitários. Iparana/Caucaia/Ce, 2005.

_____. e SILVA JR. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. NESOL-USP e INSTITUTO PALMAS. **Banco Palmas 15 anos - Resistindo e Inovando**. São Paulo: A9 Editora, 2013.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LOSEKAN, Cristina. A Esfera Pública Habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**. Pelotas [04]: 37 - 57, janeiro/junho 2009.

MUÑOZ, Ruth. Finanças Solidárias. CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

PINTO, Céli. **As conferências nacionais no governo Lula: limites e possibilidades da construção de uma esfera pública**. Trabalho apresentado no XXX Encontro Anual da ANPOCS, 2006.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das políticas públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília: MTE/Ipea, n. 40, 2009.

SILVA JUNIOR, Jeová Torres. **Avaliação de Impactos e de Imagem: Banco Palmas - 10 anos**. 1. ed. Fortaleza: Arte Visual, 2008.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002a.

10. ECONOMIA SOLIDÁRIA E CAPITAL SOCIAL: ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO RAÍZES CULTURAIS DE ALTANEIRA - ARCA (CE)

Cícero Lourenço da Silva
Francisca Laudeci Martins Souza
Isabela Kristina Ferreira de Freitas

Introdução

A expansão da Economia Solidária no Brasil ocorreu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias, como também pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras e cooperativas. Atualmente, a Economia Solidária tem se articulado em diversos fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais que contam com participação expressiva, através de empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de Economia Solidária em todo o país. As ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários foram fortalecidos e com isso foram criadas novas organizações de abrangência nacional.

A Economia Solidária vem recebendo apoio por parte de governos municipais e estaduais o que provocou uma elevação de programas e projetos com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização, dentre outros. O intercâmbio dessas iniciativas proporcionou a existência de um movimento de articulação de gestores públicos para promoção de trocas de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de Economia Solidária. Em âmbito nacional, o Governo Federal criou, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária que está implementando o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que tem como objetivo o fortalecimento e a divulgação da mesma mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social (SENAES,2012).

Nesse contexto, é importante afirmar que o movimento de

fortalecimento da Economia Solidária, no Brasil, guarda relação com a necessidade de proposição pública de alternativas para a classe trabalhadora afetada pelas externalidades negativas do capital tais como o desemprego, o subemprego, a informalidade, enfim, a exclusão social.

E assim como nos países europeus e nos Estados Unidos, a Economia Solidária, **ressurge no Brasil como forma de alternativa de defesa da classe trabalhadora** contra o processo neoliberal de aniquilamento de milhões de postos de trabalho formal que se dá a partir da década de 80, tanto da iniciativa privada, quanto do setor público, fazendo com que a classe trabalhadora que perdera seus empregos se organizasse em seus próprios negócios. (SUNDERHUS, 2011, p.1, grifos do autor)

A Economia Solidária engloba inúmeras práticas econômicas e não há um consenso sobre o seu significado e nomenclaturas.

Para Singer (1998, *apud* TEIXEIRA, et al, 2009, p.2), por exemplo:

A Economia Solidária é um projeto de organização sócio-econômica com princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – não a eliminação! – destes mecanismos pela construção de relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores.

Dessa maneira, a Economia Solidária baseia-se em valores ou princípios solidários, que visa à coletividade através da cooperação, e não congrega bases de transformação do ser humano em máquina, mas em uma peça de fundamental importância ao todo. Não pretende controlar e aprisionar essa “máquina”, mas sim possibilitar um novo caminho, baseado em uma vida democrática. Não carrega a vontade de explorar o trabalhador, mas de educá-lo e dar-lhes as ferramentas necessárias para a construção de sonhos possíveis através da solidariedade.

Por se tratar de um projeto de organização social, há produtividade em se pensar a relação entre os conceitos de Economia Solidária e capital social, haja vista que este diz respeito justamente ao conjunto das relações sociais que podem potencializar grupos, organizações, enfim.

O conceito de capital social apresentou, na última década, uma

significativa disseminação, centrando-se não apenas no arcabouço teórico das ciências sociais, mas sendo apropriado por organizações não-governamentais, agências de desenvolvimento e instituições governamentais. No entanto, assim como outros conceitos das ciências sociais, este é polissêmico, podendo apresentar, a partir da perspectiva utilizada, diversos conteúdos (PORTES, 2000b; LIN, 2001). Nesta pesquisa, o conceito de capital social utilizado deriva da perspectiva teórica de Pierre Bourdieu, para quem o capital social é [...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de Inter reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Esta definição procura apreender um recurso de caráter relacional, cuja produção e utilização devem resultar na inserção dos agentes em redes de relações sociais. Neste sentido, o capital social pode ser compreendido como os recursos materiais e/ou simbólicos tais como suporte material, acesso a informações, capacidade de influência, reconhecimento, confiança e prestígio. Em outras palavras, na perspectiva de Bourdieu, o capital social pode ser convertido em outras formas de capital, tais como capital econômico, simbólico ou cultural.

Diante do exposto, assumimos como objetivo geral da presente pesquisa identificar as principais contribuições da Economia Solidária no que se refere à formação de capital social, por meio de projetos associativos solidários e a partir da mensuração do Índice de Capital Social - ICS. Para tanto assumimos como *locus* da pesquisa a Associação Raízes Culturais de Altaneira-ARCA, no Município de Altaneira-CE, sul do Ceará.

1 - Metodologia

O campo do estudo foi constituído a partir da ARCA, associação localizada na cidade de Altaneira, no sul do Ceará. Na ocasião da pesquisa a ARCA era formada por 329 associados. Para seleção de uma amostra dos associados participantes da pesquisa foram adotados critérios de inclusão e exclusão, quais sejam: (i) ser associado a mais de 1 ano; (ii) participar de um dos projetos associativos solidários ativos¹ ou ser associado participativo

colaborativo atuante²; (iii) ser assíduo nas discussões das assembleias realizadas; (iv) estar quite com suas obrigações de associado. A aplicação do conjunto de critérios resultou na seleção de 22 associados, os quais foram entrevistados no período de março a maio de 2014.

Com o intuito de nos aproximarmos dos participantes da pesquisa, traçamos o perfil socioeconômico dos mesmos como estratégia de uma primeira compreensão sobre “quem fala e de que lugar” (GARCIA CANCLINI, 2005, p 105).

Assim, a pesquisa diagnóstica apontou que que 82% dos entrevistados declararam-se do sexo masculino e 18%, sexo feminino; 5% têm até 24 anos, 63% têm entre 25 a 40 anos e 32% têm mais de 40 anos; 36% possuem o ensino médio completo, 9% cursou o ensino superior completo. Os demais têm, no máximo, o ensino médio incompleto

Em relação ao tempo de atuação na organização, 9% participam há, pelo menos, três anos; 59% participam entre 3 a 10 anos; e 32% participam a mais de 10 anos.

De posse desse perfil inicial e para que se pudesse relacionar Economia Solidária e capital social, numa perspectiva empírica, baseamo-nos no estudo de Tavares Neto (2012) para a realização desta pesquisa. Dessa maneira a mensuração do capital social procura a partir da definição de um índice, variáveis que expressam as relações interpessoais entre os membros de uma associação, além de sua participação na comunidade e a contribuição da mesma para a comunidade e sua visão em relação aos governantes.

O Índice de Capital Social (ICS), baseado em Tavares Neto (2012), é definido matematicamente como

$$ICS = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{\max i}} \right]$$

¹ São os projetos destinados a geração de renda da associação, que tem como princípios em seu cerne os preceitos da Economia Solidária, tais como: cooperação, associativismo, emancipação, solidariedade e dentre outros elementos norteadores.

² São aqueles associados que embora não estejam diretamente participando de um dos projetos de geração emprego e renda, ou seja, estejam produzindo ou comercializando, contribuem com a sua participação ativa nas decisões da associação, e vislumbram a concepção de fortalecimento de ativos locais, para que assim ocorra o fortalecimento do desenvolvimento local, opinando nas melhorias e criação de novos projetos de geração de emprego e renda, dentre outros da ARCA, como os de cunho educativo, cultural e social.

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij}}{\sum_{j=1}^m \sum_{j=1}^n E_{ij}} E_{\max i}$$

Para calcular a contribuição de cada variável utilizamos o seguinte indicador:

Onde:

ICS = Índice de Capital Social;

E_{ij} = escore do i-ésimo indicador obtido pelo j-ésimo assentado;

$E_{\max i}$ = escore máximo do i-ésimo indicador;

C_i = contribuição do indicador “i” no Índice de Capital Social;

$i = 1, \dots, m$, número de indicadores;

$j = 1, \dots, n$, número de assentados.

O valor do Índice de Capital Social varia de zero a um, sendo 1 o maior nível de acumulação de capital social, enquanto que zero representa o menor nível, ou seja:

$0 < \mathbf{ICS} \leq 0,5$, significa baixo nível de acumulação de capital social;

$0,5 < \mathbf{ICS} \leq 0,8$, significa médio nível de acumulação de capital social; e

$0,8 < \mathbf{ICS} \leq 1,0$, significa alto nível de acumulação de capital social.

Expomos a seguir um quadro explicando a importância de cada variável para a composição do índice.

Quadro 1. Variáveis utilizadas e relevâncias para a composição do Índice de Capital Social

VARIÁVEL	RELEVÂNCIA (Qual a Razão?)
Grau de interação entre os membros da organização	Demonstra a capacidade de articulação entre os membros, ao passo em que denota a importância da união, coesão e do fortalecimento em prol da coletividade.
Pertencimento a algum grupo religioso	Refere-se a questão da participação dos membros em outras entidades coletivas, nesse caso, ao espaço religioso.
Pertencimento a algum grupo político	Apresenta-se como um fator de participação em grupos políticos, possibilitando a contribuição em torno de ideias, sugestões e articulação em meio a possibilidade de contribuir para novas concepções em torno do social.
Membros do grupo com a mesma formação escolar	Refere-se ao reconhecimento dos membros em torno dos seus semelhantes, o que reflete a capacidade de interagir e conhece-los de uma forma mais próxima.
Interação com outros grupos de outras organizações	Representa a capacidade da organização em conhecer e reconhecer novos arranjos sociais, o que fortalece a coesão entre iniciativas sociais.
Disposição de outras pessoas para emprestar dinheiro	Representa um grau de confiança mais próximo entre os associados ao passo em que essa compreensão de momentos de dificuldades, fortalece os vínculos de amizade e de reciprocidade entre os mesmos.
Nível de cidadania dos membros da organização	Esse item busca compreender a percepção individual de cada associado, bem como dos outros membros, em torno de ações de amadurecimento como cidadão ativamente participativo na comunidade.
Confiança em outras pessoas da organização	Refere-se a interpretação individual em torno dos outros membros, compreendendo a confiança como um fator necessário ao fortalecimento das relações a serem construídas e perpetuadas dentro da instituição.
Resultados do trabalho em regime de cooperação	Busca compreender se na percepção dos associados o que está sendo desenvolvido de forma cooperativa, traz resultados positivos para a sua comunidade, representando assim a ideia do cooperativismo como fator agregador de novas construções e percepções em torno da realidade.
Elevação de renda dos associados por cooperação	Investiga a compreensão dos associados de uma forma mais ampla, refere-se a compreensão dos mesmos em relação a elevação da renda dos participantes da associação.
Elevação de renda individual por cooperação	Esse item busca verificar as melhorias na renda dos envolvidos individualmente.
Participação nas decisões da comunidade	Esse item busca compreender se para além da instituição os associados atuam em outros momentos importantes de decisões da sua localidade.
Cooperação como elemento de atendimento das reivindicações	Esse elemento busca compreender se na visão dos associados, a atuação conjunta e articulação coletiva, cooperativa é vista como fator de poder em prol de reivindicações.
Somente a ação do governo eleva o bem estar social	Esse item busca compreender se os associados têm a percepção limitada de que somente o governo é o provedor de melhorias do bem estar social ou se a busca de alternativas em meio a sua realidade possibilita o seu bem-estar.

Nível de confiança no Governo Municipal	Busca-se verificar, nesse item, a visão dos associados em torno da confiança com políticas locais e possível mudança da realidade vivenciada.
Nível de confiança no Governo Estadual	Busca-se verificar a compreensão dos associados em torno da confiança nas políticas estaduais adotadas e as possíveis influências na vida das camadas sociais mais pobres.
Contribuição para projetos da associação	Busca refletir a ideia dos membros no que se refere à contribuição no projeto da associação em sentido amplo, ou seja, nos mais diversos projetos desempenhados e que perpassam o projeto individual a qual o sócio está inserido.

Elaboração: Autores da pesquisa.

A inteligibilidade das informações produzidas se deu a partir da elaboração de tabelas e gráficos que serviram de base para análise e discussão dos resultados.

2 - Trajetória histórica e organizacional da ARCA: a construção de um movimento cidadão

Antes de seguirmos para apresentação e análise dos resultados da pesquisa é importante descrever, ainda que sucintamente, a trajetória histórica da associação como meio de fortalecer a inteligibilidade das informações produzidas ao longo do percurso da pesquisa. Nesse sentido, esta seção busca identificar o processo de surgimento e continuidade ARCA como uma iniciativa social, política e econômica, bem como, a articulação dos princípios de solidariedade, que visam à emancipação dos seus membros, por meio da ideologia da construção de cidadãos críticos e conscientes da realidade em que vivem.

2.1 - Contexto histórico do surgimento da ARCA

A compreensão do cotidiano das práticas associativas da associação é o pano de fundo desta parte do estudo. Nesse sentido, pautamo-nos nas potencialidades e nas limitações da associação, tendo em vista o horizonte de transformação social proporcionada pela mesma, bem como o aprendizado de solidariedade pública construída em torno de direitos sociais.

O sentido de solidariedade pública aparece no contexto da ARCA quando os seus fundadores tomaram como princípios uma nova visão de

perspectiva de vida, baseando-se em uma nova filosofia construída em torno da coletividade.

As pessoas que deram início ao projeto o tinha inicialmente como principal objetivo o resgate histórico cultural e o despertar da consciência crítica. E, como criticávamos o sistema político partidário por favorecer a dependência, evitando a emancipação das pessoas, decidimos propor aos agricultores projetos de geração de renda, com intuito de apontar alternativas para o semiárido” (Carlos Alberto Tolovi, registro da pesquisa empírica, 2014)³

Nesse sentido, o principal idealizador do projeto afirma que o princípio da ação coletiva se manifestou ainda por ocasião da definição do nome da associação o qual, segundo o mesmo, deveria ser construído e semeado cotidianamente:

O nome ARCA nasceu de uma construção coletiva. Estávamos, na época, apresentando nas comunidades a peça: “Bulindo nas águas da Lagoa”. Estávamos querendo mexer nas raízes de alguns problemas sociais, a partir de questões culturais. A reflexão em torno deste contexto fez nascer, a escolha desta sigla (Carlos Alberto Tolovi, registro da pesquisa empírica, 2014).

Nesse contexto, e em meio a várias inconformados como problemas sociais, políticos, econômicos, culturais, dentre outros, um grupo de jovens que faziam parte dos movimentos religiosos no município sentia necessidade de uma discussão mais intensa em torno das ações comunitárias, o que possibilitou a instituição da ARCA, em 15 de maio de 2001.

“As estruturas de solidariedade compreendem os laços de lealdade e de interesse existentes no campo da sociedade civil, que se contrapõem às estruturas de autoridade, baseadas na crença de legitimidade, presentes no campo da sociedade política” (MEDEIROS; SOUSA, 1993, p 2). Assim os primeiros associados eram em quantidade reduzida, porém acreditavam na

³ As citações diretas são transcrições da entrevista cedida por TOLOVI, sócio fundador, primeiro presidente da Associação e professor efetivo do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri (URCA, atuando no campo da filosofia. Entrevista I. [Fev.2014]. Entrevistador: Cícero Lourenço da Silva. Altaneira-CE, 2014.

organização como potência necessária ao fortalecimento das lutas em prol de melhorias coletivas (Carlos Alberto Tolovi, registro da pesquisa empírica, 2014).

Como todas as instituições, a ARCA enfrentou dificuldades e entraves.

(...) uma primeira dificuldade é sempre a formação de lideranças com espírito solidário, com consciência crítica e que não fique apenas no discurso – como fazem os políticos profissionais. Uma segunda dificuldade é conseguir superar o peso da institucionalização. A tendência de todos os movimentos sociais é ir se institucionalizando. Com isso vão se burocratizando e se fechando. Exemplo disso é a Casa Grande de Nova Olinda, Ceará. É uma “vitrine pro mundo”, mas não provoca impacto social e política na própria cidade (Carlos Alberto Tolovi, registro da pesquisa empírica, 2014).

Esse processo construído ao longo de mais de 13 anos é algo representativo em que essa prática associativa vem cada vez mais se fortalecendo e ganhando credibilidade e respeito da comunidade, essa realidade aparece como uma das maiores conquistas da associação:

(...) uma de nossas maiores conquistas eu entendo que foi vencer as forças das estruturas de poder religioso e político-partidário do município e ter conquistado o respeito do povo altaneirense, assim como também das instituições regionais. A outra conquista foi ter provocado na comunidade altaneirense uma nova consciência que leva à uma maior participação. Hoje o altaneirense é muito mais participativo e possui muito mais coragem de expressar o que pensa (Carlos Alberto Tolovi, registro da pesquisa empírica, 2014).

A geração de emprego e renda é uma grande problemática no município, tanto por questões estruturais, ou seja, o tamanho do município, bem como por questões de falta de planejamento de projetos que valorizem os ativos locais. Nessa perspectiva a ARCA desenvolveu, no ano de 2005, o seu primeiro projeto de geração de renda qual seja a prática da apicultura que se

encontra em atividade até os dias atuais. Esta ação econômica é pautada, segundo o fundador da associação, nos princípios da Economia Solidária, tais como: autogestão, coletividade, pensar no global e agir local, cooperação e relações solidárias.

(...) depois de quatro anos de existência da Associação – que foi, aos poucos tomando o caminho da geração de renda e Economia Solidária, nasceu a Fundação. Com a fundação fomos investindo cada vez mais em atividades culturais, principalmente a partir da nossa Biblioteca Comunitária e das atividades de música e teatro. Com isso, mesmo sem ter esse nome específico, a ARCA foi se tornando, naturalmente, um Ponto de Cultura. Hoje ela está sendo reconhecida pelo Governo do Estado, Através da Secretaria de Cultura, como um Ponto de Cultura Oficial.

No momento da pesquisa a ARCA contava com projetos de geração de renda nas atividades de apicultura, horticultura, iogurte caseiro, avicultura e confecção de bonecas.

Esse resgate nos possibilitou compreender o processo de construção da associação, bem como, abstrair, pela sua trajetória, as perspectivas de construção de consciência crítica, visando a emancipação coletiva e individual, e a formação de capital humano e social.

3 - Resultados e discussão

Nessa seção o foco é apresentar a o comportamento da variáveis que compõem o indicador de capital social a partir da fala dos sujeitos da pesquisa para que, na sequência, se possa apresentar a mensuração do mesmo, bem como, a produtividade deste no estabelecimento das relações que se deseja entre Economia Solidária e capital social.

3.1 - Indicador de Capital Social

3.1.1 - Interpretação das variáveis

- a) Grau de interação entre os membros da organização

O Gráfico 1 apresenta a concepção dos entrevistados quanto a interação entre os membros da associação.

Gráfico 1- Interação membros da associação



Fonte: Dados da Pesquisa-2014, Elaboração: autores da pesquisa.

A interação entre os membros da organização ARCA, foi declarada como “boa” por 86%. Essa informação serve como um elemento importante, pois aponta que há potencial para crescimento da relação sem, no entanto, apresentar entraves mais significativos, haja vista que os demais 14 declararam que a relação é “muito boa”.

a) Pertencimento a algum grupo de religião

Quanto à religião, 55% dos associados responderam pertencer a um grupo religioso, independente de qual seja essa religião, e 45% não tem nenhum grupo religioso que faça parte. Os resultados permitem abstrair que há um equilíbrio entre os posicionamentos de pertencimento ou não aos grupos religiosos. Nesse sentido, é importante observar que embora não seja a organização religiosa em si que vai dignificar a postura do cidadão, esta pode configurar-se em um processo em que os associados depositam fé em uma instituição religiosa, presente na comunidade, ou seja, em uma coletividade diferenciada da vivenciada dentro da ARCA e dos grupos políticos partidários locais.

b) Pertencimento a um grupo político

Levando em consideração a participação dos associados em algum grupo político de cunho partidário, podemos abstrair a 'não participação' como preponderante, haja vista que 73% declararam não ter nenhuma ligação com quaisquer dos grupos em ação no território. Sobre isso, a maioria afirmou não acreditar na política partidária como fator de transformação social, mas sim na participação social e na construção de políticas sociais.

c) Membros do grupo com a mesma formação escolar

Levando em consideração o grau de escolaridade, 91% dos entrevistados disseram que as pessoas desses grupos são de níveis diferentes e apenas 9% consideram que não há diferença em relação ao nível de escolaridade. Notamos, de certa forma, uma falta de informação em respeito à escolaridade entre os associados. Abstraímos, ainda, que a diferenciação entre os mesmos no quesito escolaridade pode indicar multiplicidade de pertencimento, ou seja a não discriminação pelo viés da escolaridade.

d) Interação com outros grupos de outras organizações

No que se refere ao contato dos entrevistados com grupo de outras organizações, fator de suma relevância que possibilita a troca de novas experiências, ideias e aprendizados, 86% disseram que mantém relações com outros grupos de outras organizações. É representativo que a maioria estabeleça essa aproximação a qual podemos considerar oportunidade de trocas de experiências e informações.

e) Disposição de outras pessoas para emprestar dinheiro

Neste aspecto indagamos se havia disponibilidade dos associados em prestar socorro financeiro aos demais membros, sendo que 91% responderam que há uma relação de confiança e amizade entre a maioria dos associados, que eles possibilitam ajudar uns aos outros nos momentos mais complexos.

f) Nível de cidadania dos membros da organização

Quanto ao nível de cidadania dos membros da associação, 91% consideram bom e 9% disseram ser muito bom. Nessa concepção é possível abstrair o fortalecimento do principal objetivo da ARCA qual seja a transformação da realidade por meio da construção de cidadãos críticos e conscientes da realidade.

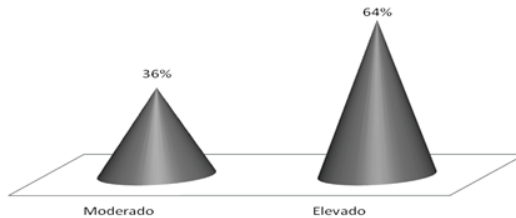
Ademais, esse item busca compreender a percepção individual de cada

associado, bem como dos outros membros, em torno de ações de amadurecimento como cidadão ativamente participativo na comunidade

g) Confiança em outras pessoas da organização

O grau de confiança nos membros da organização, ou seja, a confiança mútua dos entrevistados para com os seus colegas da associação, pode ser visualizado a partir do Gráfico 2.

Gráfico 2 - Grau de confiança nos membros da organização



Fonte: Dados da Pesquisa-2014, Elaboração: autores da pesquisa.

Quanto ao grau de confiança que existe na organização, 36% consideram moderado e os demais, 64%, consideram elevado. Ou seja, tem-se um alto índice de pessoas que confiam umas nas outras o que é importante na medida em que um dos princípios da Economia Solidária é o trabalho mútuo, ou seja, uns ajudando os outros, e essa confiança fazendo com que melhor se desenvolva o trabalho coletivo.

a) Resultados do trabalho em regime de cooperação

A opinião dos associados sobre concepção do trabalho em cooperação como fator de melhoria da comunidade, foi entendido por unanimidade que o mesmo é muito bom para melhorias na comunidade. Sendo que, trabalhar em cooperação significa um ato de possibilitar a conquista de objetivos coletivos e consequentemente possibilitar o desenvolvimento local.

b) Elevação de renda dos associados por cooperação

A visão de que o trabalho em cooperação contribui, positivamente, para a elevação de renda dos associados integra 100% das respostas dos sujeitos participantes da pesquisa. Os mesmos consideram que o trabalho sob o regime de cooperação melhora a renda dos associados e possibilita o desenvolvimento da comunidade. O trabalho cooperado além de melhorar a

renda, torna a comunidade mais unificada para lutar por melhorias que possam trazer, além de uma renda melhor, benefícios para o desenvolvimento da mesma por meio de alianças que busquem fortalecer ao grupo e aos indivíduos.

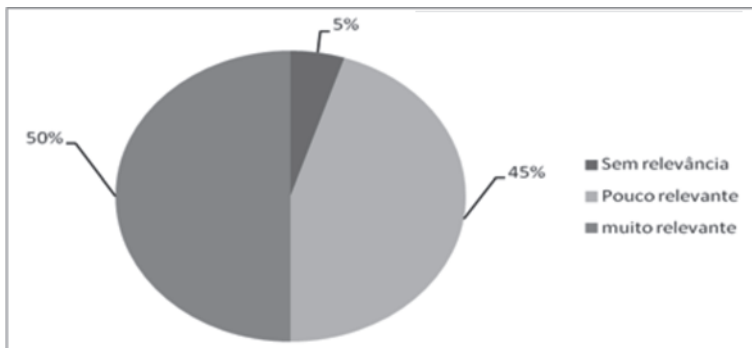
c) Elevação de renda individual por cooperação

Quando questionados se a renda aumentou após o início do trabalho cooperado, 82% consideraram que sim e 8% responderam que não. Este percentual justifica-se pela existência de associados voluntários que são associados participativos colaborativos, que ajudam diretamente e indiretamente para a realização do Projeto ARCA. Mas, em suma, para maioria o efeito é positivo.

d) Participação nas decisões da comunidade

O Gráfico 3 apresenta a participação dos entrevistados nas decisões da comunidade, ou seja, o sentimento de poder contribuir nas discussões e decisões para a melhoria do município.

Gráfico 3 - Participação nas decisões da comunidade



Fonte: Dados da Pesquisa-2014, Elaboração: autores da pesquisa.

Quando indagados de uma forma mais ampla se sua participação em decisões dentro da comunidade seria importante, 50% responderam ser relevante, ao passo que 45% disseram ser pouco relevante e 5% responderam

não apresentar relevância alguma. Consideramos significativo o fato de que metade dos associados sinta que afeta as decisões dentro do município.

a) Cooperação como elemento de atendimento das reivindicações

Para a totalidade dos participantes da pesquisa, afirmaram que a cooperação é um fator de grande relevância para ajudar na exigência da sociedade em busca de seus direitos, pois acreditam que se unidos, podem conseguir mais objetivos em comum, do que de forma desarticulada.

b) Somente a ação do governo eleva o bem estar social

Quando indagados se somente a ação do governo pode melhorar a sensação de bem estar da comunidade, 100% responderam que não. Ou seja, declaram que o governo pode contribuir ou ajudar de alguma forma, cumprindo suas obrigações, porém acreditam que não só o governo pode suprir todos os anseios das pessoas, se faz necessário ir em busca de seus interesses na luta pela vida.

c) Nível de confiança no Governo Municipal

A confiança no governo municipal por parte dos entrevistados encontra-se expressa no Gráfico 4.

Gráfico 4: Confiança no governo municipal



Fonte: Dados da Pesquisa-2014, Elaboração: autores da pesquisa.

Quanto à confiança no governo municipal, 77% dos entrevistados não

confiam na atual administração, não sentem firmeza nas realizações das suas ações. Por outro lado, 23% consideram confiável, sentem segurança nas pessoas que são responsáveis pela administração do município. Podemos inferir que no momento da nossa pesquisa havia um elevado índice de insatisfação com o governo municipal, o que afetou diretamente o nível de confiança,

a) Nível de confiança no Governo Estadual

Quanto à confiança no governo Estadual, 82% dos associados responderam que não confiam na administração do Estado do Ceará, e 18% disseram que confiam nesses representantes. Pode-se observar que a credibilidade do governo estadual apresenta um percentual ainda menor do que o governo municipal,

A contribuição dos entrevistados para com os projetos da ARCA, pode ser observado a partir do Gráfico 5.

Gráfico 5- Contribuição com os projetos da ARCA



Fonte: Dados da Pesquisa-2014, Elaboração: autores da pesquisa.

a) Contribuição para projetos da associação

Quanto à contribuição ou colaboração com os projetos da ARCA, 95% dos entrevistados responderam que contribuem de forma direta e

indireta, e 5% responderam que não, que se concentram somente no seu trabalho individual. No entanto, é importante afirmar que mesmo os que responderam que não contribuem afirmaram que buscarão novos modos de contribuição no futuro com o objetivo de fortalecer a associação

3.1.2. Mensuração do índice

A mensuração do Índice de Capital Social é demonstrada na tabela 1 a partir dos valores absolutos e relativos assumidos por cada uma das variáveis anteriormente apresentadas.

Tabela 1 - Participação absoluta e relativa dos indicadores do ICS nos associados, da ARCA

Indicador	V A	V R
	0,043	4,92%
Pertencimento a algum grupo religioso	0,042	4,83%
Pertencimento a algum grupo político	0,036	4,08%
Membros do grupo com a mesma formação escolar	0,056	6,34%
Interação com outros grupos de outras organizações	0,053	6,04%
Disposição de outras pessoas para emprestar dinheiro	0,053	6,04%
Nível de cidadania dos membros da organização	0,043	4,92%
Confiança em outras pessoas da organização	0,052	5,92%
Resultados do trabalho em regime de cooperação	0,058	6,64%
Elevação de renda dos associados por cooperação	0,058	6,64%
Elevação de renda individual por cooperação	0,054	6,19%
Participação nas decisões da comunidade	0,050	5,72%
Cooperação como elemento de atendimento das reivindicações	0,058	6,64%
Somente a ação do governo eleva o bem estar social	0,058	6,64%
Nível de confiança no governo municipal	0,052	5,86%
Nível de confiança no governo estadual	0,052	5,86%
Contribuição para projetos da associação	0,058	6,64%
ICS	0,8853	100%

Fonte: Dados da pesquisa, elaboração: autores da pesquisa.

Diante da realização dos cálculos, obteve-se que o Índice de Capital Social para os associados da ARCA, foi de 0,8853, ou seja, um alto nível de acumulação de capital social. Diante dos dados obtidos através da contribuição de cada indicador na constituição do ICS, pode-se fazer as inferências ou interpretações a respeito das mesmas. Sendo que os indicadores que tiveram menor contribuição para o índice foram pertencimento a um grupo político, com 4,08% e pertencimento a um grupo religioso, com 4,83%. Já os

indicadores que tiveram maior nível de contribuição para o ICS, foram: resultados do trabalho em regime de cooperação, elevação de renda dos associados por cooperação, cooperação como elemento de atendimento das reivindicações, somente a ação do governo eleva o bem estar social.

Outros índices que tiveram grande contribuição para acumulação do ICS foram aqueles que apontam o compromisso em acolher pessoas de diferentes escolaridades, a interação com grupos de outras organizações, a disposição para socorros financeiros, a confiança em outras pessoas da organização e elevação de renda individual por cooperação.

Esses indicadores confirmam o fortalecimento dos princípios defendidos pela Economia Solidária, tais como: cooperação, entendida como um instrumento essencial para melhoria nas condições de vida, individualmente e coletivamente; a justiça social e solidariedade humana.

Os indicadores que tiveram média contribuição para o ICS foram: grau de interação entre os membros da própria organização; nível de cidadania dos membros da organização; participação nas decisões da comunidade; nível de confiança no governo municipal; nível de confiança no governo estadual. Esses indicadores revelam uma necessidade de uma maior atuação dos associados em intervir na realidade do município e compreender a força coletiva que os mesmos têm em mãos.

4 - Considerações finais

A busca incessante por lucratividade é a principal marca do modo de produção capitalista de mercado. O capitalismo globalizado e competitivo revela a sua face desigual, exploratória e concentradora. Esta visão clássica liberal baseada no mercado, explica perfeitamente dinâmicas competitivas, mas não é a indicada para resolução de problemas sociais.

Pobreza, desigualdades, exclusão social, são conceitos em destaque na sociedade do consumo e do trabalho. Este desenho de mazelas sociais é atualizado constantemente pelo sistema que apenas renova os conceitos e as teorias. Assim, comumente nos deparamos com uma situação em que os problemas sociais crescem mais que proporcionalmente aos crescimento dos frutos da economia, o significa que a maior parcela da população não usufrui, ou usufrui minimamente, dos frutos da riqueza produzida gerada pelo emprego dos fatores de produção.

Nesse contexto, a necessidade de repensar o modelo de economia, suas práticas e valores, emergiu na realização de práticas de cooperação e associativismos em várias partes do mundo. No Brasil, essas novas práticas econômicas receberam a denominação de Economia Solidária. Ou seja uma economia que se baseia nos princípios de autogestão, democracia produtiva, cooperativismo, centralidade do ser humano, emancipação, valorização da diversidade, justiça social, cuidado com o meio ambiente e, principalmente, a solidariedade como fonte de transformação social.

Constatou-se, na pesquisa de campo realizada junto à ARCA, a presença dos princípios norteadores da Economia Solidária, os quais se configuram a partir dos projetos associativos de geração de renda que são desenvolvidos pela associação. Indicativo disto é o resultado do Índice de Capital Social, classificado com um alto índice em virtude que atingiu um valor absoluto de 0,8853. A mensuração das variáveis do ICS valida, de certa maneira, o cultivo de laços de amizade, princípios de solidariedade, valores e cooperação entre os associados da ARCA.

A constatação dos indicadores com baixa e média contribuição do ICS, em sua maioria, estão relacionados a falta de interesse e participação política. Isso sinaliza para a necessidade da associação reforçar o planejamento participativo dos seus associado e realizar um autodiagnostico sobre o papel da mesma nas decisões da comunidade como um todo. Nesta perspectiva, é importante despertar a reflexão dos associados para o reconhecimento dos problemas que afetam a comunidade, para que seja possível formar lideranças que possam contribuir, opinar e participar na formulação de decisões e ações para além do campo institucional da associação.

A contribuição da ARCA para a vida dos seus associados gera para o município de Altaneira (CE) efetiva possibilidade de intercessão, geração de renda e solidariedade. A associação busca em seu cerne priorizar o 'ser' ao invés do 'ter', visando sempre angariar benefícios para os seus associados e para a comunidade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CANCLINI, N.G. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. GARCIA, R.L.

Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP

IPECE- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará- perfil básico municipal de Altaneira - 2014. Disponível em:
<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Altaneira.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2015.

SENAES - **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Disponível em:
<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp>. Acesso em: 12 out.2012.

TOLOVI, C. A. **Carlos Alberto Tolovi**: Entrevista [jan.2014]. Entrevistador: Cícero Lourenço da Silva.

TAVARES NETO, J.L. **A importância da Apicultura como fonte de renda para os pequenos agricultores do município de Mauriti, Ceará**: Uma análise do índice de Capital Social. Monografia. Universidade Regional do Cariri. Crato- Ceará, 2012.

TEIXEIRA, A. C. C et al. A Economia Solidária: Sobrevivendo no sistema capitalista?. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**. Brasília.v.3, n.1, p.1-19. 2009.

MEDEIROS, A.C; SOUSA, C. M. Gestão do território versus estrutura de solidariedade e autoridade. **Rev. Adm. púb.** Rio de Janeiro, 27 (3): 37-49, Jul./set. 1993

LIN, N. **Social Capital: a Theory of Social Structure and Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia**: problemas e práticas. Lisboa: CIES, n. 33, p. 133-158, set. 200

11. A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DESENVOLVIDA POR EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA DO BRASIL.

Teresa Regina dos Santos Mattos

1 - Contextualização

Historicamente, no Brasil, o trabalho é vivenciado como instrumento de exploração e segregação social, o trabalhador é tratado como mercadoria e as condições salutaras de vida são distribuídas como privilégio. Séculos destas práticas configuraram uma sociedade dividida por um dos maiores abismos sociais do mundo.

Atualmente, observamos mudanças na gestão capitalista do trabalho. O desenvolvimento tecnológico nas áreas de comunicação e robótica tem possibilitado, ao mesmo tempo, a redução e a internacionalização do mercado de trabalho. Em outras palavras, o processo de formação do “exército industrial de reserva” passa a ser administrado de maneira global através da competição entre sociedades e territórios, que visando à promoção de seu desenvolvimento a partir da ampliação do mercado de trabalho, digladiam no intuito de atrair cada vez mais o Capital Produtivo para seus territórios.

Essa administração global do “exército industrial de reserva” não só tem provocado um grave processo de desindustrialização em algumas sociedades capitalistas, como também têm promovido uma contínua expropriação dos direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores em diversos países. No Brasil, além das constantes ameaças feitas à legislação trabalhista, esse fenômeno tem sido evidenciado, principalmente, pela legitimação de condições precárias de trabalho como a terceirização, o emprego temporário, o estímulo ao trabalho autônomo ou empreendedor, dentre outras.

Além disso, o capitalismo não é mais tão dependente do trabalho humano, uma vez que, para ganhar dinheiro, configura-se cada vez melhor o mercado de ações que a produção de bens. Ao mesmo tempo, para produzir mercadorias geradoras de riqueza torna-se mais comum e rentável a

estruturação de cadeias produtivas mecanizadas e informatizadas, o que reduz e especializa a mão de obra necessária à produção. O mito do pleno emprego é substituído pelo mito da empregabilidade mediante a qualificação profissional e aperfeiçoamento constante. Em suma, nessa conjuntura, o trabalho assalariado está cada vez mais escasso e ao trabalhador destina-se apenas o desespero e a incerteza.

É nesse contexto que Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários começaram a pensar e propor o exercício do trabalho associado no país, principalmente, para a parcela da população marginalizada e/ou excluída do mercado de trabalho formal. A organização de coletivos autogestionários é uma prática que, apesar de não ser nova, é extremamente educativa e libertadora para as classes trabalhadoras, uma vez que não propõe apenas uma organização emergencial e esporádica para a geração de trabalho e/ou acesso à renda, mas sim a estruturação de grupos produtivos duradouros e conscientes sobre o significado do trabalho e importância do trabalho associado para o protagonismo social destes sujeitos.

Como prática essencialmente educativa, os processos de incubação de cooperativas populares e empreendimentos econômicos solidários constituem-se como uma nova estratégia de qualificação profissional, muito diferente das modalidades formais de educação, notoriamente, voltadas para atender as necessidades do sistema capitalista de produção. Isto, porque, como afirma Kruppa:

A educação no sistema capitalista é vista para capacitar o ser humano, considerado como um recurso. Pensar a eficiência e a produtividade dos trabalhadores nesse sistema é considerar o sistema de competências, onde os seres humanos são induzidos a serem competentes para determinadas coisas e incompetentes para outras. Daí o termo capacitação, usado quando, nessa educação, se quer treinar/adestrar o trabalhador para determinadas funções. (KRUPPA, 2005, p.24)

É por esta razão que a formação dos trabalhadores e trabalhadoras nas práticas de promoção do cooperativismo e da Economia Solidária no Brasil adquire uma importância central. A formação/prática dos trabalhadores na perspectiva da autogestão é imprescindível para superar os vícios culturais do capital: dominação, individualismo, hierarquização, competição, etc. Sem esta superação, as organizações e práticas cooperativistas e associativistas

relacionadas ao termo Economia Solidária correm o risco de servir apenas como alternativa de acesso à renda para a população excluída e marginalizada do mercado de trabalho formal.

É a formação/prática da autogestão que garante o caráter político e contestador da Economia Solidária frente ao sistema de produção capitalista e possibilita o efetivo movimento de organização social em prol da criação de outro modo de vida centrado na valorização do homem e do seu trabalho.

A concepção de formativo ou educativo da qual se deseja partir não limita essa característica ao acesso a novos conhecimentos e concepções de mundo, mas o amplia como um processo de formação/autoformação para o trabalho e para a vida, um espaço social de educação/transformação novo e diferenciado, que reúne numa só práxis a oportunidade de uma formação popular, crítica e participativa unida a uma mudança e organização direta da população atendida, em relação a aspectos políticos (auto-organização e criticidade), econômicos (acesso a trabalho e renda) e sociais (usufruto de direitos civis).

Em vista disso, pressupõe-se que, vivenciados nesse ambiente de construção coletiva e luta, os Empreendimentos Econômicos Solidários e as Cooperativas Populares, caracterizados particularmente pela forma de organização autogestionária, consistem num grande marco ideológico e num ponto concreto de mudança cultural para contrapor-se às formas hierarquizadas e alienantes das estruturas capitalistas de trabalho e produção. Mais que isso, hoje, são espaços de formação pioneiros do trabalho associado, ou seja, a modalidade de trabalho e produção legítima e natural do homem que trabalha livre da lógica capitalista ou de qualquer outra lógica de produção exploradora e alienante.

A escola formal, historicamente promotora de uma educação seletiva e excludente, parece não atender às reais necessidades dos pobres e marginalizados quanto ao acesso a saberes essenciais para a prática da cidadania e o exercício do trabalho qualificado e remunerado no Brasil. Por isso, a possibilidade de constituição de espaços educativos alternativos é defendida como opção ideal para o atendimento destes sujeitos em nosso país.

Neste sentido, após uma reflexão, infelizmente, pessoal – ou seja, ainda sem a participação dos sujeitos envolvidos – sobre diversas atividades de Cooperativas Populares e Empreendimentos Econômicos Solidários, principalmente, no que tange às suas estratégias de formação, autoformação e

no compartilhamento de saberes e tecnologias próprias geradas por suas práticas autogestionárias de produção, venho destacar e defender as Cooperativas Populares e os Empreendimentos Econômicos Solidários como sujeitos legítimos e apropriados para a promoção de uma formação profissional diferenciada, pautada no estímulo à formação cidadã e baseada nos princípios da autogestão.

Ainda mais, a prática constante, consciente e generalizada de formações educativo-profissionalizantes promovidas pelas Cooperativas Populares e Empreendimentos Econômicos Solidários pode desempenhar um papel fundamental na ampliação e qualificação do movimento de Economia Solidária no Brasil.

Desde 2006, quando comecei a participar das atividades de incubação da ITCP/UNEB, venho observando e refletindo sobre diversas práticas de formação, autoformação e de compartilhamento de saberes e tecnologias próprias geradas por suas práticas autogestionárias de produção, como:

1. A transmissão e compartilhamento de saberes entre os membros das cooperativas, não apenas para novos integrantes, mas também como prática uma prática rotineira no dia a dia de produção ou nas reuniões de socialização de atividades externas ou cursos.
2. A construção de práticas coletivas de produção, no qual os grupos desenvolvem rotinas e estratégias próprias, valorizando além da autogestão e divisão igualitária do trabalho, o bem-estar, a recreação e a alegria no processo produtivo.
3. A aceitação de “visitas” ou acompanhamento de pessoas da comunidade no dia-a-dia da produção da cooperativa, que manifestam o interesse em aprender suas técnicas de trabalho e modo de organização.
4. Por último, e mais impactante, duas iniciativas de formação profissional propostas, planejadas e realizadas pelas próprias cooperativas, para membros da comunidade, visando a ampliação do quadro de cooperados: O curso de panificação desenvolvido pela Cooperativa Múltiplas Fontes de Engomadeira – COOFE, em 2010, e o curso de corte e costura básico realizado pela Cooperativa de Mulheres Costurando uma Realidade Diferente – COOPERCORTE, em 2006.

Tais experiências e vivências observadas e refletida ao longo dos anos, fizeram-me perceber e acreditar no potencial educativo-formativo desses sujeitos para a promoção autônoma de formações política e profissionalizantes no âmbito da Economia Solidária e do trabalho associado e autogestionário, despertando o desejo, inclusive de propor o desenvolvimento de processos formativos específicos para a preparação dos mesmos para a essa função, sonho este que, infelizmente, ainda não consegui concretizar ou ver concretizado por outrem.

2 - A importância dessas práticas para o Movimento de Economia Solidária

O termo “solidária” da Economia Solidária não é um mero adjetivo, pois, como organização socioeconômica alternativa ao capitalismo, esta “pretende estender a solidariedade a todos os setores da economia, incluído a apropriação dos meios produtivos, o intercâmbio e distribuição da produção”. (MIRANDA, 2009, p.17). Nesse sentido, ela também precisa ser vivenciada de forma coletiva. A especificação do Empreendimento Econômico Solidário, como estrutura própria da Economia Solidária, caracterizada particularmente por sua organização autogestionária, garante grande marco ideológico e um ponto concreto de mudança cultural para contrapor-se às formas hierarquizadas e alienantes das estruturas capitalistas de trabalho e produção.

Assim, Economia Solidária configura-se como uma construção coletiva e histórica de uma nova lógica de produção e organização social alternativa ao sistema de produção capitalista e só é legítimo afirmar ser de Economia Solidária empreendimentos e iniciativas que se fundamentem e propiciem o exercício de seus princípios e valores, principalmente, a cooperação – que substitui a lógica do individualismo – a autogestão – que se contrapõe a exploração, a hierarquização e a alienação – e a solidariedade – que substitui a lógica da competição.

A caracterização do empreendimento econômico solidário também o diferencia de outras formas de organizações coletivas típicas da economia informal ou economia popular, como distingue Miranda:

A economia popular reside nas estratégias constituídas pela população para enfrentar os problemas constituídos pelo sistema capitalista. Tais como biscates ou ocupações autônomas, as

microempresas familiares, as empresas associativas ou, ainda, as organizações econômicas populares. (MIRANDA, 2009, p. 20)

A vivência do Trabalho Associado, sob qualquer lógica contrária à exploração e alienação dos trabalhadores, pressupõe necessariamente a prática da autogestão, ou seja, de um comportamento democrático, autônomo, coletivo, solidário, respeitoso e dialógico, que envolva todos os membros de uma coletividade ou unidade de trabalhadores em todos os aspectos de suas atividades laborativas e sociais. Isto também implica na exigência da propriedade coletiva dos meios de produção e, nesse sentido, presume-se a prática de uma cultura do trabalho muito diferente daquela que aprendemos e vivenciamos nas sociedades capitalistas.

Portanto, acredito que a profissionalização de sujeitos de/para empreendimentos de Economia Solidária por empreendimentos econômicos populares reforçaria a construção ou solidificação do que Tiriba chama de Cultura do Trabalho do trabalho associado.

Entendemos como *cultura do trabalho* o conjunto de códigos, padrões, normas, conhecimentos, saberes, crenças, valores e criações materiais que regulam as ações e comportamentos humanos em suas relações de trabalho. A mesma é adquirida, construída e transmitida no e sobre o processo produtivo e permite que as pessoas desenvolvam sentidos, gostos e julgamentos, que incidem sobre as relações sociais e a própria vida do trabalhador. A cultura do trabalho diz respeito aos elementos materiais (instrumentos, métodos, técnicas, etc.) e simbólicos (atitudes, idéias, crenças, hábitos, representações, costumes), partilhados pelos grupos humanos – considerados em suas especificidades de classe, gênero, etnia, religiosidade e geração. Remete a objetivos e formas sobre o dispêndio da força de trabalho, maneiras de pensar, sentir e se relacionar com o trabalho. Em última instância, requer considerar: a) as formas de propriedade dos meios de produção e as relações de produção que os grupos e classes sociais, historicamente, estabelecem entre si; b) os efeitos das inovações tecnológicas sobre a atividade do trabalho e sobre a cultura organizacional; e c) o papel dos sistemas simbólicos na vida social e, em especial, dos valores morais atribuídos à atividade do trabalho. (TIRIBA; SICHI, 2011, p.10).

No entanto, a vivência de uma experiência de trabalho associado e autogestionário, num contexto dominado pela lógica do capital, por si só, não

garante uma construção efetiva de uma nova cultura do trabalho. Inclusive, modalidades associativas e autogestionárias são muito exploradas em determinadas atividades do mercado capitalista contemporâneo.

A vigência de uma nova cultura do trabalho demanda também uma transformação dos sistemas simbólicos que regulam o modo de vida e as relações sociais de determinado território. É nesse aspecto que se destaca a Economia Solidária e seu arcabouço conceitual-ideológico e propositivo contra-hegemônico.

Vivenciadas num contexto de lógica capitalista, mas sob a égide dos princípios e proposições da Economia Solidária, as estruturas associadas de produção, consumo, distribuição e gestão configuram-se como pontos concretos de mudança cultural, no qual se desenvolvem diversos saberes, valores e práticas sociais que darão corpo a essa nova cultura, mas a sua efetiva legitimação só se dará à medida que a influência dessa nova cultura avance e contamine todas as demais estruturas sociais.

Pois, mais que uma simples luta ideológica, o imperativo dessa nova forma de organização dos trabalhadores reside na impreterível necessidade de manutenção da vida, num contexto em que a própria vida parece estar cada vez mais em segundo plano frente à sanha desenfreada de acumulação de riqueza do Capital.

3 - A Economia Solidária como uma educação coletiva

A Economia Solidária é um termo sinônimo de “construção de novo mundo”, concretizado no exercício de novas práticas sociais, econômicas, políticas e culturais pautadas em valores como solidariedade, comunhão, respeito e justiça, que se resumem na expressão “busca do bem-viver”.

Entendê-la como “construção de novo mundo”, é dizer que a Economia Solidária é algo que ainda se estabelece e, por isso é também utopia porque reside e se forma no âmbito das vontades, desejos e lutas de sujeitos que exercitam a sua liberdade de serem sujeitos de sua própria história. Sendo assim, a Economia Solidária é uma utopia norteadora de práticas cotidianas de muitos atores, que de diferentes maneiras, exercitam a sua liberdade de sujeitos no mundo, na luta por condições mais favoráveis para todos, na busca por outras formas de viver.

Como prática de sujeitos no exercício de sua liberdade de ser mais, a Economia Solidária adquire um caráter contestador e transformador da

sociedade e, portanto, uma forma coletiva de intervenção no mundo. É neste aspecto que a Economia Solidária se aproxima da Educação, pois ela também é uma forma de intervenção no mundo (Freire, 1999). Contudo, diferente da Economia Solidária que já é norteadada por uma utopia singular e contestadora, a Educação tanto pode intervir para manter quanto para mudar o mundo.

Nesse sentido, a Educação é um ato essencialmente político, porque implica tomada de posição frente ao mundo. Quem educa precisa estar consciente do para quê educa: se educa para promover a inserção e adaptação dos sujeitos a um mundo humano ideologicamente dado como natural, certo e imutável ou se educa para a desmitificação desse mundo e construção de outros mundos, conscientizando sujeitos de seu caráter histórico, inacabado e de constante transformação.

A educação que intervém para a manutenção do mundo capitalista é exercida através de práticas de conformação do sujeito a esse mundo, que visam a simples transmissão e reprodução do conhecimento, saberes e práticas essenciais para uma vida determinada por esta visão de mundo: divisão de classe, hierarquização, exploração, competição etc.

Já a educação que intervém para a desmitificação desse mundo ideológico e para a construção de outros mundos visa a conscientização dos sujeitos quanto ao condicionamento que vivencia e também quanto ao seu caráter histórico e inacabado. Busca o empoderamento dos sujeitos, despertando a sua criticidade e o desejo de ser mais. Por fim, tem em vista a formação de sujeitos capazes de exercer o seu direito inalienável de ser mais, através da consciência de classe e do anseio e engajamento para a superação do mundo dado e construção do novo.

Diferente da Educação, a Economia Solidária é uma forma de atuação já politicamente engajada em busca de outra forma de viver. Além disso, uma vez que almeja não apenas a emancipação e conscientização de indivíduos, mas sim a reestruturação de todo o arcabouço social, a Economia Solidária conforma-se então como educação essencialmente coletiva. Como exemplifica Paul Singer:

Se apenas um indivíduo adotar comportamento cooperativo em uma sociedade em que predomina a competição, ele será esmagado economicamente e vice-versa: se apenas um se comportar competitivamente onde predomina a Economia Solidária, ele será visto como egoísta e desleal pelos demais, que o

excluirão do seu meio. Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a Economia Solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, mas apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles espera-se e o que devem esperar dos outros. (SINGER, in KRUPPA, 2005, p.16).

Sendo assim, a Economia Solidária desenvolve-se como uma práxis coletiva. Isso implica dizer que tanto sua conformação teórica, quanto prática vem se constituído a partir das experiências e resultados advindos das práticas e reflexões de todos os seus atores e que ela evolui de acordo com a apreensão e comprometimento dos sujeitos em relação aos princípios e valores que a definem.

Nesse sentido, acredito na Economia Solidária como uma nova forma de intervenção no mundo. Uma intervenção promovida por sujeitos conscientes ou em conscientização em relação ao seu condicionamento, mas também do seu inacabamento. Uma intervenção que propõe o novo, fazendo-se o novo. Uma intervenção essencialmente coletiva que, apoiados em valores como solidariedade e cooperação, promove uma legítima vivência da liberdade intrínseca ao ser humano, da sua capacidade inalienável de ser mais.

Em consideração a isso, dar visibilidade, estimular, formar e financiar os empreendimentos econômicos solidários como sujeitos legítimos para a formação profissional em Economia Solidária é uma vertente de atuação imprescindível para a garantia da apropriação de técnicas de trabalho adequadas à autogestão e fortalecimento do movimento de Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

KRUPPA, Sonia M. Portella. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005, p. 21-30.

MIRANDA, Sandro Ari Andrade de. **Análise de hipóteses jurídicas de parcerias entre o governo federal e as instituições voltadas ao apoio da Economia Solidária**. 2009

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005, p. 13-20.

TIRIBA, Lia; SICHI, Bruna. **Cios da terra: saberes da experiência e saberes do trabalho associado**. 2011. Disponível em biblioteca virtual das autoras.

TIRIBA, Lia; SICHI, Bruna. **Os trabalhadores e a escola: de olho nas cultura(s) do trabalho**. Disponível em biblioteca virtual das autoras.

12. ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO PÚBLICA: ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS NO FÓRUM CARIRIENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Cícero Joaquim Pereira Macêdo
Francisco Renê Fernandes Feitosa

Introdução

Este trabalho busca analisar criticamente a participação dos gestores públicos no que diz respeito às políticas públicas destinadas à Economia Solidária na região do Cariri. A região, devido a suas particularidades, é um berço para o desenvolvimento cultural, econômico, social e político, sendo reconhecida nacionalmente pelo trabalho de base em Economia Solidária realizada em terras caririenses. Todo o movimento de Economia Solidária e suas práticas se inserem em um contexto bem peculiar dentro do mercado capitalista, visto que ela é um modelo de vida alternativo ao modo de produção dominante atualmente. Dentro da visão capitalista, alguns princípios oriundos das práticas solidárias são inviáveis, visto que agregam um diferencial ao simples e puro crescimento econômico.

O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiro, apresentamos uma pequena conceituação com relação à Economia Solidária; trazemos, em seguida, a temática dos fóruns de Economia Solidária; na sequência, destacamos a participação dos gestores públicos nos momentos de discussões, elaborações e tomadas de decisões, bem como os avanços alcançados; e nos comentários finais procuramos apontar alguns dos entraves e desafios a serem enfrentados por estes administradores públicos. Todo esse arcabouço construído vislumbra a prática da sustentabilidade em suas mais variadas vertentes.

A dinâmica do mercado capitalista, considerada por muitos estudiosos avassaladora em vários contextos, realiza um processo visível de exclusão social, e se apresenta de várias formas: social, econômica, educacional, digital etc. Trazendo como alternativa essa desigualdade, (Singer, 2002, p. 133) atribui o surgimento da ideia do cooperativismo na Europa a socialistas utópicos, entre eles Karl Marx.

Para melhor exemplificar, (Gaiger, 2003, p. 182) caracteriza a Economia Solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto do mercado capitalista quanto do Estado, corroborando com (Laville, 1994, p. 211.) A Economia Solidária é baseada em preceitos de solidariedade, cooperação, autogestão, respeito à dinâmica do grupo, dentre outros.

De maneira geral, pode-se dizer que a Economia Solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras formas, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Acrescenta-se que a Economia Solidária compreende duas vertentes distintas: a face das políticas públicas e a concepção de modo de vida e de organização social.

Assim, a Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica da classe trabalhadora, como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Na realidade, percebe-se que o conceito de Economia Solidária é um conceito vivo, em construção, com nuances quase sempre pouco claras ou avocadas pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em certas formas de trabalho. Esses trabalhadores antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar, numa verdadeira construção conceitual (SEI, 2004, p. 21).

Da forma em que se apresenta uma forma de vida e organização social, pode-se destacar o trecho trazido na II Conferência Nacional de Economia Solidária:

Nós momentos de crise econômica aumenta o interesse pela Economia Solidária, suscitando o debate sobre o tema. No entanto, a Economia Solidária não deve ser considerada apenas como um conjunto de políticas sociais ou medidas compensatórias aos danos causados pelo capitalismo, nem como responsabilidade social empresarial. Seu desafio é o de projetar-se como paradigma e modelo de desenvolvimento que tem por fundamento um novo modo de “produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e

humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (ICONAES, 2006, p.1).

Podem-se apresentar diversas concepções que variam em algumas características. Entretanto, para este momento, o conceito que mais agrega valores é o apresentado acima, contemplando o maior número de atores do movimento, levando-se em consideração o formato participativo de construção desse conceito.

No que se refere às políticas públicas pode-se conceituar estas ações como sendo atividades de governo, divididas em: atividades diretas de produção de serviço pelo próprio estado; e atividades de regulação que influenciam as realidades econômica, social, ambiental, espacial e cultural (LUCHESE, 2004 p. 3). É importante ressaltar que as atividades propostas por estas políticas se concretizam por intermédio dos sujeitos sociais e de atividades institucionais que se realizam em cada contexto, condicionando os seus resultados.

1 - Os Fóruns de Economia Solidária

Dentro dessa ótica do mercado capitalista associada à situação de abandono social da massa excluída, insere-se o contexto dos Fóruns de Economia Solidária. Os fóruns são organizações democráticas geridas pelos atores da Economia Solidária no intuito de promover o desenvolvimento deste movimento e possibilitar a articulação com as outras instâncias, responsáveis pela implementação das mais diversas atividades possíveis. Podemos citar como exemplo a discussão política sobre Economia Solidária, a organização do movimento de Economia Solidária, a organização de feiras dos empreendimentos que compõem o fórum, entre outras.

A gênese para a constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária se inicia com o Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2001). Em 2003, o Fórum é constituído com o intuito de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária do país, utilizando, para tanto, uma Carta de Princípios e uma Plataforma de Luta, aprovadas nesta ocasião. A ideia foi realizar a interlocução com o governo, sobretudo junto à Secretaria Nacional da Economia Solidária - SENAES (REIS, 2005 p. 19).

Caracterizados como um dos modos de auto organização política do movimento de Economia Solidária, os fóruns surgem a partir da necessidade de superar desafios no campo político. Atraem a agenda política para os empreendimentos que necessitam não só de incentivos às iniciativas econômicas, mas também da atuação em outras frentes, tais como a união de atores em busca da sustentabilidade ambiental, política e social. (FRANÇA FILHO, 2007 p. 169).

Trazendo o debate para o campo da sustentabilidade ambiental, que é primordial nos fóruns territoriais, temos o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” criado pela *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Essa Comissão tem como propósito a harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente, onde a ênfase maior é dada à preservação dos ecossistemas naturais e da diversidade genética para a utilização de seus recursos naturais (FRANCO, 2000 p.27).

Quanto à natureza e ao significado dos traços sociais específicos dos empreendimentos de Economia Solidária, referentes a conceitos de socialização dos bens de produção e do trabalho, estes acabam por interferir na gestão do próprio empreendimento e, conseqüentemente, na sua sustentabilidade (GAIGER, 2003 p. 183). Nesse sentido, (Reis 2005 p. 26) reflete o conceito de sustentabilidade, emprestado da Ecologia, que relaciona a sustentabilidade com a capacidade da Terra em sustentar a vida. Trazendo para o campo da Economia Solidária, pode-se relacionar a noção de sustentabilidade, no âmbito dos seus empreendimentos, com a capacidade destes no que se refere a sua própria manutenção e sobrevivência. Assim, vê-se que a Economia Solidária insere-se no cerne de uma economia plural, confluindo aspectos mercantis, não mercantis e não monetários; o que implica em uma gestão calcada na sustentabilidade, envolvendo aspectos políticos e sociais de forma reforçada.

Para entendermos melhor estes conceitos Veiga explica.

A noção de desenvolvimento sustentável, de tanta importância nos últimos anos, procura vincular estreitamente a temática do crescimento econômico com a do meio ambiente. Para compreender tal vinculação, são necessários alguns conhecimentos fundamentais que permitem relacionar pelo menos três âmbitos: a) o dos comportamentos humanos, econômicos e sociais, que são objeto da teoria econômica e das demais ciências sociais; b) o da revolução da natureza, que é

objeto das ciências biológicas, físicas e químicas; c) o da configuração social do território, que é objeto da geografia humana, das ciências regionais e da organização do espaço. (VEIGA, 2006, p.187)

Considerando a natureza como um legado que deve ser objeto de conservação, surge a exigência de se manter o patrimônio natural corrente. Isso possibilita seu melhor aproveitamento, mantendo a capacidade de desempenho de suas diferentes funções ao longo do tempo. A partir da definição de sustentabilidade do *Informe Brundtland de 1987*, cita o desempenho como o ato de satisfazer as necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. A sustentabilidade demanda ponderação no que se refere aos elementos essenciais cedidos de forma direta pela natureza. Não produz alterações nos ecossistemas capazes de afetar a vida no planeta de forma irreversível ou que possam conduzir a situações potencialmente desastrosas. Significa que se deve ter o máximo respeito pela manutenção dos espaços naturais considerados cada vez mais importantes para a qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, a consideração da dimensão econômica, pensada juntamente com aspectos ligados às questões ambientais é essencial para a formulação de diretrizes governamentais à compreensão dos fatos e das relações sociais, culturais e políticas inter-relacionadas no contexto das cidades (CALDERONI, 2004 p. 577).

Para demonstrar a importância da temática ambiental, que se concretiza como um dos pilares fundamentais da Economia Solidária traz-se um pequeno trecho do autor Leonardo Boff.

Pelas palavras da Carta da Terra, a sustentabilidade comparece como uma questão de vida ou morte. Nunca antes da história conhecida da civilização humana, corremos os riscos que atualmente ameaçam nosso futuro comum. Estes riscos não diminuem pelo fato de muitíssimas pessoas, de todos os níveis de saber, deem de ombros a esta máxima questão. O que não podemos é, por descuido e ignorância, chegar tarde demais. Mais vale o princípio da precaução e de prevenção do que a indiferença, o cinismo e a despreocupação irresponsável. (BOFF, 2012, p. 14).

2 - Fórum cariense de Economia Solidária (FOCAES)

Na primeira instância das três esferas, Federal, Estadual e Municipal, temos o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que está organizado

em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais. Envolve diretamente mais de 3.000 empreendimentos de Economia Solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios formados pela Rede de Gestores em Economia Solidária.

Antes de tratarmos do Fórum Caririense de Economia Solidária (FOCAES), devemos conhecer um pouco sobre a região do Cariri. A região do Cariri cearense é composta por 28 municípios, divididos em três microterritórios: 1. Microterritório Cariri Central com uma área de – aproximadamente – 5.099,7 km², formado por Abaiara, Barbalha, Caririçu, Crato, Farias Brito, Grangeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha e Várzea Alegre; 2. Microterritório Cariri Leste, que possui uma área de – aproximadamente – 4.656,1 km², com os municípios de Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras; 3. Microterritório Cariri Oeste, com uma área de – aproximadamente – 5.186,1 km², formado pelos municípios de Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas. A região tem como cidades-sede Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, que possuem localização geográfica privilegiada e fácil acessibilidade em relação aos principais centros consumidores do Estado do Ceará e região Nordeste. As cidades-sede são o eixo econômico central, por sua posição privilegiada, com uma distância média de 700 km das principais capitais do Nordeste.

Esta posição estratégica da região contribuiu para que o Cariri se tornasse um polo comercial do Nordeste, com fácil acesso a um mercado consumidor estimado em 40 milhões de pessoas.

Dentro deste aglomerado das cidades da região se insere o FOCAES. O fórum é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 19 de dezembro de 2010, constituindo um espaço permanente de diversas instituições. Esse convívio tem o objetivo de fortalecer e representar o movimento da Economia Solidária na região do Cariri, frente à sociedade e aos poderes públicos, contribuindo para a construção de um novo modelo socioeconômico na região. A composição atual do FOCAES contempla um tripé de atores sociais. São eles: Empreendimentos de Economia Solidária, Entidades de Apoio e Fomento e Gestores Públicos. Nosso enfoque principal se dará justamente na participação do gestor público no movimento da ECOSOL e em seus resultados.

Desde a sua fundação, o FOCAES conta com a participação de

gestores públicos dos municípios da região do Cariri. Podem-se destacar, entre eles, as Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, Ação Social e Educação, e instituições como a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH). A participação desses atores sociais deve ser dividida em dois aspectos relacionados: qualitativo e quantitativo.

Durante os anos de 2011 e metade de 2012, não houve presença maciça em termos quantitativos por parte dos gestores públicos no FOCAES, demonstrando falta de interesse nestas políticas públicas. Outro fator importante e que merece ser levado em consideração é a questão da falta de conhecimento apresentado pela gestão pública no que concerne ao tema. Em alguns casos esse desconhecimento é ocasionado pela alta rotatividade de pessoas na mesma gestão em determinada secretaria, causando uma quebra na continuidade do trabalho.

Observou-se que em diversas ocasiões o escalão dos gestores públicos que participavam das discussões não possuía autonomia suficiente ou respaldo legal para responder pela entidade que ali representavam. Dessa forma, as atividades desenvolvidas foram restringidas por falta de uma participação mais veemente desses gestores.

Para muitos estudiosos a forma associativista defendida pela Economia Solidária pode ser considerada uma possibilidade de enfrentamento às crises capitalistas, como a que vivenciamos durante o ano de 2015, onde números negativos abalaram a Economia e geraram uma onda crescente de desemprego e inflação.

O segundo aspecto é o quantitativo, que depende da presença dos atores sociais. Como consequência da baixa adesão no primeiro momento, esse aspecto ficou prejudicado, mas o FOCAES acredita ter conseguido alguns avanços, mesmo que essas conquistas ainda estejam aquém da real necessidade. Entre os avanços, podemos destacar uma maior articulação com secretarias municipais de diversas áreas e o engajamento de algumas gestões nas temáticas de Economia Solidária.

Segue-se uma linha cronológica na qual, a partir da segunda metade do ano de 2012, teve início um processo de mudança no quadro relativo à participação dos gestores públicos, contando agora com quantidade considerada relevante deles, e, melhor de tudo, começaram a demonstrar certo interesse pela causa. Esse engajamento, que foi questionado em reuniões como hipótese de ser uma estratégia eleitoral momentânea, perdurou. Nessa fase de

discussão, no ano de 2013, com o debate bastante aquecido, a presença da gestão foi fundamental para que algumas decisões tomadas fossem levadas adiante, o que pode resultar em políticas públicas benéficas para a sociedade. Como grande resultado dessa aproximação, conquistou-se o Marco Legal da Economia Solidária no Município do Crato-CE. Mesmo com todo esse potencial de agrupamento de pensamentos e influências, ainda se tem certa deficiência na colaboração dos administradores públicos no tocante à participação no FOCAES. O marco legal na cidade de Crato tratou da aprovação de uma lei de proposição do poder legislativo e que foi sancionada pelo executivo. Deve-se ressaltar que, por questões de enfrentamentos políticos, ainda não temos nem a regulamentação e nem a execução desta lei na prática, que garantiria recursos para atender ao movimento dentro do município do Crato.

3 - Metodologia

O delineamento metodológico seguido neste trabalho consiste em dois itens que proporcionam uma melhor visualização do campo teoria/prática.

De um lado temos uma técnica mais teórica, que é a pesquisa bibliográfica, realizada nos mais diversos meios relativos. Foi realizada uma pesquisa ampla em meios como jornais, livros, internet e documentos. Boa parte do que está aqui apresentado se deu com riquíssima contribuição do referencial teórico utilizado para respaldar o trabalho.

A pesquisa bibliográfica constitui parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando é feita com intuito de recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura respostas acerca de uma hipótese que se quer experimentar (CERVO; BERVIAN, 2002, p.65).

O outro método utilizado foi o de observação ou etnografia, através da presença em determinadas reuniões do FOCAES, entre abril de 2012 a setembro de 2013. Considera-se a etnografia uma técnica bastante interessante, porém a presença física do observador pode causar interferência nos questionamentos apresentados pelos objetos pesquisados. Felizmente,

não se notou nenhuma alteração no discurso dos gestores públicos durante nossa presença. Assim, consideramos lógico que a experiência prática traz uma maior riqueza de detalhes.

A etnografia consiste na familiarização do pesquisador com a cultura estudada por meio da observação e de uma longa interação social com o grupo. A pesquisa etnográfica possibilita, desta maneira, uma interpretação da cultura de um grupo a partir da investigação de como seu sistema de significados culturais está organizado e de como influencia o comportamento grupal (GODOY, 1995 p. 22).

As duas abordagens utilizadas possuem o mesmo grau de importância. Contribuíram grandiosamente para este trabalho, visto que uma completa a outra, alinhando teoria à vivência prática.

4 - Considerações finais

Nacionalmente encontram-se práticas como a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, formada pela articulação de gestores de políticas de Economia Solidária, provenientes de prefeituras e governos estaduais. Estas Redes existem para proporcionar a interlocução, o intercâmbio e a sistematização de políticas governamentais, corroborando para projetos comuns.

Percebe-se, deste modo, que em nossa região ainda não contamos com práticas como essa, que poderiam contribuir de forma significativa para a Economia Solidária da região.

O debate sobre políticas públicas de Economia Solidária é um ponto crucial para o desenvolvimento social de qualquer município brasileiro, mas tal evento necessita de um maior engajamento e articulação entre gestores e a sociedade civil organizada, no tocante à discussão deste tema.

As decisões tomadas nos espaços de discussão tentam contemplar a sustentabilidade de diversas formas, abrangendo desde os meios de produção a formas de organização, entre outras. Mas para se ter um alcance mais amplo, perpassa por uma política na esfera governamental de cidades, estados, regiões e país, mais sustentáveis.

Na realidade do sul cearense, que é um rico terreno para as práticas sustentáveis, infelizmente a gestão municipal não alcançou êxito, por diversos

fatores como o conflito de interesses, dificuldade de articulação de parceiras e de captação de recursos.

Este cenário em nada favorece a situação da Economia Solidária, como alternativa de qualidade de vida para certos grupos Carienses, que necessitam se manter através das atividades sustentáveis que já desenvolvem.

Para finalizar, reconhece-se o esforço da atual coordenação do Fórum Cariense de Economia Solidária na tentativa de fazer uma aproximação entre todos os atores envolvidos na complexa temática da Economia Solidária. A Administração, a nível municipal, ainda pode render muito mais, comparado ao patamar observado durante a pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**. O que é: O que não é. RJ: Vozes, 2012.
- CALDERONI, S. Economia Ambiental. **Curso de Gestão Ambiental**, v. 1, Editora Manole, Barueri, 2004.
- CERVO, Amando Luiz, Bervian, Pedro Alano. **Metodologia científica**. 5ª ed. – São Paulo Pearson prentice Hael, 2002.
- FBES – **Forum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57> acesso em 18 de Dez de 2015
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. In: Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, v.7, n. 1, 2007.
- FRANCO, M. A. R. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.
- GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-190, 2003.
- GODOY, A. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 10-29, maio/jun. 1995.

II CONAES – **Conferência Nacional de Economia Solidária**. Disponível em :
<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf> acessado em 06 de janeiro de 2015.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.). **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LUCCHESI, P. T. T. (coord). **Políticas públicas em saúde pública**. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS. 2004. Disponível em: http://files.bvs.br/upload/M/2004/Lucchese_Políticas_publicas.pdf acesso em 20 de dez de 2015.

REIS, Tatiana Araujo. **A sustentabilidade em empreendimentos da Economia Solidária: pluralidade e interconexão de dimensões**. Disponível em:
<http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/dissertacao_tatianareis_final.pdf> acessado em 14 de agosto de 2014

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, **Empreendimentos solidários da Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia**. Salvador, 2004. (Série estudos e pesquisas, 69)

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 2º ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

13. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ives Romero Tavares do Nascimento
João Adolfo Ribeiro Bandeira
Francilda Alcântara Mendes

1 - Considerações iniciais

A Economia Solidária e os direitos humanos são elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável que pretende a harmonização da vida humana e o respeito ao meio ambiente.

É sabido que a modernidade a partir da inauguração do sistema de produção capitalista principiou um estilo de vida pautado no egoísmo, competitividade e exploração desenfreada dos recursos naturais, de forma que o instinto de sobrevivência do homem foi estimulado ao extremo na ideia de que somente os mais fortes podem sobreviver.

Uma verdadeira selvageria, portanto, vem pautando as relações do homem com o homem e do mesmo com o ambiente em que está inserido. Confiança, solidariedade, respeito, companheirismo são valores cada vez mais raros e inadequados para a obtenção das vantagens e do sucesso prometidos aos mais fortes da sociedade capitalista que impiedosamente vem destruindo esses princípios em nome de novos valores representados pelo acúmulo de bens, status social, fama e poder.

Os sentimentos de cansaço e solidão, no entanto, aparecem como alguns dos principais efeitos colaterais dessa ordem de produção inaugurada com a construção dos Estados – Nação. Palavras como depressão, stress, melancolia e solidão são as mais repetidas no cotidiano de uma sociedade que parece ter perdido sua alma, sua essência e sua razão de ser¹.

O utilitarismo reinante nas relações permite que objetos e pessoas sejam descartados no instante em que não são mais capazes de gerar prazer,

¹ A infelicidade parece estar presente mesmo na vida dos fortes sobreviventes da sociedade capitalista, tidos como vitoriosos em virtude do acúmulo de bens materiais e isso faz todo sentido na perspectiva de que a felicidade humana só é possível por meio do respeito, afetividade e cuidado com o próximo. Neste sentido Chacon (2007) apregoa que “É preciso que cada um veja o outro para que possa se ver. O ser só o é em relação com o outro. Este é o cerne da ética do encontro que permite a descoberta do caminho sustentável, com liberdade, solidariedade e responsabilidade para o homem continuar vivendo na Terra, não apenas produzindo e acumulando riquezas, mas sentindo e acumulando harmonia e bem-estar”. (O sertanejo e o caminho das águas, pg. 66, CHACON, 2007).

alegria ou satisfação momentânea, o que torna os vínculos cada vez mais líquidos e a confiança em um valor seriamente ameaçado de extinção. Vivemos a era do medo e da insegurança de sermos rejeitados no instante em que parecermos não ter mais nada a oferecer, reduzidos a condição de simples mercadorias sem valor.

A este respeito é imprescindível à lição de Bauman:

A modernidade é uma era de ordem artificial e de grandiosos projetos societários, a era dos planejadores, visionários e, de forma mais geral, “jardineiros” que tratam a sociedade como um torrão virgem de terra a ser planejado de forma especializada e então cultivado e cuidado para se manter dentro da forma planejada. Não há limite para a ambição e a autoconfiança. Com efeito, pelas lentes do poder moderno, a “humanidade” parece tão onipotente e seus membros individuais tão “incompletos”, ineptos, submissos e tão necessitados de melhoria, que tratar as pessoas como plantas a serem podadas (ou arrancadas se necessário) ou gado a ser engordado não parece ser uma fantasia, nem moralmente odioso. (BAUMAN, 1998, p. 138).

O grande desafio do momento passa a ser, portanto, o de que não sejamos conformistas.

Não podemos nos acostumar à infelicidade e continuar permitindo a coisificação do homem. Mudanças de atitudes se fazem urgentes antes que matemos a nós mesmos e ao planeta que já se encontra em estado agonizante.

A natureza já deu inúmeros sinais de que já não mais suporta a exploração impiedosa a que vem sendo submetida ao longo dos últimos dois séculos e a crença de que a mesma é uma fonte inesgotável de riquezas é falácia já comprovada.

Pensar em alternativas a este clima de destruição do meio ambiente e da vida humana é dever de todos que se mostrem preocupados com a qualidade de vida das gerações atuais e vindouras numa perspectiva sustentável de desenvolvimento e não meramente crescimento econômico.

Sobre este assunto Leonardo Boff (2012) enfatiza que:

Pelas palavras da Carta da Terra, a sustentabilidade comparece como uma questão de vida ou morte. Nunca antes da história conhecida da civilização humana, corremos os riscos que atualmente ameaçam nosso futuro comum. Estes riscos não diminuem pelo fato de muitíssimas pessoas, de todos os níveis

de saber, deem de ombros a esta máxima questão. O que não podemos é, por descuido e ignorância, chegar tarde demais. Mais vale o princípio da precaução e de prevenção do que a indiferença, o cinismo e a despreocupação irresponsável. (BOFF, 2012, p. 14).

É atendendo a este apelo da Carta da Terra que propomos a presente reflexão acerca de uma nova maneira de pensar a produção econômica através do que se convencionou conceituar como Economia Solidária, sem perder de vista sua relevância para a efetivação dos Direitos Humanos, que são vistos como condição *sine qua non* para a promoção da dignidade humana e sustentabilidade das relações.

2. Direitos humanos para quê? Para quem?

Quando se fala em Direitos Humanos é comum que se caia na ingênua concepção de que os mesmos são normas positivas sempre orientadas no sentido da justiça, bem comum, felicidade geral e dignidade do homem.

Na perspectiva do dever ser do Direito não apenas os direitos humanos, mas todos os direitos consagrados ao homem deveriam estar orientados neste sentido, já que tem o Direito a missão precípua de permitir o convívio harmônico entre os indivíduos sendo um dos mais importantes instrumentos de controle social desenvolvidos pelas sociedades em nome do bem estar da coletividade².

O Direito, no entanto, tem uma base ideológica e, por conseguinte estará sempre a serviço de uma vontade dominante que não necessariamente estará comprometida com o desejo do que a maioria considera bom ou justo. Nas palavras de Marx: — nenhum dos direitos do homem vai, portanto, além do homem egoísta (...)³.

A base ideológica da dogmática jurídica confere certa identidade aos comportamentos humanos por disseminar os valores que foram escolhidos

² Nos dias atuais, palavras como indivíduo, sociedade, personalidade e coletividade, por serem armas ideológicas das lutas de poder de vários partidos e Estado, encontram-se impregnadas de um certo conteúdo emotivo, tornando assim dificultosa a delimitação exata do núcleo concreto dos desejos e temores dos que estão envolvidos nas relações. A palavra indivíduo, por exemplo, pode despertar sentimentos negativos em pessoas para quem a doutrina do individualismo é desagradável; em sentido contrário, essa mesma palavra pode está associada a um orgulho por sua posição independente na sociedade, podendo simbolizar aquilo que a pessoa isolada é capaz de realizar, independentemente de todas as demais e em concorrência com elas, por energia e mérito próprios. Cf. ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Trad. Vera Ribeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 74-75.

³ MARX, Karl. Para a questão judaica. São Paulo: Expressão Popular. p.65, linhas: 14-15.

pela classe dominante como corretos e logo obrigatórios de serem seguidos por todos⁴. Para o professor Adeodato:

O conteúdo ideológico atravessa toda a estrutura da dogmática por estar contido no próprio dogma e, como bem nota Viehweg, não se deve preterir determinada teoria jurídica sob a pecha de “mera ideologia”, haja vista que todo discurso dogmático segue uma linha ideológica, e não des-critiva, buscando como efeito a crença, e não o conhecimento neutral de seus postulados. (ADEODATO, 2012, p.179).

Todos esses prolegômenos são necessários para que ao falarmos de Direitos Humanos sejamos capazes de reconhecer seu papel ideológico como é comum a qualquer ramo do Direito e, portanto observá-lo com a crítica necessária para que não caiamos numa concepção romântica e ilusória de que o mesmo seja sempre efetivo e capaz de contribuir para a promoção da dignidade de todos os homens⁵.

Os Direitos Humanos nasceram profundamente arraigados aos ideais propagados pela Revolução Francesa e ganharam destaque mundial após a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948 como uma resposta a todas as atrocidades cometidas durante a segunda guerra mundial⁶.

É de grande relevância perceber que esta declaração da Assembleia Geral das Nações Unidas apenas proclama direitos e não os concede ou reconhece, pois os mesmos são inerentes a pessoa humana independentemente de qualquer vontade ou formalidade.

Desta forma, respondemos as perguntas que capitaneiam este tópico salientando que os Direitos Humanos devem ser garantidos sem restrição a qualquer ser humano e sob qualquer condição pela simples razão de estarmos tratando com uma pessoa, no intuito de que todos tenham sua dignidade preservada.

⁴ Bauman ao citar Carl Schmitt explica que “Quem determina um valor sempre fixa, e o ipso, um não valor. O sentido dessa determinação é que este último seja aniquilado. Determinar o valor estabelece os limites do normal, do comum, do regular. O não valor é uma exceção que assinala essa fronteira”. (BAUMAN, 2004, p.155).

⁵ Difundir determinada ideologia, evidentemente aquela adotada pelos grupos detentores do poder, é outra das funções da dogmática. Isso significa que toda dogmática jurídica é necessariamente ideológica, daí a necessidade de compreender a relativa autonomia do direito dogmático em relação a moral. (ADEODATO, 2012, p.179).

⁶ A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 configura-se a partir do plano internacional, onde os Estados apresentam-se como sujeitos de direitos e deveres e ao mesmo tempo, como entes responsáveis pela reprodução desta plataforma de direitos no âmbito de sua legislação interna. A preocupação central sempre esteve atrelada à dignidade da pessoa humana, ou seja, a individualização permanece inalterada, ainda que sua aplicabilidade e destinação aplicassem-se a todos, ainda que tergiversassem sobre como isso poderia ser implementado. (BANDEIRA, 2014, p.52).

A declaração do direito ao desenvolvimento de 1896⁷ consagra um direito humano que garante a contribuição e participação da pessoa para promover e proteger uma ordem política, social, e econômica adequada para o desenvolvimento.

É de grande importância observar que a declaração em tela preocupa-se com o desenvolvimento e não com o mero crescimento econômico. Estas expressões são diariamente confundidas, mas é importante reconhecer que não possuem objetivos em comum. Nas palavras de Furtado:

O crescimento ocorre em termos eminentemente econômicos, detectado pelo aumento da quantidade produzida em um certo período de tempo, em um dado espaço territorial; enquanto o desenvolvimento se manifestaria pela distribuição equitativa dos resultados do crescimento para a população. (FURTADO, 1974, p. 108)

Por esta razão, no caso do ordenamento pátrio o direito ao desenvolvimento está consagrado constitucionalmente no artigo 174 da Carta Magna de 1988 que define o Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica promovendo o desenvolvimento nacional equilibrado levando em conta os planos regionais de desenvolvimento.

Desta maneira, é papel do Estado promover e gerir políticas públicas que garantam a população brasileira acesso ao resultado da produção econômica do país reduzindo a desigualdade da distribuição de renda e social.

Toda ação no sentido de consagrar direitos humanos é de fundamental importância para a própria sobrevivência da espécie humana. Neste sentido, para a professora Flávia Piovesan:

No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vigora a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessário a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético de restaurar a lógica do razoável. (PIOVESAN, 2006, p.13).

⁷ A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, em 1986, pela Assembleia Geral das Nações Unidas dispõe logo em seu Artigo 1º que: “O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados”.

“Neste diapasão os direitos humanos aparecem como esteio necessário para o enfrentamento da perversa realidade onde “bom é ganhar dinheiro e ficar rico e não ser honesto, justo e solidário” (BOFF, 2012, p.18)

Na perspectiva econômica os direitos humanos somente poderão ter chance de serem efetivados se estiverem diante de uma alternativa de produção econômica menos excludente e perversa. É pautando-se nos princípios da sustentabilidade em especial em sua dimensão econômica que os direitos humanos, principalmente o direito ao desenvolvimento, poderá tornar-se efetivo.

Levando-se em consideração que o Direito é ideológico e não irá naturalmente promover o bem e o justo a Economia Solidária é uma alternativa criativa e inovadora de trabalho e renda fruto de uma perspectiva sustentável de desenvolvimento e que, portanto, pode constituir-se no arcabouço ideológico fundamental para a efetivação dos direitos humanos, razão pela qual passaremos a partir de agora a investigar os principais conceitos e características relativos à sustentabilidade, estrutura preliminar que sustenta a Economia Solidária.

3 - Sustentabilidade: a base para uma Economia Solidária

Na segunda metade do século XX o homem nunca havia registrado tão altos índices de miséria e degradação ambiental, a situação caótica preocupou um grupo de cientistas, economistas, ambientalistas e políticos do mundo inteiro que passaram a discutir alternativas capazes de reduzir os diversos problemas de ordem social, política, econômica e ambiental vividos pela humanidade naquele momento da história.

Neste sentido, Bursztyn (2005) ensina que na segunda metade do século XX, o homem alcançou patamares nunca antes imaginados de evolução científica e tecnológica e, ao mesmo tempo, produziu níveis nunca antes registrados de miséria e de degradação ambiental. A natureza dava os primeiros sinais de que não suportava mais a extrema degradação e exploração, típicas da ordem capitalista que tende a enxergar os recursos da natureza como ilimitados. Desta forma, o modo de produção capitalista pôde ser facilmente identificado como um modo de destruição capaz de pôr em risco a vida no Planeta.

Diante do exposto até aqui é facilmente perceptível que o conceito de sustentabilidade é resultado de uma reflexão acerca da crise ecológica

enfrentada pelo Planeta. A poluição, a extinção de espécies vegetais e animais, as alterações climáticas, tudo isso gerou grande preocupação acerca do futuro da Terra e foi no termo sustentabilidade que se encontrou uma tradução para esta angústia, com a possibilidade de extinção da vida na terra. De acordo com Leff (2001):

O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição potencial do processo de produção (LEFF, 2001, p. 15).

O que o autor afirma é justamente que a preocupação ambiental foi o pontapé inicial para o surgimento do ideal sustentável, por isso o conceito de sustentabilidade acaba sempre sendo associado às questões de esfera ambiental. No entanto, este conceito é muito mais amplo do que isso, já que apregoa uma preocupação com as gerações futuras, ou seja, com o mundo que elas irão receber de nossas mãos.

É claro que a questão ambiental é de suma importância, porém, de nada adiantaria que deixássemos para nossos filhos e netos um planeta em perfeitas condições ambiental, mas dominado pela violência, guerras, miséria e degradação do homem.

A sustentabilidade, portanto, é a preocupação com o próprio homem, com o seu bem estar, sua felicidade, sua capacidade de ser verdadeiramente humana ao demonstrar amor, compaixão e solidariedade pelos seus semelhantes e todos os seres vivos da terra.

A preocupação com o futuro do planeta não deve existir pelo simples medo de que a terra pode acabar, mas sim pelo sentimento de amor e respeito à própria vida. Chacon (2007) explicita isto ao afirmar que:

A ética do desenvolvimento sustentável deve ser a ética do encontro, de enfatizar a necessidade de difundir claramente a real motivação para que se cuide da terra e de todos os seres viventes, e especialmente do ser humano. Isto é, a

necessidade de superação da visão utilitarista e simplista que comandou o progresso da civilização moderna, e a adoção de uma visão ampliada que permita uma mudança essencial de atitude: o homem se vendo como parte de uma espécie, dialogando, com mútua responsabilidade por cada um e por todos e pelo lugar que habita, com respeito à alteridade e à vulnerabilidade de cada ser (CHACON, 2007, p.129).

Desta maneira, o objetivo de um desenvolvimento pautado na sustentabilidade não permite mais que sejamos irresponsáveis no cuidado com nosso planeta acreditando que a ciência e a tecnologia serão capazes de reparar os danos que causamos posteriormente, na verdade, o desenvolvimento sustentável nos faz um convite a responsabilidade, a ética e a prudência nas nossas atitudes para que tenhamos a manutenção e aperfeiçoamento dos sistemas de sustentação da vida em condições plenas no planeta: “A base científica não deve servir de argumento para um otimismo ingênuo, apoiado na crença ilusória de sempre ser possível corrigir, amanhã eventuais falhas de hoje”. (BURZTYN, 2001, p. 182)

Ou seja, a ideia da sustentabilidade aqui destacada é facilmente atrelada à perspectiva do desenvolvimento em seu sentido lato, que agrega a melhoria das diferentes dimensões da vida humana (social, econômica, ambiental e político-institucional, por exemplo).

E se o desenvolvimento sustentável já não pode mais ficar à margem das discussões das nações, convém dissertar sobre como o ordenamento jurídico brasileiro trata da matéria. A Magna Carta de 1988 dispõe que sobre o desenvolvimento do país já em seu preâmbulo, além de dispor no art. 3º, inc. II, o desenvolvimento nacional. É de semelhante teor a redação do art. 21, quando este afirma que compete à União elaborar e executar os planos nacionais de desenvolvimento social.

A internacionalização e universalização dos direitos humanos em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos trouxe notoriedade ao direito ao desenvolvimento, ainda reforçado pela a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, em 1986, e pela Declaração e Programa de Ação de Viena, ambas normas de Direito Internacional recepcionadas pela legislação brasileira por acordos e tratados internacionais (SOUSA, 2007).

Todavia, cabe sempre fazer uma pergunta: que tipo de desenvolvimento seria esse? A resposta varia a depender do traço partidário a

que ela se destina. Se há o teor quantitativo, que corresponde apenas a números de crescimento econômico, ela assume o interesse dos “desenvolvimentistas” da metade do século passado, apregoado pela ótica neoliberal, que o desenvolvimento estaria a cargo do mercado e da industrialização do país.

Por outro lado, a resposta pode ser dada pelo viés da sustentabilidade, que considera então os aspectos qualitativos do termo, ressaltando que o desenvolvimento real só pode ser alcançado quando todas as dimensões da vida humana estiverem em plena garantia e atendimento.

Entretanto, o viés econômico prevaleceu sobre os demais no discurso e nas políticas públicas brasileiras, provocando um crescente afastamento entre o Estado e a população, gerando diversas crises sociais – nos transportes, na saúde e educação, por exemplo, abrindo espaço para o surgimento de um movimento de alternativa: a Economia Solidária (ecosol) (FRANÇA FILHO, 2001).

Ela surge como outra forma de produzir e distribuir recursos na sociedade, com base na solidariedade, cooperação e no trabalho associado, que valoriza tanto o aspecto econômico, quanto as dimensões social, cultural, política, ambiental e educacional. (FRANÇA FILHO, 2002; SINGER, 2006). Essas dimensões também são descritas por Chacon (2007) quando estabelece as dimensões para o desenvolvimento local (sociocultural, ambiental, econômica e a político-institucional), o que pode nos levar a crer na proximidade entre Economia Solidária e desenvolvimento sustentável.

Uma das vertentes da Economia Solidária é a proposta de desenvolvimento territorial – e/ou local, dependendo da ótica utilizada – através do acesso ao trabalho e à renda por meio de iniciativas fora do circuito comum de mercado e do Estado, mas não alheio a eles, que introduzam as pessoas em meios produtivos embasados pela lógica da cooperação e da solidariedade.

Isso não significa dizer que a Economia Solidária utiliza formas inteiramente e tão-somente inovadoras de produção, mas reorganiza métodos do primeiro e do segundo setor diante de uma perspectiva humanista.

Uma das formas que a Economia Solidária tem encontrado para tal finalidade são os empreendimentos econômicos solidários (EES), iniciativas de princípios econômicos plurais, que articulam recursos mercantis, não mercantis e não monetários; detém autonomia institucional; regem-se por processos decisórios democráticos; e são socialmente comunitários e públicos (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Um dos casos mais emblemáticos são os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), organizados localmente e baseadas nas relações de proximidade entre os moradores do território, que têm como objetivo principal promover o acesso ao crédito.

Tal objetivo é oportunizado através do uso de uma moeda social, que é paralela ao Real e utilizado como um dos meios para a concessão de crédito. Esta moeda, aceitável apenas na área de atuação do BCD, fixa a renda na localidade, já que apenas ali circula, fazendo com que a riqueza local gire somente no território.

Na Bahia, por exemplo, um dos casos mais emblemáticos é o Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar, localizado na comunidade de Matarandiba, uma vila de pescadores do município de Vera Cruz, localizado na Ilha de Itaparica. Lá, o banco comunitário tem conseguido oportunizar aos seus clientes uma opção solidária de acesso ao crédito que não pelo circuito bancário tradicional (FRANÇA FILHO; RIGO; LEAL, 2011).

As novas formas de produção e consumo e geração de emprego em renda que se propõem a ser uma alternativa ao capitalismo e à lógica de mercado crescentemente estão se tornando o objeto de muitas pesquisas e estudos, além de serem práticas gradualmente reconhecidas pelo Direito brasileiro.

Desde o final dos anos 90 do século passado, observamos o avanço do reconhecimento institucional da Economia Solidária no Brasil. No ano de 2003 é criada a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, tendo como objetivo “promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária mediante políticas integradas visando o desenvolvimento através da geração de trabalho e renda com inclusão social” (SENAES, 2011).

Neste contexto, a Economia Solidária vem se apresentando como a alternativa sustentável para a produção econômica tendo por base a cooperação, autogestão e solidariedade em oposição ao individualismo, exclusão e degradação típicos da economia capitalista.

As práticas econômicas e sociais desenvolvidas sob a forma de cooperativas, associações, finanças solidárias entre outras revelam o cerne da Economia Solidária que é a união de esforços e capacidades, partilha de resultados e responsabilidade solidária.

O objetivo é o mesmo que apregoa a declaração do direito ao desenvolvimento de 1986, qual seja oferecer a todos a capacidade de desenvolvimento com uma eficaz distribuição das riquezas produzidas por meio do estímulo à cooperação e solidariedade em oposição ao individualismo e desigualdades tipicamente capitalistas.

4 - Economia Solidária e Direitos Humanos: qual a possível relação?

Se entendermos a Economia Solidária como um novo modelo de produção de bens e serviços baseado em princípios como a cooperação, solidariedade e reciprocidade podemos assentir algumas considerações que a torna um canal de efetivação dos direitos humanos, como as que seguem:

I – A Ecosol garante o acesso à renda, bens e serviços outrora negados

Dentro do escopo da Economia Solidária, isto é, de uma outra economia embasada por princípios solidários, encontramos a figura das finanças solidárias, que são uma nova racionalidade financeira diferente da tradicional (feita às custas da existência de bens ou outras pecúnias), movidas a mobilizar o acesso ao crédito a partir das relações de proximidade estabelecidas entre as pessoas.

Isso quer dizer que as finanças solidárias surgem como uma alternativa aos indivíduos marginalizados pelo tradicional sistema de crédito bancário, no qual as pessoas que não possuem bens a serem dados como garantia estão excluídas das transações financeiras. O que importa, então, no âmbito das finanças solidárias, é o nível de bons relacionamentos que um tomador de empréstimo tem em sua comunidade, sendo essa a “garantia” requerida.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) têm se configurado como o meio pelo qual tem sido executado o microcrédito, que é a concessão de recursos financeiros de baixo valor, dentro do escopo das finanças solidárias. O fato é que esses pequenos empréstimos têm sido a única oportunidade de acesso à renda para muitas pessoas, especialmente para o consumo das famílias e para o financiamento de atividades produtivas.

II – A Ecosol privilegia as relações de proximidade e auxílio mútuo entre as pessoas

Uma vez que a Economia Solidária tem seus pilares nas relações de proximidade, todas as ações desenvolvidas em seu bojo acabam por conter elementos de cooperação e auxílio mútuo entre as pessoas. Isso se traduz, comumente, em empreendimentos econômicos e/ou sociais em que se prioriza as relações sociais nessas organizações estabelecidas, como associações e cooperativas em que o interesse coletivo é sempre almejado.

Isso coloca o bem comum (em seus múltiplos sentidos) como a principal peça da cultura organizacional desses espaços, privilegiando a boa sociabilidade entre os indivíduos e inculcando neles a necessidade de tê-la como força-motriz dos empreendimentos econômico-solidários.

III – A Ecosol contribui no resgate da cultura local e na valorização do saber popular

Uma das ações que as iniciativas em Economia Solidária muito presentes em diversos territórios é o resgate da cultura local, em virtude do entendimento que a dimensão social e a cultural são relevantes em qualquer processo de desenvolvimento.

Na Bahia e no Ceará, por exemplo, a ação dos BCDs comumente é associada a um empreendimento local que lida com pontos de leitura e “contação” de história, organização de peças teatrais e apoio à dança e demais manifestações populares que façam parte das tradições regionais.

Dessa forma, busca-se recolocar a cultura no rol do cotidiano das comunidades onde as ações de ecosol estão presentes, objetivando-se fomentar a reinserção social das raízes históricas do povo e, assim, manter firme o patrimônio imaterial local.

IV – A Ecosol ajuda a promover o empoderamento e desenvolvimento local

Ao tempo em que oportuniza o acesso ao crédito, e à renda, bens e serviços, por conseguinte, a Economia Solidária faz com que indivíduos historicamente excluídos dos processos de inserção social possam ter uma alternativa de participação nas dinâmicas locais não só econômicas, mas culturais, sociais, ambientais e políticas.

Particularmente sobre essa última, há um fato interessante de ser

ressaltado: quanto mais há o entranhamento das pessoas em ações de ecosol, mais elas se engajam politicamente nas questões de sua comunidade. Isso ocorre pela razão de a Economia Solidária ser fortemente embasada nos questionamentos ativos dos problemas da comunidade, o que implica no aumento e na apropriação, por parte das pessoas ali envolvidas, do discurso político (não partidário) sobre as questões locais.

E isso, por fim, culmina em indivíduos mais engajados na busca pelas melhorias coletivas e politicamente empoderados, fazendo-os, assim, mais capazes de refletir criticamente sobre os seus próprios estágios de desenvolvimento e ainda sob qual patamar aquela sociedade deseja figurar no futuro.

5 - Considerações finais

O fracasso do ideal moderno e cientificista do século XIX já não permite que a humanidade permaneça se omitindo de sua responsabilidade de cuidado com o planeta. A vida, antes um valor inestimável, foi transformada em mercadoria (muitas vezes de pequeno valor) assim como tudo que existe dentro do processo de produção capitalista. Tal fato vem resultando em guerras, fome, miséria, degradação ambiental e uma crise de valores sem precedentes que vem permitindo que a ambição e o individualismo humanos destruam qualquer perspectiva de alteridade e conduzam velozmente a um processo de auto/hetero destruição.

Pensar alternativas que sejam capazes de amenizar tantos desastres está sendo o desafio de muitos estudiosos contemporâneos que demonstram preocupação com a possibilidade de destruição da própria vida na terra.

O grande imbróglio que se apresenta a esse tipo de reflexão é o fato de que normalmente produz como resultados meios paliativos e não de fato eficazes para o combate ao cerne dos problemas que atormentam o homem contemporâneo.

Aliás, a própria motivação que despertou a comunidade científica para discussões acerca de temas relacionados ao meio ambiente, por exemplo, é movida por uma perspectiva utilitarista, pois não é o amor ou o respeito ao meio ambiente que as instigam, mas sim a preocupação em perder o aporte da produção econômica, a base para o processo de produção e acumulação de riquezas.

Neste sentido, este trabalho se propõe a refletir sobre dois meios paliativos que possam contribuir para a convivência com a grave crise humana em que vivemos. Os direitos humanos e a Economia Solidária são encarados aqui como possíveis instrumentos de minimização dos inúmeros efeitos colaterais que o modo de produção capitalista já produziu e continua produzindo ao reduzir o próprio homem a condição de mercadoria.

A sustentabilidade, importante vetor de combate a esta objetivação do homem, é por nós enfatizada como um ideal que contribui para uma nova maneira de pensar as relações humanas sob o prisma do respeito pela vida e pelo semelhante, para a minimização da selvageria que marca o processo da sobrevivência sob a égide do capitalismo.

Desta forma, sem a pretensão de apresentar a Economia Solidária e os direitos humanos como mecanismos efetivos de superação da crise atual, pontuamos valores e objetivos de ambos para uma vida menos excludente e devastadora enquanto não é possível a superação do modelo de produção que permanece escravizando o ser humano e impedindo seu pleno desenvolvimento, afinal para aqueles que hoje sofrem com dureza as consequências da exclusão, miséria, degradação, pobreza e morte urge o resgate de valores e medidas que despertem a essência e consciência humanas num sentido de vida e alteridade para a construção de uma sociedade com hábitos inversos ao que a ótica capitalista egoísta e utilitarista apregoa diariamente.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício. **Ética e retórica:** para uma teoria da dogmática jurídica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BANDEIRA, João Adolfo Ribeiro. **Imperialismo e Direitos Humanos:** Crítica epistêmica ao fenômeno da representação jurídica. Dissertação de mestrado 106 p – Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas – Universidade Federal da Paraíba – PPGCJ – UFPB, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade.** Tradução Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998ª.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 ago. 2013.

BURZTYN, Marcel. **Ciência, Ética e Sustentabilidade.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHACON, Suely. **O sertanejo e o caminho das águas.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da Economia Solidária: uma perspectiva internacional. In: **Revista Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v. XVI, n. 1-2, p. 245-275, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a11.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

_____. Terceiro setor, economia social, Economia Solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia Análise e Dados**, v.12, n.1, jun. 2002. Disponível em: <<http://wiki.dcc.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/EconomiaSolidaria-FronteirasConceituais.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2012.

_____; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____; RIGO, Ariádne Scalfoni; LEAL, Leonardo Prates. Moedas sociais e territórios na experiência dos Bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. **Anais do XXVIII Congresso Internacional da ALAS.** Disponível em: <http://ites.colivre.net/pub/Site/Publicacao45/Moedas_sociais_e_territorios_na_experiencia_dos_BCD_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2013.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 7ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DA Economia Solidária – SENAES/MTE. Apresentação. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp>. Acesso em: 12 de jun. 2011.

SILVA JÚNIOR, Ivanaldo Soares da. **O princípio constitucional do desenvolvimento sustentável: análise da sua concretização no Estado do Rio Grande do Norte.** Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/23345/o-principio-constitucional-do-desenvolvimento-sustentavel-analise-da-sua-concretizacao-no-estado-do-rio-grande-do-norte/3#ixzz2fklwUP8N>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

SOUSA, Mônica Teresa Costa. **Direito e Desenvolvimento: uma abordagem a partir das perspectivas de liberdade e capacitação.** 2007. 293 p. Tese. Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89994/248660.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

14. CLÍNICA DO TRABALHO COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Lilium Deisy Ghizoni
Airton Cardoso Cançado

Introdução

Já são mais de 20 anos desde a primeira incubação de empreendimento da Economia Solidária, realizado em 1994 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde então, a incubação desses empreendimentos tem se mostrado como uma boa oportunidade de reinventar a extensão universitária no país.

Cada incubadora que atua com Economia Solidária tem sua metodologia, ou conjunto de metodologias de intervenção. Algumas bem sistematizadas outras ainda em construção. Dessa forma, é bem-vinda a discussão proposta por esse livro no sentido de contribuir com esse processo.

Este trabalho apresenta uma experiência de intervenção em Clínica do Trabalho em um empreendimento da Economia Solidária e discute suas possibilidades como metodologia de incubação.

Inicia-se com a apresentação da Clínica do Trabalho e posteriormente será apresentada a discussão sobre suas possibilidades como metodologia de incubação para empreendimentos da Economia Solidária.

1 - O caso: A Clínica do Trabalho na ASCAMPA

1.1 - Antecedentes

Realizou-se uma intervenção em Clínica do Trabalho, denominado de Clínica Psicodinâmica da Cooperação, com catadores de materiais recicláveis vinculados a Associação dos Catadores de Material Reciclável do Centro Norte de Palmas (ASCAMPA).

A demanda para esta ação surgiu do seguinte contexto. A clínica-pesquisadora é professora da Universidade Federal do Tocantins e atua no Núcleo de Economia Solidária – NESol, que é também uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP. A equipe do NESol já havia realizado, em 2007, um trabalho com catadores de material reciclável por meio

do Programa de Fomento ao Cooperativismo Popular em Palmas-TO (CAPELLESSO et al., 2007). Outro projeto foi aprovado em 2009 com o objetivo de consolidar a existência da ASCAMPA. Este foi realizado com recursos do Ministério da Educação e Cultura MEC/SECAD no período de dezembro de 2009 a julho de 2011 (GHIZONI; CANÇADO, 2011).

Esta prática Clínica aconteceu, a partir das condições descritas por Mendes e Araujo (2012), baseadas em Dejours (1992) e em estudos desenvolvidos no Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da UnB, tais como o de Santos-Junior (2009), Santos Junior et al. (2009), Freitas, Lima e Antonio. (2010), Gomes, Lima e Mendes (2011), mas sobretudo os estudos de Mendes, Alves e França (2011), Silva e Mendes (2012), Medeiros (2012) e Ferreira (2013). Foi a primeira intervenção usando todos os passos do método, recém-construídos por Mendes e Araújo (2012).

Estas autoras propõem dez condições, interdependentes e dinâmicas para a Clínica acontecer, porém na prática fez-se a junção de alguns itens, resultando em sete categorias: 1. Organização da pesquisa; 2. Construção e análise da demanda; 3. Instituição das regras de conduta do coletivo de pesquisa e do coletivo de supervisão; 4. Constituição do espaço da fala e da escuta; 5. Registros de dados: a) gravação do áudio (após autorização dos participantes), b) Diário de campo, c) Transcrição da sessão, d) Supervisão e e) Construção do memorial; 6. Apresentação dos relatos na reunião final e 7. Avaliação da Clínica. A seguir descreve-se cada uma destas categorias.

1.2 - Organização da pesquisa

Com a relação existente entre clínica-pesquisadora e catadores, devido as ações anteriores, recebeu-se um pedido de ajuda de três catadores, membros da diretoria da ASCAMPA, que vivenciavam no dia a dia a desunião dos catadores e o individualismo preponderando sobre as ações coletivas e solidárias, a que a própria Associação se propõe. Havia também certa urgência, pois após cinco anos de lutas, os catadores da ASCAMPA haviam conseguido da Prefeitura de Palmas a doação de um terreno de dois mil metros quadrados para a construção de um galpão de triagem de materiais recicláveis. Constatou-se o desejo de um grupo pequeno de constituir uma nova cooperativa e, talvez, desativar a ASCAMPA.

Em janeiro de 2012, uma das integrantes da Diretoria se dispôs a convidar os demais catadores, bem como a agendar o local para a realização da

reunião inicial, que ficou sendo a casa-sede da Obra Kolping – um movimento social, popular e católico¹ – entidade apoiadora da causa dos catadores, um lugar de identificação dos trabalhadores, localizada na quadra ao lado da ASCAMPA, onde também residem alguns dos catadores.

Assim, no dia 28 de janeiro de 2012 (sábado), fez-se a reunião inicial com os trabalhadores. Participaram 13 catadores; algumas crianças e adolescentes (filhos de catadores e/ou trabalhadores da ASCAMPA); uma estagiária, aluna do último semestre do curso de Psicologia (CEULP/ULBRA), que acompanhou toda a Clínica Psicodinâmica da Cooperação a convite desta pesquisadora.

Sentados em círculo na varanda (garagem) da casa cedida, fez-se a exposição da Clínica Psicodinâmica da Cooperação, sobretudo afirmando que o foco central era o catador falar sobre o seu trabalho, sobre as fontes de sofrimento e de prazer na sua ocupação. Explicou-se que o grupo não era fixo, que poderiam entrar e sair integrantes durante o processo. Também, que havia necessidade de comprometimento dos catadores, que não se estabelecia um número fixo de sessões, mas que havia a disponibilidade da equipe de pesquisadoras para se fazer a Clínica até junho daquele ano.

A proposta da Clínica foi acolhida por todos, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Chegou-se ao consenso de que sábado pela manhã² seria o melhor dia, com chegada às 8h30 para o café da manhã e o período das 9h às 10h30 destinado para a sessão propriamente dita. Encerrou-se a reunião, agendando a primeira sessão para o sábado seguinte, dia 04 de fevereiro de 2012.

Tanto Mendes e Araújo (2012) quanto Medeiros (2012) afirmam sobre a importância das sessões serem semanais, principalmente para que não se quebre a continuidade, estreitando os laços e, sobretudo, a transferência entre os participantes. Isto não foi possível com este grupo desde seu início, pois, sendo o dia escolhido o sábado, já se iniciou com o feriado de Carnaval (18/02/12) bem próximo à primeira sessão agendada (04/02/12), seguido de outras datas comemorativas ao longo do semestre. Dessa forma, a pedido dos catadores, não se agendou sessão na Páscoa (07/04/12) nem no Dia das Mães

¹ A Obra Kolping está presente em 21 estados brasileiros, maiores informações no site: www.kolping.org.br

² Este café da manhã foi, inicialmente, oferecido pelas clínicas-pesquisadoras, mas com o passar do tempo, os próprios catadores começaram a colaborar. Esta ideia do café antes das sessões surgiu do hábito percebido nas visitas à Sede da ASCAMPA, pelo menos entre os catadores que atuavam na sede, de não tomarem café em casa e sim na Associação. Encontrou-se relatos de lanche somente no estudo de S. C. Lima (2011), que igualmente era oferecido pelas pesquisadoras, mas com o diferencial de contar com a colaboração da Coordenadora do órgão.

(12/05/2012). Além disto, havia a formação clínica e as supervisões da clínica-pesquisadora em outra cidade, Brasília, distante 785 km de Palmas, uma vez ao mês. Assim, aconteceram três sessões em média por mês, de fevereiro a julho de 2012, totalizando 12 sessões de Clínica da Cooperação, além de uma reunião inicial, uma reunião final para discussão dos resultados e a avaliação da Clínica, nove meses depois.

1.3 - Construção e análise da demanda

A demanda da Diretoria, por “algum tipo de trabalho” que pudesse unir os catadores da Associação foi sendo reconstruída ao longo das sessões, uma vez que na primeira reunião, quando foi feito o convite para a Clínica da Cooperação, já se explicou o objetivo deste trabalho, que é estudar as relações existentes entre a organização do trabalho e o sofrimento psíquico. Acredita-se que é através da palavra que o grupo poderá reagir às questões que os afligem, tal como a pouca participação dos catadores na Associação, o desejo de criação de um grupo que trabalhe unido para criar a Cooperativa, a ocupação do terreno doado, a falta de confiança entre os catadores, a coragem para discutir o que está obscuro e confuso na Associação, sobretudo no que tange à gestão da ASCAMPA, dentre outras.

O fato de na Clínica não se ter soluções antecipadas para a urgência da demanda nem ter o clínico como prescrever o que deve ser feito para que a organização do trabalho mude demonstra a dura tarefa que o grupo precisa vivenciar. Assim, “a clínica é um processo em permanente construção, inacabado e interminável. Buscar a mobilização do coletivo é ponto de partida para o grupo encontrar seus caminhos e delinear seus destinos” (MENDES; ARAUJO, 2012, p. 55). E a forma como o clínico-pesquisador age e reage às falas é imprescindível para esta mobilização acontecer.

1.4 - Instituição das regras de conduta do coletivo de pesquisa e do coletivo de clínicos

Entende-se por coletivo de pesquisa o grupo de catadores, a clínica-pesquisadora e a estagiária de Psicologia, ao passo que o coletivo de clínicos é o grupo de supervisão. Neste caso, houve dois grupos de coletivos clínicos que conviveram ao longo das sessões. Um que acontecia em Brasília – DF uma vez por mês, do qual participavam esta pesquisadora e a supervisora e orientadora da tese (GHIZONI, 2013). Outro que acontecia semanalmente em Palmas-

TO, em que participavam esta pesquisadora, uma estagiária e uma Psicóloga. O comprometimento do coletivo de pesquisa é essencial, pois por mais que os trabalhadores demandem conselhos e respostas prontas, estas devem ser evitadas para não se correr o risco de ficar somente na queixa ou na racionalização. Mendes e Araujo (2012) salientam, além desta questão acima mencionada, a importância do afeto nestas relações, tanto no coletivo de pesquisa quanto no coletivo de clínicos. Entende-se por afeto na Clínica Psicodinâmica da Cooperação o cuidado com o outro, a parceria, a proximidade, a liberdade para falar, o acolhimento das dúvidas e das incertezas, questões que não podem ser racionalizadas e sim sentidas, vividas. As regras que foram sendo instituídas ao longo desta vivência Clínica conforme as demandas das clínicas-pesquisadoras iam surgindo, a flexibilidade favoreceu a criatividade, a confiança, a retomada, o ir e vir com o prazer da intervenção.

1.5 - Constituição do espaço da fala e da escuta

A clínica é a personificação de um espaço para a fala e para a escuta. A observação clínica e a interpretação são inerentes a este espaço. Entende-se por interpretação o ato de investigar os diversos significados das falas, dos gestos, das posturas, dos tons de voz. Esta interpretação acontece durante a sessão e, sobretudo, após a sessão pelo coletivo de clínicos em supervisão (MENDES; ARAUJO, 2012).

A observação clínica, por sua vez, é um trabalho psíquico do clínico-pesquisador, é a sensação ou efeitos que as falas causaram nele, o que acaba por revelar a interação entre o coletivo de pesquisa: trabalhadores e clínicos-pesquisadores (DEJOURS, 2011). Este tópico, descrito por este autor assim como por Mendes e Araujo (2012), está intimamente ligado aos registros de dados, sobretudo ao diário de campo e ao memorial, descritos mais adiante.

Afetar-se pela fala dos trabalhadores foi uma constante neste estudo, assim, vivenciar esta observação clínica teve momentos de dúvida, dor e alegria. Uma forma de falar destes sentimentos advindos das sessões foi transcrevê-los tanto nos diários de campo, para discussão em supervisão, quanto nos memoriais, para que os catadores também soubessem destes sentimentos. Esta estratégia favoreceu a quebra da hierarquia, do lugar do suposto saber.

Mendes e Araujo (2012) destacam a importância deste tópico no que tange à passagem do espaço de discussão para as deliberações, uma vez que a

Clínica da Cooperação prescinde desta ação, desta mobilização subjetiva do coletivo.

No caso dos catadores, as deliberações começaram a acontecer na décima sessão, observando-se que as sessões 7a e 8a foram essenciais para a discussão dos grandes problemas com a gestão da sede. Nestas duas sessões, sem a presença do catador que ocupava o papel de administrador da Associação, os catadores falaram dos seus incômodos. Começavam a vencer o medo de falar, porém, havia muita desconfiança. Começaram a se reunir após a Sessão de Clínica para discutir as questões que estavam surgindo na Clínica referente à organização coletiva do trabalho (GHIZONI; MENDES, 2013).

As discussões reverberaram nas deliberações, que culminaram na criação de um coletivo gestor de sete pessoas para atuar na sede da ASCAMPA. Criaram regras de convivência, regras para a realização das tarefas, dos horários e distribuição de atividades (GHIZONI, 2013).

Verificou-se que se constituindo este espaço de fala e escuta para se conhecer o trabalho do outro, tendo o fazer como categoria central, a coragem pode vir à tona e os enfrentamentos acontecerem, como foi o caso dos catadores da ASCAMPA.

Acessou-se diretamente a organização do trabalho, antes centralizada em uma pessoa que estava sobrecarregada e pedindo ajuda, mas os que poderiam ajudar tinham medo de falar o que não gostavam ou que achavam errado naquela gestão/administração. Ao falarem destes medos e angústias sobre o trabalho, ou seja, ao nomearem os seus sentimentos de sofrimento em relação ao trabalho, puderam colocar a inteligência prática em ação assim como a cooperação e o reconhecimento, elementos essenciais da mobilização subjetiva. Ressalta-se que não excluíram o catador que antes centralizava e sim buscaram inclui-lo neste novo formato de gestão. Porém, quando encerramos a Clínica na 12a sessão, isto ainda estava em construção, havia algumas divergências quanto ao gerenciamento financeiro da ASCAMPA.

Viveu-se, assim, a provisoriade da Clínica, um elemento pontuado por Mendes e Araujo (2012), pois tudo está por ser construído, tudo é um vir a ser. Tudo vai depender do real vivido neste espaço de fala e escuta. Percebe-se que este real da organização do trabalho pode continuar após a Clínica se o grupo estiver engajado, mobilizado. A manutenção de espaços de discussão promovidos pelos próprios trabalhadores é um elemento importante para que a mobilização subjetiva persista.

1.6 - Registro de Dados

Neste item, fez-se modificações na ordem sugerida por Mendes e Araujo (2012), já referidas anteriormente; assim, o registro de dados é composto por: a) gravação do áudio da sessão; b) diário de campo; c) transcrição da sessão; d) supervisão; e) estruturação do memorial. Inova-se com o uso de fotografias para mostrar o “antes, durante e depois” da Clínica e a rotina da clínica-pesquisadora nos seis meses de realização da prática Clínica (GHIZONI, 2013).

a) gravação do áudio da sessão: Tanto na reunião inicial, quanto na primeira sessão, deixou-se claro, via os esclarecimentos dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos, que as sessões teriam os áudios gravados. Como houve a concordância de todos, assim foi feito em todas as sessões (1 a 12) e também na reunião final de apresentação e discussão da Clínica, como na entrevista de avaliação.

Os áudios eram enviados a uma empresa que os transcrevia em até 72 horas, tempo necessário para que o coletivo de clínicos já tivesse o material transcrito para análise e discussão³ na supervisão da semana.

b) *Diário de campo*: este registro é bem pessoal. É o momento do clínico-pesquisador descrever suas angústias, relatar o que observou clinicamente na sessão. É um documento totalmente aberto e livre, não há uma prescrição de como ele deve ser feito, somente a sugestão de que seja feito logo após a sessão para que detalhes não sejam esquecidos ou perdidos, preservando a emoção advinda da sessão.

Esta forma de registro realizada feita logo após a sessão foi pontuada por Dejours (2011) ao descrever a observação clínica, porém, o nome diário de campo para descrever eventos não verbais e fatos ocorridos no coletivo de pesquisa bem como a relação entre os clínicos-pesquisadores, os sentimentos advindos desta relação ou da relação com os trabalhadores ou da sessão em si foi pontuado por Mendes e Araujo (2012). Medeiros (2012) fez uso deste registro, incluindo, além destas questões acima, também o número de participantes da sessão, as faltas (uma vez que ela trabalhou com grupo fechado), os imprevistos e os eventos não verbais.

Encontrou-se em estudos de Clínica Psicodinâmica do Trabalho a ação diário de campo, mas nem sempre com esta conotação descrita acima. Por exemplo, nos estudos de Walter (2013), os diários de campo eram documentos

³ Optou-se por contratar uma empresa que faz o serviço de transcrição de áudios: a Tcemwork Digitação, do Rio de Janeiro, que faz a entrega de 24 a 48 horas por hora de gravação.

de registro dos pesquisadores para colocar questões advindas da sessão, as quais serviam de fio condutor para os encontros subsequentes, como forma, também, de validação dos dados. Em Bottega (2009) ela fez uso do diário de campo, mas não descreve como o fez. Magnus (2009), cita a utilização deste registro na pré-pesquisa, de forma descritiva e reflexiva. Baierle (2007), não cita esta forma de registro. O que se observa em comum nestes estudos é que todos são replicações do método original de Dejours (2011), assim, confirma-se a necessidade de explicitar melhor este registro, tal como sugerem Mendes e Araujo (2012), e assim foi feito em Ghizoni (2013).

c) *Transcrição da sessão*: Todas as sessões foram transcritas pela mesma empresa, como já citado, exceto a primeira, que por falta de organização e inexperiência da clínica-pesquisadora, atreladas à falta e descrição desta metodologia em estudos anteriores, não se ateu a este detalhe antes de a Clínica acontecer. Assim, o tempo entre contratar a empresa, efetuar pagamento, e receber a transcrição para a supervisão não seria suficiente e optou-se por não transcrevê-la naquele momento, fato só percebido ao fazer as análises dos dados.

Este material transcrito antes da supervisão foi imprescindível para as pontuações do Coletivo de clínicos. No caso da Clínica com os catadores, a supervisora local lia as sessões antes da supervisão e trazia os apontamentos para o debate.

d) *Supervisão*: caracteriza-se pelo encontro do Coletivo de clínicos após as sessões. O supervisor, de posse das transcrições da sessão e do diário de campo, além das falas dos clínicos-pesquisadores na própria supervisão, auxilia na indicação do que acontece no espaço da Clínica ao evocar estados de coisas possíveis que não estão descritos ou nomeados no trabalho (MENDES; ARAUJO, 2012).

Nos dois espaços de supervisão intermediados por esta autora, foram discutidas novas formas compreensivas das falas e, com isso, estimularam-se modos plurais de interpretação e, conseqüentemente, de mobilização do coletivo de catadores. As supervisoras com as bagagens teóricas e práticas advindas da experiência de escuta clínica de base psicanalítica compartilhavam o vivido nas sessões de Clínica Psicodinâmica do Trabalho, ampliando as formas de compreensão e, sobretudo, pensando estratégias de acessar o sofrimento e as defesas dos catadores nas sessões subsequentes.

Havia uma relação de parceria e confiança, pois se sabia que naqueles

espaços poderiam ser discutidas as fragilidades, as dificuldades, os sentimentos advindos de uma prática em escuta clínica do sofrimento no trabalho.

e) *Estruturação do Memorial*: Os memoriais são documentos produzidos pelo Coletivo de clínicos. São textos em que são descritas as interpretações dos clínicos sobre as falas dos trabalhadores. São feitos a cada sessão e são apresentados aos participantes da Clínica no início da sessão subsequente, com o intuito de reconhecerem o que foi dito, de relembrem as suas falas e também socializar o que foi tratado na sessão anterior para os que não estavam presentes. Exemplos deste tópicos pode ser encontrado em Ghizoni (2013).

1.7 - Apresentação dos relatos

Após o encerramento das sessões de Clínica, é importante que o Coletivo de clínicos elabore uma forma de apresentação dos resultados para o grupo participante da Clínica.

Em trabalhos anteriores de Clínica Psicodinâmica do Trabalho, observou-se formas variadas de se fazer esta apresentação. A maioria dos clínicos-pesquisadores utilizou a forma escrita, em formato de relatório, feito após as sessões (Bottega, 2009; Castro, 2010; Garcia, 2011; Lima, 2011; Medeiros, 2012; Rosas, 2012).

Forma semelhante foi encontrada na dissertação de Traesel (2007), que apresenta um relatório comentado. Em formato diferente, encontraram-se os estudos de Baierle (2007), que fez uma devolução dialogada ao longo das últimas sessões, e de Magnus (2009), que fez dois encontros após a pesquisa para discutir e validar a síntese das principais questões pontuadas durante a realização da Clínica.

Diante destas experiências, percebeu-se que nenhum desses pesquisadores havia trabalhado com população pouco escolarizada, assim, o coletivo de clínicos resolveu apresentar o relatório final no formato de pôster, para que os catadores pudessem visualizar os avanços tanto na forma escrita quanto com imagens.

O pôster foi dividido em: objetivos, método, resultados e fotos da Associação, com o antes e depois da Clínica Psicodinâmica da Cooperação. Os resultados foram divididos em cinco momentos, para que compreendessem os avanços durante as sessões: das queixas, passando para as discussões e deliberações. Pode-se visualizar, assim, a mobilização de um coletivo que se dispôs a realizar a gestão coletiva da Associação a partir da vivência da

inteligência prática, cooperação, solidariedade e reconhecimento no grupo de catadores.

Esta apresentação dos relatos foi realizada praticamente um mês após a última sessão de Clínica Psicodinâmica da Cooperação, dia 06 de julho de 2012 (a última sessão acontecerá dia 09 de junho de 2012). Houve o agendamento da data em conjunto com os catadores e ficou definido por eles ser realizada na sede da Associação, assim como já havia sido realizada a última sessão. Participaram 11 catadores.

A dinâmica deste encontro foi diferente da dos demais. Inicialmente, preparou-se um café da manhã diferenciado e participativo, onde quase todos levaram algo para o lanche, prepararam a mesa, o espaço para a socialização e para colocação do pôster. Após o café da manhã, formou-se um círculo, colocou-se o gravador no centro, tal como feito nas sessões e iniciou-se a apresentação do pôster. Então, os catadores fizeram seus comentários, que versaram sobre o processo vivenciado na Clínica, as mudanças na ASCAMPA e as dificuldades que ainda têm a enfrentar.

Com o encerramento das atividades, a clínica-pesquisadora fez a entrega de um quadro com fotos dos catadores da Associação em diversos momentos, porém com um espaço para completarem com fotos novas da trajetória que estão construindo. Os catadores entregaram alguns presentes para as clínicas-pesquisadoras (cremes, sabonetes e objetos encontrados na catação, cuidadosamente selecionados e embalados). Destaca-se que na última sessão, um mês antes desta, já haviam feito um ritual de despedida, entregando alguns presentes e um bilhete de agradecimento, em nome de todos, o que emocionou as clínicas-pesquisadoras.

1.8 - Avaliação

Após a realização da Clínica Psicodinâmica da Cooperação, Mendes e Araujo (2012) sugerem um retorno ao grupo para a realização de entrevistas coletivas com o grupo de trabalhadores, a fim de discutir as mobilizações ocorridas bem como o engajamento do coletivo para efetivarem as mudanças na organização do trabalho. Esta inovação foi a primeira a ser publicada (GHIZONI, 2013; GHIZONI e MENDES, 2013).

Neste estudo, a avaliação foi realizada por meio de uma entrevista coletiva com os catadores nove meses após a reunião de apresentação e discussão dos resultados da Clínica. Aconteceu dia 05 de abril de 2013, na nova

sede da Associação. Contou com a participação de 9 catadores (dois são novos na ASCAMPA) e da Estagiária que acompanhou a Clínica Psicodinâmica da Cooperação.

A entrevista foi gravada em áudio, transcrita, e a análise foi realizada no captar das falas, no movimento dos catadores ao longo dos meses, sobretudo, no que se referia à mobilização subjetiva, ou seja, se ainda estavam mobilizados, como estavam vivenciando as formas de sofrimento e que defesas se apresentavam.

Assim, esta organização do material coletado nas sessões de Clínica Psicodinâmica da Cooperação e na entrevista de avaliação é feita por meio da técnica da Análise Clínica do Trabalho. “Esta técnica tem base na qualidade e no significado do discurso” (MENDES; ARAUJO, 2012, p. 62). As verbalizações são analisadas coletivamente, embora alguns aspectos individuais tivessem que ser tratados no coletivo desta Clínica, pois diziam respeito à gestão da Associação no prescrito (postura da presidente) e no real (postura do Administrador da Sede).

Esta Análise Clínica do Trabalho expõem as contradições, os paradoxos da linguagem, os assuntos discutidos ou ocultados pelo grupo, as negações, as percepções, a formação reativa e os comentários não feitos sobre os temas da sessão, resgatados via memorial (MENDES; ARAUJO, 2012).

2 - Clínica do Trabalho como metodologia de incubação

Um dos principais resultados da Clínica do Trabalho para a ASCAMPA foi o avanço em relação à autogestão do empreendimento. Durante o processo e após sua finalização ficou bastante claro que o empreendimento teve um novo estímulo nesse sentido. Além da troca do administrador da cooperativa, notou-se também que os associados da ASCAMPA passaram a ter um maior sentimento de pertencimento e de responsabilidade em relação à associação.

Ao propor falar coletivamente o próprio trabalho e sobre prazer e sofrimento nesse trabalho, a clínica desenvolvida trouxe aos catadores uma outra perspectiva tanto das relações entre eles, quanto das relações deles com o trabalho. Importante destacar que o trabalho dos catadores é, em geral, estigmatizado pela sociedade e não raro alvo de preconceito.

Apesar de não ser baseada na educação dialógica de Paulo Freire (1986; 1997; 2001) é interessante perceber como a clínica adota os pressupostos do

autor. A educação dialógica valoriza os saberes e competências existentes no grupo e nega a hierarquização do conhecimento, exatamente como realizado na ASCAMPA. O trabalho de Paulo Freire é largamente utilizado pelas incubadoras da Economia Solidária no país.

Outra possível compatibilidade teórica da Clínica do Trabalho é com o conceito de Comunidades de Prática (LAVE; WENGER, 1991). Comunidades de Prática são espaços de interação onde as pessoas aprendem e ensinam com e pelos outros. As pessoas são pares e não há hierarquia.

Por outro lado, é uma metodologia difícil de aplicar e demanda apoio profissional de psicólogos. Pelo menos da forma como foi aplicada na ASCAMPA, que já é uma adaptação da Clínica do Trabalho original.

Uma alternativa seria fazer uma adaptação da clínica do trabalho, mantendo sua essência e simplificando alguns procedimentos. Não na intenção de fazer uma “cartilha”, mas de delinear alguns apontamentos na sua condução de forma a poder ser apropriada por outras incubadoras. Para que isso seja realizado se faz necessário um estudo mais longo e muito bem embasado de forma a não prejudicar os resultados.

Um bom caminho seria identificar as convergências da Clínica do Trabalho com a proposta de educação de Freire, além de analisá-la à luz dos pressupostos das metodologias de planejamento participativo já bastante difundidas. Fica aqui o convite à comunidade acadêmica e não acadêmica vinculada às incubadoras para tomar parte nessa empreitada.

3 - Considerações finais ou para além da prescrição

O objetivo desse texto foi apresentar uma intervenção de Clínica do Trabalho em um empreendimento da Economia Solidária e discutir suas possibilidades como metodologia de incubação.

Existe uma grande aderência dos pressupostos da Clínica do Trabalho com o trabalho de fomento à autogestão em empreendimentos da Economia Solidária, principalmente com a educação dialógica freireana (FREIRE, 1987; 1996; 2001), porém essa relação deve ser melhor estudada.

É importante destacar que os empreendimentos da Economia Solidária são únicos, apesar de terem características semelhantes que nos possibilitam enquadrá-los como tal. Porém, as diferenças devem ser consideradas e a proposta da Clínica do Trabalho pode não ter os mesmos

efeitos em todos os empreendimentos. Justamente por estarmos falando de um procedimento que necessita de acompanhamento profissional.

Dessa forma, o objetivo aqui foi apresentar para a comunidade das incubadoras e outros possíveis interessados uma possibilidade de intervenção que parte de uma experiência concreta.

REFERÊNCIAS

BAIERLE, T. C. **Ser segurança em tempos de insegurança:** sofrimento psíquico e prazer no trabalho da guarda municipal de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 204 p. 2007.

BOTTEGA, C. G. **Loucos ou heróis:** um estudo sobre prazer e sofrimento no trabalho dos educadores sociais com adolescentes em situação de rua. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2009, 201p.

CAPELLESSO, J. F. B., CANÇADO, A. C. M. G. & CANÇADO, A. C. A construção coletiva de um empreendimento solidário: o caso da Associação de Catadores de Material Reciclável do Centro Norte de Palmas (ASCAMPA). In A. C. Cançado, J. R. Pereira & J. T. Silva Jr. (Orgs.), **Economia Solidária, Cooperativismo popular e autogestão:** as experiências de Palmas-TO, Palmas – TO: NESol, UFT, 2007, pp. 84-91.

CASTRO, T. C. M. **Reconhecimento e vida dos guardas municipais:** clínica do trabalho na atividade de segurança pública. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2010, 142p.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. (5 ed, ampliada, A. I. Paraguay & L. L. Ferreira Trans.) São Paulo: Cortez, Oboré. 1992, 168p.

DEJOURS, C. A metodologia em psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. Sznelwar. (Orgs.), **Christophe Dejours:** da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. (3 ed. rev, F. Soudant; S. Lancman & L. I. Sznelwar trads. pp. 125-150). Rio de Janeiro: Fiocruz Brasília: Paralelo 15. 2011, 512p.

FERREIRA, A. da S. **A Psicodinâmica do Trabalho de Profissionais de Odontologia do Centro Ambulatorial de um Hospital Universitário.** Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, DF, Brasil, 2013, 106p.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessário à prática educativa.** 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987, 186p.

FREITAS, L. G., LIMA, S. C. C. e ANTONIO, C. A. Análise psicodinâmica do atendimento de vítimas de assédio moral no trabalho. In A. M. Mendes (Org.). **Violência no trabalho: perspectivas da psicodinâmica, da ergonomia e da sociologia clínica.** (pp. 123-138). São Paulo: Mackenzie. 2010.

GARCIA, W. I. **Análise Psicodinâmica do Trabalho no Tribunal de Justiça do Amazonas: uma aplicação da clínica do trabalho e da ação.** Manaus, AM. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil, 109 p. 2011.

GHIZONI, L.D. **Clínica Psicodinâmica da Cooperação na Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas – TO (ASCAMPA).** Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 308 p. 2013.

GHIZONI, L. D. & CANÇADO, A. C. Relatório final do projeto: “coleta seletiva: conexões para uma vida sustentável”. In L. D. Ghizoni & A. C. Cançado (Orgs.), **Desenvolvimento, gestão e questão social: uma abordagem interdisciplinar.** Contagem, MG: Didática Editora do Brasil, p. 19-36. 2011

GHIZONI, L. D. & MENDES, A. M. Dispositivos para uma escuta clínica do sofrimento no trabalho dos catadores de materiais recicláveis. **Contextos Clínicos**, 7(1),15-26. 2014.

GOMES, M. L. B. M, LIMA, S. S. C. & MENDES, A. M. Experiência em clínica do trabalho com profissionais de T&D de uma organização pública. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 11 (3), 841-855. 2011.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning**: legitimate peripheral participation Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991.

LIMA, S. C. C. **Coletivo de trabalho e reconhecimento**: uma análise psicodinâmica dos cuidadores sociais. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, DF, Brasil, 220 p. 2011.

MAGNUS, C. de N. Sob o peso dos grilhões: um estudo sobre a Psicodinâmica do Trabalho em um hospital psiquiátrico público. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia Social e Institucional, UFRGS, Porto Alegre. 2009, 275p.

MEDEIROS, S. N. **Clínica em Psicodinâmica do Trabalho com a Unidade de Operações Aéreas do DETRAN**: o prazer de voar e a arte de se manter vivo. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, DF, Brasil, 2012, 168p.

MENDES, A. M., ALVES, J. J. & FRANÇA, A. M. L. D. Análise da psicodinâmica do trabalho de taquígrafos parlamentares brasileiros. **Revista Pessoas & Sintomas**, Braga, Portugal, 15, 8-17. 2011.

MENDES, A. M. & ARAUJO, L. K. R. **Clínica psicodinâmica do trabalho**: o sujeito em ação. Curitiba: Juruá. 2012, 154p.

ROSAS, M. L. M. **Análise psicodinâmica do trabalho de professores de uma escola rural do município de Iranduba/AM**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil, 2012, 145p.

SANTOS-JUNIOR, A. V. **Prazer e estratégias de mediação do sofrimento no trabalho em saúde mental em um centro de atenção psicossocial do Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, DF, Brasil, 2009, 179p.

SANTOS-JUNIOR, A. V., MENDES, A. M. e ARAUJO, L. K. R. Experiência em clínica do trabalho com bancários adoecidos por LER/Dort. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, 29 (3), 2009, pp. 614-625.

SILVA, M. C. DOS S. Q. & MENDES, A. M. Prática em clínica psicodinâmica do trabalho como estratégia de promoção da saúde. **Tempus** - Actas de Saúde Coletiva, Brasília, 6 (2), 195-207. 2012.

TRAESEL, E. S. **A psicodinâmica do reconhecimento:** sofrimento e realização no contexto dos trabalhadores da enfermagem de um hospital do interior do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 128 p. 2007.

WALTER, L. I. **A saúde por um fio:** submissão voluntária de afastados de frigoríficos de aves. Abecer: Porto Alegre, 192 p. 2013.

15. LIRA NORDESTINA: ECONOMIA CRIATIVA E RESGATE IDENTITÁRIO

Anna Christina Farias de Carvalho

Introdução

Nas duas últimas décadas, diversos países e organismos internacionais têm adotado como diretriz para os setores de comunicação e cultura a ideia de Economia Criativa, articulando uma inter-relação entre a cultura, a economia e a sociedade. A Economia Criativa com seu viés inclusivo, ecologicamente e economicamente sustentável, tornou-se, provavelmente, uma “luz no fim do túnel” nesses tempos áridos de degradação ambiental, ético e social em nome do “capitalismo selvagem”.

O termo Economia Criativa, derivada da expressão “indústrias criativas” tem sua entrada no cenário mundial a partir de um discurso (‘Creative Nation’) pronunciado pelo então ministro australiano em 1994, tendo como foco o aproveitamento das inovações tecnológicas e midiáticas como instrumentos para fomentar e enriquecer a criatividade das pessoas como incentivo para o desenvolvimento do país.

No final da década de 1990, a ideia é fortalecida, especialmente na Inglaterra. Estudos e pesquisas naquele país, identificaram 13 setores para implantação de um plano de desenvolvimento estratégico da denominada Economia Criativa. São eles:

- 1) Propaganda
- 2) Arquitetura
- 3) Artes e Antiguidades
- 4) Artesanato
- 5) Design
- 6) Moda
- 7) Cinema e Vídeo
- 8) Música
- 9) Artes Cênicas (Performing Arts – inclui Dança, Circo e etc)
- 10) Editoração (Revistas, Livros, Jornais, Web)
- 11) Softwares de lazer
- 12) Rádio
- 13) TV

Um dos mais relevantes diferenciais da proposta é o fator humano, ou seja, o termo “creative” - e não “cultural”, escolhido pelos ingleses, procurou englobar a capacidade da dimensão cultural transbordar para o mundo dos negócios através dos setores criativos conceituados.

Estima-se que cerca de 10% do PIB e 8% do emprego nos Estados Unidos, por exemplo, estejam ligados às atividades da Economia Criativa. Estima-se, ainda, que a Economia Criativa e o seu conjunto de setores componham a terceira maior Indústria do mundo, atrás apenas da Indústria do Petróleo e da Indústria de Armamentos (FILARDI, 2013).

No Brasil, a Economia Criativa apresenta-se como uma das principais estratégias de desenvolvimento para o século XXI, especialmente no interior do processo de crise econômica pelo qual passamos. Em 2010, através do Ministério da Cultura, implantou-se uma Secretaria da Economia Criativa com a proposta de gerir políticas, direções e ações, que promovam a inclusão social, o conhecimento e uso de saberes e fazeres tradicionais. A Economia Criativa está regulamentada no papel, esperamos por ações práticas e fomento.

A proposta, em suma, é alavancar diversos setores produtivos ou que possam vir a ser produtivos, a partir, especialmente do saber local, agregando valor simbólico e produtivo no interior de um conceito amplo de “criatividade”.

Nesse contexto, nossa proposta nesse artigo é refletir como impulsionar, dentro dessa ótica de economia Criativa, um dos mais importantes patrimônios culturais da região do Cariri cearense que é a Lira Nordestina, localizada em Juazeiro do Norte-CE.

1 - A Lira Nordestina: breve trajetória

A então antiga Tipografia São Francisco, que já foi um dos centros mais importantes de produção, impressão e distribuição de folhetos, hoje se limita a ser um espaço onde a produção e editoração de cordéis é insignificante. Vejamos um resumo de sua trajetória. Entre os anos de 1932 e 1982, a Tipografia São Francisco, inicialmente denominada de “Folhetaria Silva”, funcionou em Juazeiro do Norte, na Rua Santa Luzia, n. 263-269, como uma pequena editora e distribuidora de cordel, panfletos, orações, rótulos comerciais, tendo à frente José Bernardo da Silva. Em 1949, José Bernardo adquire os direitos autorais de João Martins de Athayde, que em 1929, já tinha adquirido os direitos de impressão dos folhetos de Leandro Gomes de Barros.

A Tipografia São Francisco torna-se assim a editora mais importante de folhetos do Brasil. Com o acréscimo de quase três centenas de folhetos, José Bernardo publicou a relação dos títulos adquiridos no “Catálogo de Folhetos da Folhetaria Silva e Tip. S. Francisco de José Bernardo da Silva”.

(docvirt.com/docreader.net/WebIndex/WIPagina/Cordel/69187).

Foi José Bernardo da Silva quem também incentivou a ilustração das capas dos folhetos com xilogravura na Tipografia São Francisco, de custo mais baixo que os clichês de metal, tradicionalmente confeccionados em Recife-PE, revelando assim, expressões artísticas na arte da gravura em madeira como Manoel Caboclo, Expedito Sebastião da Silva, João de Cristo Rei, João Pereira, Mestre Noza, Walderêdo Gonçalves, Abraão Batista, Stênio Diniz, José Lourenço, só para citar alguns cordelistas e xilógrafos clássicos e contemporâneos.

Na década de 1950, devido a uma série de fatores econômicos e políticos, há uma forte diminuição da produção de cordéis. Na década de 1970 com o falecimento de filhos, da esposa e do próprio José Bernardo, fica à frente da Tipografia sua filha Maria de Jesus da Silva Diniz. Em 1980, a Tipografia passa a denominar-se Lira Nordestina, por sugestão de Patativa do Assaré, um dos maiores poetas do Ceará. Com a crise cada vez mais forte, Maria de Jesus vende a Lira Nordestina em 1982 ao Estado do Ceará, que passa a fazer parte do patrimônio da Universidade Regional do Cariri – URCA, em 1988. (MELO, 2010; BARROS, 2011).

O período que vai de 1989 a 1995 representou o momento de maior dinamismo para a Lira Nordestina, onde foram adquiridas novas máquinas, permitindo que cordéis raros fossem republicados e novos fossem produzidos em grandes proporções. Também foi possível atender a demanda de pequenos impressos e retomar a arte da xilogravura com mais vigor.

Hoje, a Lira Nordestina é um patrimônio cultural que necessita ter sua importância reconhecida pelo Estado, pela comunidade acadêmica, pela sociedade em geral. Infelizmente, são escassos os trabalhos elaborados pela comunidade acadêmica da URCA, sendo constantemente procurada por pesquisadores de outras Universidades, interessados no resgate da Literatura de Cordel e da Xilogravura como matéria-prima para trabalhos acadêmicos e fonte de inspiração de projetos que venham contribuir para ao entendimento da pluralidade da cultura nordestina.

Uma vitória recente. Pela primeira vez na história da IES, foi publicado

um edital com bolsas de extensão para pesquisa através da Pró-Reitoria de Extensão- (PROEX/URCA) que contemplou, entre outras temáticas, a Lira Nordestina. Nesse edital inscreveu-se e foi contemplado o projeto: “Levantamento e Catalogação do Acervo da Lira Nordestina”, em execução, e através também de recurso da PROEX, estamos publicando o “Catálogo de Clichês da Lira Nordestina”, importante documento de socialização e preservação de um acervo único no país sobre clichês de capas de folhetos.

2 - A AXARCA e seu potencial para a economia criativa

Após várias mudanças de endereço, atualmente a Lira Nordestina está localizada a Rua Interventor Francisco Erivano Cruz, 120 – Centro de Juazeiro do Norte (Centro Multiuso de Juazeiro, VAPT VUPT, do Governo do Estado do Ceará). Em conversa informal com artesões nas dependências da Lira, as seguintes fragilidades foram levantadas: a insuficiente divulgação do espaço, pequenas melhorias na infraestrutura, maior intervenção do poder público e setores privados, através de projetos e outros subsídios; material de consumo insuficiente; divulgação e capacitação na área da economia criativa e de sustentabilidade, já que a Lira Nordestina possui uma pequena loja de exposição e venda dos produtos, manutenção do maquinário, fortalecimento da AXARCA. Como potencialidade, foi referido a manutenção do espaço físico pela URCA.

E qual a ligação da Lira com a AXARCA? Na verdade, a Lira Nordestina foi e ainda é o núcleo propulsor da AXARCA, pois seus associados dela são oriundos. A importância da criação desse um espaço é resumida em sua finalidade essencial, bem-estar das famílias e ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda a partir dos preceitos da Economia Criativa.

As oportunidades de trabalho e renda na Lira Nordestina são insuficientes para contemplar uma demanda sempre crescente de produtos culturais, aumentando seu grau de vulnerabilidade, sendo que as políticas públicas pouco contemplam esse segmento cultural necessitando o estímulo na construção colaborativa principalmente de políticas públicas culturais.

Nesse sentido, Tipografia São Francisco, hoje Lira Nordestina, no início do século XXI se apresenta como um desafio a ser transcendido. Por motivos econômicos e incentivos insuficientes, bem como a ausência de gestores e programas que promovessem de forma efetiva a continuidade de seus objetivos, transformou-se em espaço de produção de xilogravura,

relegando ao segundo plano sua identidade de gráfica de cordel, fonte de sua história, reconhecimento e patrimônio cultural do Ceará, apesar de dois projetos tentarem encaminhá-la para a produção e editoração de cordéis, pois o parque gráfico foi expandido e modernizado especialmente para esse fim.

A Lira Nordestina, pelo menos desde o início da década de 2000, não se caracteriza como um espaço de produção de cordel. Esforços foram dirigidos nesse sentido através de projetos como “Letras Vivas” patrocinado pela Caixa Econômica Federal, com objetivo de resgatar a memória e a produção de literatura de cordel da região e do país (2010) e o projeto financiado pelo Ministério da Cultura “Ponto de Cultura Lira Nordestina” (2005), que propunha fortalecer espaço de cultura e produção da literatura de cordel no Brasil.

Não queremos dizer aqui que a xilogravura não seja essencial para o cordel, mas essa expressão de arte se encontra já consolidada na Lira Nordestina. Queremos justificar sim a retomada da Gráfica Lira Nordestina como espaço de produção e editoração de cordéis, o resgate de sua função cultural original, a retomada de sua identidade cultural.

Nesse contexto, a atual administração da URCA, tendo à frente o Reitor José Patrício Pereira Melo e a Pró-Reitora de Extensão Maria Arlene Pessoa da Silva, entendem que revitalizar as potencialidades da Gráfica Lira Nordestina é uma possibilidade viável, através de estratégias como a dinamização e potencialização da economia criativa. Entendemos ser crucial a retomada de implantação de um Plano de Ação que resgate a identidade desse importante espaço de produção cultural, nos segmentos cordel e xilogravura a partir do desenvolvimento de ações que tenham como base os preceitos da Economia Criativa e o empoderamento dos artesões como produtores de sua história e desenvolvimento econômico de sua arte e saberes.

Acreditamos que o primeiro passo foi dado pelos próprios artesões, a criação da Associação dos Xilógrafos e Artesões do Cariri – AXARCA, fundada em junho de 2012. A AXARCA foi criada com o intuito de resgatar e promover a cultura popular nordestina, com ênfase na literatura de cordel e xilogravura e como espaço de autonomia e geração de renda.

A AXARCA irá contribuir para a inclusão social e econômica da comunidade de artesões através da capacitação e socialização de técnicas que promovam geração de renda a partir de parcerias com a URCA e outros setores públicos e privados. O objetivo central será a inclusão de práticas voltadas para

minimização das desigualdades econômicas e sociais desse segmento cultural como fator de emancipação e autonomia, implementando ações que desenvolvam economicamente o artesanato local, especialmente o cordel e a xilogravura a partir de processos como a incubação da Associação. De acordo com Dornelas (2002, p. 2):

As incubadoras se tornaram, como desejado, catalisadores de mudanças culturais importantes para o adensamento do sistema nacional de inovação. Entre outras razões, por serem entidades heterodoxas, que contestam os modelos arcaicos puristas estabelecidos de dissociação entre as esferas acadêmica, empresarial e governamental.

Nesse contexto, iniciativas como implantação de Incubadoras nas Universidades, contribuem de forma efetiva para que se promova a inclusão social, o conhecimento e o uso de saberes e fazeres tradicionais, ações que estão em sintonia com a Administração da Universidade Regional do Cariri – URCA.

Ainda referindo Dornelas, indicando significativo crescimento do número de incubadoras “de 10 em 1991 para 160 uma década depois.”

Nesse contexto, no Brasil, a experiência de incubação está alcançando resposta positiva, especialmente através da organização solidária e instituições de fomento e apoio como o SEBRAE e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

No Cariri cearense, temos grandes potencialidades culturais para a promoção e implantação de um centro de referência para incubação que é a Universidade Regional do Cariri – URCA, que tem setor e profissionais, compatíveis para essa empreitada como o Instituto Tecnológico do Cariri (ITEC) setor ligado à Pró-Reitoria de Extensão da URCA com sede no Campus CRAJUBAR na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Tem como Missão “precípua de apoiar e mobilizar grupos de pesquisa para estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica da região do Cariri, além de desenvolver e promover cursos tecnológicos para melhoria da qualificação profissional.” O ITEC é um Instituto que visa ampliar suas atividades tecnológicas, tendo parcerias com projetos e levando atividades do mesmo cunho aos interessados.

Além do ITEC-URCA, podemos contar com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com sedes

mais próximas em Crato e Juazeiro do Norte e com a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS) da Universidade Federal do Cariri – UFCA, que certamente nos fornecerão apoio, base e conhecimentos a partir de futuras parcerias.

3 - Considerações finais

A concepção de Economia Criativa traz um aporte significativo para o reconhecimento da cultura como parte importante para o desenvolvimento do país e coloca em cena, de forma explícita, as possibilidades, os desafios e a própria razão de ser dos setores e instituições que se dedicam a produzir e fomentar a cultura como recurso para o desenvolvimento econômico e social do país, especialmente da região caririense, conhecida como um “celeiro cultural” com imensas potencialidades.

As possibilidades de desenvolvimento econômico desse espaço de produção cultural, especialmente quando fortalecido por iniciativas públicas e/ou privadas, poderá servir de base para importantes ações culturais e sociais como: espaço de produção de cordel e ensino da arte de xilogravura, capacitação e profissionalização de artistas consagrados e novos artistas, contribuindo para a valorização e ocupação da mão de obra local, base para pesquisas na área de cultura popular, exposição permanente do acervo de cordel e xilogravura, divulgação e produção de folhetos, beneficiando uma comunidade carente de recursos e oportunidades, além do fortalecimento da Associação dos Xilógrafos e Artesãos do Cariri (AXARCA), propiciando uma ampliação de ações, associados e oportunidades e interação social.

REFERÊNCIAS

MELO, Rosilene Alves de. **Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel**. Fortaleza: 7 editora, 2010.

MEMÓRIAS DO CORDEL. Editoras do Cordel #1 - Tipografia São Francisco. Disponível em:

<<http://memoriasdocordel.blogspot.com.br/2012/12/editoras-do-cordel-1-tipografia-sao.html>>. Acesso em: 01 out. 2015.

PAIVA, Paulo Jeyson Barros. **Memórias do cordel: O legado da Tipografia São Francisco para o design brasileiro**. Pelotas, 2011.

ANEXO.- INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Airton Cardoso Cançado: Pós-doutorando em Administração pela EBAPE/FGV (2013), Doutor em Administração pela UFPA (2011), Mestre em Administração pela UFPA Pós-doutorando em Administração pela EBAPE/FGV (2013), Doutor em Administração pela UFPA (2011), Mestre em Administração pela UFPA (2004) e graduado em Administração com Habilitação em Adm. de Cooperativas pela UFPA (2003). Atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Curso de Administração da UFT. Participa da Rede de Pesquisadores em Gestão Social - RGS, da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Rede de ITCPs e do Observatório Brasileiro do Cooperativismo. Bolsista de Programa Institucional Produtividade em Pesquisa da UFT. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Cooperativas, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão social, cooperativismo e Economia Solidária. Email: airtoncardoso@yahoo.com.br

Augusto Tavares de Oliveira: Possui graduação em Ciências Sociais (UECE, 2000), especialização em Docência do Ensino Superior (FALS, 2010), especialização em Gestão Social do Desenvolvimento (UFC-Cariri, 2012); mestrado em Sociologia (UFC, 2004); doutorando em Desenvolvimento Sustentável pelo CDS/UnB. Atualmente é professor efetivo da UFCA, coordenador do curso de Administração Pública, Coordenador da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares Solidários (ITEPS) e Diretor de extensão da ANEPCP (Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas). Tem experiência no ensino de Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: Participação Social, Políticas Públicas e Economia Solidária Email: augusto.tavares@ufca.edu.br

Anna Christina Farias de Carvalho: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1991), graduação em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Santa Emília de Rodat (1981), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1996) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2005). Pesquisadora do Núcleo de Ciência, Espiritualidade e Filosofia - NECEF/URCA. Atualmente é aposentada da Universidade Regional do Cariri, estando cursando Estágio Pós Doutoral na

Universidade Federal da Paraíba, no Programa de Pós-Graduação em Letras na temática Literatura de Cordel. Tem experiência e publicações na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Religião, atuando principalmente nos seguintes temas: catolicismo popular, penitentes, irmandades leigas, saber e cultura regional, cordel, bioética, violências.

E-mail: anna_crica@hotmail.com

Cleonisia Alves Rodrigues do Vale: Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social na Escola de Administração da UFBA. Especialista em Gestão Social e Desenvolvimento pela UFC. Possui graduação em Estilismo e Moda pela UFC. Atualmente é professora do Curso de Design de Produto da Universidade Federal do Cariri e coordenadora do Programa de Extensão de Fomento à Economia Criativa do Cariri e do Projeto de Cultura Birô Cariri de Negócios Criativos

Eduardo Vivian Cunha: Possui doutorado (2012) e mestrado (2008) em Administração pela Universidade Federal da Bahia e raduação em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). É professor pela Universidade Federal do Cariri atuando nos cursos de Administração Pública, Administração e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (Proder). Atualmente é pró-reitor de cultura nesta mesma universidade. Email: eduardo@ufca.edu.br

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins: Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Leão Sampaio (2014) e especialização em Políticas Públicas em Saúde Coletiva na Universidade Regional do Cariri (2016). Sua área de atuação é relacionada à Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Gestão Social e Economia Solidária. Atualmente é pesquisadora, bolsista do CNPq, participando do Projeto Gestão Social nas Escolas (PGSE) e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET-Cariri). Atualmente, está vinculada a dois núcleos de pesquisa: o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS) e ao Observatório de Políticas Públicas para Territórios (OPPTE) da Universidade Federal do Cariri - CE.

E-mail: monicamartins_sousa@hotmail.com

Cícero Joaquim Pereira Macêdo: Graduado no curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri – UFCA e Pós Graduado em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Universidade Regional do Cariri. Técnico Administrativo na Universidade Federal do Cariri. E-mail: cicero.macedo@ufca.edu.br.

Francilda Alcantara Mendes: Professora do curso de Direito da Faculdade Leão Sampaio, Servidora Técnica da Universidade Federal do Cariri e Advogada, doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Desenvolvimento e Sustentabilidade da Faculdade Leão Sampaio. Desenvolve pesquisas com foco em Educação, Sustentabilidade e Direito. Email: francilda.mendes@ufca.edu.br

Francisca Laudeci Martins Sousa: Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (1991), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (1999) e doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Atualmente é Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER - da Universidade Federal do Cariri - UFCA e professora Associada do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - URCA. Tem experiência nas áreas de Economia e de Educação. No campo da Economia se dedica aos temas da Economia Regional, Urbana e do Meio ambiente, atuando principalmente nos temas relacionados ao desenvolvimento local sustentável, políticas públicas, agricultura familiar, desenvolvimento regional, condições de vida, Economia Solidária e sustentabilidade. No campo da Educação se dedica aos temas relacionados à formação de professores numa perspectiva pós-positivista da ciência, da educação e do saber. Coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária da Universidade Regional do Cariri. Email: laudecimartins@yahoo.com.br

Francisco Mário de Sousa Silva: Mestrando em Desenvolvimento Regional e Sustentável pela Universidade Federal do Cariri/UFCA, formado em Comunicação Social- Jornalismo, Bolsista em Comunicação do Projeto Gestão Social nas Escolas Universidade Federal do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte-CE/Brasil. E-mail: fcomariojrnl@yahoo.com.br

Francisco Renê Fernandes Feitosa: Bacharel em Ciências Econômicas, Pós-Graduado em Direito Administrativo e Gestão Pública e Graduando em Direito pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Técnico Administrativo na Universidade Federal do Cariri – UFCA. E-mail: renefeitosa@gmail.com.

Ives Romero Tavares do Nascimento: Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2013), Especialização em Direito Constitucional pela Universidade Regional do Cariri (2014), Graduação em Administração pela Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri (2010) e em Direito pela Universidade Regional do Cariri (2007). Foi Diretor e Vice-Diretor do Instituto de Estudos do Semiárido da Universidade Federal do Cariri (IESA/UFCA) entre 2014 e 2016. Atualmente é Professor Assistente A 2 do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri (CCSA/UFCA), Doutorando em Administração pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA), Editor-Executivo da Revista Nau Social (ISSN 2237-7840), Coordenador Executivo da Revista Cadernos Gestão Social (ISSN 1982-5447) e Membro da Comissão Editorial da Revista Ciência e Sustentabilidade (ISSN 2447-4606). É integrante do Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido (LEADERS) e do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS), da Universidade Federal do Cariri; e do Observatório da Formação em Gestão Social da Universidade Federal da Bahia. Atuou como técnico da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (ITES/EAUFBA) entre os anos de 2011 e 2014 em projetos de extensão universitária, pesquisa e ensino que lidam com gestão social, Economia Solidária e desenvolvimento de territórios. Tem trabalhado com os temas da gestão social, políticas públicas, extensão universitária e desenvolvimento territorial. Email: ives.tavares@ufca.edu.br

João Adolfo Ribeiro Bandeira: Professor Assistente I da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Diretor Acadêmico do Instituto de Estudos do Semiárido - IESA. Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Mestre em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba - PPGCJ - UFPB e doutorando neste mesmo programa. Possui experiência na área de Direito,

com ênfase em Teoria Geral do Direito, Filosofia do Direito e Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Filosofia Jurídica. Membro do Corpo Editorial da Revista Direito & Dialogicidade. Email: joao.bandeira@ufca.edu.br

Leonardo Saraiva Oliveira Amaro : Estudante Jornalismo na Universidade Federal do Cariri - UFCA. Bolsista da Pró-reitoria de Extensão pelo projeto Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS). Membro da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social pelo Coletivo Enecos Cariri. Voluntário na ONG Flor de Juriti.

Liliam Deisy Ghizoni: Professora da Universidade Federal do Tocantins - UFT - Campus Universitário de Palmas, no Curso de Administração e no Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM). Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações na UnB com Estágio Sanduíche na Université Catholique de Louvain la Neuve - Bélgica. Mestre em Educação (área de Educação e Trabalho) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Saúde Mental pela FIOCRUZ. Psicóloga pela Universidade do Vale do Itajaí, graduação em Estudos Sociais pela Universidade do Vale do Itajaí. Membro do NESol/ITCP/UFT. Pesquisadora do Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho - LPCT/UnB. No CNPQ é líder do Trabalho e Emancipação: coletivo de pesquisa e extensão (UFT) e também membro do Grupo de Pesquisa Psicodinâmica e Clínica do Trabalho (UnB). Membro do GT Psicodinâmica e Clínica do Trabalho na ANPEPP. Email: ldghizoni@uft.edu.br

Lucas Freitas dos Santos: Graduando em Psicologia pela Faculdade Leão Sampaio. Membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS) e da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS), da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Participa como bolsista do Projeto Gestão Social nas Escolas, a partir do Edital PRONINC 2013, do CNPq. Email: lucasjhoy17@gmail.com

Maria Dasdores Gonçalves Costa: Tecnóloga em Recursos Hídricos/Saneamento Ambiental, Especialista em Saúde e Meio Ambiente, Licenciatura Plena em Química; técnica em Gestão dos Recursos Hídrico na COGERH

Maria Alane Pereira de Brito: Graduanda do curso de Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Atualmente é bolsista da Pró-reitoria de Extensão do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social, atuando no setor administrativo. Também faz parte do Movimento Universitário em Defesa da Mulher (MUDEM), atuando como extensionista voluntária. Email: alanebrito95@gmail.com

Maria Isabel de Sousa Bezerra: Graduanda do curso de Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Bolsista no projeto Criação e Prospecção de Projetos Criativos da Universidade Federal Fluminense; Coordenadora da Biblioteca Municipal Luiz Crus em Crato/CE; supervisora de Estágio Técnico da Escola Estadual de Educação Profissional Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau em Crato/CE; autora, executora e representante legal do projeto Cultura Sustentável em Crato/CE. Atou como pesquisadora junto a ITEPS e LIGES da Universidade Federal do Cariri, voluntária da Secretaria de Cultura e Articuladora Social da Secretaria de Segurança Pública do Crato/CE. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública e desenvolvimento de projetos sociais. Email: isabelsousabezerra@gmail.com

Pablo Soares Pereira Costa: Mestrando em Cultura e Sociedade (Linha de Pesquisa II - Cultura e Identidades) pela UFBA - Universidade Federal da Bahia. Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Atua como articulador cultural, cordelista, realizando projetos na área da cultura e movimentos sociais. Atua no Núcleo de Produção Audiovisual - Carcará como roteirista e produtor artístico. Participou do Grupo de Estudos de Gênero e Mídia (GEMI), desenvolvendo pesquisas e ações com as temáticas relacionadas aos gêneros e as sexualidades, a partir da perspectiva dos estudos queer. Militante na Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri e no Coletivo Queerdel - Transgressão e Memória de Gêneros e Sexualidades da Região do Cariri.

Rosângela Felesmino de Sousa: Técnica em Agropecuária formada pelo IFCE - Campus Crato (2009). Graduada em Agronomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) (2015). Atualmente é mestranda em Produção vegetal pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. Foi Bolsista do

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, na modalidade ATP-B Apoio técnico em extensão no país. Participante do Grupos ITEPS- Apoio ao fortalecimento de incubadoras tecnológicas de Economia Solidária, e do grupo NEFIMP- Núcleo de Estudo em Fitotecnia e Melhoramento de Plantas.

Rosane da Silva: Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará (1997), especialização em Gestão da Comunicação nas Organizações (2002) e mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (2005). É pesquisadora dos grupos de pesquisa GEMINI - Grupo de Estudos de Mídia - Análises e Pesquisas em Cultura, Processos e Produtos Mídiaáticos, da UFRN, da Incubadora tecnológica de Empreendimentos Populares Solidários - ITEPS - e do Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido - Leaders, da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Professora Assistente II da UFCA. Foi Pró-reitora Adjunta de Extensão da UFCA de 2013 a 2015 e coordenadora dos cursos de Jornalismo da UFC - de março de 2012 a junho de 2013 e da FIC/Estácio - de 2008 a 2010. Tem experiência na área de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação comunitária, educomunicação, comunicação e educação do campo e comunicação para o desenvolvimento local. Email: rosane.nunes@ufca.edu.br

Samara Souza Maciel: Possui graduação em Geografia (2010) e Especialização em Geografia e Meio Ambiente (2012) (ambas pela Universidade Regional do Cariri). Atualmente está cursando Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri-UFCA. Encontra-se vinculada ao Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social-LIEGS como bolsista voluntária. Atuando, sobretudo no Programa Gestão Social nas Escolas, no Observatório da Formação em Gestão Social-OFGS e no Observatório de Políticas Públicas para o Território-OPPTE. Email: samarageo21@gmail.co

Sarah Pereira Gomes: Graduanda do curso de Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Atualmente é bolsista do Ministério

da Educação no Projeto Gestão Social nas Escolas. Email: sarahpgomes@yahoo.com.br

Semíramis Oliveira Luz: Mestre em Agroecologia 2015 (UFPB), pós-graduada em Educação Ambiental pela Universidade Regional do Cariri, 2012 (URCA). Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Realizou estudos acerca de impactos ambientais gerados por resíduos sólidos. Possui experiência em trabalhos de caráter extensionista na área de educação ambiental, empreendedorismo social, agroecologia e agricultura familiar.

Silvia Roberta de Oliveira e Silva: Professora na Universidade Federal do Cariri/UFCA e Faculdade Paraíso do Ceará/FAP, Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Ceará/UFC, especialista em Desenvolvimento Regional e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri URCA/CE. Colaboradora da Incubadora de Empreendimento de Economia Solidária ITEPS/UFCA e do Programa Institucional de Extensão/PIE – Trabalho e Renda e Economia Solidária da UFCA. Email: sro.silva@hotmail.com / roberta.oliveira@ufca.edu.br

Teresa Regina dos Santos Mattos: Possui graduação em Pedagogia - Educação Básica pela Universidade do Estado da Bahia (2003) e pós-graduações com a Especialização em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação - finalizada em 2007 - e com a Especialização em Gestão Pública e Sociedade, com foco em Economia Solidária - finalizada em 2012. Exerceu várias atividades de formação e coordenação em turmas de professores e jovens e adultos. Atualmente é técnica de sistematização e incubação no Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária - COAPPES/UNEB Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino e na área de gestão pública e social com o movimento de Economia Solidária e Agricultura Familiar.. E-mail: trsmattos@bol.com.br.

Victoria Régia Arrais de Paiva: Possui graduação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará

(UFC), tendo desenvolvido estudos na linha de pesquisa Processos de Trabalho, Estado e Transformações Capitalistas. Atualmente, é docente da Universidade Federal do Cariri (UFCA), no Curso de Administração Pública: Gestão Pública e Social, integrante do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) no Campus Juazeiro do Norte. Colabora na coordenação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS) da UFCA, junto à Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias, tendo assumido a coordenação do Programa Institucional de Extensão (PIE) no eixo Trabalho, Renda e Economia Solidária. Tem experiência na área de Sociologia e metodologias da pesquisa social, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, Economia Solidária, finanças solidárias, gestão social e avaliação de políticas públicas.. Email: victoria.arrais@ufca.edu.br

Waléria Maria Meneses de Moraes Alencar: Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável CDS-UNB. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Fundação Joaquim Nabuco (2005). Graduação em Psicologia pela Faculdade Frassinetti do Recife (2001). Professora efetiva do Curso de Administração Pública: gestão pública e social na Universidade Federal do Cariri e coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social - LIEGS da Universidade Federal do Cariri. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia, gestão social, protagonismo juvenil, educação e racismo. E-mail: waleriamenezes@cariri.ufc.br

ITEPS/UFCA, mas também envolvendo outros espaços, de modo a lançar luz sobre os diálogos institucionais que envolvem o campo da economia solidária com outras áreas relevantes, tais como as políticas públicas e o desenvolvimento sustentável.

Enfim, oferecemos à comunidade acadêmica, à rede de Incubadoras Universitárias, aos empreendimentos econômicos solidários e à sociedade de forma geral, uma contribuição reflexiva ao debate sobre os desafios e possibilidades das experiências de extensão universitária no âmbito da Economia Solidária.

Organizadoras/es:

Augusto Tavares
Luciana Bessa
Roberta Oliveira e Silva
Victoria Régia Arrais

Este livro foi esforço coletivo de professores e pesquisadores vinculados à ITEPS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares Solidários, um programa de extensão da UFCA – Universidade Federal do Cariri. A sua publicação contou com recursos do PRONINC/MTE/CNPq e cumpre o objetivo de publicizar as ações desenvolvidas nos últimos dois anos, além de estabelecer um diálogo teórico-conceitual com a(s) metodologia(s) de incubação em economia solidária.

Seus organizadores e colaboradores têm em comum a afinidade com a Economia Solidária nas suas variadas formas de expressão, tanto do ponto de vista prático quanto teórico. Cada docente, técnico, pesquisador e estudante envolvido/a contribuiu com um olhar singular acerca das temáticas ou empreendimentos, conferindo ao livro um caráter multidisciplinar, seja do ponto de vista da abordagem aos temas como também em relação aos métodos e conceitos discutidos.

A organização do livro oportunizou muitas trocas de saberes, fazeres e afetos, em que se buscou apresentar a diversidade de contextos, conceitos e experiências de incubação em empreendimentos econômicos solidários desenvolvidas a partir das universidades, com a perspectiva de sistematizar as ações de economia solidária na região do Cariri cearense, com ênfase na atuação da

[...] a ITEPS tem cumprindo um importante papel na região do Cariri Cearense, tanto como entidade de apoio e fomento à Economia Solidária quanto como programa universitário que ultrapassa as fronteiras da incubação propriamente dita, desempenhando ações articuladas com Ensino, Pesquisa e Extensão, estimulando e fortalecendo vínculos com diversas instituições, com a firme certeza de que uma outra economia, fundada no bem viver, já acontece, basta olhar ao redor para ver, sentir e deixar-se envolver por essa ciranda, pois ela é de todos nós.

Augusto Tavares
Victoria Régia Arrais